GUIA

Animais em situação de acumulação:

ESTRATÉGIAS DE SAÚDE ÚNICA PARA ATENÇÃO AOS CASOS

GUIA DE ABORDAGENS INTERSETORIAIS PARA PREVENÇÃO, CONDUÇÃO, INTERVENÇÃO E PRÁTICAS DE BEM-ESTAR AOS ANIMAIS E SEUS RESPONSÁVEIS

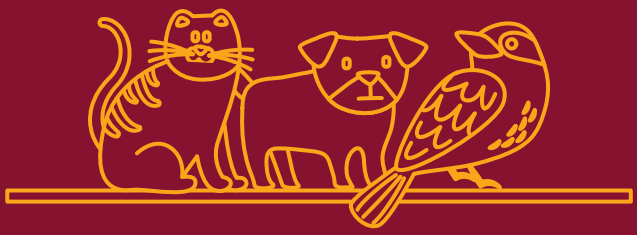
Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Animais em situação de acumulação:

ESTRATÉGIAS DE SAÚDE ÚNICA PARA ATENÇÃO AOS CASOS

1ª edição

Belo Horizonte
PGJMG | 2023



FICHA TÉCNICA

Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Coordenadoria Estadual de Defesa dos Animais (CEDA)
Responsável: Luciana Imaculada de Paula – Promotora de Justiça e Coordenadora da CEDA

Autores: Adriana Cristina Araújo, Ana Liz Ferreira Bastos, Anelisa Cardoso Ribeiro, Bárbara Perdigão Stumpf, Bianca Moreira de Souza, Bruna Hermine de Campos, Camila Machado Torres, Camila Stefanie Fonseca de Oliveira, Caroline Amorim Costa, Clarice Gomes Marotta, Danielle Ferreira de Magalhães Soares, Diana Cuglovici Abrão, Eliana Aparecida Malta, Érika Procópio Tostes Teixeira, Graziela Ribeiroda Cunha, Guilherme Rafael Gomide Pinheiro, Gustavo de Morais Donancio Rodrigues Xaulim, Gustavo Canesso Bicalho, Ilza Moreira Barbosa Prado, Isabela da Cunha Krieger Amorim, Isadora Martins Pinto Coelho, Ive Leite Pignolati, Izabela Guimarães Barbosa, José Honorato Begalli, Júlio César Pereira da Silva Júnior, Leila Cristina da Silva, Leonardo Maciel Andrade, Lívia Andrade Alves, Lorena Diniz Macedo Silva Maia, Luana Clarice das Neves, Luciana Imaculada de Paula, Luisa Lisboa, Márcia Chaves Teixeira, Maria Clara Madureira, Mikaelly Frasson Testa, Raquel de Abreu Pereira, Renata Santinelli, Samylla de Cássia Ibrahim Mól, Stefanie Sussai, Sueli Cândida Maciel, Tatiana Sales, Vania de Fátima Plaza Nunes, Werik dos Santos Barrado.

Edição: Danielle Ferreira de Magalhães Soares, Eliana Aparecida Malta, Guilherme Rafael Gomide Pinheiro, Lorena Diniz Macedo Silva Maia, Luana Clarice das Neves, Lucas Belchior Souza de Oliveira, Raquel de Abreu Pereira, Vania de Fátima Plaza Nunes, Yara de Freitas Oliveira, Werik dos Santos Barrado.

Organização e preparação: Adriana Cristina Araújo, Camila Stefanie Fonseca de Oliveira, Danielle Ferreira de Magalhães Soares, Eliana Aparecida Malta, Graziela Ribeiro da Cunha, Guilherme Rafael Gomide Pinheiro, Gustavo de Morais Donancio Rodrigues Xaulim, José Honorato Begalli, Júlio César Pereira da Silva Júnior, Leonardo Maciel Andrade, Luciana Imaculada de Paula, Luisa Lisboa, Stefanie Sussai, Sueli Cândida Maciel, Vania de Fátima Plaza Nunes e Victor Moreira Sales Mariano.

Produção: Superintendência de Comunicação Integrada do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (SCI-MPMG) e Assessoria de Comunicação Integrada (ASSCOM)

Capa e projeto gráfico: Esther Gonçalves

Diagramação: Martins Cardoso editora digital

Revisão: Ana Paula Rocha e Fernanda Cunha Pinheiro

Ficha catalográfica

Ficha 1

M663g Minas Gerais. Ministério Público. Procuradoria Geral de Justiça.

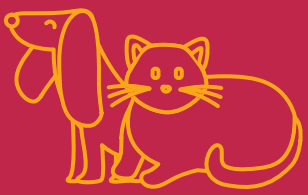
Guia animais em situação de acumulação [recurso eletrônico] : estratégia de saúde única para atenção aos casos / Ministério Público do Estado de Minais Gerais ; Coordenadoria Estadual de Defesa dos Animais. – Belo Horizonte: PGJMG, 2023.

403 p. : il.
ISBN: 978-65-88261-09-5

1. Transtorno de acumulação de animais 2. Política pública. 3. Animais em situação de rua – proteção. 4. Saúde mental I. Título.

CDU 636.046.8

CDDir 341.3476



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 14

1. Apresentação 14

2. Referências 16

CAPÍTULO 1 18

DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO 18

1. Conceito 18

2. Histórico e distribuição de casos de transtorno de acumulação 25

2.1 Distribuição Mundial 25

2.2 Distribuição no Brasil 27

2.3 Custos da acumulação de animais 30

3. Considerações finais 31

4. Referências bibliográficas 32

CAPÍTULO 2 39

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO: COMO IMPLANTÁ-LAS NO SEU MUNICÍPIO? 39

1. Introdução 39

2. Entendendo a acumulação sob o contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) 41

2.1 Pilares fundamentais no comitê de atenção às pessoas e animais em situação de acumulação 42

2.1.1 Atenção básica 42

2.1.2 Vigilância em saúde 42

2.1.3 Política Nacional de Humanização 43

2.1.4 Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 44

3. O que são políticas públicas? 44

3.1 Etapas para o desenvolvimento de políticas 45

3.2 Análise de políticas 46
3.3 Planejamento orçamentário 48
3.4 Processo de tomada de decisão 49
3.5. Monitoramento e avaliação 52
4. Cenário legal brasileiro referente à situação de acumulação 55
5. Referências 62

CAPÍTULO 3 65
CRIAÇÃO DOS COMITÊS/COMISSÕES INTERSETORIAIS DE ACOLHIMENTO DOS CASOS DE SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS (CIASA) 65
1. Introdução 65
2. Criação do comitê/comissão 66
2.1 Competências do CIASA 67
2.2 Membros do comitê/comissão 67
3. Referências 79

CAPÍTULO 4 81
ATENÇÃO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO 81
1. Introdução 81
2. A saúde mental no Brasil antes e depois da Reforma Psiquiátrica 81
3. A lógica da Reforma Psiquiátrica 83
4. O que é a Rede de Atenção Psicossocial? 85
5. Situação de acumulação 87
5.1 Avaliação da pessoa em situação de acumulação de animais 88
5.2 Como classificar a PSA? 89
5.3 Tratamento 91
6. Pessoa em situação de acumulação de animais: uma intervenção cuidadosa 94
6.1. O que têm em comum a fábula "Cegos e elefantes" e a pessoa em situação de acumulação? 95
6.2. Um olhar sobre a pessoa em situação de acumulação 96

6.3. Dimensão da atenção/cuidado 100
6.4. Intervenção intersetorial 101
7. Caso clínico: exemplificando a intervenção 104
7.1. Quais são as etapas? 104
7.2. Caso – Sra. Maria 105
7.3. Considerações finais 114
8. Referências 116

CAPÍTULO 5 124
ATENDIMENTO AOS ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO 124
1. Apresentação 124
2. Introdução 125
3. Quem são os animais atendidos? 127
3.1 Diagnóstico inicial 127
4. Abordagem dos casos de ASA 131
5. Identificação de casos de situação de acumulação 134
6. Documentação sugerida e compartilhamento de dados 135
7. Etapas de atuação junto à PSA para atendimentos dos animais 136
7.1 Diagnóstico, identificação e classificação dos animais 136
7.2 Intervenção: descrição de atores e instituições 139
7.3. Manejo dos animais 140
7.3.1 Organização dos animais no imóvel da PSA 141
7.3.2 Avaliação do ambiente e intervenções 142
7.3.3 Identificação individual definitiva e registro dos animais 144
7.3.4 Avaliação comportamental 146
7.3.5. Exames laboratoriais 152
7.3.6. Vacinação 152
7.3.7. Castração 152
7.3.8 Coleiras repelentes para prevenção de leishmaniose 154

7.4 Logística 155
7.4.1 Insumos gerais 155
7.4.2 Insumos para alimentação 155
7.4.3 Insumos para banho (cães) 155
7.4.4 Insumos veterinários 156
7.4.5 Insumos para transporte 156
7.4.6 Recursos humanos 157
8. Destinação/realocação dos animais 157
9. Referências 162

CAPÍTULO 6 164
MANEJO AMBIENTAL 164
1. Introdução 164
2. Uma breve contextualização sobre a política de resíduos no Brasil 164
3. Manejo ambiental nas situações de acumulação de animais e objetos 167
4. Resíduos sólidos urbanos (RSU) 169
4.1 Tipos de materiais 169
5. Biossegurança 173
6. Avaliação de riscos 174
6.1 Riscos para os animais 176
6.2 Risco de enxurradas 177
6.3 Risco de incêndios 178
6.4 Riscos estruturais 181
7. Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR) 183
7.1 Etapas 183
7.2. Destino dos resíduos 186
7.2.1 Coleta de resíduos recicláveis e Política Nacional de Resíduos Sólidos 186
7.2.2 Classificação dos resíduos recicláveis 186
7.2.3 Gestão de resíduos perigosos 187

7.2.4 Procedimento descarte de carcaças de animais de pequeno porte 188

8. Avaliação ambiental na prática 188

9. Considerações finais 192

10. Referências 193

CAPÍTULO 7 200

DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO HUMANITÁRIA COM ÊNFASE NA IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DA SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS 200

1. Apresentação 200

2. A abordagem educativa da PSA e os membros de sua rede de apoio 202

2.1 Introdução 202

2.2 Método e infraestrutura 203

2.3 Sugestão de participantes de apoio 203

2.4 Equipe necessária 205

2.5 Materiais de apoio disponíveis 205

2.6 Exemplos de experiências exitosas no tema 206

3. A abordagem educativa para o público infantil 208

3.1 Introdução 208

3.2 Método e infraestrutura – ações em centros de saúde 209

3.3 Equipe necessária – ações em centros de saúde 210

3.4 Método e infraestrutura – ações em escolas de educação básica 210

3.5 Equipe necessária – ações em escolas de educação básica 214

3.6 Materiais de apoio disponíveis 214

3.7 Exemplos de experiências exitosas no tema 214

4. A abordagem educativa dos agentes de saúde, líderes comunitários, técnicos de saúde de nível superior e outros servidores do município 215

4.1 Introdução **215**

4.2 Método e infraestrutura **219**

4.2.1 Elaboração de um painel com mapas mentais sobre a situação de acumulação **220**

4.2.2 Apresentação das características da situação de acumulação 221
4.2.3 Elaboração do Mapa Falado 223
4.2.4 Realização da simulação de intervenção 224
4.2.5 *Checklist* de avaliação 226
4.3 Equipe necessária **227**
5. A abordagem educativa dos agentes de limpeza urbana 228
5.1 Introdução **228**
5.2 Método e infraestrutura **230**
5.2.1 Identificação das experiências de acumulação **231**
5.2.2 Apresentação sobre o tema **232**
5.2.3 Simulação de intervenção **232**
5.2.4 *Checklist* de avaliação **234**
5.3 Equipe necessária **235**
6. A abordagem educativa dos membros da proteção animal 235
6.1 Introdução **235**
6.2 Método e infraestrutura **236**
6.3 Equipe necessária **239**
7. A abordagem educativa para estudantes de Medicina Veterinária 239
7.1 Introdução 239
7.2 Método e infraestrutura 241
7.3 Materiais de apoio disponíveis 246
7.4 Exemplos de experiências exitosas no tema 249
8. A abordagem educativa para clínicos veterinários 253
8.1 Introdução 253
8.2 Método e infraestrutura 253
8.3 Equipe necessária 255
9. Referências 256

CAPÍTULO 8 259
ASPECTOS JURÍDICOS RELACIONADOS AOS CASOS DE ACUMULAÇÃO 259
1. Considerações iniciais: tríplice responsabilidade 259
2. Possibilidades de atuação no âmbito cível 261
2.1 O que fazer diante de um caso concreto em que seja necessária a atenção a pessoas e animais em situação de acumulação? 261
2.2 Considerações sobre responsabilidade civil ambiental e animal 262
2.3 Responsabilidade e instrumentos de atuação 264
2.4 A necessidade de se fomentarem políticas municipais de atenção à PSA e ao ASA 270
3. Aspectos penais da acumulação de animais 274
4. Da responsabilidade administrativa 284
5. Referências 288

CAPÍTULO 9 293
O QUE FAZER FRENTE À SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS? 293
1. Plano de ação piloto 295
2. Manejo dos animais em situação de acumulação em municípios pequenos 296
2.1 Avaliação clínica *in loco* - criação de vínculo 296
2.2 Políticas de manejo populacional de cães e gatos 297
2.3 Fontes de recursos 298
2.4 Passo a passo – mutirões de castração 300
2.5 Associações de municípios e consórcios intermunicipais 302
3. Considerações finais 303
4. Referências bibliográficas 304

CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS 307

ABREVIATURAS 310

Lista de abreviaturas 310

Glossário 311

ANEXOS 316

Instrumento de vistoria técnica em atenção aos casos de pessoas em situação de acumulação – animais/objetos 316

Anexo I – sugestão de questionário para classificação do indivíduo em situação de acúmulo de animais durante abordagem inicial do CIASA 325

Anexo II – *checklist* para avaliação de abrigos, criatórios, mantenedouros e lares temporários 329

Anexo III – *checklist* para avaliação do grau de bem-estar de animal felinos domésticos 349

Anexo IV – *checklist* para avaliação do grau de bem-estar animal de canídeos domésticos 356

Anexo V – *checklist* para avaliação do bem-estar de coelhos 363

Anexo VI – *checklist* para avaliação do grau de bem-estar animal de aves silvestres 375

Referências 402

Anexo VII – protocolo vacinal para cães e gatos em situação de abrigamento – protocolo pós-desastres/CRMV-MG 403

Fonte: Disponível em: www.oloboalfa.com.br

APRESENTAÇÃO

Falar sobre Acumulação de Animais é algo de extrema necessidade e relevância para o Brasil, país que tem um número crescente de cães e gatos em situação de rua. Essa população, na ausência ou ineficiência de políticas de manejo populacional, está sendo acolhida e abrigada por pessoas sem condições para tal, mantida em situações inadequadas que causam sofrimento psíquico, físico e social nos indivíduos que acolhem, nos animais e na vizinhança. **Como atuar nessas situações? As prefeituras estão preparadas? Os gestores públicos entendem que esse é um PROBLEMA de SAÚDE PÚBLICA, ou melhor, de SAÚDE ÚNICA? De quem é a responsabilidade? Por onde começar?**

O Brasil ocupa o segundo lugar no ranking de países com maior população de animais de estimação, atrás apenas dos Estados Unidos. E a população humana tem optado em não ter filhos e tutelar cães e gatos, que já superaram a população de crianças no país nos últimos anos - 52,2 milhões de cães e gatos no país, enquanto o número de crianças no mesmo período era de 44,9 milhões (IBGE, 2013). E esse número não pára de aumentar, especialmente na população felina. Em 2019, houve um aumento de quase três vezes no número de animais, alcançando 139,3 milhões de cães e gatos no país (Instituto Pet Brasil, 2019). Consequentemente, o número de animais abandonados também aumenta substancialmente e, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2014 existiam 30 milhões de cães e gatos em situação de rua.

Associado ao descontrole populacional, a presença de cães e gatos desacompanhados nas ruas representa um risco para os animais, que estão sujeitos à morte por atropelamento, brigas, doenças, fome, frio, dentre outros; e também para a sociedade e o meio ambiente, devido ao risco de zoonoses, agressões, atração de animais sinantrópicos, dentre outros. Embora Minas Gerais e outros estados tenham uma legislação estadual específica para o manejo populacional de cães e gatos, como a Lei Estadual N°21.970/16 (MINAS GERAIS, 2016), poucos municípios a colocam em prática, evidenciando a necessidade das autoridades, técnicos e proteção animal se prepararem para lidar com o tema. **Assim, quanto mais animais em situação de rua e menos políticas efetivas, maior é a tendência das pessoas recolherem os animais de forma descontrolada, resultando em um quadro de acumulação.**

Somado a esses dois fatores, observa-se que os hábitos de vida atuais da sociedade permitem que indivíduos com comportamentos diferentes do habitual se tornem cada vez mais invisíveis. Assim, pessoas em situação de acumulação geralmente ficam mais isoladas do convívio social por medo, rejeição e críticas por parte, principalmente, dos vizinhos e da família. E, devido à falta de senso coletivo da comunidade, as pessoas em situação de acumulação pouco são notadas e quando o problema é finalmente identificado, o caso já está muito avançado e mais difícil é a resolução.

As pesquisas sobre o transtorno de acumulação de animais são recentes e escassas, não havendo, ainda, uma uniformidade nas ações em atendimento ao caso. Cardoso e Bastos (2019) reforçam que onde há situação de acumulação, existe mobilização de muito sofrimento, onde a pessoas em situação de acumulação (PSA), os familiares, os animais e a população do entorno sofrem, e a sociedade que refuta a situação também é afetada de forma negativa, direta ou indiretamente. Até o momento, a resolução dos casos é longa e verifica-se quase 100% de recidivas.

Convidamos você, gestor(a) público(a), promotor(a), profissionais de saúde, protetor(a) de animais e comunidade, a entender melhor sobre o tema nos capítulos a seguir. Desejamos que ao final da leitura você esteja consciente sobre como a) identificar um caso de acumulação de animais no seu território, b) implantar um programa de vigilância e c) atuar de forma preventiva e/ou resolutiva por meio de práticas de bem-estar aos animais e seus responsáveis, buscando promover o fortalecimento das relações sociais e de saúde em nossos municípios.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, T. C. M.; DE SANTIS BASTOS, P. A. Acumuladores de animais: instrumento de vistoria técnica e perfil de casos no município de Guarulhos, SP, Brasil. Revista Brasileira de Ciência Veterinária, v. 26, n. 3, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População de animais de estimação no Brasil, 2013, em milhões. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-tematicas/insumos-agropecuarios/anos-anteriores/ibge-populacao-de-animais-de-estimacao-no-brasil-2013-abinpet-79.pdf.

INSTITUTO PET BRASIL. Censo Pet: 139,3 milhões de animais de estimação no Brasil. 2019. Disponível em: http://institutopetbrasil.com/imprensa/censo-pet-1393-milhoes-de-animais-de-estimacao-no-brasil/.

MINAS GERAIS. Lei Estadual Nº 21.970 de 15 de janeiro de 2016. Dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos.

Fonte: Acervo de perícias da CEDA

CAPÍTULO 1

DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO

Graziela Ribeiro da Cunha, Ilza Moreira Barbosa Prado, Luciana Imaculada de Paula

1. CONCEITO

O Transtorno de Acumulação foi definido como um diagnóstico de transtorno mental específico em 2013, na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), e foi caracterizado por uma dificuldade permanente em se desfazer de pertences, independentemente do seu valor real, como consequência de uma necessidade de conservá-los e do sofrimento associado com a possibilidade de descarte. A percepção de utilidade, valor estético, importância sentimental, responsabilidade pelo destino, receio do desperdício ou de perder alguma informação relevante são alguns dos motivos atribuídos a essa dificuldade de se desfazer. A acumulação resultante, congestiona, obstrui e compromete o uso de áreas de convivência (APA, 2013).

A ocorrência prévia de eventos traumáticos tem sido relatada por pessoas em situação de acumulação, servindo como fator desencadeante ou exacerbando os sinais da acumulação. Nesse contexto, a acumulação funciona como uma estratégia obsessiva e compulsiva de compensação (CUNHA, BIONDO, 2019).

A acumulação também pode ocorrer como consequência ou em conjunto com algum outro transtorno mental, como, por exemplo, no transtorno depressivo maior, em transtornos do espectro da esquizofrenia, transtornos neurocognitivos, transtornos de ansiedade social, transtorno de ansiedade generalizada ou transtorno obsessivo-compulsivo. O comportamento de acumulação ainda pode ocorrer na Síndrome de Diógenes, na disposofobia, na demência, entre outras, podendo estar acompanhado de autonegligência, sujeira, miséria e falta de percepção (FROST, et al, 2011; APA, 2013; IRVINE, NWACHUKWU, 2014).

Portanto, ao longo deste guia iremos nos referir a "pessoas em situação de acumulação", seus animais e o ambiente em que vivem, seja em decorrência do transtorno de acumulação ou de outros transtornos associados.

> ***O que é a acumulação de animais?***
> *A Associação Americana de Psiquiatria considera a acumulação de animais como uma manifestação especial do Transtorno de Acumulação, definida pela acumulação de muitos animais associada a falhas em proporcionar cuidados mínimos aos animais e em agir sobre a condição deteriorante desses animais e do ambiente em que vivem (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).*

Patronek et al. (2006) definem 4 características principais que podem auxiliar na identificação de uma situação de acumulação de animais:

1. Ausência de fornecimento de padrões mínimos de saneamento, espaço, alimentação e/ou cuidados veterinários aos animais;
2. Incapacidade de reconhecer os efeitos dessas falhas no bem-estar dos animais, da família e do meio ambiente;
3. Obsessão por acumular cada vez um número maior de animais, independentemente da progressiva deterioração das condições;
4. Negação ou minimização dos problemas.

Imagem: *Animais em situação de acumulação.*
Fonte: *Eliana Malta.*

É o número de animais que determina uma situação de acumulação? Não!

A quantidade de animais alojados nas situações de acumulação pode variar de dezenas a centenas dependendo do caso (MILLER, ZAWISTOWSKI, 2013).

Então o que determina uma situação de acumulação de animais?

Deve-se levar em consideração a maneira como esses animais são mantidos, verificando a existência dos padrões mínimos de cuidados e o comportamento da pessoa perante a situação. Geralmente ocorre a manutenção de um número de animais que é incompatível com a capacidade de prover cuidados. É nesse ponto que podemos diferenciar um caso de acumulação de um caso de proteção animal, pois em ambos pode haver um grande número de animais, porém, os protetores de animais, via de regra, oferecem os cuidados mínimos a eles, buscando o tratamento, a reabilitação e a realocação desses animais na sociedade por meio da adoção, o que não ocorre nos casos de acumulação (CUNHA, BIONDO, 2019).

Recapitulando, devemos estar atentos a dois sinais vermelhos muito importantes:

- **1°** Desorganização do espaço, os cômodos perdem a função original. Exemplo: o sofá perdeu a função de sentar, a pia perdeu a função de lavar, e assim por diante.

- **2°** Não é o número de animais acumulados, mas sim a relação do indivíduo com eles. Os animais são privados de bem-estar, não há conforto e as condições de higiene são precárias. Além disso, a pessoa em situação de acumulação tende a negar o problema, o que pode vir acompanhado da falta de entendimento da questão, não aceitando a doação e tratamento dos animais.

Imagem: *Animal em imóvel em situação de acumulação.*
Fonte: *Ministério Público do Estado de Minas Gerais.*

Tendo isso em vista, sugere-se que, para a correta identificação de possíveis casos de acumulação de animais, seja feita uma avaliação multidisciplinar e domiciliar dos casos, verificando as condições de manutenção dos animais (ver "Capítulo 3 - Criação do CIASA").

Quais as consequências de uma situação de acumulação de animais?

A acumulação de animais é considerada um risco à saúde única, pois impacta diretamente a saúde e a segurança das pessoas, dos animais e do ambiente em que eles vivem.

- **Para o indivíduo:** As consequências negativas podem ser enormes e tendem a piorar com o passar do tempo, envolvendo prejuízos nos aspectos emocionais, sociais, profissionais, financeiros, legais e na manutenção de um ambiente seguro e saudável para si e para os outros, inclusive para os animais. O indivíduo geralmente evita situações de exposição, não recebe visitas, impede a entrada das autoridades, se isola da sociedade, e como consequência, os casos acabam sendo negligenciados, se tornando crônicos (APA, 2013; CUNHA, BIONDO, 2019).

A percepção do indivíduo acometido perante a situação em que se encontra geralmente é diminuída ou inexistente, portanto, é comum encontrarmos o ambiente em situação extremamente insalubre. Devido ao possível acúmulo de fezes e urina dos animais, de restos de comida e utensílios inservíveis, nota-se o odor desagradável e a formação de um ambiente propício para o aparecimento de doenças, contaminação e proliferação de vetores e roedores que podem ser agentes de disseminação de zoonoses (REINISCH, 2008; CAIXETA, 2011; FONTENELLE, 2014).

- **Para os animais:** Animais que vivem em situação de acumulação geralmente não possuem cuidados veterinários básicos, vivendo em condições de superlotação e insalubridade, que podem causar diversas alterações fisiológicas e psicológicas. As condições clínicas mais comuns dos animais em situação de acumulação são infecções respiratórias, doenças gastrointestinais, doenças infectocontagiosas, doenças crônicas, parasitismo, doenças de pele, desnutrição, além de outras evidências de negligência (POLAK et al., 2014; CALVO et al., 2014).. A aglomeração severa e não natural, a falta de socialização e a disputa frequente por alimento e espaço podem levar os animais ao estresse crônico e eles acabam ficando sujeitos ao desenvolvimento de problemas comportamentais. Com isso, eles podem desenvolver medo, agressividade, ansiedade de separação, angústia, hipersensibilidade ao toque e posse excessiva por materiais ou objetos, comprometendo seu bem-estar (CALVO et al., 2014; MCMILLAN et al., 2016). Todas essas condições representam sofrimento para os animais nas situações de acumulação, sendo considerados como maus-tratos, e dificultando a destinação desses animais para outros locais, inclusive para tratamento veterinário. Porém, há de se considerar que existe uma forte ligação positiva da pessoa para com seus animais. Sendo assim Patronek (2008), se refere às situações de acumulação de animais como a terceira dimensão dos maus-tratos contra animais (Quadro 01) (REINISCH, 2008; PATRONEK, 2008; POLAK et al., 2014; CUNHA, BIONDO, 2019).

Quadro 1. Classificação e características dos maus-tratos (GOMES et al., 2021).

CLASSIFICAÇÃO DOS MAUS-TRATOS	TIPO	FREQUÊNCIA/ DETECÇÃO PELOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	CONCEITO	EXEMPLOS DE SITUAÇÕES/SUSPEITA NA DETECÇÃO DOS MAUS-TRATOS
Maus-tratos passivo/ Maus-tratos não intencional/ Negligência	• Negligência/ omissão	• Alta frequência • Situações invisibilizadas na • população Pouco detectado pelas autoridades	• Ato de omissão que significa falta de cuidado e falha em fornecer as necessidades básicas do animal. • Falha em fornecer necessidades físicas, naturais e/ou emocionais. Por ex: falta de água, comida, abrigo adequado, falta de afeto, falta de medicamentos, falta de atendimento veterinário.	• Animal com baixo escore corporal; Animal com pelos embolados e sujos; • Definhamento progressivo; • Ambiente sem aspectos sanitários adequados; • Ausência de abrigo contra sol, chuva e/ou vento; • Animal em local restrito impossibilitado de se movimentar; • Animal com recorrente doença infecciosa.
	• Acumulação de animais	• Baixa frequência • Casos somente são detectados quando estão agravados • Ausência de identificação preventiva	• A acumulação de animais pode ser definida como um tipo de transtorno mental caracterizado pela posse de um excessivo número de animais associado à falta de cuidado com os mesmos, gerando condições precárias para a vida e saúde dos animais, da própria pessoa e da saúde coletiva.	• Número excessivo de animais; animais em condições precárias; cuidado contínuo inadequado; relatos de vizinhos sobre mau odor e/ou presença de roedores e insetos; dificuldade do tutor em doar animais.
Maus-tratos ativo/ Maus-tratos intencional/ Crueldade Animal	• Físico • Psicológico • Emocional • Abuso sexual	• Frequência média • Pouco detectado	• Comportamento intencional que gera dor desnecessária, ferimentos, sofrimento, angústia, incluindo o abuso físico, sexual, emocional/psicológico ou a morte de um animal.	Lesões, traumas, fraturas sem causa aparente; Lesões recorrentes; Traumas oculares; Fraturas múltiplas; Traumas na cabeça; Histórico desconexo e/ou incompatível com a natureza do trauma; Comportamento atípico do animal (medo, estresse, submissão, ansiedade, agressividade).

• **Para o ambiente e comunidade impactada:** Já para o ambiente e para a sociedade, existem alguns perigos relacionados à acumulação. Os imóveis utilizados são mais propensos aos incêndios, desabamentos e acidentes, devido ao grande acúmulo de objetos, colocando em risco a vida dos moradores e da vizinhança (CHERRIER, PONNOR, 2010; CARDOSO, BASTOS, 2019). Ademais, por se tratar de um ambiente desorganizado, com múltiplos comedouros e bebedouros expostos, com a presença de acúmulo de fezes e urina, muitos animais sinantrópicos, como baratas, ratos, pombos, escorpiões e mosquitos, podem ser atraídos para o local e além do incômodo, podem transmitir doenças para os animais e para as pessoas, tais como leishmaniose, dengue, toxoplasmose, leptospirose, tétano, criptococose, larva migrans e até mesmo envenenamento, como nos acidentes com escorpiões (CUNHA et al., 2021). Esses problemas podem ultrapassar os limites das casas das pessoas em situação de acumulação e irem para a vizinhança, tornando-se um problema sério de saúde pública. Agrava-se ao fato que, geralmente, a própria comunidade estimula o comportamento de acumulação ao abandonar os animais ou exigir a participação da PSA em ações imediatas como, por exemplo, abrigamento de animais em situação de maus tratos, dentre outros (ARLUKE et al., 2017). Além disso, o acesso à residência da PSA se torna mais complicado já que, muitas vezes, os arredores das casas estão repletos de vegetação, entulhos e inservíveis, maximizando os riscos. Essa dificuldade de acesso se estende inclusive pela rua, quanto mais isolada da população a pessoa vive.

Imagem: *Imóvel em situação de acumulação com acúmulo de materiais.*
Fonte: *Ministério Público do Estado de Minas Gerais.*

2. HISTÓRICO E DISTRIBUIÇÃO DE CASOS DE TRANSTORNO DE ACUMULAÇÃO

A partir da busca de artigos científicos, fica claro que o problema começa a ser explorado em profundidade a partir do ano 2000. No contexto científico, o estudo da acumulação de animais é considerado algo novo.

2.1 Distribuição Mundial

No cenário internacional, Estados Unidos e Europa, as estimativas são de que o transtorno esteja presente em aproximadamente 2 a 6% da população. A maioria dos indivíduos que acumula animais, também acumula objetos. Nos EUA estima-se que podem ser reportados cerca de 5.000 novos casos anuais, envolvendo mais de 250 mil animais (APA, 2013; TAVOLARO, CORTEZ, 2017). Veja na tabela a seguir a situação de acumulação em alguns países.

Tabela 1. Prevalência dos casos de acumulação em publicações internacionais.

LOCAL	PREVALÊNCIA	REFERÊNCIA
Estados Unidos	0,26%	Henriques et al., 2018
Alemanha	4,6%	
Itália	6%	
Austrália	0,1%	
Reino Unido	1,5%	Rocha et al., 2018
Holanda	2,12%	
Espanha	0,03%	Lozano et al., (2014)

Segundo Frost et al (2015), estimativas de pesquisas de agências de controle de animais e sociedades humanitárias sugerem que existam aproximadamente 3.000 casos relatados de acumulação de animais anualmente nos EUA. Relatos de casos indicam que entre 31% e 100% dos indivíduos que acumulam animais também acumulam bens inanimados (ARLUKE et al., 2002; STEKETEE et al., 2011).

Para identificação dos casos, é necessário entender qual é o perfil de pessoas em situação de acumulação, como descrito na **Tabela 2**.

Tabela 2. Perfil das pessoas em situação de acumulação de animais em publicações internacionais.

CARACTERÍSTICA	PREDOMÍNIO	PREDOMÍNIO	OBSERVAÇÕES
Idade média	60 anos ou mais	Faixa etária entre 23 e 96 anos, sendo que o comportamento pode começar a se manifestar na meia-idade.	Patronek, 1999; Calvo et al., 2014
Sexo	Feminino	Varia entre 51-83% dos casos.	Patronek, 1999; Arluke et al., 2002; Calvo et al., 2014
Interação social	Solitários	A maior parte são solteiros, viúvos ou divorciados. Cerca de 45% mora sozinho, 11% estão em isolamento social e 65% já aposentou. Além disso, 90% não procuram o serviço social e 86% não possuem família.	Worth & Beck, 1981; Patronek, 1999; Arluke et al., 2002; Steketee et al., 2011
Relação com a situação	Negação	Apenas 5,1% demandam algum tipo de ajuda, 16,9% reconhecem o problema e 8,8% justificam o acúmulo. Em alguns estudos, até 88% não reconhecem que há um problema instaurado.	Calvo et al., 2014
Idade de detecção/ primeira ocorrência	40-64 anos	70% dos casos neste intervalo de idade	Joffe et al., 2014

Dentre os animais acumulados, cães e gatos são os mais encontrados, sendo que em. alguns lugares os cães ocupam o primeiro lugar e em outros os gatos ocupam a primeira posição (FROST et al., 2015). Entretanto, outras espécies podem ser observadas, como demonstrado na **Tabela 3**.

Tabela 3. Espécies mais encontradas em situação de acumulação nas publicações internacionais.

ESPÉCIE	CASO	REFERÊNCIAS
Cães, gatos, aves, répteis, pequenos mamíferos, cavalos e ruminantes (vacas, cabras e ovelhas	Em um estudo avaliando 71 casos de PSA, relatou-se gatos em 81,7% das situações, cães em 54,9%, aves em 16,9%, répteis em 5,6%, pequenos mamíferos em 11,3%, cavalos em 5,6%, e, vacas, cabras e ovelhas em 5,6%.	Arluke et al., 2002
Cães, gatos e animais de fazenda	Em um estudo de 56 casos de PSA, 46% envolviam cães, 34% envolviam gatos, e os demais 20% foram distribuídos entre pássaros, animais de fazenda, coelhos e cavalos	Berry et al., 2005 apud Arluke et al., 2017.
Cavalos	No Canadá, um homem foi relatado mantendo 41 cavalos, alguns com sérios agravos de saúde e algumas carcaças já em decomposição..	Reinisch, 2009
Coelhos	No Canadá, uma mulher foi relatada mantendo 34 coelhos em gaiolas com elevada sujidade.	Reinisch, 2009
Cães, vaca, porcos, coelhos e aves	Na República Tcheca, ocorreu um caso de um homem com 80 cães, uma vaca, dois porcos, um coelho e alguns galliformes em condições insatisfatórias, sem nenhum cuidado veterinário.	Ondrácek, Žák, 2014
Cisnes	Uma mulher "resgatou" 150 cisnes ao longo de vários anos trazendo até 10 animais de cada vez para seu apartamento de um cômodo.	Svanberg, Arluke, 2016
Cães, gatos e cavalos	Na Itália, uma PSA foi descrita com um total de aproximadamente 450 animais, entre cães, gatos e cavalos, entre 2005 e 2019.	D'Angelo et al., 2020

Em relação à acumulação simultânea de mais de uma espécie, Calvo e colaboradores (2014), constataram que 79% dos casos descritos na Espanha envolveram uma única espécie, sendo que o número típico de animais nesses casos variou de 12 a 159 animais.

2.2 Distribuição no Brasil

E no Brasil, como é? Os dados referentes à prevalência do transtorno de acumulação de animais no contexto brasileiro ainda não estão disponíveis em todos os estados, apesar de já existirem estudos mais detalhados em alguns municípios brasileiros. Foram levantados alguns dados referentes aos casos de acumulação no Brasil.

Tabela 4. Perfil das denúncias de acumulação nas publicações do Brasil.

LOCAL	ANO	ANO	REFERÊNCIA
Curitiba, Paraná	2012	Das 2,162 denúncias de maus-tratos da cidade, 81 (3,7%) tratavam de acúmulo de animais.	Rocha et al., 2012
	2013 a 2015	Das 226 denúncias, 113 (50%) foram confirmadas como acúmulo compulsivo, das quais 48 (42,5%) de objetos, 41 (36,3%) de animais e 24 (21,2%) de objetos e animais, representando uma taxa de 6,45 casos para cada 100.000 habitantes.	Cunha et al., 2017
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	1998-2013	Em uma análise de 420 pacientes com TOC, dois apresentavam comportamentos de acumulação de animais (0,47%).	Campos-Lima et al., 2015
Porto Alegre, Rio Grande do Sul	2017	De 75 casos potenciais de acumulação de animais, 33 (44%), confirmaram a situação, totalizando 1.357 animais acumulados. Além disso, 56,7% dos casos confirmados também acumulavam objetos.	Ferreira et al., 2017
Guarulhos, São Paulo	2019	A maior parte das pessoas em situação de acumulação eram desempregadas (42%) ou aposentadas (42%) e, ainda, 8,3% eram catadoras de materiais recicláveis. Foram registradas comorbidades, ou seja, doenças associadas, como hipertensão e diabetes (25%); etilismo (17%); depressão (17%); surdez (8%); artrose (8%) e epilepsia (8%). Sobre antecedentes familiares e emocionais, foram registrados ocorrência de incêndio residencial (17%), doença ou morte de cônjuge (17%), presença de usuário de drogas na família (8%) e filho com transtorno psiquiátrico (8%). Destes, 67% recebem acompanhamento pelas Unidades Básicas de Saúde, por meio de serviços de saúde básica e acompanhamento psicológico.	Cardoso e Bastos, 2019
Belo Horizonte, Minas Gerais	2018	De 35 casos de acumulação de animais, a maioria dos indivíduos com apresentava idade acima de 60 anos (47%), do sexo feminino (86%) e escolaridade inferior ao ensino médio (57,14%). A renda familiar foi de até um salário mínimo em 34,29% casos, com 48,57% residindo com mais de uma pessoa. As condições higiênico-sanitárias do ambiente dos animais era regular em 45,71%, e, 65,71% nunca haviam levado seus animais para atendimento veterinário. As principais dificuldades no acompanhamento dos casos, foram problemas relacionados ao ambiente (42,86%) e a principal facilidade foi a receptividade ao trabalho da equipe (68,57%).	Teixeira et al., 2018

Estudos realizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil descreveram o perfil das espécies mais acumuladas, como demonstrado na **Tabela 5**.

Tabela 5. Espécies mais acumuladas nos estudos publicados no Brasil.

LOCAL	CASO	REFERÊNCIA
Porto Alegre/RS	De 1.347 animais, 915 (68%) eram cães, 382 (28%) eram gatos e 50 (4%) eram patos.	Ferreira et al, 2017
São Paulo/SP	De 700 denúncias recebidas por excesso de animais por ano, 504 (72%) eram referentes a cães e 196 (28%) a gatos. Destas, 350 (50%) se tratavam de acumulação.	Tommaso, 2017
Belo Horizonte/MG	O número médio de animais por imóvel foi de 20, sendo que gatos foram encontrados na maioria dos casos.	Teixeira et al., 2018
Guarulhos/SP	Os principais animais acumulados foram cães e gatos, porém houve relatos de outras espécies como galinha, pato e jabuti. O número médio de animais por residência foi 49.	Cardoso e Bastos, 2019

Além disso, no Brasil, foram descritas algumas características comuns de pessoas em situação de acumulação de animais, como demonstrado na **Tabela 6**.

Tabela 6. Perfil das pessoas em situação de acumulação de animais no Brasil.

CARACTERÍSTICA	PREDOMÍNIO	OBSERVAÇÕES
Idade média	60 a 62 anos	Cerca de 60% dos casos. A idade pode variar de 33 a 84 anos.
Sexo	Feminino	Cerca de 62% dos casos.
Grau de escolaridade	Ensino médio	A maior parte (64%) possui ensino médio completo ou formações superiores.
Interação social	Solitário	Quase 70% dos casos vivem sozinhos ou com apenas uma pessoa. Pode haver relação com transtorno de bipolaridade e a depressão.
Comorbidades	Diabetes, hipertensão, depressão e câncer	Em até 77%, observou-se comorbidades, tais como diabetes,hipertensão, depressão e câncer. Além disso, até 54% exibem comportamentos de baixo auto-cuidado higiênico.

Fonte: Adaptado de Cardoso e Bastos, 2019; Cunha et al., 2021.

2.3 - Custos da acumulação de animais

Do ponto de vista dos recursos, os casos de acumulação de animais requerem mais envolvimento dos órgãos competentes para a resolução do que os casos de acúmulo de objetos, e os procedimentos legais podem resultar em custos substanciais mais elevados (FROST, et al., 2015).

Apesar das PSA constituírem uma parcela relativamente pequena da população, elas representam um custo econômico significativo devido aos gastos com serviços de resgate e incêndio, serviços de saúde e sociais, além de gastos com benefícios por desemprego e invalidez. Na Austrália, o corpo de bombeiros para incêndios residenciais mostrou que a acumulação compulsiva responde por 24% de todas as mortes evitáveis por incêndio, e que o custo médio do combate a incêndios associados à acumulação é cerca de oito vezes maior comparado ao de incêndios que não envolvem acumulação. Mais recentemente, na Inglaterra, os serviços de resgate e incêndio estimaram que o custo médio com pessoas em situação de acumulação situa-se em torno de 107.784 libras por ano. Além dos custos já citados, temos que considerar também os custos sociais para os indivíduos e suas famílias que têm impactos na qualidade de vida, saúde física e mental (FROST, et al., 2011; NEAVE et al., 2017), assim como os custos relacionados aos cuidados com os animais envolvidos na situação de acumulação. Por exemplo, no Brasil, um estudo realizado em 2016, pela Secretaria Especial de Direito dos Animais do Rio Grande do Sul e a PUC-RS, revelou um alto custo no abrigamento de cães oriundos de acumulação, conforme demonstrado na **Tabela 7**.

Tabela 7. Custos de abrigamento de cães oriundos de acumulação no Brasil.

EM 2016, A SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS DO RIO GRANDE DO SUL POSSUÍA 164 ANIMAIS SOB SUA TUTELA.
Cada cão custa R$11,53 por dia
Cada cão custa R$4.196,92 por ano.
Em cinco anos cada cão tem o custo total de R$20.984,60.
Em cinco anos os 164 cães custam R$3.441.474,40.

Fonte: *Adaptado de Cardoso e Bastos, 2019; Cunha et al., 2021.*

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do cenário de acumulação de animais descrito anteriormente apontar para um número crescente de animais acumulados, com alta vulnerabilidade da população acometida, em sua maioria mulheres, idosas, desamparadas, exposta aos riscos ambientais, sociais e individuais graves, faz-se urgente a criação de políticas públicas para o tema. Assim, os municípios devem estar preparados para lidar com os casos. Como atuar nesse importante problema de saúde pública? Os primeiros passos serão discutidos no próximo capítulo.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, D., CIANI, F., ZACHERINI, A., TAFURI, S., ALVALLONE, L. INGEO, S., QUARANTA, A. Human- animal relationship dysfunction: a case study of hoarding in Italy. Animals (Basel). 2020 Aug 25;10(9):1501.Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/343864329_Human-Animal_Relationship_Dysfunction_A_Case_Study_of_Animal_Hoarding_in_Italy> Acesso em:04/01/2021

APA (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION). Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-V). Fifth. American Psychiatric Association, editor. American Psychiatry Publishing. Arlington, USA.; 2013. p. 991.

ARLUKE, A., PATRONEK, G., LOCKWOOD, R. et al. Animal hoarding. In: MAHER, J., PIERPOINT, H., BEIRNE, P. (Ed.), The Palgrave International Handbook of Animal Abuse Studies. Palgrave handbooks, 2017, p. 107-129.

BERRY, C., PATRONEK, G.J., LOCKWOOD, R. Animal hoarding: a study of 56 case outcomes. Animal Law, v. 11, p. 167-194, 2005.

CAIXETA, L.; AZEVEDO, P.V.B.; CAIXETA, M.; REIMER, C.H.R. Psychiatry disorders and dengue: Is there a relationship? Arq neuropsiquiatr. 2011;69(6):920–3.

CAMPOS-LIMA, A.L., TORRES, A.R., YUCEL, M. et al. Hoarding pet animals in obsessive-compulsive disorder. Acta Neuropsychiatr, v. 27, p. 8-13, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/neu.2014.29>.

CARDOSO, T. C. M., BASTOS, P. A. S. PSAes de animais: instrumento de vistoria técnica e perfil de casos no município de Guarulhos, SP, Brasil. Revista Brasileira Ciência Veterinária, v. 26, n. 3, p. 75-81, jul./set. 2019. Disponível em: http://periodicos.uff.br/rbcv/article/view/27645/23155 acesso em: 27/12/2020.

CALVO, P., DUARTE, C., BOWEN, J. et al. Characteristics of 24 cases of animal hoarding in Spain. Animal welfare, v. 23, p. 199-208, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.7120/09627286.23.2.199>.

CHERRIER, H., PONNOR, T. A study of hoarding behavior and attachment to material possessions. Qualitative Market Research, v. 13, 2010. Disponível em<https://doi.org/1

0.1108/13522751011013945>.

CUNHA, G. R., BIONDO, A. W. Acumulação de animais. In: GARCIA, R. C. M.; CALDERÓN, N.; BRANDESPIM, D. F. Medicina veterinária do coletivo: fundamentos e práticas. 1. ed. São Paulo: Integrativa Vet Brasil, 2019. p. 172-178. ISBN: 978-6580244003.

CUNHA, G. R., MARTINS, C. M., PELLIZZARO, M., PETTAN-BREWER, C., BIONDO, A.W.. Sociodemographic, income, and environmental characteristics of individuals displaying animal and object hoarding behavior in a major city in South Brazil: A cross-sectional study. Veterinary World , p. 3111-3118, 2021.

CUNHA, G.R., MARTINS, C. M., VALENTE, M. F. C., SILVA, L. L., MARTINS, F. D., FLOETER, D., ROBERTSON, J. V., FERREIRA, F., BIONDO, A.W. Frequency and spatial distribution of animal and object hoarder behavior in Curitiba, Paraná State, Brazil. Cad. Saúde Pública, v. 33, n. 2, 2017. Disponível em: http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/69/frequncia-e-distribuio-espacial-do-acmulo-compulsivo-de-animais-e-objetos-em-curitiba-paran-brasil acesso em: 30/12/2020

DUARTE, V.R., BONFIM, C.V., SILVA, G., SANTOS, L.F. PSAes: Multidisciplinaridade em ação. An Congresso Brasileiro Med. Fam. Comunidade. Belém, 2013. Mai p.6 Disponível em: https://www.cmfc.org.br/brasileiro/article/view/228 Acesso em:27/12/2020

D'ANGELO, D., CIANI, F., ZACCHERINI, A. et al. Human-Animal Relationship Dysfunction: A CaseStudy of Animal Hoarding in Italy. Animals, v. 10, 1501, 2020. Disponível em: <10.3390/ani10091501>.

FERREIRA, E.A., PALOSKI, L.H., COSTA, D.B., FIAMETTI, V.S., DE OLIVEIRA, C.R., DE LIMA ARGIMON, I.I., GONZATTI, V., IRIGARAY, T.Q. Animal Hoarding Disorder: A new psychopathology? Psychiatry Res. 2017 Dec; 258:221-225. doi: 10.1016/j.psychres.2017.08.030. Epub 2017 Aug 18. PMID: 28843626. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165178117301518 Acesso em: 04/01/2021

FERREIRA, E. A. PSAes de animais: caracterização do perfil psicopatológico. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para obtenção de título de Mestre em Psicologia. Porto Alegre dez 2016. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7151 Acesso

em: 27/12/2020

FONTENELLE, L. F., GRANT, J. E. Hoarding disorder: a new diagnostic category in ICD-11? Brazilian Journal of Psychiatry, v. 36, n. 1, p. 28- 39, 2014. ISSN: 1516-4446.

FROST, R. O: PATRONEK, Gary; ARLUKE, Arnold; STEKETEE, Gail. The Hoarding of Animals: An Update. Psychiatric Times, Vol 32 No 4, Volume 32, Issue 4. April 30, 2015. Disponível em: https://www.psychiatrictimes.com/view/hoarding-animals-update acesso em: 30/12/2020
FROST, R.O., STEKETEE, G., TOLIN, D.F. Comorbidity in hoarding disorder. Depress Anxiety. 2011;28(10):876–84.

HENRIQUES, L.F., COSTA, M.M., SABBO, C., BERUSA, A.A.S. PSAes: uma revisão integrativa do potencial risco de disseminação de doenças transmitidas por vetores e outros animais nocivos à saúde. Trabalho de pesquisa desenvolvido no Programa de Aprimoramento Profissional no período de 2016-2018. Síntese de evidências qualitativas para informar políticas de saúde. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/10/1022596/bis-v20n2-sintese-de-evidencias-qualitativas-125-138.pdf acesso em 27/12/2020.

IBGE - População de animais de estimação no Brasil - 2013 - Em milhões. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-tematicas/insumos-agropecuarios/anos-anteriores/ibge-populacao-de-animais-de-estimacao-no-brasil-2013-abinpet-79.pdf Acesso em:1/12/2020

INSTITUTO PET BRASIL. Censo Pet: 139,3 milhões de animais de estimação no Brasil Disponível em: http://institutopetbrasil.com/imprensa/censo-pet-1393-milhoes-de-animais-de-estimacao-no-brasil/ Acesso em:31/12/2020

IRVINE, J.D., NWACHUKWU, K. Recognizing Diogenes syndrome: A case report. BMC Res Notes. 2014;7(1).

JOFFE, M., SHANNESSY, D.O., DHAND, N.K., WESTMAN, M., FAWCETT, A. Characteristics of persons convicted for offences relating to animal hoarding in New South Wales. Australian Veterinary Journal, v.92 n.10, 369-375. Set. 2014. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/41242067.pdf Acesso em: 30/12/2020

JÚNIOR, A. B. S., OLIVEIRA, C.S.F, SOARES, D.F.M., GOMES, L.B., XAULIM, G.M.D.R., TEOTÔNIO, H.C., PAIVA, M.T. Transtorno de Acumulação de Animais: identificação, classificação e possíveis medidas a serem tomadas. Revista V&Z Em Minas | Ano XXXIX | Número 143 | Out/Nov/Dez, 2019 p.24-28Disponível em: http://crmvmg.gov.br/RevistaVZ/Revista143.pdfAcesso em: 17/12/2020

LIMA, R. PSAes compulsivos uma nova patologia psíquica. Revista Espaço Acadêmico. n 126 nov 2011 p.208-2015.Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15203 Acesso em: 27/12/2020

LOZANO, E.R., FUILLERAT, C.O., NOVALDOS, G. B., ANTÓN, M.S., GUTIÉRREZ, F.G., PÉREZ, C. B. Características sociodemográficas de pessoas com comportamento de acumulação / transtorno de acumulação (síndrome de Diógenes) na cidade de Madrid. Estudo de casos. Revista Asoc. Esp. Neuropsiq. vol.34 no.124 Madrid, 2014. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0211-57352014000400002 acesso em:27/12/2020

MILLER L, ZAWISTOWSKI S. Shelter Medicine for Veterinarians and Staff. Second Edi. Miller L, Zawistowski S, editors. Vol. 229. JohnWiley & Sons, Inc.; 2013. 717 p.

NADAL, Z., FERRARI, M., LORA, J., REVOLHO, A., NICOLAS, F., ASTEGIANO, S., VIDELA, M.D. Noah's Syndrome: Systematic Review of Animal Hoarding Disorder. Human-Animal Interaction Bulletin. Volume10, n 1, p. 1-21. Nov. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346109302_Noah's_Syndrome_Systematic_Review_of_Animal_Hoarding_Disorder Acesso em: 27/12/2020

OCKENDEN, E.M., GROEF, B., MARTSON, L. Animal Hoarding in Victoria, Australia: Na Exploratory Study. Anthrozoos A Multidisciplinary Journal of The Interactions of People & Animals v.27 (1): p. 33-47, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259761248_Animal_Hoarding_in_Victoria_Australia_An_Exploratory_Study Acesso em:30/12/2020

ONDRÁCEK, P., ŽÁK, J. Investigation of a recent case of animal hoarding in the Czech Republic. Proceedings of 21st International Conference on Animal Protection and Welfare, Brno, Czech Republic, p. 187-190, 2014.

PATRONEK, G. Animal hoarding: A third dimension of animal abuse. In: ASCIONE FR, editor. The International Handbook of Animal Abuse and Cruelty: Theory, Research, and Application. 1st ed. Purdue University Press; 2008. p. 221–40.

PATRONEK, G.J., LOAR, L., NATHANSON, J.N. Animal Hoarding: Structuring interdisciplinary responses to help people, animals and communities at risk. Hoarding of Animals Research Consortium. 2006. p. 50.

PATRONEK, G.J. Hoarding of animals: an under-recognized problem in a difficult to study population. Public Health Rep, 1999; 144: 81-87. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1308348/pdf/pubhealthrep00029-0083.pdf Acesso em 29/12/2020

POLAK, K.C., LEVY, J.K., CRAWFORD, P.C., LEUTENEGGER, C.M., MORIELLO, K.A. Infectious diseases in large-scale cat hoarding investigations. Vet J. 2014;201(2):189–95.

REINISCH, A.I. Characteristics of six recent animal hoarding cases in Manitoba. Can Vet J., v. 50, n. 10, p. 1069-1073, 2009. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2748289/>.

REINISCH, A.I. Understanding the human aspects of animal hoarding. Canadian Veterinary Journal. V49, p.1211-1215, 2008.

ROCHAS. M., CUNHA, G. R., BIONDO, A. W. Perfil das denúncias de PSAes de animais da cidade de Curitiba-PR. Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP, v. 13, n. 2, p. 81-81, 10 nov. 2015. Disponível em: https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/28203 acesso em: 27/12/2020

SCHMIDT, D.R., MÉA, C.P.D., WAGNWE, M.F. Transtorno da Acumulação: características clínicas e epidemiológicas. Revista CES Psicología,Volumen 7 Número 2 Julio-Diciembre 2014 pp.27-43. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/cesp/v7n2/v7n2a04.pdf acesso em: 27/12/2020

SILVA, A. A., ALCÂNTRARA, M.A. PSAes de animais e ou objetos. Revista Eletrônica Biociências, Biotecnologia e Saúde, Curitiba. N12 maio-ago 2015 p.52-53

SILVA, A. A., ALCÂNTARA, M. A. PSAes- Relato de Caso. Caderno de Saúde Pública. Biblioteca Digital de Períodicos. P 13-15 Disponível em: https://revistas.ufpr.br/veterinary/article/downloadSuppFile/49001/26357 Acesso em:27/12/2020

STUMPF, B. P., HARA, C., ROCHA, F. L. Transtorno de Acumulação: Uma revisão. Hoarding disorder: a review. Geriatrics Georontolgy And Aging. V.12 p. 54-64, 2018. Disponível em: https://cdn.publisher.gn1.link/ggaging.com/pdf/v12n1a10.pdf Acesso em 15/12/2020

SVANBERG, I., ARLUKE, A. The Swedish Swan Lady Reaction to an Apparent Animal Hoarding Case. Society & Animals, v. 24, p. 63-77, 2016.

TAVOLARO, P., CORTEZ, T.L. A acumulação de animais e a formação de veterinários. Atas de Saúde Ambiental (São Paulo, online), Vol. 5, JAN-DEZ, 2017, p. 194-211. Disponível em: https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/ASA/article/view/1386/1183 acesso em:27/12/2020

TEIXEIRA, G.N.R.F. et al. Mapeamento e caracterização do perfil dos PSAes de animais da regional Venda Nova do município de Belo Horizonte. Anais do V SEMINÁRIO DE DEFESA ANIMAL: DESAFIOS DA SOCIEDADE CIVIL E DO PODER PÚBLICO Belo Horizonte, 2018.

TOMMASO, V.G. Análise de denúncias de excessos de cães e gatos no município de São Paulo no período de 2006 a 2015. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Mestre em Ciências. São Paulo 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-04072017-100625/pt-br.php Acesso em 30/12/2020

Fonte: Acervo de perícias da CEDA

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO: COMO IMPLANTÁ-LAS NO SEU MUNICÍPIO?

Adriana Araújo, Ive Pignolati, Júlio Cesar Pereira da Silva Júnior, Stefanie Sussai, Vania de Fátima Plaza Nunes.

1. INTRODUÇÃO

A ocorrência dos casos de pessoas em situação de acumulação (PSA) é um fato que acontece em silêncio em diferentes cidades, bairros ou regiões e só é descoberta e abordada em momentos mais críticos, em geral pelos diversos motivos afeitos àqueles que causam incômodos, levando aos vizinhos, moradores, família, a buscarem quem possa "resolver a situação".

Como geralmente os casos são identificados? A maioria dos casos chega ao conhecimento da proteção animal do município, organizada ou independente, como pedidos de socorro, em virtude do sofrimento dos animais. Muitos casos são denunciados diretamente à polícia ou ao Ministério Público por envolverem suspeitas de maus-tratos aos animais, além de incômodo, mau cheiro ou latidos (queixa de vizinhos). Eventualmente são descobertos pelos agentes de combate a endemias, agentes de saúde, seja os da estratégia de saúde da família, ou das demais unidades de saúde quando do atendimento à PSA. Sua ocorrência se dá dentro do território

do município e prescinde de ações intersetoriais e interdisciplinares desde sua abordagem inicial até o desfecho. Cabe aos municípios assumirem **a articulação, abordagem, planejamento, garantia dos recursos financeiros, ação e destinação de cada caso**, sempre considerando as estratégias de acordo com os princípios da Saúde Única.

Um dos pontos centrais da intervenção nos casos de situação de acumulação é o estabelecimento de um **grupo de trabalho** que seja intersetorial, interdisciplinar e provavelmente envolvendo outros atores que não apenas os ligados à gestão pública direta ou indireta dos municípios, incluindo representantes da sociedade civil organizada ou não. Tal estratégia busca facilitar a visão múltipla de saberes e práticas num tema complexo e de grandes desafios.

O estabelecimento de grupos, comissões e comitês vai depender da estratégia que deverá nascer após as etapas de constatação, avaliação, diagnóstico de cada caso e definição de etapas a serem cumpridas.

A acumulação de animais é uma situação complexa, resultado extremo e mais grave da ausência de política pública de manejo ético populacional de animais, em geral cães e gatos, envolvendo problemas da saúde mental do cuidador. Demanda, dentre vários conhecimentos, o da Medicina Veterinária do Coletivo, conceito esse ainda pouco conhecido e difundido no Brasil. Do pouco que há sobre o assunto, em termos de leis, políticas públicas e material acadêmico, a maioria possui abordagem antropocêntrica, concentrando-se nos cuidados aos humanos. Neste contexto, não só pela questão ética pelo fato de os animais não humanos serem sujeitos de direitos e assim, dignos de ter garantia de uma vida em condições de bem-estar, mas também considerando o conceito de Saúde Única, esses animais precisam ser amparados. Ou seja, de certa forma, será paliativo o cuidado com os humanos, se os animais não forem também merecedores desse cuidado.

Por isto, este capítulo propõe-se a aprofundar-se nos cuidados aos animais por meio de política pública específica, construída e executada em função de diretrizes definidas por comitê, comissão e/ou grupo de trabalho, para tratar do tema. Esse comitê deve ser constituído por representantes de vários segmentos afins, considerando a intersetorialidade da demanda e a necessidade da atuação de forma integrada.

2. ENTENDENDO A ACUMULAÇÃO SOB O CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Tradicionalmente, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, foram definidas em capítulos diferentes áreas de ação governamental seja para realização, organização ou definição de atores partícipes, como na saúde, educação, meio ambiente, temas da organização social, entre outros (BRASIL, 1988).

A partir da Lei Federal 8.080/90, define-se mais detalhadamente os destinos da saúde do país. A CF determina que é dever do Estado garantir saúde a toda a população brasileira. Mas apenas em 1990, a Lei Orgânica da Saúde, aprovada pelo congresso nacional, detalhou o funcionamento do sistema e instituiu os preceitos que seguem até hoje (BRASIL, 1990).

Esses preceitos são as linhas de sustentação nas quais o sistema de saúde brasileiro desenvolve múltiplas ações de saúde e apoia outras de forma transdisciplinar.

São esses os princípios, de acordo com o Ministério da Saúde (Lei Federal 8.080/90):

- **Universalidade:** define que saúde é um direito de todos e um dever do poder público e para que as ações se realizem cabe ao Estado o financiamento das mesmas. Diz ainda que as ações não devem ser apenas de acesso aos serviços para o tratamento no adoecimento, mas em especial enfatizando as ações preventivas para reduzir o risco de agravos.
- **Integralidade:** é um dos mais preciosos princípios e exige um desafio permanente e dinâmico, pois aqui a saúde deve levar em consideração as necessidades específicas de pessoas ou grupos, mesmo que minoritários, em relação aos outros segmentos da população. Dentro desse princípio, o provimento de atenção à saúde deve se dar nos três níveis da baixa a alta complexidade, sejam eles próprios ou estabelecidos através de parcerias ou consórcios. O tema "Acumulação" entra como um ponto que deve ser abordado de forma a prover a atenção não somente à saúde humana, mas também aos demais envolvidos para promoção da saúde dos animais e da saúde ambiental. Dessa forma, ele efetiva a necessidade permanente da humanização dos serviços e ações prestadas no âmbito do SUS.
- **Equidade:** vem da necessidade de minimizar as disparidades sociais e

regionais do país. Reafirma a importância de prover de forma priorizada recursos para os mais vulneráveis, sem privar os demais membros da comunidade de atenção à saúde dentro do escalonamento de necessidades.

Regionalização: implica a delimitação de uma base territorial para o sistema de saúde, que leva em conta a divisão político-administrativa local, considerando as características específicas de cada região.

Hierarquização: baseia-se no fato de que cada ente municipal deve prever toda a cadeia de assistência a sua comunidade, podendo priorizar o investimento maior na atenção básica e média complexidade, consorciando ou estabelecendo parcerias para as de maior custo e menor demanda local.

Participação e controle social: garante a participação de representantes da sociedade civil na constituição de conselhos temáticos, neste caso da saúde, para discutir e definir temas centrais na construção da política local de saúde, incluindo serviços e recursos.

2.1 Pilares fundamentais no Comitê de Atenção às pessoas e animais em situação de Acumulação

2.1.1. Atenção Básica: também conhecida como atenção primária em saúde, funciona como um filtro capaz de organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos. Ela é conhecida como a "porta de entrada" dos usuários nos sistemas de saúde, correspondendo ao atendimento inicial. Seu objetivo é orientar sobre a prevenção de doenças, solucionar os possíveis casos de agravos e direcionar os mais graves para níveis de atendimento superiores em complexidade (FIOCRUZ, 2021). Há diversos programas governamentais relacionados à atenção básica, como a Estratégia de Saúde da Família (ESF) que leva serviços multidisciplinares às comunidades por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBSs). **A atenção básica também envolve outras iniciativas, como o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), que busca alternativas para melhorar as condições de saúde de suas comunidades, entre outros**.

2.1.2. Vigilância em Saúde: possui um papel histórico no fortalecimento do SUS. De modo sucinto, executa suas ações a partir da vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância em saúde ambiental e vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora. Todavia, é muito comum que a sociedade desconheça sua função e importância. Em seu conjunto de ações, corresponde a um processo atuante na coleta, consolidação e análise de dados, resultando na divulgação de informações

que objetivam auxiliar no planejamento e na implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população (BRASIL, Ministério da Saúde, 2016). Na temática de Acumulação, algumas atividades podem ser atribuídas ao setor de Vigilância, tais como a notificação e a investigação de eventos de interesse de saúde pública, por busca ativa e registro dos casos, em conjunto à atuação de outros setores da saúde, como a ESF, incluindo o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), equipe de saúde mental e toda a rede de atenção psicossocial, além dos serviços especializados (como a defesa civil, equipe de manutenção, limpeza urbana e meio ambiente). Dessa forma, busca-se evitar agravamentos dos casos, a partir do monitoramento, informação, educação e comunicação para a população. Ademais, como atividade predominante da vigilância em saúde ambiental, o controle de vetores, reservatórios e hospedeiros se faz indispensável nas atividades relativas às circunstâncias de acumulação – o que é perceptível nas ocasiões com e sem a presença de animais envolvidos no cenário do transtorno.

2.1.3. Política Nacional de Humanização: é fundamental no tema, pois destaca a importância do acolhimento e o cuidado às pessoas e aos animais (considerando o objetivo maior deste guia) na situação de vulnerabilidade, percebida nos processos de acumulação (BRASIL, Ministério da Saúde, 2004).

O que é acolhimento?

De acordo com diferentes dicionários, acolhimento é substantivo masculino que significa ação ou efeito de acolher; acolhida; modo de receber ou maneira de ser recebido; consideração; boa acolhida; hospitalidade; lugar em que há segurança; abrigo. Segundo a Política Nacional de Humanização da Saúde- Dicionário do Ministério da Saúde, Biblioteca Virtual em Saúde (2003):

> *"O acolhimento é uma postura ética que implica na escuta do usuário em suas queixas, no reconhecimento do seu protagonismo no processo de saúde e adoecimento, e na responsabilização pela resolução, com ativação de redes de compartilhamento de saberes. Acolher é um compromisso de resposta às necessidades dos cidadãos que procuram os serviços de saúde".*

No caso da acumulação o que se observa é que em geral a demanda para o acolhimento não parte do indivíduo, e sim da comunidade e do próprio serviço público, através da busca para orientação e auxílio e da divulgação pelas mídias sociais

Acerca do acolhimento, seu desenvolvimento como alicerce da política faz jus na construção de relações de confiança, comprometimento e vínculo/elo entre todos os envolvidos no processo – uma vez que as pessoas em situação de acumulação carregam consigo estigmas e preconceitos que podem estar auxiliando na autonegligência e na negligência aos cuidados com os animais. Da mesma forma, essa estratégia de atenção integrada faz com que as ações de acolhimento se estendam de forma necessária e resolutiva aos animais, seja nos cuidados ligados à saúde, a recuperação de seu bem-estar e na destinação humanizada de cada indivíduo.

2.1.4. Sistema Único de Assistência Social (SUAS): organiza os serviços e ações de assistência social no Brasil em dois tipos de proteção:

a) Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

b) Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco, e que tiveram seus direitos violados.

Há oferta de Benefícios Assistenciais prestados a públicos específicos de forma integrada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Coordenado pelo Ministério da Cidadania, o SUAS é composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada (Ministério da Saúde, 2021).

3. O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

Normalmente referida no plural, são decisões e ações que afetam diretamente os diversos setores de interação da vida individual ou coletiva, a vida diária dos cidadãos, definidas pelos governantes ou gestores nas diferentes esferas de governo, mas podem ter suas ações outorgadas a terceiros através de documentos administrativos legais para o tema em questão, terceirizando a ação ou serviço. Dessa maneira, compreende-se **políticas como ações planejadas e executadas, majoritariamente pela gestão pública, que visam o bem-estar da sociedade**.

3.1 Etapas para o desenvolvimento de políticas

É importante conhecer como as políticas são desenvolvidas, por meio do ciclo sucessivo de "políticas", representado na **Figura 1**, uma vez que em vários locais, não há legislação ou ela está ultrapassada. Desse modo, as decisões locais são suportadas pela legislação federal, mas a nível municipal não conseguem ser bem adaptadas e aplicadas, mostrando a necessidade da criação de políticas locais.
O primeiro ponto é a identificação do problema, que no caso deste guia, é a situação de acumulação de animais. Quem estiver envolvido com este problema deve trazê-

Figura 1. *Ciclo de políticas.*
Fonte: *Portal Receitas (https://receitas.tce.mg.gov.br/?p=1997).*

lo numa ótica social local, evidenciando a relevância do tema para que ele entre na agenda pública, considerando como ponto de partida: **"Por quais motivos ele é importante?"**

A situação de acumulação é claramente uma situação de vulnerabilidade social. Mas o que é vulnerabilidade social?

VULNERABILIDADE

situação em que múltiplos fatores estão a fragilizar os sujeitos no exercício de sua cidadania, não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. Já a ***VULNERABILIDADE SOCIAL*** *é decorrente da ausência de renda mínima adequada, exclusão e/ou restrição a serviços públicos essenciais e/ou fragilização de vínculos afetivos sociais. Relaciona-se a qualquer processo de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos, resultante da desigualdade social, fragilidades socioeconômicas, históricas e raciais, conduzindo a marginalização do indivíduo e a incapacidade de se recuperar. (Garcia, Calderón e Brandespin, 2019)*

Quando há o reconhecimento da situação de acumulação e de vulnerabilidade do caso, é fundamental que se inicie uma estratégia de identificação e pesquisa para facilitar o desenvolvimento de ações no caso em questão. Para isso, é importante trazer indicadores, relatos locais ou em cidades vizinhas, e trabalhos científicos para embasar a importância do assunto, discutindo entre todos os setores que interagem com o tema e têm poder de decisão.

A partir do reconhecimento e da adesão do problema na agenda pública, será necessário buscar e trabalhar por soluções. É importante escolher os caminhos considerando os recursos do município, incluindo outras instituições, representações sociais e profissionais, para juntos, trabalharem nos encaminhamentos e ações.

O que de fato será encaminhado? Quais recursos serão investidos? Quais elementos já existem neste município? Quais serão os recursos humanos e materiais para trabalhar com o planejamento e a execução dessas ações? Quais são as legislações existentes sobre a acumulação? Através desse planejamento, ocorre a implementação da política.

3.2 Análise de políticas

Compreende os processos que abordam a dimensão política, incluindo o que já existe e vem sendo feito em relação a essa temática, o que ainda é necessário realizar, e os resultados que são esperados, como a diminuição ou a erradicação dos casos

de situação de acumulação. É uma análise transdisciplinar e intersetorial, que deve ser realizada através de um diálogo entre diferentes campos do conhecimento e de maneira que os diferentes setores responsáveis pelas esferas que envolvem a situação de acumulação sejam incluídos.

Todos os setores enxergam a situação de acumulação da mesma forma? Não! A situação de acumulação pode ser compreendida e encarada de diferentes maneiras pelas secretarias de saúde, da assistência social, bem como a defesa civil, meio ambiente e outros setores envolvidos no tema. Cada qual entende o problema e busca solucioná-lo de forma determinada, sob sua ótica, muitas vezes desconexa com o olhar do outro setor (Quadro 1).

Quadro 1. Dificuldades encontradas nos municípios para atendimento da PSA sem a ótica da Saúde Única.

SETOR	ÓTICA UTILIZADA
Vigilância Sanitária	Penalização pelo risco (Multas)
Atenção Primária	Acolhimento clínico e psicológico
Proteção animal	Maus-tratos contra os animais
Polícia e Ministério Público	Judicialização e criminalização

Imaginem quantas visitas individuais seriam necessárias para a solução do problema? Como seria o desgaste dos profissionais e da PSA com uma atuação desarticulada? Qual o custo e o tempo necessários para solucionar um caso dessa forma?

Assim, deve-se entender a multiplicidade de fatores que contribuem para aquela situação e, portanto, não podem ser tratados de forma única. Ou seja, é a mesma temática que engloba diferentes atores, mas cada um deles, em seu setor, discute de uma forma, o que vai influenciar tanto na **construção**, quanto na **execução** dessas políticas e nos **resultados** esperados.

Segundo Gottems et al. (2013), são três os pontos que justificam a criação de uma política pública:

1) Alta rotatividade de funcionários de acordo com a gestão: a mudança das

pessoas que ocupam cargos de gestão pode causar um desmonte daquilo que vem sendo construído. **Ter uma política significa que as ações vão além das políticas de governo atual**, que geralmente são escolhas individuais de governo, permanecendo como uma demanda pública da sociedade civil e dos serviços de saúde, meio ambiente e social.

2) Ausência de clareza técnica por parte de quem toma as decisões: quem toma as decisões, muitas vezes, não compreende o que está acontecendo na situação de acumulação, e isso pode comprometer de forma definitiva o desfecho do caso em si. Pode-se, de forma intempestiva, agir para judicialização para um caso simples, porque está preconizado na legislação, decisão tomada por um grupo ou uma pessoa que não tinha conhecimento do tema com embasamento necessário de causa, e consequentemente, isso terá um efeito em geral negativo.

3) Tecnologias mal definidas, especialmente no setor público, marcado por crises: Qual instrumento foi aplicado para apoio e avaliação? Qual norma técnica está sendo utilizada? **Existe um comitê de avaliação do documento original que creditou sua aplicabilidade e resultados satisfatórios?** Uma lei ou um decreto, de fato, conduz ao resultado eticamente necessário?

A falta de padronização nos instrumentos de avaliação em um caso de acumulação retardará o processo de resolução do caso. Às vezes, foi definido que os animais terão que ser retirados da casa da pessoa em situação de acumulação, mas não se tem um destino ético para os animais no município, já que **o abrigamento em canis públicos ou lotados não é a solução**. Outra questão é a **internação compulsória do indivíduo**, já que na maior parte dos casos **essa ação resultará em piora e/ou recidivas**.

3.3 Planejamento orçamentário

Pela definição constitucional, os municípios devem planejar e estabelecer metas para a utilização das receitas que provêm de diferentes fontes. **E de onde vem a receita?**

- impostos/ tributos
- fundos municipais
- projetos temáticos específicos com repasse de recursos, para finalidades necessárias definidas pelas diferentes áreas de gestão.

Para isso os municípios devem possuir o Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. As legislações ficam a cargo de instituições municipais, e as metas serão executadas sob o comando da administração municipal. O PPA municipal é colocado em prática no segundo ano de mandato de um gestor e termina ao fim do primeiro ano do próximo mandato. Essa estratégia visa garantir que, caso prefeito recém-eleito, seu corpo gestor possa se inteirar das metas de investimento previamente definidas, sem interrupção das ações necessárias à comunidade.

> **De acordo com a Constituição Federal-1988:**
> "A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento".

3.4 Processo de tomada de decisão

O processo de tomada de decisão para a elaboração de políticas públicas é composto por alguns pontos presentes na Figura 2. A convergência dos fluxos de problemas, de soluções e políticas, serve como uma janela de oportunidades, o que dá espaço para o diálogo da temática.

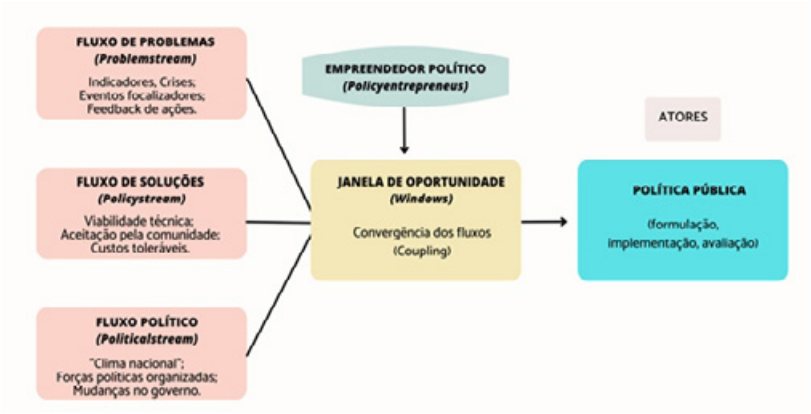


Figura 2. *Processo de tomada de decisão para a elaboração de políticas.*
Fonte: *adaptado de Capella, 2007; Zahariadis, 2007 apud Gottems et al., 2013.*

No caso da temática da acumulação de animais, é fundamental conhecer e apresentar aos responsáveis pelas tomadas de decisões quais são os principais indicadores que demonstram a importância da nova política pública.

Indicadores de acumulação

- Quais os tipos de acumulação presentes no município (inservíveis, animais, mista)?
- Quantos são os casos e onde ocorrem (mapeamento)?
- Quantos animais e quais espécies estão envolvidos?
- Já houve no município eventos como mutirões de castração e adoção de animais? Retirada de inservíveis do local? Destinação de demais materiais disponíveis? Adequações do ambiente?
- Existe um programa de castração ou de reciclagem dos resíduos que está sendo efetivo, ou de fato visto e entendido pela população como integrante da estratégia para solução de um caso de acumulação?

Essas informações potencializam a discussão da temática de acumulação no município, enriquecendo os argumentos da **importância da caracterização da problemática de acumulação**. É fundamental realizar auto avaliações, reconhecendo que existem ações que a própria prefeitura ou o próprio estado podem estar fazendo, mas que são muitas vezes insuficientes e podem ser aprimoradas.

Muitas vezes a **ausência de políticas ou de ações efetivas para o manejo ético populacional de cães e gatos**, fazem com que protetores de animais, que por serem mais apegados e mais sensibilizados com temas afeitos ao sofrimento animal nas suas múltiplas possibilidades, se tornem uma PSA.

Outra política pública que se relaciona aos casos de acumulação é a de **reciclagem de resíduos**, no entanto, para que seja efetiva, deve-se atentar para alguns pontos, como:

- Onde está sendo feita a ação?
- Qual é o destino dado aos materiais recolhidos e retirados do ambiente da acumulação?
- Quais meios são disponibilizados para que aquele indivíduo possa entender e se mobilizar para ter acesso ao recurso oriundo da venda dos reciclados?
- Será que a pessoa em situação de acumulação entende que ela faz parte daquele processo e pode usar aquele serviço? E como essa pessoa está sendo incluída nessa possibilidade?
- É possível pensar num recurso permanente e específico para essas ações que possa reunir fontes direta ou indiretamente ligadas a esse tema da acumulação?

Essa avaliação precisa ser cuidadosamente feita e analisada, para corrigir erros e limitações ao acesso e participação.

Por outro lado, existe o fluxo de soluções que já pode estar disponível, como políticas de meio ambiente, de proteção animal, de descarte de resíduos, de saúde mental, de vigilância em saúde, e a partir delas, começa a viabilidade da nova política pública, seja de recursos humanos, materiais, técnica ou legal. Assim, é imprescindível lembrar que o elemento de educação em saúde também deve ser incorporado. Um formato especial da nova política pública é construído, independentemente do tamanho do município ou do local que se quer agir, porque há compreensão dos fluxos que já estão acontecendo.

O fluxo político corresponde a quem gere o bem-estar social. **Como dar argumentos para que esses políticos, gestores, acolham a ideia e caminhem junto com os anseios e necessidades específicas?** É preciso compreender como estão as

discussões e o reconhecimento estadual/ nacional, além de olhar para o município e ver a historicidade, ou seja, o que ele tem feito com relação à temática, e o que pode ser encontrado em situações semelhantes nos municípios vizinhos. O mais importante é trazer esse tema para a discussão, para a agenda política local. Isso acontece com maior força quando há mudança de governo, pois a cada mudança de governo, aumenta a oportunidade da abordagem de temas que antes não foram discutidos, ou que foram irrelevantes, ou ainda, que até tentaram chegar num patamar de discussão, mas por uma postura de gestão, eles foram negligenciados.

Na janela de oportunidades, **é preciso associar um empreendedor político**, não um político partidário, mas **pessoas sensibilizadas e mobilizadas** são peças-chave do processo, que vão trazer esse tema para uma discussão direta, com o Ministério Público, representantes das associações de moradores e das Organizações da Sociedade Civil (OSC). São Instituições ou pessoas com poder de persuasão, de discussão e de decisão, que precisam ser envolvidas neste trabalho e dessa forma, fortalecem a discussão da temática.

Por fim, terá a caracterização da política pública, desenvolvida em processo com os atores envolvidos na temática, sejam eles da esfera pública, civil ou privada, como as OSCs.

3.5. Monitoramento e avaliação

Após o desenvolvimento de uma política pública, é importante verificar se a mesma está sendo efetiva. Para isso, deve-se buscar dados para responder, se de fato, o seu desempenho está sendo aplicado de acordo com o que foi planejado.

> *Pode não ter dado certo naquele município, mas pode ser aplicada em outro? O que se pode melhorar no município para obter os resultados esperados quando foi formulada a política pública? O que pode ser exportado para outros municípios terem um esqueleto de política pública sobre a mesma temática?*

O monitoramento e a avaliação são ferramentas centrais para que possamos de fato entender se **o que foi pensado e implantado está apresentando um resultado adequado ou necessita de reajuste**, para alcançar os objetivos definidos durante o planejamento. O monitoramento, que inclui os resultados já observados, está dentro da avaliação, que deve ser ampla **(Figura 3)**.

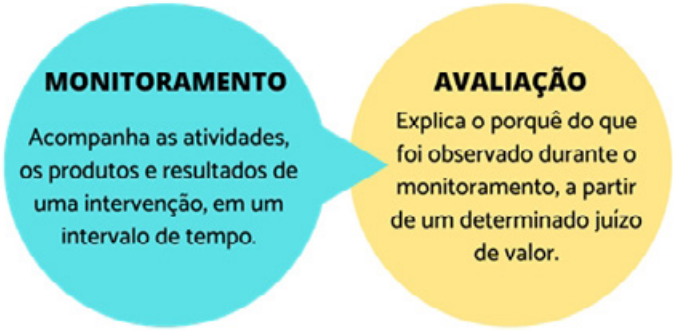


Figura 3. *Monitoramento e avaliação.*
Fonte: *Faria, Campos e Santos (2008).*

A acumulação sendo um problema público, de Saúde Única, requer soluções, intervenções, para mitigar, controlar, erradicar e prevenir a ocorrência dos casos. O monitoramento contínuo é essencial para evitar descontrole dos casos, que têm suas historicidades e perfis conhecidos, e o que pode por meio das intervenções de políticas públicas trazer para a realidade do processo de acumulação.

Para que a proposta da formulação de políticas públicas para o transtorno de acumulação envolvendo animais seja bem recebida pelo poder público municipal, é de suma importância a apresentação de indicadores, para que haja um melhor direcionamento de onde os recursos serão investidos, estabelecer metas a serem cumpridas e assim monitorar a eficácia de tais políticas.

Como já foi explicitado anteriormente, as ações voltadas a PSA são interdisciplinares, contando com diferentes atores, sejam eles parte do poder público ou não. Dessa forma, pensando na vigilância epidemiológica e sua função de coleta e produção de dados para a formulação de políticas públicas, este órgão é capaz de elaborar tais indicadores, que podem ser aplicados pelos agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde e demais profissionais da ESF e do NASF-AB.

O primeiro passo para a obtenção dos indicadores e formulação de dados é dar início a uma busca ativa de casos, realizando um mapeamento das regiões onde se encontram possíveis casos de acumulação. Essa busca ativa pode ser feita pelos

ACE's ou ACS's por exemplo, visto que eles são os profissionais que têm um contato direto com a população. Após o mapeamento dessas áreas, profissionais do NASF, CRAS, CREAS ou até mesmo do setor de vigilância em saúde devem organizar uma visita até a residência para avaliar os possíveis indicadores, verificados na Quadro 2 - Checklist inicial para mapeamento de casos de PSA para levantamento dos indicadores do município, construída baseada no livro Medicina Veterinária do Coletivo: fundamentos e práticas (2019).

CHECKLIST INICIAL PARA MAPEAMENTO DE CASOS DE PSA PARA LEVANTAMENTO DOS INDICADORES DO MUNICÍPIO
Quantas pessoas vivem na residência?
Quantas pessoas trabalham/contribuem financeiramente?
A pessoa vive sozinha?
Escolaridade?
Qual a idade da(s) pessoa(s)?
Como é a relação com os familiares?
Sofre de depressão ou alguma outra enfermidade?
Qual a relação com os vizinhos?
Quantos animais na residência e quais espécies?
Tem dificuldades de se sustentar e sustentar os animais?
Qual a situação do ambiente para os seres humanos e não humanos?
Há o acúmulo de objetos?
Como é a relação do tutor com os animais?
Os animais têm livre acesso à rua desacompanhados?
Os animais ficam presos em gaiolas, baias ou correntes?
A pessoa ou família está inserida em algum programa de assistência social?
É notório a preocupação da pessoa com os animais?

Finalizada a etapa dos indicadores, é necessário começar a organizar uma abordagem, que deve ser feita de forma multidisciplinar, criando um Comitê de Trabalho Intersetorial de Atenção às Pessoas em situação de acumulação de animais (CIASA), composto por profissionais como médicos psiquiatras, psicólogos, médicos veterinários, fiscais sanitários entre outros. Com o Comitê formado, pode ser criado e executado o Projeto Terapêutico Singular (PTS), como realizado por ORADASSI, C.E., CUNHA, G.R., ROCHA, S.M., et al. Saúde mental de grupos vulneráveis: construção de uma linha de cuidado para indivíduos com comportamento de acumulação compulsiva. International Journal of Development Research. 2019;9(9):30144-30147, que irá desenvolver as ações necessárias de acordo com cada caso. Os conceitos de CIASA e PTS serão explicitados nos capítulos 3 e 4. Dessa forma, é feito o acompanhamento buscando promover a saúde humana-animal, sendo importante salientar que pelo fato de o transtorno de acumulação não ter cura, tais visitas domiciliares são realizadas a longo prazo, e são parte importante do monitoramento e avaliação dos indicadores (CUNHA, BIONDO, 2019; MONSALVE, SILVA & GARCIA, 2019).

4. CENÁRIO LEGAL BRASILEIRO REFERENTE À SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO

É importante entender o cenário legal existente sobre o tema e considerar a legislação de direito animal, não esquecendo que nas legislações vigentes em relação à situação de acumulação impera o antropocentrismo (Quadro 3).

Observa-se uma escassez de instrumentos legais ou normativos que abordam o tema, seja incluindo ou não os animais presentes na acumulação. A existência de norma ou lei local deve ser objetiva, simples e factível, de tal forma a facilitar sua aplicação e alcance de resultados duradouros. É fundamental ter um acompanhamento periódico e de forma contínua para prevenir recidivas.

Quanto à decisão de qual normativa legal será empregada, seja ela um decreto, uma lei ou uma nota técnica, por exemplo, esta deve ser de conhecimento público, ter linguagem acessível e ser divulgada de forma ampla e de acesso coletivo.

INSTRUMENTO	ANO	LOCAL	ABRANGÊNCIA	EMENTA/PREÂMBULO	COMENTÁRIOS	ACESSO
Lei nº 5.502/ 2015	2015	Brasília/ DF	Estadual	Estabelece regras para divulgação, orientação e tratamento da patologia Síndrome de Diógenes, conhecida como acumulação compulsiva, e dá outras providências.	Traz questões de orientação e tratamento da patologia, abordagem do tema com nomenclatura não atualizada ("Síndrome de Diógenes" ou acumulação compulsiva) Trata-se de um exemplo da ausência de abordagem com o olhar à questão animal.	http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/de0f5f596f6c4c28bf3bba22fe26f235/Lei_5502_16_07_2015.html
Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses	2016	Brasília/ DF	Nacional	Define as normas técnicas que nortearão as ações e os serviços públicos de saúde a serem desenvolvidos e executados no Brasil para a prevenção, a proteção e a promoção da saúde humana, quando do envolvimento de riscos de transmissão de zoonoses e de ocorrência de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública.	Acerca da temática, o Manual contempla apenas a definição de caso de "PSA compulsivo de animais", destacando como sendo uma situação passível de interlocução com outros órgãos e/ou setores competentes. Traz concepções importantes que podem embasar a construção de uma política pública, ainda que a partir de uma perspectiva antropocêntrica.	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf
Decreto nº 57.570/ 2016	2016	São Paulo/ SP	Municipal	Institui a Política Municipal de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Acumulação.	Contempla os diversos atores envolvidos, sendo mais abrangente e trazendo uma ideia melhor de estruturação do processo. Evidencia-se a responsabilidade de casos que afetam a saúde dos animais, a saúde física e mental da pessoa, a saúde do ambiente geral, e da intersetorialidade. Traz o que é preciso ter para o enfrentamento das situações de acumulação, incluindo os diversos elementos que são necessários para ter atenção e cuidado à essa problemática. Há anexos, como Termo de Autorização, Fluxo de Atendimento à Pessoa em Situação de Acumulação (PSA) e Planilha de Monitoramento dos casos de pelo Comitê Regional de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Acumulação – CRASA. Nesse decreto, também há uma baixa ou ineficiente abordagem para a questão animal.	http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57570-de-28-de-dezembro-de-2016

INSTRUMENTO	ANO	LOCAL	ABRANGÊNCIA	EMENTA/PREÂMBULO	COMENTÁRIOS	ACESSO
Guia de Cuidados para PSAes Compulsivos de Animais e Resíduos	2018	Curitiba/ PR	Municipal	Visa orientar os profissionais de diferentes áreas do serviço público sobre o tema, implementando um enfoque interdisciplinar e intersetorial capaz de criar uma rede de suporte que promova a integralidade do cuidado.	Possui linguagem instrutiva, que pode orientar também outros munícipios, apesar de usar a denominação antiga de PSA, e não a aceita atualmente.	https://saude.curitiba.pr.gov.br/images/Guia%20de%20Cuidados%20PSAes%20Compulsivos%20de%20Animais%20e%20Res%c3%adduos%202018.pdf
Decreto nº 11/2019	2019	Pinhais/ PR	Municipal	Institui a Política Municipal de Atenção às Pessoas em Situação de acumulação e cria o Comitê de Atenção às Pessoas em Situação de Acumulação - CAPSA.	Assemelha-se ao decreto de São Paulo, adequando à realidade do município, como por exemplo, na política de Pinhais não há delimitação de ações regionais (considerando o organograma do município), o que difere da política de São Paulo.	https://pinhais.atende.net/?pg=diariooficial&texto=29423&edicao=475
Projeto de Lei nº 1392/2019	2019	Rio de Janeiro/ RJ	Municipal	Cria a campanha permanente de orientação para o tratamento da Síndrome de Diógenes, conhecida como acumulação compulsiva e dá outras providências.	Aborda a temática com uma justificativa pautada em uma definição generalista para o tratamento da "Síndrome de Diógenes" e caracteriza a PSA como "PSA compulsivo". No tocante aos animais, o projeto de lei não possui afirmativas que enquadrem os casos e, nesse caso, a atenção e cuidado com esses. Não foram encontrados resultados da aprovação/deferimento ou implementação.	http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/249cb321f179652603257 75900523a42/149d8ee007ffc 05a8325841800648b55?OpenDocument

Quadro 3 - Sistematização de instrumentos oficiais acerca do tema de acumulação.

Foram selecionados os decretos existentes no Brasil sobre o tema acumulação - Quadro 3.

Para a criação do decreto ou normativa, é importante contar com uma base técnica/científica que possa embasar as decisões tomadas, dando maior segurança nas definições das estratégias de ação. Entretanto, existe uma escassez de informações de como estruturar e instituir grupos, comitês ou câmaras técnicas. **É importante que independente do nome que essa equipe/grupo de trabalho receber, o trabalho seja feito de forma permanente, para garantir que as situações de acumulação, depois de atendidas e controladas, sejam acompanhadas**. Por isso, a definição pode facilitar o entendimento de qual o melhor modelo para realidade local:

- **Câmaras técnicas:** surgem da necessidade de aprofundar a discussão de assuntos. São grupos temporários. Obedecem a um caráter formal, estabelecido num regimento.
- **Comitês/comissões:** são órgãos de coordenação, planejamento e execução das atividades de normalização técnica, relacionada ao seu âmbito de atuação. São responsáveis por realizar estudos, propor medidas concretas e normativas para o aperfeiçoamento de procedimentos e reforço à efetividade dos processos judiciais e prevenção de novos conflitos. No caso da situação de acumulação de animais, devem ser permanentes.

Ao estabelecer uma política pública municipal, essa deve ser de conhecimento e acordada entre todos os setores envolvidos direta ou indiretamente. Além disso, a discussão deve ser coletiva, incluindo os conselhos afins ao tema e representantes da sociedade civil ligadas à proteção e defesa dos animais. São fundamentais a manutenção e a divulgação ampla desse Comitê/Comissão/Grupo de trabalho, criando um canal de informação e dúvidas para comunicação de novos casos e orientações à sociedade em geral. **É importante a abordagem de forma intersetorial, transdisciplinar e integral**. Além disso, deve-se considerar a participação dos agentes a partir do diagnóstico situacional e a realidade de cada município. O perfil sociodemográfico pode ser variável, mas existem alguns agentes que precisam estar presentes independentemente da situação, por exemplo, vigilância em saúde, saúde mental e assistência social (Figura 4).

***Figura 4** - Criação de Política Pública Local e suas etapas.*
***Fonte:** Gustavo Canesso Bicalho.*

A definição de termos técnicos ainda não é consenso. As definições internacionais de maus-tratos, negligência, abuso, crueldade e omissão, relacionadas às áreas da Medicina Veterinária do Coletivo e à Medicina Veterinária Legal, são um exemplo. Alguns desses termos definidos no Brasil, pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), diferem na interpretação dos mesmos termos em outras esferas do saber. Variam de acordo com a espécie animal alvo desta avaliação, o que causa muitas vezes equívocos e mantém os animais em sofrimento frente a procedimentos idênticos aos quais são submetidos Quando se faz uma documentação técnica, seja uma perícia particular ou do serviço público, é através dela, do relato e argumentos do documento produzido, que sairão os encaminhamentos para os animais, para a PSA, para o ambiente e para a responsabilização familiar. Portanto, as conceituações dos termos técnicos a serem empregados devem estar muito bem esclarecidas.
O Direito Animal vem crescendo cada vez mais no Brasil, e pode ajudar a construir de forma mais embasada os documentos jurídicos respaldando nossas decisões e ações, para trabalhar de maneira equilibrada as áreas da Saúde Pública, Saúde Única, Medicina Veterinária do Coletivo e o Direito Animal.

Ainda observamos que as políticas já implantadas no contexto da acumulação não colocam a saúde animal de forma equilibrada, muitas vezes nem sendo lembrada. Na prática, os animais continuam na maioria das vezes sendo tratados como vilões, estando neles o problema na visão dos serviços públicos e não sendo vistos como

vítimas, tão vulneráveis quanto os humanos ligados ao caso. Invariavelmente os animais estão em situação até mais vulnerável, por serem até ali quase invisíveis enquanto sujeitos de sofrimento e necessidades a serem atendidas. **É importante que a Saúde Única seja efetivada na prática, nos três pilares de sustentação: saúde animal, ambiental e humana**.

No passado e ainda hoje em alguns municípios o serviço de controle de zoonoses era a única ligação existente na gestão pública entre a saúde humana, animal e ambiental. Entretanto a abordagem se resumia às ações de prevenção e controle de doenças de caráter zoonótico, estando ligadas aos serviços de Vigilância em Saúde. A vigilância em saúde é caracterizada como um conjunto articulado de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios sob a ótica da integralidade do cuidado, o que inclui tanto a abordagem individual quanto a coletiva dos problemas de saúde (BRASIL, Ministério da Saúde, 2016).

As coordenadorias de Bem-Estar Animal (BEA) são serviços municipais criados a partir do século XXI estando, em geral, ligados aos órgãos municipais de gestão ambiental. Estas devem desenvolver programas e ações que estimulem a guarda responsável dos animais domésticos, promovendo o seu bem-estar através de medidas de assistência àqueles mais vulneráveis e atividades educativas. Além disso, promove ações de fiscalização e autuação, visando diminuir o abandono e os maus-tratos aos animais de estimação, de produção e silvestres. Portanto, esse serviço tem fundamental importância na atuação direta dos casos, devendo coordenar as ações de manejo e saúde animal. **Independente se o órgão está na área de atuação do meio ambiente ou da saúde, o importante é a sua existência**, abordagem dentro dos princípios da Ciência do Bem-Estar Animal, e ter sua presença ativa na atuação dos casos de PSA que envolvam animais.

A corresponsabilização é essencial e não deve se restringir à esfera judicial, devendo incluir o acolhimento. Em todos os lugares que existem essas situações de acumulação, de animais ou mista (animais e inservíveis), a família, em geral, só se envolve ao final do processo, ou é ela que dá o "start" da situação e fica acompanhando, mas não participa ativamente do caso. **A participação dos membros familiares, sejam eles diretos ou indiretos à situação de acumulação, tem que acontecer durante todo o processo**. No caso dos animais, em geral, a família da PSA sempre busca se eximir da responsabilidade no cuidado e destino dos animais. Na

maioria dos casos, a destinação dos animais acaba sendo sempre entendida como responsabilidade do serviço municipal de controle de zoonoses ou de OSCs do local. Se a decisão for mesmo essa, na inexistência de familiares ou de recursos por parte desses, de fato uma combinação de agentes sociais e públicos pode estabelecer uma estratégia de ação que deverá já estar planejada nas diferentes etapas desde o início do diagnóstico do caso, se necessário. Não pode ser uma decisão intempestiva, pois em geral além do sofrimento dos animais durante todo processo de acumulação, ações equivocadas ou pouco efetivas podem não apenas manter situações já desafiadoras aos animais, como acrescentar riscos e danos, sejam por aspectos físicos, mentais ou comportamentais, atingindo diretamente o BEA.

É fundamental a criação de um comitê/comissão que tem um papel importante e efetivo, em que a família acompanhará ativamente o processo desde o início, mesmo que ela não tenha muito interesse. É importante que seja feito o reconhecimento deste comitê multidisciplinar e setorial. Esse deve ser estabelecido administrativa e juridicamente e incluir todos os atores envolvidos e não apenas os agentes públicos. A publicação dessa força de trabalho de intervenção através de decreto municipal, dá transparência e amplia a divulgação e reconhecimento da relevância do tema e da importância e responsabilidade real de todos.

E então, como criar esse decreto? Quem deve participar desse comitê? Quais as funções de cada membro? Todas essas informações serão descritas no Capítulo a seguir.

5. REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Lourdes Bernadete dos Santos Pito. Vigilância em Saúde e suas vertentes: epidemiológica, sanitária e ambiental. Vol. Único, em Epidemiologia aplicada nos serviços de Saúde, por Lourdes Bernadete dos Santos Pita Alexandre, 310. São Paulo: Martinari, 2012.

Brasil. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a organização do SUS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.html>. Acesso em: 15 jul 2022.

BRASIL. ASSISTÊNCIA SOCIAL. O que é o SUAS? Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: política nacional de humanização/ Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS, Política Nacional de Humanização - A Humanização como Eixo Norteador das Práticas de Atenção e Gestão em Todas as Instâncias do SUS.Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva, Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas/ Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses : normas técnicas e operacionais [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : 2016.

CURITIBA.Prefeitura Municipal de Curitiba. Guia de Cuidados para Acumuladores Compulsivos de Animais e Resíduos. Curitiba:2018.

DISTRITO FEDERAL. Lei n.° 5.502, de 16 de julho de 2015. Estabelece regras para divulgação, orientação e tratamento da patologia Síndrome de Diógenes, conhecida como acumulação compulsiva, e dá outras providências.

FARIA, H. P. de; CAMPOS, F. C. C. de; SANTOS, M. A. dos. Planejamento, avaliação e programação das ações de saúde. Belo Horizonte: NESCON UFMG, 2008.

FIOCRUZ. Atenção Básica. Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/atencao-basica>. Acesso em: 19 abr. 2021.

GOTTEMS, L. B. D. et al. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: Aplicabilidades, contribuições e limites. Saude e Sociedade, v. 22, n. 2, 2013.
Glossário MVC 2022

PINHAIS. Decreto 11/2019, de 03 de janeiro de 2019. Institui a Política Municipal de Atenção às Pessoas em Situação de acumulação e cria o Comitê de Atenção às Pessoas em Situação de Acumulação - CAPSA. Publicado no Diário Oficial de Pinhais, Edição nº 390 de 04/01/19.

RIO DE JANEIRO (cidade).Projeto de Lei 13.92/2019, de 08 de julho de 2019. Cria a campanha permanente de orientação para o tratamento da Síndrome de Diógenes, conhecida como Acumulação Compulsiva e dá outras providências.

SÃO PAULO (cidade). Decreto 57.570, de 28 de dezembro de 2016. Institui a Política Municipal de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Acumulação.

Fonte: Acervo de perícias da CEDA

CAPÍTULO 3

CRIAÇÃO DOS COMITÊS/ COMISSÕES INTERSETORIAIS DE ACOLHIMENTO DOS CASOS DE SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS (CIASA)

Adriana Araújo, Danielle Ferreira de Magalhães Soares, Eliana Aparecida Malta, Guilherme Rafael Gomide Pinheiro, Gustavo Canesso Bicalho, Ive Pignolati, Júlio Cesar Pereira da Silva Júnior, Lorena Diniz Macedo Silva Maia, Luana Clarice das Neves, Raquel de Abreu Pereira, Stefanie Sussai, Vania de Fátima Plaza Nunes

1.INTRODUÇÃO

São importantes e estratégicas três ações intersetoriais para otimizar a implantação das ações de atenção às pessoas e animais em situação de acumulação, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1. Ações intersetoriais para a implantação de ações de atenção aos indivíduos emsituação de acumulação, em ordem de prioridade.

AÇÃO	OBJETIVOS	OBSERVAÇÕES
1	Criar/Elaborar decreto, instrução normativa ou nota técnica municipal para criação do Comitê/Comissão de trabalho Intersetorial de atenção integral às pessoas em situação de acumulação (CIASA)	Avaliar como exemplo o decreto n° 57.570, de 28 de dez. de 2016 – Prefeitura de São Paulo
2	Instituir uma Gerência de Defesa Animal Municipal	Avaliar como exemplo: - Decreto nº 16.269, de 31 de março de 2016 – Prefeitura de Belo Horizonte
3	Criar/Elaborar o Comitê/Comissão de trabalho Intersetorial de atenção integral às pessoas e animais em situação de acumulação (CIASA)	Diversos participantes, como exemplificado na figura 1

Fonte: *MPMG, 2021*

2. CRIAÇÃO DO COMITÊ/COMISSÃO

O Comitê de Trabalho Intersetorial de Atenção Integral às Pessoas e Animais em Situação de Acumulação CIASA, é a garantia do envolvimento da família, comunidade e demais atores (profissionais públicos e privados) na situação de acumulação, compreendendo que este problema traz consequências não só para a PSA que geralmente está "isolada do mundo", mas para todo o ecossistema, impactando na saúde única como um todo.

Para que o CIASA seja instituído, deve estar vigente uma política pública local acordada pelos diferentes atores envolvidos, como citado no capítulo anterior. Ela é discutida também com diferentes representantes da sociedade civil ligados à proteção animal, em consonância com a Lei nº 8.142/1990, que traz consigo a participação popular como garantia de dignidade ao povo. E é dessa dignidade que a PSA e seus animais precisam.

2.1 Competências do CIASA

São competências do CIASA:

- **Realizar** análise quantitativa e georreferenciamento das pessoas em situação de acumulação de animais no âmbito municipal, detalhando ao nível regional, quando a estrutura administrativa do município permitir;
- **Elaboração** de protocolo para atendimento e acompanhamento das pessoas em situação de acumulação, explicitando as responsabilidades entre os agentes envolvidos na atenção integral. Incluir no protocolo as especificidades da classificação dos tipos de pessoa em situação de acumulação, as possibilidades de intervenção que a estrutura do município permite, bem como incluir a família, como agente de intervenção;
- **Treinar e capacitar** as pessoas envolvidas na execução das ações, incluindo o serviço público de limpeza. Neste último caso, ter a indicação de uma pessoa sensibilizada e encarregada para coordenar e auxiliar o trabalho de recolhimento dos objetos. O treinamento é importante para que sejam minimizados os efeitos emocionais e físicos que podem ocorrer durante as ações;
- **Executar** as ações de atenção aos indivíduos em situação de acumulação de animais, acionando os responsáveis por elas sempre que necessário, além de proporcionar tratamento integral e continuado às pessoas e animais em situação de acumulação;
- **Estudar**, propor e divulgar soluções para os desafios, bem como realizar reavaliação periódica das ações.

2.2 Membros do comitê/comissão

A inclusão de representantes dos setores de vigilância em saúde, vigilância em saúde mental, assistência social, entre outros setores é de suma importância para garantir a intersetorialidade do comitê e otimizar as ações. Os indivíduos essenciais para comporem o CIASA estão descritos no Quadro 2.

Quadro 2. Indivíduos envolvidos no Comitê Intersetorial de Atenção às pessoas em situação de acumulação.

INDIVÍDUOS ESSENCIAIS	OUTROS
CENTRO DE SAÚDE LOCAL (ESF) NASF SAÚDE MENTAL CONTROLE DE ZOONOSES VIGILÂNCIA SANITÁRIA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERÊNCIA DE DEFESA ANIMAL PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DEFESA CIVIL LIMPEZA URBANA	Rede de colaboração: familiares; OSC's; protetores independentes; corporações policiais; corpo de bombeiros; clínicos veterinários e afins; universidades; profissionais do comportamento animal; conselhos locais e associações comunitárias; fotógrafos etc.

O fluxo das ações e os atores envolvidos estão representados na Figura 1.

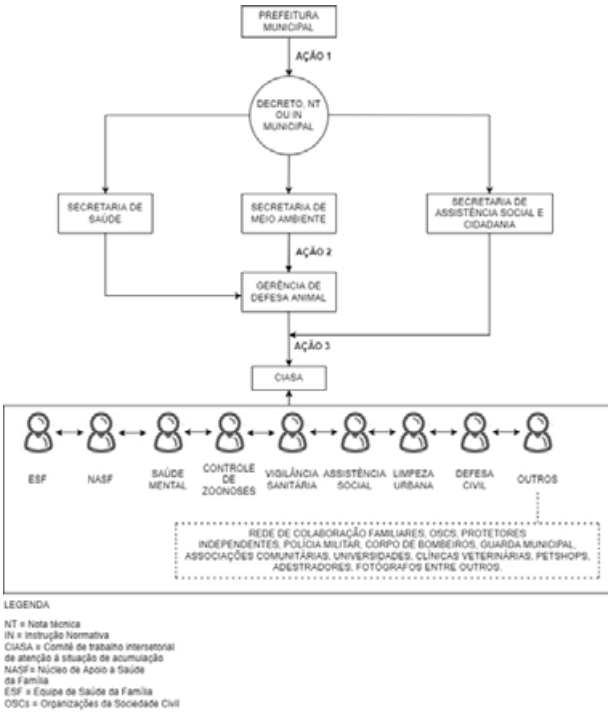


Figura 1. *Ações e atores que devem ser envolvidos nas estratégias para atenção aoindivíduo e aos animais em situação de acumulação (adaptada).*

Fonte: *Arquivo pessoal.*

Cada um dos atores que constam na Figura 1, tem objetivos de ação. Que são:

Gabinete do Prefeito ou setor específico de acordo com cada município:

a. Nomear os servidores que comporão o Comitê/Comissão para abordagem preconizadano atendimento dos casos de pessoas e animais em situação de acumulação.
b. Acompanhar por meio do CIASA, a equipe multidisciplinar formada porprofissionais diversos, de áreas como saúde e assistência social, reforçando acontinuidade e permanência do cuidado do usuário e monitoramento periódicodo imóvel de pessoas em situação de acumulação.
c. Garantir o resguardo do agente público durante as ações junto ao morador e o imóvel, a entrada e o acesso ao mesmo, o manejo ou remoção dos animais quando justificada pelo CIASA. O resguardo pode se dar por meio da Procuradoria Geral do município ou outros meios de assessorias jurídicas. **Poucos casos necessitarão de judicialização**, sendo esse último recurso, quando as demais ações forem esgotadas. Em casos judicializados ou não, deve haver suporte a outros setores, tais como: promotorias de justiça (saúde, mulher, idoso, defesa da fauna, saúde mental), guarda municipal, corpo de bombeiros, defesa civil, associações comunitárias, dentre outras; conforme realidade do município.
d. Após discussão de cada caso no CIASA, se houver necessidade, oficiar a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana para adotar as providências de limpeza total ou parcial do imóvel e remoção de resíduos ou lixo.
e. Se houver necessidade, providenciar construção ou reforma no imovel a fim de garantir segurança e bem estar dos animais e das pessoas que irão atuar no caso. **A limpeza e obra podem ser consentidas ou compulsórias** (judicializadas), dependendo da situação os trâmites são diferenciados.
f. Obter e fornecer, dados de identificação do proprietário do imóvel em que haja suspeita ou que seja identificada situação de acumulação.

II. Secretaria Municipal de Saúde

A) Equipes de Saúde da Família (ESF) e Núcleo de Apoio à Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB)

a. Vigilância ativa de pessoas em situação de acumulação para identificação precoce dos casos por meio das visitas domiciliares dos ACS.
b. No caso de conhecimento prévio de pessoas e animais em situação de acumulação, devem ocorrer visitas domiciliares para avaliar sua condição de saúde e riscos

sanitários, de acordo com o checklist inicial proposto pelo CIASA. A **abordagem inicial** deve ser feita pela **pessoa de maior vínculo com o usuário**, normalmente um **ACE ou ACS**, assistente social, médico veterinário ou outro profissional identificado para este primeiro contato.

c. Dar acesso à atenção básica e especializada à família, ao indivíduo e aos animais em situação de acumulação com interação entre todos os profissionais referentes ao NASF para um atendimento e acompanhamento integral do indivíduo e seus animais.
d. Atendimento domiciliar em casos necessários, abordagem biopsicossocial das pessoas em situação de acumulação e família;
e. Notificar regularmente ao CIASA os novos casos de pessoas em situação de acumulação;
f. Acionar os serviços competentes, quando necessário para planejamento e execução das ações cabíveis aos demais órgãos;
g. Promover educação em saúde sobre o tema acumulação de animais e treinamento dos agentes de saúde para abordagem e identificação de casos. Por se tratar de uma temática transversal, poderá ser realizada conjuntamente com a Atenção Básica, Vigilância em Saúde, Limpeza Urbana, Assistência Social e Gerência de Defesa Animal.

B) Equipe de atenção à Saúde Mental

a. Realizar o atendimento da pessoa em situação de acumulação e de sua família;
b. Acompanhamento psiquiátrico e psicológico para a pessoa em situação de acumulação.

C) Vigilância ambiental em saúde/ Serviço de vigilância e controle de zoonoses

a. Realizar vistorias, orientar o morador sobre os cuidados com o ambiente e os animais;
b. Informar a UBS da área os casos de pessoas em situação de acumulação identificados pela equipe técnica nas ações de vigilância em saúde (quando identificados pelo ACE).
c. Classificar o risco ambiental em alta, média ou baixa complexidade;
d. Registrar a situação identificada em instrumentos específicos e padrões no município, como formulários e relatórios;
e. Dar conhecimento à UBS da situação diagnosticada;
f. Participar da ação de limpeza e monitorar o imóvel;

g. Coordenar e executar as medidas de controle químico, quando indicadas, de desratização e demais serviços de controle de vetores, animais sinantrópicos e reservatórios;

h. Realizar os procedimentos específicos, no caso de presença de animais (cães e gatos), tais como vacinação antirrábica, exame de leishmaniose visceral em cães e esporotricose em gatos, vermifugação, controle de ectoparasitas, esterilização (quando os animais estiverem aptos para o procedimento), identificação por meio de dispositivo eletrônico (microchip) e de forma externa (coleiras com placas ou marcação com tinta em cães e marcação da ponta de orelhas nos gatos), além de fotos com resenhas individuais registradas em planilha eletrônica), dentre outros cuidados inerentes ao controle de zoonoses;

i. Promover a educação continuada dos profissionais das Unidades de Vigilância em Saúde acerca do manejo e contenção de cães e gatos, bem como das demais abordagens preconizadas no atendimento dos casos de acúmulo de animais, garantindo a segurança do colaborador e dos animais (sugere-se o curso de Formação de Oficiais em Controle Animal (FOCA) – https://portal.itecbr.org/curso-foca ou outros.

j. Promover orientação técnica quanto às medidas de proteção da saúde que o responsável pelos animais deverá adotar visando eliminar ou reduzir riscos de situações insalubres à saúde individual e coletiva;

D) Vigilância Sanitária

a. Em casos em que há risco à saúde pública deve-se utilizar instrumentos para cientificação da situação de risco identificada. Caso a situação não seja corrigida, deve-se registrar o diagnóstico situacional e anexar laudo técnico emitido pelo profissional responsável a fim de direcionamento e tomada de providências cabíveis junto aos setores envolvidos.

III. Secretaria de Assistência Social e Cidadania

a. Realizar visitas domiciliares junto à equipe da UBS, em acordo com o CIASA, à pessoa em situação de acumulação e sua família, realizando estudo social com o objetivo de avaliar a vulnerabilidade e os riscos a que estão expostos;

b. Em situações de indivíduo com baixa renda, realizar a inscrição no Cadastro Único de Assistência Social para facilitar o acesso a programas de benefícios eventuais e de prestação continuada;

c. Nos casos em que a pessoa resida sozinha ou tenha vínculos familiares

frágeis, tentar localizar e contatar familiares que possam acompanhá-la;

d. Realizar encaminhamentos da pessoa em situação de acumulação a rede sócio assistencial de alta complexidade quando for o caso, após avaliação de saúde;

f. Estimular a pessoa em situação de acumulação a realizar atividades ocupacionais.

IV. Secretaria de Meio Ambiente

A) Gerência de Defesa Animal

a. Avaliar o grau de bem-estar dos animais em situação de acumulação.

b. Emitir laudo de maus tratos aos animais, se pertinente;

c. Promover o atendimento dos animais que necessitem de assistência à saúde nos hospitais/ clínicas ou consultórios veterinários conveniados com a Prefeitura, de acordo com a realidade de cada município;

d. Juntamente ao Serviço de controle de zoonoses, promover ações de manejo ético populacional de cães e gatos nos imóveis com acúmulo de animais, assim como nas regiões prioritárias do município.

e. Instruir e acompanhar o tutor para garantir as condições mínimas para um bem-estar adequado dos animais acumulados.

f. Quando for necessário, por meio de acordo pré-estabelecido, proceder o recolhimento e encaminhamento para atendimento e abrigo temporário dos animais, em caso de bem-estar inadequado. Os animais removidos devem ter destino adequado em lares temporários previamente estabelecidos pelo CIASA, ou para um Centro de acolhimento transitório e adoção (CATA) de responsabilidade municipal (ver Políticas de manejo ético populacional de cães e gatos em Minas Gerais, 2019).

g. Realização de eventos de adoção rotineiros a fim de destinar os animais recolhidos dos imóveis das PSA, se for o caso.

h. Promover orientação jurídica para cumprimento das ações de bem estar animal (por exemplo: garantir que sejam resguardados os direitos aos animais contidos na CR/88 e leis afins).

V. Serviço de Limpeza Urbana

a. Realizar vistoria e dimensionar os recursos operacionais para a execução da ação de limpeza;

b. Realizar a ação de limpeza conforme emissão de ordem de serviço;

c. Emissão de relatório ao final da ação para fins de arrecadação municipal;
d. Os materiais removidos pela limpeza urbana deverão ser destinados ao aterro sanitário. Quando houver permissão do responsável pelo imóvel ou por determinação judicial, nos casos possíveis destinar para reciclagem;
e. Deve-se atentar para destinação dos itens de valor de forma a garantir a sua guarda por entidades/ familiares/oficial de justiça, de acordo com cada situação;
f. Divulgar e capacitar os profissionais da rede de atenção à pessoa em situação de acumulação sobre técnicas de reciclagem, reutilização ou reaproveitamento de materiais.

VI. Defesa Civil

a. Realizar a avaliação da infraestrutura dos imóveis que apresentam situação precária de conservação e adotar as medidas necessárias visando prevenir a ocorrência de acidentes no imóvel.

Uma vez criado, é importante que as atribuições do CIASA sejam definidas para otimizar as ações, garantindo o atendimento e bem-estar dos animais, além do tratamento integral da PSA, buscando evitar recidivas. O Quadro 3, a seguir, foi criado com o intuito de nortear as funções, que serão melhor explicitadas em seguida.

Quadro 3. Desdobramentos das ações relacionadas pelo CIASA.

AÇÃO	COMO REALIZAR?	POR QUE REALIZAR?
1. Sensibilizar instituições	Procurar as instituições ofertando a capacitação; conscientizar e sensibilizar a comunidade em geral; disponibilizar informações para a população.	Para que cada envolvido saiba seu papel e seja capaz de identificar e prevenir novos casos.
2. Mapear casos de acumulação de animais	Treinar ACS's e ACE's para realização de censo nos bairros/ regiões de trabalho; mapa falado; busca ativa após censo e aplicação de formulário.	Permite: identificar casos; traçar estratégias; identificar pontos de abandono; intensificar políticas de manejo na região.
3. Mapear protetores independentes e associação de proteção animal	Treinar ACE's para realização de censo nos bairros/regiões de trabalho de todos os protetores do município; cadastro voluntário online ou presencial na Gerência de Defesa Animal ou outro órgão.	Permite: conhecer o perfil de protetores e abrigos; identificar potenciais parceiros do CIASA formando uma rede de ação; auxiliar os sobrecarregados, prevenindo que entrem na situação de acumulação
4. Centralizar as notificações	Criar um local de notificação; disponibilizar canal para recebimento dos casos suspeitos de acumulação.	Para que os novos casos tenham atendimento integral, permitindo a definição de protocolo adequado para cada caso
5. Visitar cada caso e identificar os tipos de animais em situação de acumulação (ASA) - checklist 1 dos animais (doméstico, silvestre, exotico)	Identificar espécies; descrever o ambiente; descrever os animais; descrever a condição geral dos animais	Para acionar os órgãos adequados; avaliar as condições gerais do ambiente, ASA e PSA
6. Confirmação de cada caso - checklist 2 da classificação - cuidador sobrecarregado etc	Classificar o tipo de acumulação	Para o CIASA avaliar e classificar o caso e acionar as instituições necessárias

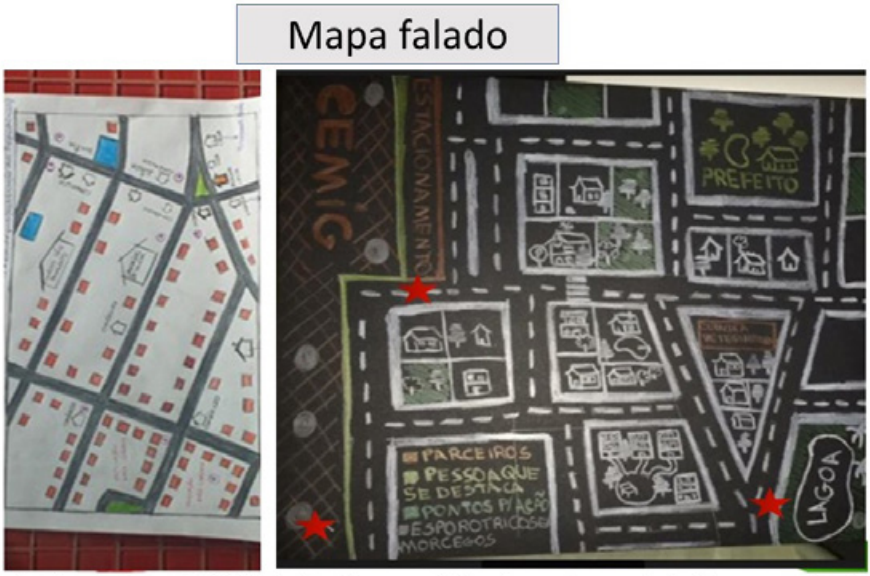
AÇÃO	COMO REALIZAR?	POR QUE REALIZAR?
7. Avaliação e atendimento da PSA	Avaliação de saúde; avaliação psicológica; tratamento.	Para realizar o diagnóstico diferencial de demais doenças e encaminhar cada caso para o PTS
8. Atendimento aos ASA checklist 3 (anamnese, etc)	Avaliar, diagnosticar, identificar de forma individual e classificar os animais; alimentação e banho; avaliação do BEA; avaliação clínica por médicos veterinários; tratamento e controle de ecto e endoparasitas, vacinação; exames, castração; encaminhar para adoção, se necessário.	Para que seja possível realizar as ações seguintes, como encaminhamento para clínicas, lares temporários, adoções ou permanência no local, garantindo sempre o BEA.
9. Avaliação e comunicação dos resultados	Realizar um encontro semestral ou anual com todos os membros do CIASA. Apresentar um levantamento do número de casos atendidos, percentual de resolução e desdobramentos. Apresentar experiências exitosas. Comunicar o resultado desse encontro às Secretarias e demais órgãos	Para avaliar as ações realizadas no período anterior. Identificar os fatores dificultadores que poderão ser mitigados em futuras ações.

1. Sensibilizar as instituições: este processo se dará através da provocação e da oferta de capacitação das instituições que estarão envolvidas nos casos de acumulação, bem como da sensibilização e conscientização da comunidade acerca do problema, para que a população mude o estigma de que a PSA é uma pessoa desequilibrada, mudando o olhar caricato que a sociedade tem desse indivíduo. Por isso é fundamental que as informações acerca do TA estejam disponíveis para toda população local. Dessa forma, cada ator envolvido terá consciência de seu papel, além de conseguir identificar e prevenir possíveis casos, agindo de forma precoce. Essa primeira etapa é determinante para que o conhecimento seja propagado e mais pessoas se conscientizem sobre o assunto e onde buscar ajuda.

2. Mapear os casos de acumulação de animais: é através do mapeamento de casos de acumulação no município que as estratégias de prevenção, intervenção e controle poderão ser planejadas. Para isso, é necessário treinar os ACE's e ACS's para realizarem o **censo por bairro ou região de trabalho** durante as visitas ou tratamento focal. Uma opção para que o trabalho seja feito de forma dinâmica e

precisa é a realização de um mapa falado. Após realizar o censo, aplicar o formulário de classificação dos indivíduos (check list da classificação) para categorizar os indivíduos. Dessa forma, será possível identificar os casos de acumulação e traçar estratégias locais para cada situação, bem como identificar os pontos de abandono de animais e assim intensificar políticas de manejo na região.

> *"MAPA FALADO é um desenho representativo de determinado território, seja uma escola, uma rua, um bairro ou até mesmo uma cidade, construído de forma coletiva. Nesse desenho todas as informações são apresentadas, possibilitando que qualquer pessoa tenha uma noção clara e completa do lugar."*
> *Silveira, D.C., 2020*



Simulações de Mapa Falado feito à mão no território de um Centro de Saúde com apoio das Equipes de Saúde da família, Agentes de combate à endemias, veterinários e comunidade local

Fonte: *Arquivo pessoal.*

3. Mapear os protetores independentes e associações de proteção animal: além de mapearem os casos de acumulação de animais, os ACE's também devem ser capacitados para realizarem o censo de todos os protetores e abrigos do município, durante seu trabalho focal, assim, os protetores poderão se cadastrar de forma voluntária, online ou presencial, na Gerência de Defesa Animal. Dessa forma será possível conhecer o perfil dos protetores e abrigos da região, possibilitando identificar os possíveis parceiros da rede de apoio do CIASA, auxiliando àqueles que já estão sobrecarregados na função de protetores, evitando que adentrem em uma situação de acumulação.

4. Centralizar as notificações: Estabelecer um canal direto para notificaçõese até mesmo informações é fundamental para que cada caso receba a atenção específica dentro do CIASA, além de permitir a criação de um vínculo com algum membro da equipe multidisciplinar. O ideal é que o canal de atendimento seja centralizado em um local em particular. Direcionar as denúncias de maus tratos de animais com indícios de acumulação. inclusive pelo 181.

5. Visitar cada caso e identificar os animais em situação de acumulação: após o mapeamento das regiões em que se encontram os casos de acumulação, uma visita deve ser feita, seja pela equipe multidisciplinar de trabalho ou por apenas uma pessoa (com vínculo), a depender do caso. Na residência, deve-se identificar as espécies envolvidas e a quantidade, descrever as condições gerais do ambiente e dos animais. Com essas informações os órgãos adequados poderão ser acionados para auxiliar no manejo e destinação dos animais, além de possibilitar as dimensões de higiene do ambiente e averiguar se existem animais doentes, escore corporal e condição de saúde dos animais.

6. Confirmação de cada caso: para confirmar o caso de acumulação é importante classificar o tipo de PSA, se é um cuidador sobrecarregado, salvador em uma missão, explorador de animais ou misto. É importante salientar que um caso pode estar em mais de uma classificação, portanto é fundamental elencar cada ocorrência para que os órgãos responsáveis sejam acionados.

7. Avaliação e atendimento da pessoa em situação de acumulação (PSA): a condição de saúde deve ser avaliada pela estratégia de saúde da família (ESF), tendo em vista que muitas vezes a PSA negligencia a própria saúde em detrimento do tempo dedicado aos animais. O diagnóstico diferencial do TA e demais transtornos

mentais também devem ser feitos pela equipe de saúde mental. Após as avaliações, as pessoas deverão ser encaminhadas para o tratamento por meio de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) para cada caso.

8. Atendimento aos animais em situação de acumulação (ASA): o atendimento a esses animais irá permitir ações posteriores como: tratamento no próprio local, encaminhamento a clínicas veterinárias parceiras, lares temporários, possíveis adoções, visando sempre o BEA. Primeiramente deve ser feito um diagnóstico, identificação e classificação dos animais, descrevendo as espécies, os números de animais por espécie, se há indicações de reprodução, o sexo, a idade aproximada etc. À medida que a identificação primária vai sendo feita, os animais já identificados podem ser divididos em grupos e encaminhados para uma avaliação de seu estado geral, exames, banho e alimentação. Após passarem por uma inspeção feita pelo médico veterinário, os animais devem receber tratamento adequado para ecto e endoparasitas, seguida da vacinação múltipla e antirrábica. Com os animais devidamente estabilizados, apresentando melhora de seu quadro geral, a castração deve ser realizada. É importante compreender que o ambiente em que se vive a PSA e seus animais é um "universo" diferente do mundo exterior, onde indivíduos humanos e não humanos geralmente coexistem em uma relação particular que deve ser respeitada. Portanto, o encaminhamento dos animais para adoção varia de acordo com cada caso. Essas informações estão detalhadas no capítulo 5 deste Guia.

9. Avaliação e comunicação dos resultados: Como todo novo processo implantado é necessário avaliar sua efetividade. Por isso, medir os indicadores de atuação em casos de acumulação e comunicar aos setores as experiências exitosas e os fatores dificultadores é fundamental. Número de casos por mês, número de animais atendidos, desdobramentos, intercorrências, são algumas das informações que devem ser apresentadas. Lembrar que os casos, apesar de terem similaridades, devem ser tratados de forma individual. Nem sempre a conduta em um caso exitoso terá o mesmo resultado com outro PSA. Quanto maior a visibilidade por meio da comunicação dos casos entre os setores, maior a chance de atuação no início do processo, minimizando sofrimento, gastos públicos e recidivas.

Após o conhecimento do que é Acumulação de animais e como organizar uma política pública municipal, com criação de decreto próprio, Comitê e Gerência de defesa animal para lidar com o assunto, os próximos capítulos irão abordar ações específicas voltadas para: atenção aos indivíduos que acumulam (capítulo 4), como

cuidar e manejar os animais (capítulo 5) e o que fazer com o ambiente (capítulo 6). E finalmente aprenderemos sobre as melhores estratégias de educação para lidar com esse importante desafio de saúde única (capítulo 7), como implementar a política em pequenos municípios (capítulo 8) e quais são os aspectos jurídicos envolvidos nessa temática tão ampla e complexa (capítulo 9)! Boa leitura!

3. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8142.htm

Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Informe Técnico:Atenção aos Acumuladores de Animais, Leishmaniose Visceral Canina e Esporotricose Zoonótica. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 1ª Ed. 134p. Belo Horizonte: 2021.

Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Guia Prático: Políticas de Manejo Ético Populacional De Cães e Gatos em Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 1ª Ed. 272 p. Belo Horizonte: 2019.

Fonte: Acervo de perícias da CEDA

CAPÍTULO 4

ATENÇÃO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO

Bárbara Perdigão Stumpf, Izabela Guimarães Barbosa, Sueli Cândida Maciel.

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão abordados os principais aspectos do atendimento às pessoas quese encontram em situação de acumulação de animais. Inicialmente, falaremos sobre a saúde mental no Brasil e a importância da garantia dos direitos dos usuários. Em seguida, será caracterizada a situação de acumulação de animais, os principais diagnósticos e os tratamentos disponíveis. E, para finalizar, abordaremos como se processa a intervenção intersetorial nas situações de acumulação, instituída por uma política pública , e, exemplificada através de um relato de caso.

Utilizaremos o termo "pessoa em situação de acumulação" (PSA), que são as pessoas que vivem em situação de acúmulo, porém não foram submetidas à avaliação psiquiátrica para um diagnóstico mais preciso.

2. A SAÚDE MENTAL NO BRASIL ANTES E DEPOIS DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

O hospital psiquiátrico foi por séculos o único local para o tratamento da loucura nas civilizações ocidentalizadas e, no Brasil, é uma instituição que persiste há mais de 180 anos, resultando na morte de milhares de brasileiros. O mais famoso, talvez, seja o "Holocausto Brasileiro", título atribuído ao Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena que até hoje ainda conta com moradores, sendo esses com mais de três décadas de internação, em média.

O preocupante cenário de morbimortalidade dos Hospitais Psiquiátricos é um tema que atravessa a história da instituição. Estudos como História das primeiras instituições para alienados no Brasil (ODA, 2005), revelam a inaceitável mortalidade de pessoas em hospitais psiquiátricos no século XIX e documentos brasileiros como o "Relatório Nacional de Inspeção em Hospitais Psiquiátricos de 2019" mostram que a realidade do cárcere privado e de graves violações ainda é cotidiana. Não surpreende, portanto, que no mundo inteiro há iniciativas que visam a superação da realidade manicomial com documentos como "Relatório sobre a Saúde no Mundo (2001)"; "Saúde Mental: Nova concepção, nova esperança (OPAS/OMS, 2001)" e a "Declaração de Caracas de 1990 (OPAS)" reafirmando a importância de os países reestruturarem a atenção em saúde mental. Vale destacar que recentemente a OMS lançou o "Guidance on community mental health services: Promoting person-centred and rights-based approaches" (OMS, 2021) ou"Orientação sobre serviços comunitários de saúde mental: Promovendo abordagens centradas na pessoa e baseadas em direitos", que visa a substituição mundial dos hospitais psiquiátricos e instituições afins.

No Brasil, o marco dessa transformação foi o advento da Reforma Psiquiátrica através da Lei Federal N°10.216 de 6 de abril de 2001 que finalmente reconheceu os ditos "loucos" enquanto cidadãos brasileiros sujeitos de direitos. Apesar de já existirem certas experiências de vanguarda no Brasil desde a década de 80 e a Luta Antimanicomial que se fundou em 1987 com o Manifesto de Bauru, em nível nacional só podemos dizer que houve uma real reestruturação da assistência e da cidadania do louco a partir desta lei. Em 2009, houve um novo avanço com o Decreto N° 6.949 que colocou o Brasil como signatário da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, um novo marco legal de garantia de direitos às pessoas com transtornos mentais e/ou em uso abusivo de álcool e outras drogas.

A Reforma Psiquiátrica proporcionou a capilarização da atenção em saúde mental, diminuindo vazios assistenciais históricos e garantindo a liberdade de milhares de brasileiros. Apesar dos avanços, é inegável que se trata de uma política recente que modifica profundamente a lógica e a estruturação dos cuidados em saúde mental e que, como todo o SUS, ainda está em processo de implementação e sofre, atualmente, graves retrocessos. Assim, é dever dos gestores a manutenção e a expansão de políticas públicas e direitos historicamente conquistados e garantidos em lei.

3. A LÓGICA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

A Reforma Psiquiátrica surge para substituir os modelos asilares de tratamento da loucura em serviços abertos e comunitários. Isso surge do entendimento do SUS de que os processos de saúde-doença acontecem no local onde as pessoas vivem e, portanto, são ineficientes modelos de saúde centralizados em grandes centros urbanos longe das pessoas que necessitam de atendimento. Trabalhar as territorialidades significa, para além da proximidade do espaço físico, atuar sobre sua dimensão subjetiva: imagens, representações e projetos que permitem a apropriação de grupos sociais ou indivíduos sobre seu espaço de vida (CARA, 2002).

O conceito de saúde previsto no Artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) também expande a concepção de saúde, agora não mais simplesmente ausência de doença, mas de todo um arcabouço de direitos que promovam o bem-viver. Por isso, a atuação de uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e seus serviços não objetiva a aniquilação de sintomas psiquiátricos, mas sim garantir um lugar cidadão para os ditos "loucos" (incluindo-se aí usuários de álcool e outras drogas), sendo um ponto de apoio e referência dos brasileiros em seus conflitos pessoais e sociais.

A clínica da saúde mental é uma clínica de Reabilitação Psicossocial, que pode ser definida como:

> *"O processo de facilitar ao indivíduo com limitações a restauração, no melhor nível possível, de autonomia do exercício de suas funções na comunidade. O processo enfatizaria as partes mais sadias e a totalidade de potencialidades do indivíduo, mediante abordagem compreensiva e suporte vocacional, residencial, social, recreacional e educacional, ajustadas às demandas singulares de cada indivíduo e a cada situação de modo personalizado." (apud PITTA. Reabilitação Psicossocial no Brasil. HUCITEC, 2001).*

A RAPS deve se haver com as demandas de saúde mental de todos os níveis de complexidade psicossociais, além de fazer ações contínuas de promoção de saúde, mas, principalmente, deve dar conta dos casos mais graves e persistentes, aqueles que são atravessados por grandes vulnerabilidades sociais, e que demandam de extensos cuidados por toda vida. Para isso, os serviços precisam criar vínculos com seus usuários: laços de afeto e de confiança gerados por um atendimento

acolhedor e por serviços com portas abertas. Portas abertas significa estar próximo e estar à disposição, e pressupõe a longitudinalidade do cuidado, em contraponto a atendimentos pontuais estilo consultório. Também pressupõe um Projeto Terapêutico Singular (PTS), assim como pressupõe o SUS, projeto que compreende e respeita o protagonismo e autonomia dos usuários, não sendo prescrito a eles, mas construído de forma conjunta, como previsto na Política Nacional de Humanização (2008) (MINAS GERAIS, 2006).

Para abarcar a complexidade dos fenômenos da loucura e do sofrimento psíquico, é necessária a estruturação dos serviços em rede: pontos de cuidado articulados organicamente, todos igualmente responsáveis pelo cuidado. Essa rede pode e deve ser ampliada para além de serviços próprios de saúde: quantos usuários dos serviços de saúde mental não nos demandam trabalho, renda, moradia, entre tantas outras coisas? Uma boa rede entende que tudo que está dentro da atuação da garantia dos direitos lhe concerne e deve ser alvo de intervenção e diálogo. É também preciso abandonar a lógica especialista: os serviços precisam contar com diversas especialidades dentro e fora da área da saúde e nenhuma é melhor ou mais necessária, todas são igualmente fundamentais (Caderno Saúde Mental, 2007).

Por fim, nada disso é possível caso se ignore a cidadania e dignidade fundamental das pessoas, sejam elas com ou sem sofrimento mental. Respeitar à vontade, a autonomia e a liberdade das pessoas das quais se cuida é ponto zero para qualquer ação efetiva em saúde. A adesão ao tratamento não é uma obrigação, é uma conquista das redes de atenção e se dá pelo trabalho ético. Lembrando que tanto a Lei Federal N° 10.216/2001 quanto a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência estipulam o direito de não ser forçado a intervenções médicas, sendo elas estritas a intervenções pontuais somente em casos de risco iminente de morte. Esse direito já é garantido em outras esferas da saúde: se uma pessoa tem um enfarte ela será acudida, mesmo que não dê seu consentimento, porém, se lhe é proposta uma cirurgia para que se diminua a chance de novos infartos, a pessoa não é obrigada a consentir, ela pode se recusar, mesmo que isso resulte em morte precoce. O mesmo se estende para pacientes com câncer que se recusam a fazer quimioterapia, hipertensos que não querem tomar medicação para pressão ou diabéticos que não querem fazer uso de insulina. Da mesma forma, pessoas com transtornos mentais devem ter a mesma garantia de contratualidade, mesmo que isso gere sofrimento e conflitos para si. É verdade que tal público seja infame por se recusar a aderir tratamentos, porém, isso não é verdade.

Segundo a Coordenação da Atenção à Saúde Mental de MG, "certamente, há algumas situações-limite, em que não conseguimos fazer com que o paciente queira ou aceite tratar-se. Contudo, na maioria absoluta dos casos, está em nosso alcance obter seu consentimento para tratá-lo e, a partir daí, despertar nele não só a aceitação passiva, mas o desejo desse tratamento. Quando o paciente percebe que a equipe que o atende está realmente atenta para as suas questões, e não apenas preocupada em satisfazer as demandas familiares e sociais com relação ao seu comportamento; quando essa percepção lhe permite estabelecer uma relação de confiança com seus cuidadores; quando considera o serviço de Saúde Mental como um local de acolhimento, e não de exclusão – quando é assim, torna-se possível para ele pedir, aceitar e apreciar a nossa ajuda" (MINAS GERAIS, 2006).

Enfim, a tudo isso que se descreve nesse texto se dá o nome de cuidado em liberdade: a terapêutica que entende que não é possível se falar em saúde sem as garantias básicas de condições de existência digna e que implica tanto em diminuir o sofrimento psíquico quanto o social. O cuidado vai para além da manutenção de condições mínimas de sobrevivência, é indissociável da cidadania e do direito, não se contenta com o estado de ausência de doença. Cuidado na dimensão da saúde não é substantivo, mas verbo, ação que incide sobre os processos de saúde-doença em busca de um bem-viver. Mais que ser guardiã da vida, é guardiã de uma vida que vale a pena ser vivida. A liberdade não só é base para relações horizontais, respeitosas e cidadãs, mas também fundamento terapêutico (CADERNO SAÚDE MENTAL, 2007; ROTELLI, 2008).

4. O QUE É A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL?

A Política Nacional de Saúde Mental busca consolidar um modelo de atenção aberto e de base comunitária. A proposta é garantir a livre circulação das pessoas com problemas mentais pelos serviços, pela comunidade e pela cidade. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que integra o Sistema Único de Saúde (SUS), estabelece os pontos de atenção para o atendimento de pessoas com problemas mentais, incluindo os efeitos nocivos do uso de crack, álcool e outras drogas.

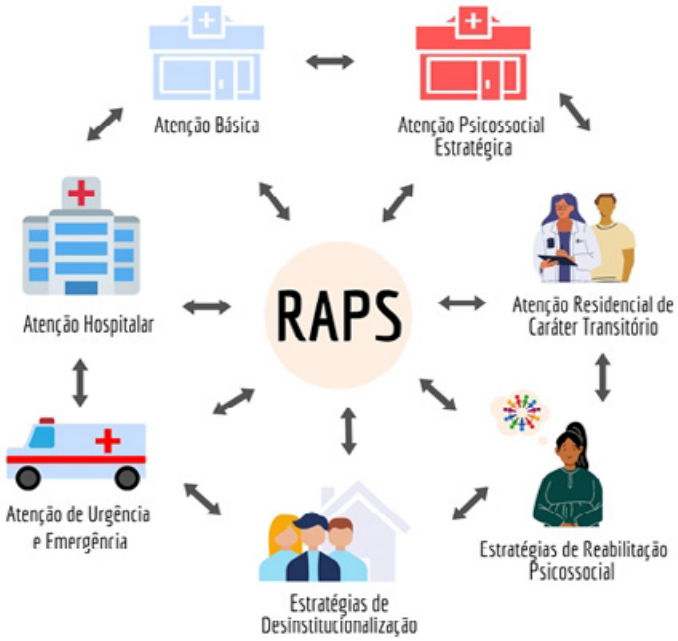


Figura 1: *RAPS - Rede de Atenção Psicossocial*
Fonte: *blog.cenatcursos.com.br/conheca-raps-rede-atencao-psicossocial*

A RAPS está presente em diversos setores, sendo descritos no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1. Setores da RAPS.

Atenção Básica	Unidade Básica de Saúde (UBS); Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF); Consultório de Rua (CR); Apoio aos Serviços do componente Atenção Residencial de Caráter Transitório; Centros de Convivência e Cultura.
Atenção Psicossocial Estratégica	Centros de Atenção Psicossocial nas suas diferentes modalidades.
Atenção de Urgência e Emergência	SAMU 192; Sala de Estabilização; UPA 24 horas e portas hospitalares de atenção à urgência /pronto socorro, Unidades Básicas de Saúde.
Atenção Residencial de Caráter Transitório	Unidade de Acolhimento; Serviço de Atenção em Regime Residencial.
Atenção Hospitalar	Enfermaria especializada em hospital geral; Serviço Hospitalar de Referência (SHR) para Atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.
Estratégia de Desinstitucionalização	Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT); Programa de Volta para Casa (PVC).
Estratégias de Reabilitação Psicossocial	Iniciativas de Geração de Trabalho e Renda; Empreendimentos Solidários e Cooperativas Sociais.

Fonte: *Acesse todas as portarias referentes à RAPS em: <www.saude.gov.br/saúde mental>.*

5. SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO

As PSA apresentam o chamado "comportamento de acumulação compulsiva", que pode estar associado a algumas doenças clínicas e neurológicas, entre elas doença cerebrovascular, síndrome de Prader-Willi, tumor cerebral e demência; assim como a transtornos psiquiátricos, entre eles depressão, esquizofrenia, transtorno do espectro autista (TEA), Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) e, principalmente, transtorno de acumulação (TA). O transtorno de acumulação de animais (TAA), especificamente, é descrito como uma manifestação especial do TA. Os critérios diagnósticos do TAA estão especificados no Capítulo 1 deste guia.

A acumulação compulsiva de animais é possivelmente uma condição causada por múltiplos fatores. Esse comportamento tende a iniciar-se na idade adulta, sendo que os indivíduos geralmente apresentam apego excessivo e atribuem características humanas a seus animais, podendo os ver como membros da família, atribuindo afeto em uma proporção muito maior que os tutores de animais de companhia em geral. Nesses casos, o apego tende a ser recíproco e o animal se torna responsivo e dependente do seu tutor, fornecendo-os um amor incondicional. Por esse motivo, quando algum animal vem a falecer por falta de cuidados ou causas naturais, o medo do abandono e o sentimento de menos-valia da PSA são confirmados e não é incomum que se encontrem cadáveres de animais nas dependências do imóvel ou em refrigeradores.

5.1 Avaliação da pessoa em situação de acumulação de animais

Quando o indivíduo chega na Unidade Básica de Saúde (UBS), é importante que sua condição de saúde seja avaliada pela equipe de saúde da família (ESF). É também relevante a avaliação pela equipe de saúde mental para o diagnóstico diferencial da acumulação compulsiva e o diagnóstico de outros possíveis transtornos mentais.
Sabe-se que algumas comorbidades podem acompanhar quadros de acumulação. As principais doenças em pessoas com acumulação compulsiva foram hipertensão arterial sistêmica (55-61%), hipercolesterolemia (53%), doenças artríticas (41%), apneia do sono (20-22%), diabetes mellitus (16%), traumatismo craniano (6-11%), epilepsia (11%) e acidente vascular encefálico (11%). Já os principais transtornos psiquiátricos apresentados por essa população são: transtornos depressivos (50%), transtornos de ansiedade (24-30%), TOC (16-25%), tabagismo (15%), transtorno de estresse pós-traumático (6-11%), fobia social (6%), e, ideação suicida (5%) (AYERS et al., 2010; AYERS, DOZIER, 2015).

Como é feito o diagnóstico do TAA?
Usualmente é feito através de uma entrevista direta com o indivíduo, conduzida por profissional de saúde treinado. A equipe de saúde, diante de caso suspeito, deve indagar os sintomas ativamente, por ex.: "Quantos cães/gatos/aves você possui na sua casa?". É recomendado que seja feita uma visita ao domicílio da PSA de animais para avaliar a extensão do problema e determinar a presença de riscos para a saúde e segurança dos humanos e dos animais. Na impossibilidade de visita, deve-se buscar informações confiáveis com pessoas de seu contato próximo, como familiares ou vizinhos.

É importante enfatizar que não existem exames complementares, tais como laboratoriais e de imagem, que indiquem a ocorrência do TAA. Porém, especialmente nos idosos, deve ser feita avaliação cognitiva para investigar a presença de sinais de demência. Nos casos positivos, devem ser solicitados exames laboratoriais (hemograma, glicemia, creatinina, dosagem de vitamina B12, exames de função tireoidiana e função hepática) e de imagem (ressonância magnética do encéfalo). Um diagnóstico diferencial importante é o chamado "colecionismo normal", ou seja, o indivíduo tem um número excessivo de animais, porém estes apresentam boas condições de saúde e bem-estar. Ademais, PSA de animais podem ser confundidas com protetores de animais, sendo importante a presença da equipe de zoonoses para auxiliar na diferenciação.

5.2 Como classificar a PSA?

A classificação da categoria em que a PSA de animais se encontra é fundamental, pois auxilia o planejamento da abordagem. As principais categorias são: cuidador sobrecarregado, salvador com uma missão e explorador (Figura 2).

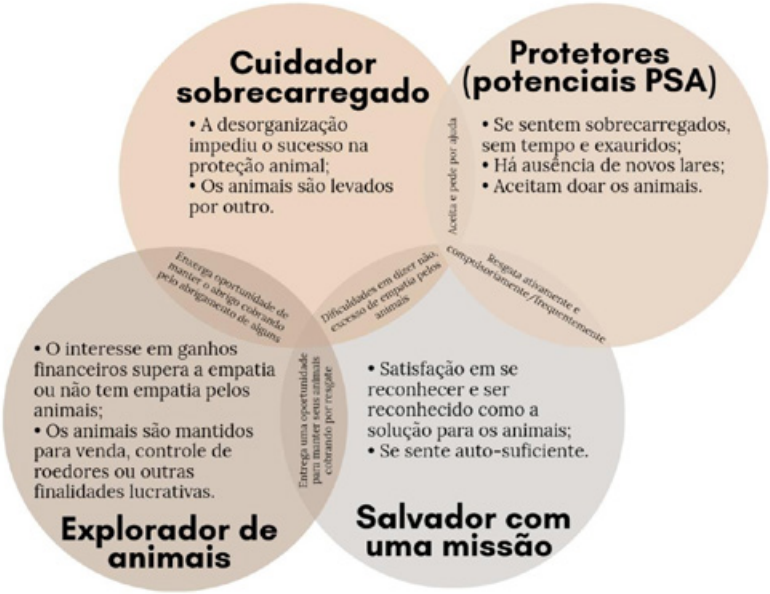
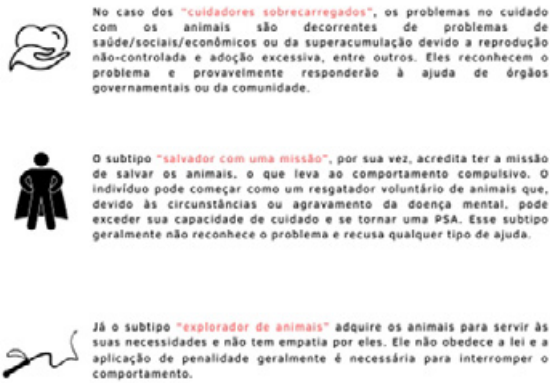


***Figura 2**. Classificação da PSA.*
***Fonte:** Soares et al., 2022, adaptado de Patronek (2006); Tavoloro e Cortez (2017) e Elliott et al., 2019.*



Cuidadora sobrecarregada.
Fonte: *Disponível em: www.oloboalfa.com.br.*

Imagem: *Pessoas em situações de vulnerabilidade. Salvador com uma missão.*
Fonte: *Eliana Malta.*

Fonte: *Disponível em: www.oloboalfa.com.br.*

Imagem: *Animais em situação de acumulação.*
Fonte: *Eliana Malta.*

Na prática nem sempre é possível fazer essa diferenciação, pois um caso pode ser classificado em mais de uma categoria. Uma pesquisa mostrou que das PSA, 44% apresentam formas intermediárias, 24% são cuidadores sobrecarregados, 22% salvadores com uma missão e 10% exploradores. O trabalho também mostrou que um quarto dessas pessoas fazia parte de organizações não-governamentais de proteção animal, o que fornece a elas uma fonte constante de animais (ELLIOTT et al., 2019).

5.3 Tratamento

É fundamental que as PSA de animais sejam reconhecidas como portadoras de transtorno mental, em sua grande maioria. Dessa forma, após a avaliação, caso o indivíduo apresente transtornos psiquiátricos ou doenças clínicas associadas, esses deverão ser tratados.

Na abordagem da acumulação compulsiva, deve ser formado um Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI), composto por representantes das diferentes secretarias e setores vinculados à saúde do indivíduo, dos animais e do meio ambiente, conforme visto no capítulo anterior. A formação do GTI objetiva a construção de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) para cada caso. O PTS se dá em quatro etapas:

01. Definição de hipóteses diagnósticas: avaliação clínica, psicológica e social; com avaliação de riscos, vulnerabilidades e potencialidades;
02. Definição de metas: negociadas com o usuário a partir do vínculo com membros da equipe;
03. Divisão de responsabilidades: escolha de um profissional de referência com vínculo estratégico com o usuário;
04. Reavaliação.

Os setores envolvidos geralmente são: Unidade Básica de Saúde (UBS), equipes de saúde mental (Centros de Atenção Psicossocial, Núcleo Ampliado de Saúde da Família), vigilância em saúde, unidades de vigilância de zoonoses, rede de monitoramento e proteção animal, assistência social, entre outros. É recomendado que membros da comunidade também participem das reuniões periódicas do GTI (Figura 3).

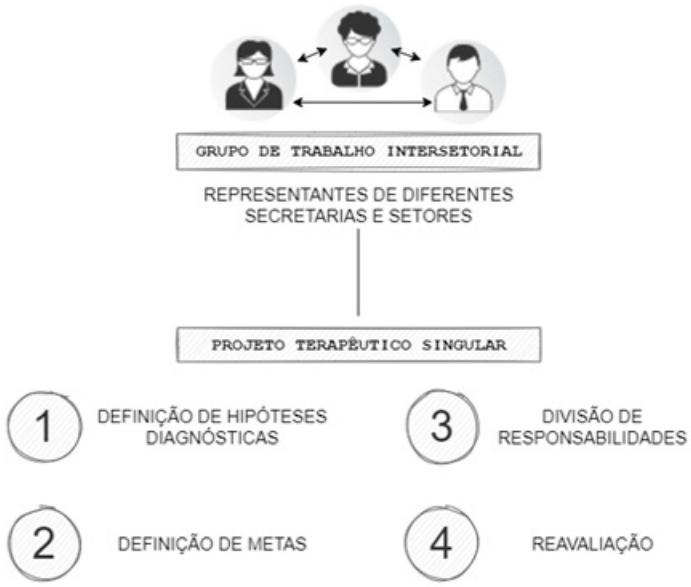


***Figura 3**. Resumo da criação do PTS.*
***Fonte:** Gustavo Canesso Bicalho.*

Com base nos setores envolvidos, considera-se como atribuições das responsabilidades:

Papel da equipe de saúde da família: a atenção primária tem um papel fundamental dentro do processo de identificação dos casos de PSA, uma vez que por meio dos ACS o reconhecimento é facilitado em decorrência das visitas que os mesmos devem fazer em sua microárea. Cabe a ela também ordenar a atenção ao cuidado; estimular a pessoa a utilizar equipamentos públicos esportivos, culturais e sociais; comunicar o Ministério Público quando houver necessidade de interdição ou de acionar judicialmente os familiares e rede de suporte.

Papel da equipe de saúde mental: deve ter papel prioritário no tratamento dos quadros psiquiátricos associados e na abordagem direta da acumulação compulsiva de animais. A equipe também deve incluir no PTS, de acordo com as necessidades de cuidados do usuário, os atendimentos nas redes que integram a RAPS, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Centros de Convivência e Cooperativa, os serviços de emergência e o Hospital Geral com enfermaria psiquiátrica.

> *Em relação ao TAA, especificamente, as estratégias que combinam* ***grupos de apoio, intervenção familiar, remediação cognitiva, psicoterapia e tratamento farmacoterápico*** *apresentam os melhores resultados.*

Quanto às estratégias de psicoterapia, existem maiores evidências da aplicação de terapia cognitivo-comportamental (TCC) com melhora em 25-60% dos sinais clínicos em TCC individual e 30-47% em grupos de apoio (DAVID et al., 2021).

O tratamento farmacológico do TA foi pouco estudado até o momento. Dois estudos americanos que utilizaram medicamentos da classe dos antidepressivos dos antidepressivos inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS) (paroxetina, n=32 e venlafaxina, n=24) mostraram melhora significativa em 28-70% dos participantes (SAXENA et al., 2007); (SAXENA, SUMMER, 2014). Outro trabalho americano (n=4) utilizou o metilfenidato, um psicoestimulante, e mostrou redução modesta dos sintomas de acumulação em 50% dos participantes (RODRIGUEZ et al., 2013). Um estudo italiano (n=12) mostrou redução média de 41,3% dos sintomas de acumulação após tratamento com atomoxetina, um medicamento psicoestimulante não disponível no Brasil (GRASSI et al., 2016).

6. PESSOA EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS: UMA INTERVENÇÃO CUIDADOSA

"O que melhora o atendimento é o contato afetivo de uma pessoa com a outra. O que cura é a alegria, o que cura é a falta de preconceito" Nise da Silveira

A parábola representada na Figura 04, descrita por Duarte Junior (1987), conta que eram cinco cegos que não conheciam um elefante, e um dia foram apresentados a ele.

***Figura 04**. Parábola: Os Cegos e o Elefante.*
***Fonte:** Amino app. **Acesso:** junho de 2022.*

Um dos cegos apalpou suas patas e concluiu: o elefante se assemelha a grossas colunas. Outro tocou sua tromba e pensou ser ele semelhante a uma cobra, sinuosa e flexível. O terceiro, pegando a cauda, imaginou o elefante como um chicote, fino e com fios na extremidade. Já o quarto, tateando suas presas, teve a imagem dele como um bastão maciço. E finalmente o último cego, ao apalpar as orelhas do animal, ponderou que ele mais parecia um leque maleável.

De acordo com o autor, pode-se refletir como o nosso conhecimento sobre qualquer coisa depende da maneira como olhamos e dos instrumentos que dispomos. Os

cegos só tinham o tato para conhecer o elefante e fizeram uso disto. O que ocorreu foi que usaram o tato de forma restrita, não percorreram todo o animal com as mãos, restringindo a uma parte do animal que estava mais próxima.

6.1. O que têm em comum a fábula "Cegos e elefantes" e a pessoa em situação de acumulação?

Poderíamos transportar o exemplo desta fábula para o atendimento às PSA, onde, ao nos depararmos com pessoas nestas condições, podemos olhar de forma restrita e a partir daí, elaborarmos estratégias de intervenções que não levam em consideração a totalidade que esta problemática apresenta. Temos que nos ater a não fazer como os cegos da fábula, que acabaram percebendo o elefante de forma parcial: tromba, patas, orelhas, cauda e presas, pedaços desconexos que não se configuram a totalidade do animal.

A intervenção é mais que a soma das partes independentes: é a resultante de diversas contribuições coordenadas e entre elas integradas. Intervenções descontextualizadas, desarticuladas, sem os devidos cuidados, podem desencadear ações desestruturantes e desencadeadoras de violências.

> *VIOLÊNCIA:*
> *uso intencional da força física ou o poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002).*

As intervenções nestes casos, como demonstrado na figura 5, devem ser discutidas entre os setores envolvidos de forma integrada, buscando conhecer em profundidade a situação-problema e os recursos necessários para o seu enfrentamento, com posterior estabelecimento de estratégias conjuntas, visando uma melhor resolutividade. Vale ressaltar que por anos, a intervenção de forma multidisciplinar, tanto pela saúde como pela assistência social, foi falho em prestar auxílio ou de abranger de forma sistêmica os casos de acumulação, cenário também observado em outros países (Calvo et al., 2014).

Figura 5. *Situação de Acumulação-Sofrimento muitas vezes Humano e Animal.*
Fonte: *NVZ/DVZ/COVISA/PMSP.*

6.2. Um olhar sobre a pessoa em situação de acumulação

Alguns serviços públicos constatam a existência desta problemática através de "denúncias" e ou "solicitações" feitas, onde a temática refere-se ao trato com os animais domésticos, em sua maioria cães e gatos, podendo ser encontrado também outras espécies de animais no mesmo local (cavalo, porco, galinha, coelhos, entre outros). Estes ambientes apresentam: número elevado de animais; falta de higiene nos cuidados com esses animais; podemos encontrar também acúmulo de materiais dos mais variados (papéis, latas, madeiras) coletados pelo próprio denunciado, propiciando o surgimento de animais sinantrópicos (roedores, aranha, escorpião, barata, etc.). Estas situações geram problemas ambientais no entorno e no domicílio. As pessoas denunciadas são diferenciadas pela comunidade, acarretando muitas vezes a exclusão social.

As residências apresentam características peculiares, onde o espaço destinado ao habitat humano é muito reduzido, quase inexistente, como demonstrado na figura 6, temos que a "casa é dos animais".

Figura 6. *Pessoa em Situação de Acumulação.*
Fonte: *Sueli Cândida Maciel - NVZ/DVZ/COVISA/PMSP.*

Constata-se que estas pessoas apresentam muita resistência em aceitar as recomendações das autoridades sanitárias, em relação aos tratos com seus animais. Apresentam também dificuldades em aceitar que os cuidados que oferecem aos seus animais são considerados inadequados, gerando maus-tratos.

A presença das autoridades sanitárias nestes locais denunciados, pode desencadear conflitos e estresse para as pessoas que lá vivem. Como consequência, torna-se muito difícil e, às vezes, impossível, o acesso dos profissionais para verificarem se a denúncia é procedente ou não.

Às autoridades sanitárias cabe muitas vezes somente multá-los, até que se adequem às leis vigentes, ou seja, diminuam a quantidade de animais, desde que, em condições que não caracterize maus-tratos. As pessoas denunciadas em sua maioria não pagam as multas e não conseguem diminuir o número de animais. Algumas envolvem-se em dívidas para manter os animais, outras não conseguem pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) / Imposto Territorial Rural (ITR), o que poderá acarretar a perda ou o despejo do imóvel.

Algumas podem ser consideradas em situação de vulnerabilidade social, por isso é

importante nestes casos sabermos quem são os vulneráveis. A Norma Operacional Básica da Política Nacional de Assistência Social (NOB/SUAS) categoriza os vulneráveis em diversos grupos e situações: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos (BRASIL, 2012).

Quando todas as possibilidades de resolução foram esgotadas, temos como último recurso fazer a solicitação de autorização judicial para ingresso na residência e adoção dos cuidados imediatos. Casos em que ocorre a remoção, sem uma articulação em rede, têm uma probabilidade maior de, num curto espaço de tempo, as pessoas reporem os animais. Os vínculos são interrompidos nestas ocasiões, além de serem muito traumáticas as intervenções quando são à revelia.

O que seria uma situação traumática?

Segundo Fenichel (apud NEVES, 2019), é aquele que utiliza sempre do estímulo intenso, quer pela violência, quer pelo acúmulo de excitações que isoladamente não seriam traumáticas. Logo, estas condutas se apresentam com pouca ou nenhuma resolutividade.

Percebe-se que essas pessoas ficam muito angustiadas com a presença das autoridades, temendo que possam remover os seus "animais-filhos", o que é vivido como uma perda irreparável. Essas angústias são verbalizadas quando os profissionais conseguem estabelecer um vínculo com a pessoa denunciada.

Algumas apresentam dificuldades para relacionar-se com outras pessoas. Rejeitam opiniões divergentes, ficam centradas em si, desconfiam das pessoas, alegam que os outros são maus e capazes de muitas atrocidades e que os animais não são capazes de tais comportamentos. Fazem comparações dos comportamentos humanos com os dos animais. Alegam que os animais amam o seu dono sem impor condições ou limites, o que não é sentido ou percebido nas relações humanas. Desta forma, optam pelas relações com os animais.

Essas pessoas cuidam dos seus animais por muitas horas do dia, esquecendo-se

muitas vezes, de cuidar de si, como se estas atividades suprissem todas as suas necessidades. Denotam um imenso prazer nestas tarefas e não querem abdicar e nem diminuir a intensidade desses cuidados.

Silveira (1982) faz referência às relações afetivas estabelecidas entre pacientes e animais, denominados de coterapeutas. A autora destaca que há uma possibilidade de tratamento ao observar a melhora de um paciente a quem delegara os cuidados de uma cadela abandonada no hospital; a responsabilidade de tratar desse animal tornou-se um ponto de referência afetiva estável na vida desse paciente. Ela afirma que os animais são "excelentes catalisadores" e desenvolveu a partir dessas experiências o conceito de afeto catalisador. Parte da ideia de que é importante que o paciente conte com a presença não invasiva de um coterapeuta que permaneça com ele, funcionando como ponto de apoio a partir do qual ele possa se organizar psiquicamente.

Françoise Dolto (2001), faz referência a este vazio humano preenchido pelos animais, que acaba atenuando a solidão humana:

> *"Bendito sejam os animais cuja espécie, amiga dos homens há milênio, é presença tranquilizadora, auxiliares nossos tanto no fardo do trabalho quanto nas coisas mais sutis que tornam pesada a solidão humana".*
>
> *"Quantos sofrimentos solitários do corpo e do coração eles ajudaram e ajudam ainda a suportar todos os dias, quantas penas e angústias secretas deixam que digam a seus ouvidos discretos donos e donas, jovens e velhos sem amigos outros, mendigos e milionários. Quantas vezes esses animais, que chamamos de domésticos, domaram a selvageria despertada no coração dos homens, abandonados pelo companheiro traidor ou pelo amigo desaparecido. Esses viventes de outra espécie, que não humana, fiéis, afetuosos, pacientes, que sabem ouvir, entender e dividir no dia-a-dia as tristezas e as mágoas dos homens" (DOLTO, 2001).*

Compreendermos a representatividade que os animais têm para estas PSA, auxilia em muito as equipes para o estabelecimento de estratégias cuidadosas.

6.3. Dimensão da atenção/cuidado

Conceituamos que o "cuidado" implica muito mais que uma escuta, é uma diversidade de coisas: é a disponibilidade de estar frente ao outro, ouvi-lo naquilo que ele tem para comunicar, respeitar o outro na sua singularidade e especificidade.

Para a atenção-cuidado à população, realizam-se visitas-atendimentos, como mostrado na Figura 7, numa perspectiva contextualizada, num enfoque psicossocial, que busca compreender a história de vida desta pessoa, cujas estruturas social e familiar e as experiências culturais, se manifestam no dia a dia. Dessa forma então, poderemos obter, através das informações colhidas, um diagnóstico situacional que nos auxiliará no estabelecimento de uma estratégia de intervenção mais articulada, cuidadosa, afetiva e efetiva.

Figura 7. *Situação de Acumulação - Singularidade.*
Fonte: *NVZ/DVZ/COVISA/PMSP.*

A forma como os domicílios são construídos poderá revelar modos de ser e estar dessas pessoas, podendo propiciar um conhecimento mais ampliado delas. Um imóvel, um bairro e uma cidade, passam a fazer parte da história de vida das pessoas, servindo de suporte para o sofrimento vivido. Assim, a casa passa a ser um espaço de refúgio.

Segundo Mussi e Cortê (2010), o sentido afetivo da palavra moradia, "a casa", é o lugar destinado à construção de relações e vínculos, como um reservatório de lembranças que, a qualquer momento, um detalhe, um cheiro, um objeto, um olhar, são rapidamente evocadas e se apresentam da maneira como as ressignificamos. **Ao obter a autorização para entrar nas casas das pessoas, estamos obtendo autorização para conhecê-las na sua intimidade**.

Como a demanda advém de terceiros e não da própria pessoa que se encontra em situação de acumulação, isto irá requerer que os profissionais estabeleçam primeiramente um vínculo para sensibilizá-la da necessidade de um acompanhamento em saúde, como das ações que podem vir a ser desencadeadas. Ressalta-se que os casos envolvendo animais são de alta complexidade, de difícil resolução e acabam gerando conflitos com os vizinhos, familiares, órgãos públicos, dentre outros.

Estes atendimentos/visitas domiciliares, requerem retornos sucessivos nas residências dos munícipes envolvidos. As visitas exigem alguns procedimentos essenciais por parte da equipe técnica, numa abordagem individualizada e particularizada. Requer também um tempo de permanência maior na residência destas pessoas. Cada situação é única e particular, não prevalecendo os mesmos procedimentos para todas.

O vínculo se estabelece em sua maioria tendo como abordagem inicial as questões relacionadas aos cuidados aos animais, tais como oferta de vacinação, esterilização e cuidados clínicos aos animais. Assim, o estabelecimento do vínculo com o Médico Veterinário, Lojas Pets, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de Proteção Animal, são muito benéficos.

6.4. Intervenção intersetorial

Para um atendimento a esses casos faz se necessário a construção de uma rede de cuidados integrada que contempla intervenções dos serviços de saúde e de outras

áreas não compreendidas no SUS, sendo necessária a atuação de uma equipe multidisciplinar (Figura 8). Demanda, portanto uma rede intersetorial, que abarca os serviços de atenção básica, Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), Serviços de Atenção Especializada de Saúde Mental e Hospitais, Unidades de Vigilância em Saúde e a rede intersetorial, que inclui todos os demais órgãos e instituições que lidam com a temática, como Assistência Social, Verde e Meio Ambiente, Direitos Humanos, Ministério Público, Defensoria Pública, Varas da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, entidades da sociedade civil, entre outros.

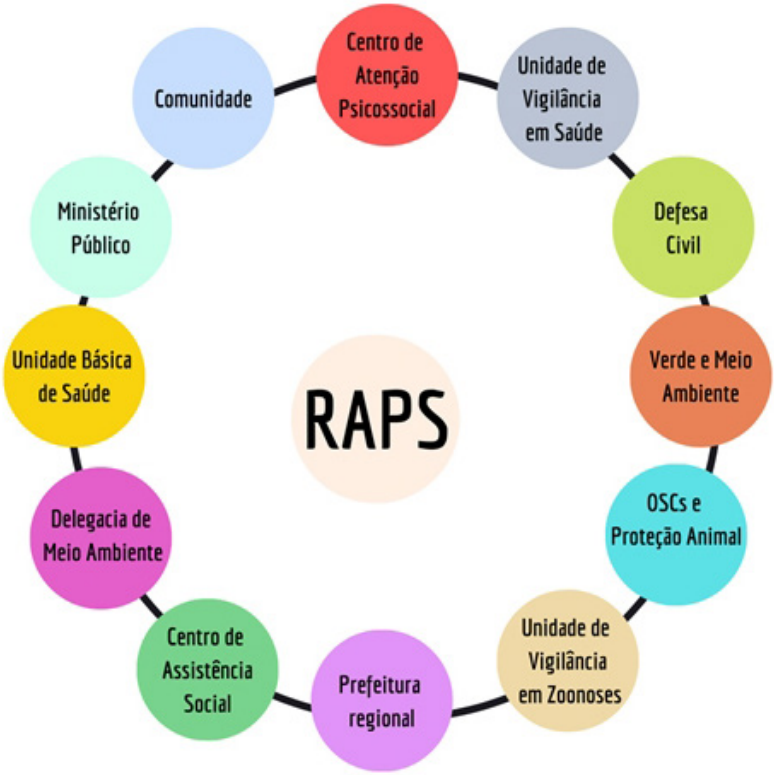


Figura 8. *Setores fundamentais para a atuação na Intervenção em casos de acumulação.*
Fonte: *Arquivo pessoal.*

A atuação em rede é definida como um arranjo organizativo de ações e serviços de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade da atenção, de acordo com as necessidades dos usuários (BRASIL, 2017). Com isso, o atendimento à PSA deve seguir alguns princípios e evitar outras ações (Quadro 2).

Quadro 2. O que deve e o que não pode fazer na situação de PSA.

DEVE	NÃO PODE
Abordagens psicossociais; que seriam a adoção de medidas que podem conduzir à redução dos objetos/bens acumulados e animais, com uma melhoria nas condições do ambiente e qualidade de vida para pessoas e animais;	Ações pontuais e paliativas, como a remoção à revelia de objetos ou animais com ingresso forçado no imóvel através de medidas judiciais (judicialização);
Procurar a rede de apoio para ações de curto, médio e longo prazo, sem exposição do indivíduo e seus animais;	Exposição negativa do indivíduo e da situação com vídeos e fotos nas redes e mídias digitais;

Por tratar-se de pessoas em sua maioria que estão acometidas por algum tipo de sofrimento mental, as intervenções com uma visão meramente higienista, como a remoção total ou parcial dos animais desconsiderando o cuidado a pessoa, se mostram com pouca ou nenhuma resolutividade, pois a pessoa retoma o comportamento de acumular.

Qualquer medida terapêutica, sejam psicofármacos, psicoterapias, técnicas de reabilitação, deve ser parte de um **Projeto Terapêutico Singular ou Projeto de intervenção**, que, segundo Saraceno, Asioli e Tognoni (1994), deve:

01. Ser planejado por toda a equipe;
02. Conter pautas precisas estabelecidas (melhor poucas e claras que muitas e não bem-definidas);
03. Ser realizado por meio de uma divisão não burocrática entre todos os membros da equipe;
04. Ser modificável, se a evolução periódica dos resultados obtidos demonstrar que o projeto é inútil ou prejudicial para a pessoa.

Existem muitas variáveis que podem determinar o desenvolvimento dos adoecimentos e a eficácia da intervenção. Algumas delas são relacionadas à organização e ao estilo de trabalho da equipe. Para que não ocorra variáveis desfavoráveis é necessário que exista uma equipe integrada (SARACENO et al., 1994).

Quadro 3. Características importantes de uma equipe de trabalho para atuação de casos de acumulação.

CARACTERÍSTICAS DA EQUIPE INTEGRADA	CARACTERÍSTICAS DA EQUIPE NÃO INTEGRADA
Distribuição do poder	Hierarquia rígida
Importância dos conhecimentos, da responsabilidade e da afetividade	Importância dos papéis e da burocracia
Comunicação clara e não contraditória	Comunicação confusa e fragmentada
Discussão e planificação do trabalho	Trabalho individual, isolado, segundo a competência dos papéis
Socialização dos conhecimentos	Separação dos conhecimentos
Autocrítica e avaliação periódica dos resultados	Atitude defensiva e repetição estereotipada das intervenções

Fonte: *Adaptado de Saraceno et al., 1994.*

7. CASO CLÍNICO: EXEMPLIFICANDO A INTERVENÇÃO

7.1. Quais são as etapas?

Ao receber uma denúncia ou demanda de um caso suspeito de acumulação, você deve:

01. Atentar-se ao que está sendo solicitado/denunciado: faça uma leitura prévia e cuidadosa dos documentos recebidos. Caso avalie necessário, solicite os documentos faltantes para que possa adotar medidas mais assertivas.

02. Conhecer o contexto da história da pessoa envolvida, de forma atenta, sem fazer **juízo de valor**. O importante aqui é fazer o exercício de **colocar-**

se no lugar do outro. Ou seja, se fosse você nesta situação como gostaria de ser ouvido, compreendido e auxiliado?

03. Cada membro da equipe deve poder desenvolver uma atitude solidária e afetiva para com a pessoa em situação de acumulação desde o primeiro momento, para que ele se sinta aceito, reconhecido como sujeito, para que possa confiar na pessoa que o atende, na equipe e no serviço.

04. Busque atuar segundo os Princípios e Diretrizes do SUS: universalidade, acessibilidade, fortalecimento do vínculo, familiar e comunitário, continuidade do cuidado, integralidade da atenção, responsabilização, equidade, territorialidade.

05. Trabalhe intra e intersetorialmente.

06. Estude o que é situação de acumulação.

07. Conheça o fluxo dos setores envolvidos.

Veja no caso a seguir um exemplo de acumulação e seus desdobramentos.

7.2. Caso – Sra. Maria

Foram feitas denúncias por vizinhos de uma casa com falta de higiene, presença de baratas, mosquitos e ratos, além de muitos cães e gatos.

Primeiras denúncias à Vigilância em Saúde do município: Sra. Maria, 28 anos, solteira, sem filhos, ensino médio concluído, reside com a mãe, proprietária do imóvel. Sra. Maria **costuma acumular materiais diversos** dentro e fora de casa. **Adota animais doentes e os deixa na residência para tratamento, alojando-os em gaiolas**.

Será que já podemos levantar a hipótese que estamos diante de uma situação de acumulação de animais e de materiais?

A mãe refere que a filha junta material para colaborar com instituições de caridade. Vizinhos temiam pela presença de animais sinantrópicos (ratos, baratas, escorpiões, entre outros) que passam a surgir, além do risco da residência ser acometida por incêndio em algum momento, face aos acúmulos.

Sra. Maria comparece à Unidade da Vigilância e **confirma que pega animais doentes na rua e os leva para a sua casa com o objetivo de realizar um tratamento e posteriormente os levar para uma OSCs de Proteção Animal.**

Podemos pensar que ela realiza um Lar transitório para animais?

Quanto aos materiais acumulados, como papéis, plásticos, tecidos, entre outros, alega que seriam retirados e encaminhados para instituição de caridade. Posteriormente, argumenta que o material acumulado será usado para fazer artesanato e contribuir com o Hospital do Câncer. **Refere ter câncer** e querer ajudar o referido hospital, porém essa doação nunca ocorreu.

Numa visita realizada ao local pelas Autoridades Sanitárias, constata-se a presença de muitos materiais acumulados e o fato de mãe e filha estarem dormindo na casa de parentes, pois a residência, devido ao acúmulo, não tem espaço para elas. **Tudo estava repleto de materiais, dados que vão sinalizando a gravidade da situação**. A alimentação é feita pela mãe, em local repleto de materiais, com risco de incêndio, tendo como agravante que a moradia é vizinha de um posto de gasolina. **É importante que a equipe integrada esteja atenta ao entorno da residência da PSA.**

Em uma nova visita, a mãe alega que a situação não mudou e reafirma o câncer da filha e a destinação dos materiais para uma instituição. Refere que vão se mudar para outra casa em breve. **Este comportamento de mudança de local, ocorre em muitas situações semelhantes**, devido à pressão dos vizinhos e dos órgãos públicos. Muitas vezes as PSA utilizam este discurso para afastar a fiscalização temporariamente, embora não tenham planos e nem condições para tal.

A residência da Sra. Maria, **foi acometida por incêndio em duas ocasiões: a primeira quando a própria Sra. Maria dormiu e esqueceu uma vela acesa; e a segunda quando ladrões invadiram a casa e atearam fogo**. Vemos aqui, exemplos de situações de riscos aos quais estas pessoas estão expostas, assim como seus vizinhos. Podemos pensar que nestas ocasiões a Sra. Maria vivenciou experiências traumáticas.

Posteriormente soubemos que a **mãe havia sofrido um infarto e morrido na própria residência**. Sra. Maria estava presente quando isto ocorreu e realizou os primeiros socorros. Assim, ela vivenciou uma situação muito traumática, a morte da mãe. Estas situações podem mudar todo o percurso da história, caminhando tanto para uma resolução, quanto para uma piora do desfecho.

A Sra. Maria recebe uma multa devido à infração cometida em função do acúmulo de material inservível, propiciando a criação de animais sinantrópicos (baratas, ratos,

escorpiões, pulgas, mosquitos). Posteriormente, envia um recurso para a prefeitura descrito a seguir:

> *"(...) Após a perda de minha mãe subitamente, ela era o meu tesouro, a única coisa que eu tinha, meu pai já é falecido e não tenho irmãos, filhos ou marido, não tenho encontrado forças para cuidar de mim. Embora para meus animais nunca tenha faltado ração, estou em depressão profunda. Perdi 20 quilos em quase dois meses. Recebi uma carta anônima dizendo que se eu não mudasse com meu cachorro e meus gatos colocariam fogo na casa, já colocaram cola no cadeado, jogaram lixo e fezes no quintal, enfim está tudo muito difícil. Grata Maria"*

Sra. Maria utiliza a escrita para expressar as situações traumáticas vividas, descreve como sendo de um grau muito intenso, "está muito difícil". Podemos pensar ter ultrapassado o limite do suportável. Este limite pode levar a um adoecimento, que segundo ela seria uma "depressão profunda", e esse é um importante indicador que deve ser avaliado pela equipe.

Como resultado, ela se muda levando consigo os objetos e os animais (Figura 9). Esta mudança se deu devido às pressões externas de vizinhos e dos órgãos públicos. Diante destas pressões, provavelmente ficou muito angustiada.

Figura 9. *A nova residência da Sra. Maria.*
Fonte: *Sueli Cândida Maciel - NVZ/DVZ/COVISA/PMSP.*

Com a mudança de endereço, se isola, ficando cada vez mais difícil para o serviço público acessá-la. Ela não atende ninguém. As reclamações dos novos vizinhos começam a chegar ao setor de Vigilância. Sra. Maria vive sob constante estresse cada vez que as equipes vão até a sua residência e isso piora o risco de adoecimento físico e psíquico.

Os órgãos públicos, após várias tentativas de abordá-la, sem êxito, optam por solicitar uma Ordem Judicial para realizar a remoção dos materiais acumulados e animais. A intervenção ocorre com a presença da Sra. Maria, a qual foi exposta a uma situação de alto grau de estresse.

O que foi feito pelo Setor Público?

01. Medidas Administrativas Sanitárias: foram feitas cinco intimações e seis multas. Como não obteve êxito, foi desencadeada a Medida Cautelar.
02. A Medida Cautelar foi cumprida com a remoção dos materiais (Figura 10). Os animais permanecem na residência. Após a remoção, a Sra. Maria voltou a apresentar o comportamento de acumulação.

Figura 10. *Casa da Sra. Maria, sofrendo intervenção dos agentes públicos.*
Fonte: *Sueli Cândida Maciel – NVZ/DVZ/COVISA/PMSP.*

Conclusão: NENHUMA DAS MEDIDAS TEVE ÊXITO.

Diante de uma **situação tão complexa e sem resultado exitosos**, as equipes estabeleceram a estratégia de realizar **visitas domiciliares com frequência intensificada, a ser feita pela atenção básica**, buscando acolher as necessidades da Sra. Maria. A partir daí foi se **estabelecendo o vínculo, ouvindo-a com a perspectiva de entender e compreender, o que a levava a viver naquelas condições**. Posteriormente, ocorre a abertura das portas da moradia, para que pudessem conhecê-la melhor. Sra. Maria, racionalmente tinha clareza que aquela **situação a fazia sofrer**, entretanto, não conseguia realizar qualquer mudança.

As visitas eram articuladas com a Unidade Básica de Saúde e a Vigilância, e assim as equipes foram pensando conjuntamente na abordagem da problemática sobre outra ótica, com o objetivo de favorecer que a Sra. Maria encontre caminhos para a elaboração dos seus conflitos. Desta forma minimizar as angústias e possíveis adoecimentos, como também auxiliar na resolução dos problemas sanitários. **Temos aqui o estabelecimento de vínculos**.

Era evidente o sofrimento de Maria cada vez que as visitas ocorriam. Os sentimentos iam sendo verbalizados: "(...) o vizinho acha feio a sacola pendurada no varal, mas isto é problema meu". "(...) a roupa é nova e tem etiqueta". As visitas são consideradas uma ferramenta de oferta de recursos terapêuticos para ela, com a possibilidade de expressar o que sente e pensa.

Sra. Maria sabe que muita coisa que possui é lixo, mas esse lixo tem uma dimensão afetiva, com a qual não sabe lidar: **"(...) sei que é lixo mas não consigo jogar fora. (...) tenho ciúmes de tudo, não posso ver ninguém mexendo nestes objetos."**

Sra. Maria tem uma única torneira que funciona, na parte externa da moradia: "(...) não tenho água nas torneiras". **Realiza a higiene pessoal de forma precária**. Refere que para realizar melhorias nas condições do ambiente, teria que permitir que alguém entrasse na sua moradia, mas sente vergonha da casa.

Em relação à compulsão por pegar objetos e levar para casa diz: "(...) quando vejo uma latinha não consigo não pegar", evidenciando a dificuldade para parar de acumular.

Sra. Maria continuava buscando uma explicação do que ocorria com ela: **"(...) sei que isto não é normal"**. Relata estar indo à igreja para ver se isto melhora e que aceitaria a possibilidade de alguém ajudá-la na limpeza da casa, desde que não seja nenhum familiar ou amigos do trabalho. Busca alguém que a acolha sem fazer julgamentos: **"(...) tenho vergonha"**, afirma a Sra. Maria.

Segundo Sra. Maria: **"(...) tudo eu acho que vai ter uma utilidade, meu pai era assim também"**, buscando na herança paterna uma explicação do que ocorre consigo. Podemos pensar em hereditariedade? (LERVOLINO et al., 2009; BURTON et al., 2018; IVANOV et al., 2021).

Sra. Maria reflete sobre as situações pelas quais passou, como uma forma de conseguir deixar de acumular, diz: "(...)superar as perdas". Podemos pensar no processo de elaboração das vivências traumáticas, como uma possibilidade de minimizar ou eliminar os acúmulos.

Momentos de tristeza diante do fato de não conseguir mudar a situação da casa: "(...)ter coragem para limpar; **(...)cada vez que vejo a minha casa, vejo como um fracasso meu**. (...) Mania de guardar". Sra. Maria vê a casa como reflexo de si mesma, se sente uma fracassada, com falta de coragem para enfrentar as perdas.

Diante das perdas sofridas, ela relata: **"(...) quando a minha mãe morreu, esqueci que tinha que comer. (...) não tenho vontade de trocar de roupa".**

Sra. Maria **tem como companhia os seus animais, que são vistos por ela como filhos**. Na figura 11 podem ser vistos alguns deles.Aqui temos vínculos afetivos bastante significativos para estas pessoas, devendo ser respeitados e cuidados.

Figura 11. *Os animais (gatos) de Maria.*
Fonte: *Sueli Cândida Maciel -NVZ/DVZ/COVISA/PMSP.*

Os animais fazem parte da vida da Sra. Maria e ela sente ciúmes deles, quando se aproximam de outras pessoas: "(...) eu não retiro eles (animais) da rua para tratar mal. (...) tenho agonia de pensar que eles morrem. (...) quando morreu o Raul (gato), senti muita dor, muito ruim".

Neste ínterim foi agendada visita ao local pelo Médico Veterinário, para avaliação do ambiente e dos animais. A aproximação do Médico Veterinário, a princípio, não foi fácil para a Sra. Maria, sempre muito apreensiva, achando que iriam levar os seus animais. Com o passar do tempo a angústia diminuiu, e a presença do Médico Veterinário foi sendo aceita, fortalecendo o vínculo entre a PSA e a equipe de trabalho. Posteriormente a residência passou a ser monitorada pela Vigilância em Saúde, como uma estratégia de intervenção, visando uma melhora das condições sanitárias e ambientais. O monitoramento implica em visitas mais sistemáticas a serem definidas pelos profissionais, para o acompanhamento na evolução da situação de acúmulo. É proposto a vacinação, microchipagem e esterilização dos animais. Aqui busca-se a estabilização do quantitativo e orientação nos cuidados aos animais, bem como estímulo ao encaminhamento dos mesmo para adoção responsável.

No presente caso, foi realizada a vacinação, microchipagem e esterilização de todos os animais. Na ocasião das vacinações, era possível avaliar se a Sra. Maria estava conseguindo manter estabilizado o número de animais. **Esta estabilização é um indicador importante para avaliar se as estratégias adotadas pelos serviços estavam sendo assertivas**.

A possibilidade de aposentar-se é algo que a Sra. Maria teme. Parece que ter um ofício lhe faz bem, muito embora descreva o ambiente do trabalho como algo que também lhe traz muita angústia. Trabalha no mesmo local há vários anos, todos a conhecem. Deixa transparecer que todos a acham uma pessoa "esquisita". Os colegas de trabalho já chegaram a comprar uma cama para ela, que permaneceu encostada numa parede da sua casa sem nunca ter sido usada, por não ter lugar, devido ao acúmulo. Ultimamente tem ido trabalhar com as roupas sujas e os colegas doaram roupas para ela, mas relata ter se sentido ofendida com este gesto.

Os encontros com a Sra. Maria, quando conseguidos são no quintal da casa dela, o qual está repleto de baldes com água, sacos plásticos com roupas penduradas em um varal, sugerindo um guarda-roupa ao ar livre (Figura 12). Refere que fica muito incomodada quando alguém ao entrar na sua residência, acaba pisando nos muitos objetos acumulados jogados no chão. Diz não conseguir mudar este sentimento de desconforto, ocasionado pelo simples pisar sobre os objetos, muito embora em sua maioria estejam danificados, sem condições de uso. Nestes momentos a fisionomia dela muda, e parece estar com muita raiva da pessoa que pisoteia os seus objetos.

***Figura 12**. Quintal da casa de Maria.*
***Fonte:** Sueli Cândida Maciel- NVZ/DVZ/COVISA/PMSP .*

Sra. Maria refere que embora já tenha passado muito tempo, a presença da Vigilância ainda a deixa muito angustiada, associando a vivências passadas, quando do cumprimento de uma **ordem judicial**, em que ocorreu a retirada de objetos de sua casa, entre eles o carrinho de mão pertencente a seu pai, que foi levado pela prefeitura para descarte. **Ela teme que isto possa se repetir.**

Sra. Maria chegou a ter **mais de 40 animais entre cães e gatos**. Atualmente possui somente doze gatos e não recolhe mais animais, o que representa um grande avanço. Ela alega que ainda tem vontade de pegar animais quanto os vê na rua, mas tem conseguido controlar este desejo. Certamente essas angústias seriam minimizadas se existissem políticas públicas efetivas de manejo populacional, locais para recolhimento, educação e coibição de abandono.

No que se refere ao acúmulo de materiais, Sra. Maria tem avançado muito lentamente. Tem conseguido se desfazer de um volume pequeno de objetos, quando não diariamente, às vezes semanalmente. Neste quesito, a busca é sempre por uma estimulação das equipes pelas pequenas conquistas alcançadas. Ela vem sendo assistida pelos profissionais da Saúde Mental: Psiquiatra e Psicóloga da UBS, como também pela Unidade de Vigilância em Saúde (Setor de Zoonoses), no monitoramento dos animais.

O presente relato de caso tem uma longa história com os serviços. As condutas adotadas para a situação da Sra. Maria foram diversas. Por ser uma temática nova e desconhecida dos profissionais, não se sabia como lidar, nem quais encaminhamentos realizar. Os atendimentos ficaram inicialmente somente a cargo da Vigilância em Saúde (Setor de Vigilância Sanitária), por não se ter a compreensão da amplitude dos casos de PSA, como o da Sra. Maria. Os atendimentos inicialmente não eram intersetoriais, não havia uma política pública norteadora, desta forma os cuidados ofertados a Sra. Maria foram muito limitados, até que se conseguisse a sensibilização dos serviços de assistência em saúde, para compor um trabalho integrado e mais efetivo.

Acreditamos que o período de atendimento necessário para que possamos pensar numa estabilidade do quadro, irá depender de muitas variáveis entre elas: recursos da pessoa a ser assistida, vínculo entre as partes, setores envolvidos, comunidade, familiares, entre outros.

7.3. Considerações finais

O caso relatado acima pode ser semelhante a vários outros, porém todos têm uma história singular. Com a oferta de uma escuta respeitosa, sem julgamentos, a pessoa se sentirá ouvida e cuidada na sua integralidade. A partir daí, poderemos realizar uma intervenção mais cuidadosa, um trabalho cooperativo e compartilhado.

Diferente do que ocorre na maioria dos casos, essa situação de acúmulo foi detectada precocemente em uma jovem de 28 anos. Porém, existe a possibilidade de que este comportamento já vinha ocorrendo antes, pois quando chegou como denúncia aos órgãos públicos, provavelmente já havia atingido um nível alto de incômodo para a vizinhança. Destaca-se aqui a importância de ampliação das discussões para pensarmos em prevenção e promoção à saúde.

Constata-se que os procedimentos de intervenções restritas no setor de Vigilância em Saúde não mostraram resolutividade no caso relatado, como os administrativos e a Ordem Judicial previstos na legislação sanitária. Posteriormente, ao ser adotada uma intervenção intersetorial, ampliou-se o olhar sobre a temática, envolvendo outros órgãos. Isso representou uma melhora importante, pois trouxe a possibilidade de compartilhar com outros setores e estabelecermos estratégias conjuntas de atendimento.

Nas situações de acumulação de animais, é importante a atuação do médico veterinário na criação do vínculo com a PSA, uma vez que auxiliará na possibilidade de cuidados mais assertivos às pessoas e aos animais, tais como: aceitação de esterilização, vacinação, monitoramento, orientações nos cuidados, manejo, encaminhamentos para adoção e controle no desejo de pegar novos animais, além do acompanhamento pelos órgãos de Atenção à Saúde e Assistência Social. Dessa forma, com o trabalho em conjunto dos setores, evita-se retrocessos no processo e, consequentemente, haverá uma diminuição gradativa do número de animais com uma melhora na qualidade de vida deles e das pessoas.

Um lembrete importante: temos que nos ater que existe uma falta de acolhimento aos usuários do serviço e negligência quanto aos seus aspectos emocionais, o que pode conduzir ao abandono ou não aderência aos tratamentos. As queixas apresentadas pelos usuários podem ser resolvidas ou atenuadas quando se sentem compreendidas e respeitadas pelos profissionais.

Por fim, a acumulação de animais é um problema comunitário, de abordagem dispendiosa para os municípios e com altos índices de recidiva. A aplicação da lei é efetiva na coleta de provas e na condenação das pessoas envolvidas em maus-tratos aos animais. Contudo, ela não é tão efetiva na abordagem da causa, o transtorno mental, ou no desenvolvimento de boas condições de bem-estar animal. Os animais recolhidos são frequentemente levados para abrigos públicos superlotados, o que resolve a manifestação do transtorno mental (número excessivo de animais vivendo em condições precárias), **mas, se o transtorno for ignorado, o ciclo continuará**.

As pessoas acometidas, especialmente aquelas sem supervisão, podem continuar adquirindo animais mesmo tendo sido penalizadas e orientadas a não fazer. Além disso, é frequente que esses indivíduos desapareçam e ressurjam meses ou anos depois em localidades próximas, com os mesmos ou com novos animais. A pergunta mais frequente é:

O que os profissionais devem fazer?

Ter alguém que vá até a PSA, se interesse por ela e ofereça estratégias onde a equipe multidisciplinar possa atuar.

8. REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. e CRUZ, L. Brasil da (Organizadores). Saúde Mental, Formação e Crítica. LAPS, 2018.

APA (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION). DIAGNOSTIC AND STATISTICAL MANUAL OF MENTAL DISORDERS: DSM-5. Washington, D.C.: American Psychiatric Association, 2013.

ARLUKE, A; FROST. R; LUKE, C. ET AL. Health implications of animal hoarding. Health Soc Work. 2002;27:125-136.

ARLUKE, A. et al. Health implications of animal hoarding. Health & Social Work, v. 27, n. 2, p. 125, 2002.

AYERS,C.R; IQBAL,Y; STRICKLAND.K; Medical conditions in geriatric hoarding disorder patients. Aging & Mental Health. 2014;18:148-151.

AYERS, C.R., DOZIER, M.E. Predictors of hoarding severity in older adults with hoarding disorder. Int Psychogeriatr., v. 27, n. 7, p. 1147-1156, 2015. Disponível em<https://doi.org/10.1017/S1041610214001677>.

AYERS, C.R., SAXENA, S., GOLSHAN, S. et al. Age at onset and clinical features of late life compulsive hoarding. Int J Geriatr Psychiatry, v. 25, p. 142–149, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/gps.2310.>.

BARBOSA, S. I. M.; BOSI, M, L,M. Vínculo: um conceito problemático, Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 27(4): 1003-1022, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 2010.

BRASIL. Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm

BRASIL. Lei nº 10.216 de 06 de Abril de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Declaração de Caracas,1990. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_caracas.pdf Acesso em 12/01/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). 2012. Disponível em: Política Nacional de Atenção Básica (saude.gov.br)

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 2488 de 21 de outubro de 2011. Disponível em: Ministério da Saúde (saude.gov.br)

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria consolidada nº3, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das Normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde (Brasília, DF): Ministério da Saúde,2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N° 2488, de 21 de outubro de 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução CNAS nº33 de 12 de dezembro de 2012 – Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Humanização. Clínica Ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2ª ed. Brasília: MS; 2008.

BURTON, C.L., PARL, L.S., CORFIELD, E.C. et al. Heritability of obsessive–compulsive trait dimensions in youth from the general population. Translational Psychiatry, v. 8, n. 191, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41398-018-0249-9>.

CADERNO DE SAÚDE MENTAL. Organização: Ana Marta Lobosque. Encontro Nacional de Saúde Mental, Belo Horizonte, 2006. Belo Horizonte: ESP-MG. 2007. v.1

CALVO, P., DUARTE, C., BOWEN, J. et al. Characteristics of 24 cases of animal hoarding in Spain. Animal Welfare. 2014;23(2):199-208.

CARA, R. B. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In M. Santos, M. A. A. Souza & M. L. Silveira. Território, globalização e fragmentação (5a ed.). 2002. São Paulo: Annablume.

CORADASSI, C.E., CUNHA, G.R., ROCHA, S.M., et al. Saúde mental de grupos vulneráveis: construção de uma linha de cuidado para indivíduos com comportamento de acumulação compulsiva. International Journal of Development Research. 2019;9(9):30144-30147.

CUNHA, G.R., MARTINS, C.M., CECCON-VALENTE, M.F., et al. Frequency and spatial distribution of animal and object hoarder in Curitiba, Paraná State, Brazil. Cad Saúde Pública. 2017; 33(2):1-11.

DOLTO, F. Solidão, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

DOZIER, M.E, AYERS, C.R. The etiology of hoarding disorder: a review. Psychopathology. 2017;50(5):291-296.

DUARTE, F.J. A Política da Loucura: a antipsiquiatria. Campinas: Papirus,1987.

ELLIOTT, R., SNOWDON, J., HALLIDAY, G., et al. Characteristics of animal hoarding cases referred to the RSPCA in New South Wales, Australia. Australian Veterinary Journal. 2019;97(5):149-156.

FALK, N., COLE, A., MEREDITH, T.J. Evaluation of suspected dementia. Am Fam Physician. 2018;97(6):398-405.

FENICHEL, O. Teoria Psicanalítica das Neuroses, Rio de Janeiro – São Paulo: Atheneu Livraria, 1981.

FERREIRA, E.A., PLOSKI, L.H., COSTA, D.B., et al. Animal hoarding disorder: a new psychopathology? Psychiatry Res. 2017; 258:221-225.

FERREIRA, E.A., PLOSKI, L.H., COSTA, D.B., et al. Psychopathological comorbid symptoms in animal hoarding disorder. Psychiatric Quaterly. 2020;91(3):853-62.

FROST, R.O., PATRONEK, G., ROSENFIELD, E. A comparison of object and animal hoarding. Depress anxiety. 2011;28(10):885-891.

GRASSI, G., MICHELL, L., MANNELLI, L.D.C., et al. Atomoxetine for hoarding disorder: a pre-clinical and clinical investigation. J Psychiatr Res. 2016:83:240-248.

GUERRA, S., SOUSA L, RIBEIRO O. Report practices in the field of animal hoarding: a scoping study of the literature. J Ment Health. 2020;5:1-14.

HARC (Hoarding of Animals Research Consortium). 2016. Retrieved from: http://vet.tufts.edu/hoarding/animal-welfare/

IVANOV, V. Z. et al. The developmental origins of hoarding disorder in adolescence: a longitudinal clinical interview study following an epidemiological survey. European child & adolescent psychiatry, v. 30, n. 3, p. 415-425, 2021.

JOFFE, M., O'SHANNESSY, D., DHAND, N., et al. Characteristics of persons convicted for offences relating to animal hoarding in New South Wales. Australian Veterinary Journal. 2014;92:369-375.

KRUG, E.G. et al. (org.). Relatório mundial sobre violência e saúde. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LAPLANCHE, J., PONTALIS, J.B. Vocabulário de Psicanálise, São Paulo: Martins Fontes Ed.,1977.

LERVOLINO, A.C., PERROUND, N., FULLANA, M.A. et al. Prevalence and Heritability of Compulsive Hoarding: A Twin Study. Am J Psychiatry, v. 166, p. 1156–1161, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.beproc.2022.104665>.

LOCKWOOD, R. Animal hoarding: the challenge for mental health, law enforcement, and animal welfare professionals. Behav Sci Law. 2018;1-19.

MANIFESTO DE BAURU, 1987. https://antimanicomialsp.wordpress.com/quem-somos/ Acesso em 12/01/2021.

MATAIX-COLS D. Hoarding disorder. N Engl J Med. 2014;370:2023-30.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Atenção em Saúde Mental, 2006.

MUSSI, H.L., CORTÊ, B. Caderno Temático Kairós Gerontologia, 8. ISSN 2176-901X, São Paulo, novembro 2010: 231-242

NEAVE, N., et al. The economic costs of hoarding behaviours in local authority/housing association tenants and private home owners in the north east of England. Public Health. 2017; 148:137-39.

NEVES, S.M.R. Trauma: onde estão suas marcas? Trama, Revista de Psicossomática Psicanalítica/Departamento de Psicossomática Psicanalítica, Ano 1, 2019, n.1, São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae.

OCKENDEN, E.M., DE GROEF, B., MARSTON, L. Animal hoarding in Victoria, Australia: exploratory study. Anthrozoos. 2014;27(1):33-47.

ODA, R.G.M.A., DALGALARRONDO, P. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2005, vol.12, n.3 [cited 2021-02-01], pp.983-1010. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000300018&lng=en&nrm=iso>.

OPAS/OMS Relatório sobre a Saúde no Mundo, 2001. Saúde Mental: Nova concepção, nova esperança. 2001. (https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_djmessage_po.pdf)

PALOSKI, L.H., FERREIRA, E.A., COSTA, D.B., et al. Animal Hoarding Disorder: a systematic review. Psico. 2017; 48(3):243-249.

PATRONEK, G., LOAR, L., NATHANSON, J. (EDS). Animal hoarding: structuring interdisciplinaries responses to help people, animals and communitites at risk. Boston, MA: Hoarding of Animals Research Consortium, 2006.

PATRONEK, G. Hoarding of animals: an under-recognized public health problem in a difficult to study population. Public Health Reports. 1999; 114:82-87

PITTA, A. Reabilitação Psicossocial no Brasil. HUCITEC, 2001.

PREFEITURA DE JUNDIAÍ. Caderno de orientações - Atenção integral às pessoas em situação de acumulação. Jundiaí, 2019.

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO NACIONAL EM HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS. 2019. (https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/549.3_ly_Relatorio InspecaoHospPsiq-ContraCapa-Final_v2Web.pdf)

ROANE, D.M., LANDERS, A., SHERRAT, J., et al. Hoarding in the elderly: a critical review of the recent literature. Int Psychogeriatr. 2017;29(7):1077-84.

RODRIGUES, C.M. Animal accumulators from the perspective of health promotion and surveillance. ABCS Health Sci. 2019;44(3):195-202.

RODRIGUEZ, C.I., BENDER, J.R.J., MORRISON, S., et al. Does extended release methylphenidate help adults with hoarding disorder? J Clin Psychopharmacol. 2013;33(3):444-7.

SÃO PAULO, Prefeitura do Município de São Paulo. Decreto nº 57.570, de 28 de dezembro de 2016. Institui a Política Municipal de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Acumulação. Diário Oficial Cidade de São Paulo: São Paulo. SP.

SARACENO, B., ASIOLI, F., TOGNONI,G. Manual de Saúde Mental, Editora Hucitec, São Paulo, 1994.

SAXENA, S., et al. Paroxetine treatment of compulsive hoarding. J Psychiatr Res. 2007;41:481-87.

SAXENA, S., SUMNER, J. Venlafaxine extended-release treatment of hoarding disorder. Int Clin Psychopharmacol. 2014;29:266-273.

SILVEIRA, N. Imagens do Inconsciente, Rio de Janeiro: Alhambra, 1982.

SNOWDON, J., et al. Mental health of animal hoarders: a study of consecutive cases in New South Wales. Australian Health Review. 2019;44(3):480-484.

SNOWDON, J., HALLIDAY, G. A study of severe domestic squalor: 173 cases referred to an old age psychiatry service. International Psychogeriatrics. 2011;23:308-314.

STEKETEE, G., et al. Characteristics and antecedents of people who hoard animals: an exploratory comparative interview study. Review of General Psychology. 2011;15(2):114-124.

STRONG, S., FEDERICO, J., BANKS, R., WILLIAMS, C. A collaborative model for managing animal hoarding cases. J Appl Anim Welf Sci. 2019;22(3):267-278.

STUMPF, B.P., HARA, C., ROCHA, F.L. Transtorno de acumulação: uma revisão. Geriatr Gerontol Aging. 2018;12(1):54-64.

TABORDA, J.G.V., BARON, A.L.D., PESSETTO, N.L. Aspectos ético-legais nas emergências psiquiátricas. In: Quevedo J, Carvalho AF. Emergências psiquiátricas. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

THOMPSON, C. et al. J. A systematic review and quality assessment of psychological, pharmacological, and family-based interventions for hoarding disorder. Asian Journal of Psychiatry. 2017;53-66.

TOLIN, D.F. Challenges and advances in treating hoarding. J Clin Psychol. 2011;67(5):451-5.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Guidance on community mental health services: promoting person-centred and rights-based approaches. Geneva; 2021 (Guidance and technical packages on community mental health services: promoting person-centred and rights-based approaches).

Fonte: Disponível em: www.oloboalfa.com.br

CAPÍTULO 5

ATENDIMENTO AOS ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO

Stefanie Sussai, Adriana Araújo, Bianca Moreira de Souza, Eliana Aparecida Malta, Leonardo Maciel Andrade, Márcia Chaves, Tatiana Sales, Vania de Fátima Plaza Nunes.

1. APRESENTAÇÃO

A proposta para o atendimento de animais tutelados por PSA deve ser construída como uma política pública abrangendo capitais e municípios independentemente de índice populacional, extensão territorial ou aspectos culturais e econômicos locais.

A complexidade na abordagem do tema, talvez um dos mais desafiadores da sociedade atual e até mesmo da saúde única, está em reconhecer que além dos humanos envolvidos, estão os Animais emSituação de Acumulação (ASA).

Cada caso em particular é único e envolve uma história, uma evolução e, portanto, a condução e os cuidados devem ser observados com atenção a cada sujeito envolvido, sejam humanos ou animais. Podem ser observados desde a reunião de uma única espécie, mas também de muitas espécies distintas, com necessidades e cuidados específicos, quer seja para sua abordagem inicial, manejo e/ou destinação.

Em Minas Gerais, existem as Leis Estaduais 21.970/16 e 22.231/16 que contêm diretrizes com relação aos cuidados e responsabilidades a serem assumidas tanto pelos tutores quanto pelas administrações públicas, mas podem ser consultadas como instrumentos legais iniciais a Constituição Federal de 1988 e a Lei 9605/98,

também conhecida como Lei de Crimes Ambientais.

Este capítulo propõe condutas e metodologias que devem ser consideradas na criação e implementação de políticas públicas voltadas para os ASA.

2. INTRODUÇÃO

Os animais são seres sencientes, ou seja, são portadores e expressam sentimentos positivos e negativos, capazes de sentirem dor, fome, medo, além de comportamentos intencionais, o que lhes ajuda na comunicação entre eles e os humanos. Além disso, a partir da Declaração de Cambridge de 7 de julho de 2012, passam todos os mamíferos, aves, e alguns octópodes a serem reconhecidos pela ciência como seres de alta capacidade cognitiva, apresentando sistemas nervoso e endócrino, que os colocam entre indivíduos com capacidade neuronal complexa para tomar decisões e ter memória de vivências anteriores. Dessa maneira, os animais devem ser tratados como sujeitos de direito, devendo ter o seu bem-estar assegurado.

O Bem-Estar Animal (BEA) é uma área do conhecimento humano que busca a promoção da qualidade de vida dos animais, independente da espécie, reunindo diversas áreas do conhecimento humano, desenvolvendo ferramentas que nos ajudam a entender o que os animais precisam para estarem fisicamente e mentalmente equilibrados.

O ponto de partida prático dessa área do conhecimento são as 5 liberdades:

> *Todo animal deve ser mantido "livre de: fome, sede, desconforto, dor, lesões, doenças, medo, estresse e poder expressar seu comportamento natural".*

Para que possa ser alvo da ciência e aplicável, deve ser mensurável quanto às máximas centrais e assim preconiza que os animais devem ter as suas liberdades nutricional, sanitária, ambiental, psicológica e comportamental assistidas (figura 1). (MOLENTO, 2006).

Liberdade Nutricional	Acesso à alimentação (incluindo a água fresca) de qualidade, condizentes com as necessidades nutricionais da espécie.
Liberdade Sanitária	Direito ao acesso às medidas de prevenção de doenças e agravos, como vacinas, antiparasitários e tratamento adequado quando o animal está com alguma doença, lesão ou dor.
Liberdade Ambiental	Acesso aos recursos como abrigo confortável, proteção de chuva, sol e vento, ventilação e iluminação adequados a suas necessidades.
Liberdade Psicológica	Revela que o animal não deve ser exposto às situações que causam medo, desconforto ou distresse, que é o estresse que gera consequências negativas à sua saúde.
Liberdade Comportamental	Evidencia a importância do animal expressar o comportamento natural da sua espécie

Figura 1. *As Cinco Liberdades dos animais.*
Fonte. *Eliana Malta e o Lobo Alfa.*

Quando a relação humano-animal não está equilibrada, ou seja, quando uma ou mais liberdades do BEA não estão sendo respeitadas, algumas situações de risco às vidas animal e humana podem ocorrer. Na acumulação de animais, podem ser observados superlotação, estresse, disputas e brigas, problemas comportamentais, suscetibilidade às doenças, desnutrição e maus-tratos. Além disso, podem acontecer ataques com arranhaduras ou mordeduras, que são importantes na transmissão de zoonoses, doenças que afetam em comum humanos e animais, ou até atos criminosos de violência contra animais, que servem de alerta para a ocorrência da violência interpessoal. Existem ainda outros riscos à saúde pública descritos anteriormente, como a presença de roedores, escorpiões, aranhas e mosquitos transmissores de doenças.

Todos esses casos oneram o Estado, por exemplo, no caso do agravo de arranhadura e mordedura de animais, que pode envolver o custo de tratamento humano antirrábico na profilaxia pós-exposição, com vacina ou soro, a depender da situação: seja com tratamento da lesão; pela perda de horas ou dias de trabalho da pessoa; por conta do tratamento necessário ou afastamento do trabalho nas demais doenças; além do aumento de gastos com mais insumos e funcionários para realizar o controle vetorial e a vigilância em saúde.

Portanto, a acumulação de animais é um fenômeno complexo que evidencia a necessidade de abordagem considerando a Saúde Única, conceito que mostra como a saúde humana, animal e ambiental estão profundamente interligadas. Requer enorme atenção dos serviços públicos e deve ser abordada de maneira transdisciplinar, multiprofissional e intersetorial, atentando-se aos tópicos que são abordados no presente capítulo.

3. QUEM SÃO OS ANIMAIS ATENDIDOS?

3.1 Diagnóstico inicial

As espécies mais frequentemente encontradas nos domicílios de PSA são cães e gatos, provavelmente pela aproximação com animais de companhia no contexto atual e ocidental. Entretanto, outras espécies ocorrem com menor incidência e podem ser consideradas espécies “de encontros acidentais”, estando também, geralmente, em menor número dentro do ambiente de acumulação.

Esses podem ser equídeos, passariformes de diversas espécies, galinhas, galos, perus, aves aquáticas, como patos e gansos (aves), coelhos e roedores diversos, -hamsters, porquinhos da índia-, dentre outros

Todos os animais deverão passar por avaliação clínica, comportamental e serem destinados, se necessário, de forma adequada e ética dentro das necessidades de cada espécie, sendo seu manejo realizado de forma humanitária e por pessoas ou equipes habilitadas, capacitadas para essa ação.

A atenção aos animais não convencionais em situação de acumulação, envolve desafios de acordo com a espécie, como alojamento, cuidados veterinários, alimentação, manejo e possíveis ocorrências de zoonoses específicas e diferentes das mais comuns em nosso meio.

Não existe um número mínimo para que os animais sejam considerados em contexto de acumulação. Fatores como a condição de manutenção e manejo, acesso aos serviços de saúde e recursos básicos para os animais são pontos importantes a se considerar, além da limpeza, condição de higiene e avaliação comportamental dos animais encontrados no ambiente. **Sempre é necessária uma avaliação de cada caso.**

O diagnóstico inicial pode apresentar dificuldades de identificação das espécies, principalmente quando há aves, passarinhos e roedores. Eventualmente, a pessoa em situação de acumulação pode estar minimamente informada sobre a espécie, participando em uma triagem inicial. Para destinação destas espécies, quando necessário, devem ser observadas duas classificações básicas: espécie da fauna brasileira ou exótica, observando-se, portanto, as legislações e as normativas específicas (Figura 2).

Figura 2. *Identificação e destinação de espécies domésticas, silvestres e exóticas.*
Fonte: *Gustavo Canesso Bicalho.*

Em geral, os animais da fauna brasileira comumente encontrados são jabuti (*Chelonoidis sp.*), canário chapinha (*Sicalis flaveola*), coleiros ou pretinhos (*Sporophila caerulescens*), ou trocal (*Patagioenas speciosa*), jiboia (*Boa constrictor*), que são acolhidos e destinados pelo IBAMA/órgão ambiental oficial, com procedimentos de recolhimento e transporte realizados pela Guarda Municipal e/ou Polícia Militar-Ambiental e/ou Corpo de Bombeiros.

Os animais da fauna exótica mais encontrados em situação de acumulação são periquitos australianos (*Melopsittacus undulatus*), calopsitas (*Nymphicus hollandicus*), canários belgas (*Serinus canaria*), tartaruga tigre d'água (*Trachemys dorbigni*), hamsters (*Subfamília Cricetinae*), coelhos (*Família Leporidae*) e porquinhos da Índia (*Cavia porcellus*)- Figura 3.

Figura 3. *Animais da fauna domésticos não convencionais ou exóticos mais comuns de serem encontrados em situação de acumulação.*
Fonte: *Canva imagens.*

A legislação pertinente a estas espécies não obriga o IBAMA a recolhê-las e destiná-las, quando necessário. O destino deles normalmente será o encaminhamento para santuários, ONGS, ou criadores conservacionistas.

Os animais exóticos provenientes de lares de acumulação que necessitam de encaminhamento, devem ser direcionados de forma ética para locais pré-determinados que podem ser abrigos, como santuários onde esses deverão ter atendidas suas necessidades básicas de forma completa. Podem ainda ser encaminhados para um programa de adoção especial onde princípios de triagem,

verificação periódica, educação e orientação em manejo a espécie alvo deverão ser bem estruturados. Esse procedimento garante a possibilidade de sobrevivência dos indivíduos e busca minimizar o risco de introdução de espécies exóticas nos biomas brasileiros, prevenindo o risco de desequilíbrio ambiental pela competição com as espécies nativas e de enfermidades entre os indivíduos, dentre outros. Para animais de produção, como equídeos e caprinos, há maior dificuldade de destinação segura.

Nos anexos existem informações básicas sobre normas a serem consideradas em manejo de coelhos e de aves em situação de acumulação. Ressalta-se a importância de ações planejadas para estas espécies, pois a ocorrência de acidentes e/ou mortes pode levar ao sofrimento dos animais e da PSA, inclusive com paralisação do processo de assistência.

Para os equídeos recomenda-se a leitura do *Manual de controle das populações de equídeos do Estado de São Paulo volumes 1 e 2*, para facilitar e entendimento daquele que desconhece as questões sanitárias e do bem-estar das espécies em si facilitando estabelecer as necessidades e ações a serem previstas e implantadas para esses animais.

4. ABORDAGEM DOS CASOS DE ASA

A **abordagem inicial** deve ser, sempre que possível, com a pessoa envolvida com o assistido que deverá ser aquela que construiu um vínculo com a PSA (Figura 2).

Deve ser construída uma relação de confiança respeitosa em quem a pessoa assistida não disfarça e nem tenha restrições. Este vínculo/elo pode ser:

- familiar;
- vizinho;
- voluntário da proteção animal;
- amigo;
- agente de saúde;
- assistente social;
- profissional do posto de saúde onde faz atendimento (se for o caso);
- fiscal da vigilância sanitária;
- agente de combate a endemias;
- médico-veterinário.

É importante que a **abordagem inicial** seja planejada de forma a causar o menor sofrimento possível à PSA e aos animais, que muitas vezes não têm contato com outras pessoas e podem apresentar mudanças de comportamento com quadros de medo, ansiedade, estresse, agressividade, entre outros, na presença de estranhos. **Promotores de justiça, independente da área de atuação, deverão ser cientificados para terem conhecimento do caso. Já as autoridades policiais deverão ser acionadas, somente como último recurso, e na presença de testemunhas.**

Julgar o ambiente pelo nosso olhar de limpeza, organização, costumes e valores, é um dos erros mais recorrentes. Além de criar um constrangimento a PSA pode dificultar a ação e o acesso aos animais.

Depois da criação do vínculo, para que a avaliação inicial seja exitosa, sugere-se o uso de um instrumento básico e específico para coleta de dados (checklist de vistoria presente no Anexo I). Esse deve ser usado, sempre que possível com a presença do médico veterinário de referência, para que a avaliação da condição geral dos animais seja feita. Essa etapa inicial auxiliará a compor a lista de insumos e de recursos, incluindo os humanos, que serão necessários nas visitas posteriores.

Um bom planejamento com subdivisão de tarefas, insumos e pessoal, sejam pessoas de instituições públicas ou parceiros de Organizações da Sociedade Civil (OSC), em geral facilita a obtenção dos recursos básicos necessários para a primeira intervenção ao local da acumulação. O apoio das OSCs, comerciantes e veterinários do serviço privado parceiros, pode facilitar o manejo e a destinação temporária dos animais que em geral vão necessitar de avaliação clínica, eventualmente cirúrgica, adoção de protocolos específicos para melhoria das condições de saúde e sanitárias, além da adoção de medidas complementares a cada caso.

A análise da situação para intervenção deverá categorizar as prioridades garantindo ainda que todos aqueles que irão participar do processo, independente das áreas de atuação pública ou privada, sejam previamente capacitados e alinhados quanto às ações a serem executadas em cada caso. **A indicação de um coordenador de operação geral (pessoa de referência) para cada caso é aconselhável**, prevenindo que ações desencontradas possam prejudicar o trabalho assistencial para a PSA e os animais.

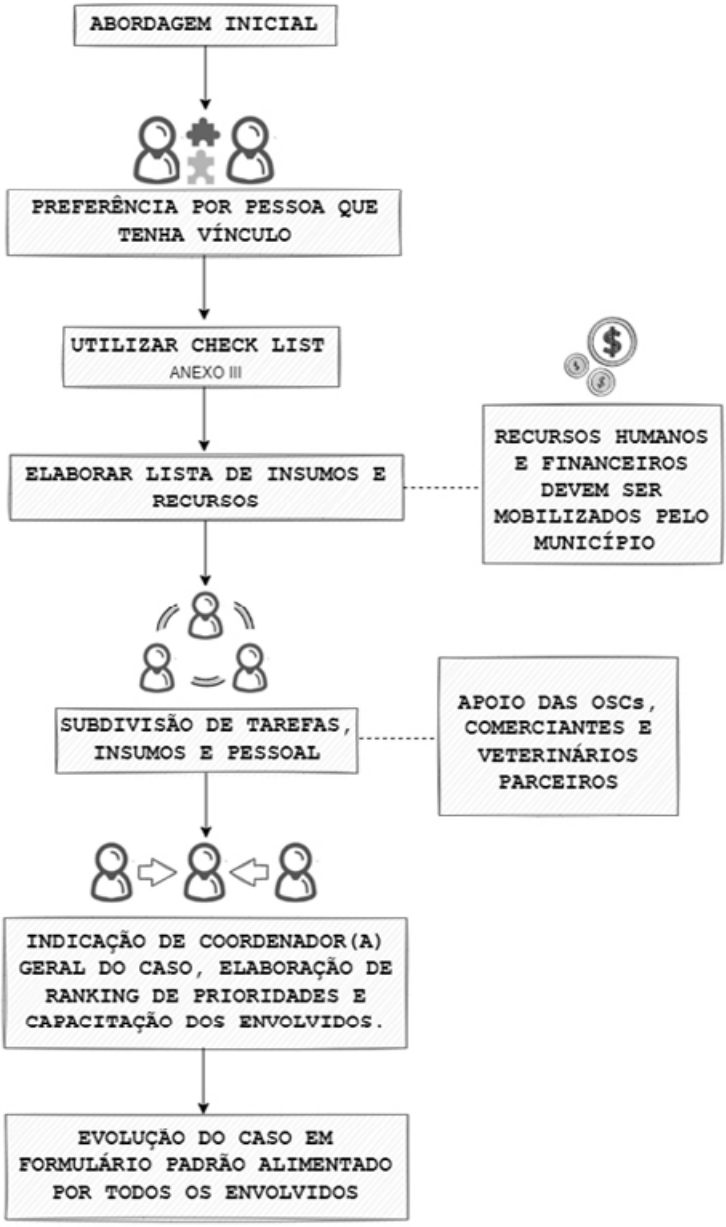


Figura 4. *Resumo do planejamento e evolução das ações de intervenção.*
Fonte: *Gustavo Canesso Bicalho.*

5. IDENTIFICAÇÃO DE CASOS DE SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO

A identificação de casos de situação de acumulação pode chegar ao conhecimento da administração pública através de vários canais de acesso pela população.

Para o diagnóstico, planejamento e acompanhamento de cada caso, estas comunicações iniciais devem ser centralizadas para um setor específico, composto por um representante da Saúde, da Assistência Social e da Defesa/ Proteção/BEA do município (que é o CIASA, descrito no capítulo 3). Este grupo será responsável por organizar as ações envolvendo os demais técnicos e instituições dentro e fora da administração do município.

As informações iniciais podem ser originadas de:

- denúncias de maus-tratos à rede de proteção animal (OSC/protetores individuais/simpatizantes) via redes sociais, telefone ou pessoalmente;
- familiares e vizinhos incomodados com a situação sanitária, barulhos, maus-tratos, presença de animais sinantrópicos, peçonhentos e vetores de doenças;
- familiares, quando ocorre falecimento ou interdição/impedimento da PSA;
- postagens nas redes sociais;
- ACS, ACE ou similar, quando realizam visita domiciliar;
- médicos-veterinários clínicos, ao atenderem um animal que tem sinais de maus-tratos e/ou desassistência recorrente ao mesmo animal ou com o mesmo tutor ou ferimentos recorrentes;
- denúncias à vigilância em saúde (sanitária, epidemiológica, ambiental/ zoonoses) ou limpeza urbana;
- comunicação através do acompanhamento ao tutor pelo serviço de saúde/ saúde mental ou assistência social da regional onde a PSA reside (quando for da rede pública);
- denúncia de proprietário de imóvel onde se encontra a PSA;
- atendimento na rede pública e/ou privada ambulatorial/ hospitalar – geração de notificação compulsória ao serviço público de saúde – leishmaniose, leptospirose, esporotricose, raiva, ou outra zoonoses.
- representação ao Ministério Público Estadual ou Defesa da fauna por maus-tratos, comércio ilegal ou exploração;
- denúncia junto às autoridades policiais, seja municipal, estadual ou federal,

em flagrante de maus-tratos, manejo indevido, comércio clandestino, dentre outros.

6. DOCUMENTAÇÃO SUGERIDA E COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Os dados referentes ao acompanhamento de cada caso devem ser compartilhados pelas instituições envolvidas no Comitê de trabalho Intersetorial de atenção integral às pessoas em situação de acumulação (CIASA), o que permite avaliação contínua da evolução do processo que é dinâmico, promovendo adaptações e mudanças de estratégias, se necessário.

Dentre as informações a serem compartilhadas para o planejamento de ações para cada caso podem ser citados o diagnóstico de situação da PSA realizado por instituição de assistência à saúde (Anexo I) e o diagnóstico de situação dos animais envolvidos com apresentação do checklist (Anexos III, IV, V e VI).

Estas informações básicas permitirão ao grupo intersetorial o planejamento de ações conjuntas em apoio a PSA e aos animais no local, respeitando as singularidades de cada caso.

A cronologia de ações e a periodicidade de avaliação em cada processo serão definidos pelo CIASA que deverá conter um representante de cada área envolvida.

A evolução de cada caso deverá ser realizada em formulário padronizado a ser alimentado por todos os setores envolvidos. Este formulário padrão poderá ser criado em planejamento prévio com contribuições de cada setor, constando desde o diagnóstico inicial, cronologia de ações e avaliação das mesmas, considerando que o apoio a PSA e aos animais será contínuo. A solução para cada caso não será a mesma, por isso é tão importante a análise individual de cada situação de acumulação.

A previsão de recursos humanos e financeiros necessários para cada caso será avaliada pelo CIASA, e sua mobilização deverá se fazer através de recursos do próprio Município e parcerias com outras instituições públicas, privadas ou do terceiro setor.

7. ETAPAS DE ATUAÇÃO JUNTO À PSA PARA ATENDIMENTOS DOS ANIMAIS

7.1 Diagnóstico, identificação e classificação dos animais

O **diagnóstico inicial** pode se apresentar como um desafio, pois muitos animais devido à consanguinidade possuem biotipo semelhante.

Imagem: *Animais com aparência física semelhante.*
Fonte: *Perícias CEDA/MPMG.*

O próprio ambiente, como móveis, utensílios e inservíveis pode não permitir quantificação e avaliação individual. Sempre que possível, se os animais estão distribuídos em diferentes áreas, deve-se descrever a condição geral dos animais e do local onde se encontram.

Caso não seja possível avaliação inicial detalhada, a apresentação de uma metodologia para o diagnóstico inicial e proposta para o diagnóstico definitivo deve

ser conduzida pelo CIASA em ações a serem alinhadas com profissionais da área animal e/ou terceiro setor conveniado(s) ao município, caso exista. As ações de planejamento para o diagnóstico já são consideradas parte do conjunto de ações a serem oferecidas aos animais e à PSA.

O **diagnóstico inicial coletivo** deve conter informações sobre:

- As espécies envolvidas;
- Número aproximado de animais de cada espécie;
- Se ocorre reprodução pela visualização de filhotes e/ou a visualização
- de fêmeas com sinais de parição recente;
- Dimensão do espaço onde estão alojados os animais;
- Condições de higiene quanto a resíduos biológicos;
- Se ocorre acumulação de inservíveis e de quais tipos predominantes;
- Se os animais têm acesso a rua, quintal, ou se estão confinados;
- Escore corporal da média dos animais;
- Presença de água e alimento no local;
- E reação dos animais ao técnico.

A sexagem dos animais, especialmente felinos, pode não ser possível em ação inicial de diagnóstico e será de suma importância para o controle de natalidade.

A sugestão de instrumento de avaliação dentro dos princípios de BEA, o **"checklist"** para diagnóstico inicial está proposto a partir do Anexo III.

O diagnóstico incipiente permitirá ao CIASA o planejamento de ações emergenciais e a criação do diagnóstico definitivo que permitirá o detalhamento, a cronologia e a identificação dos atores envolvidos em cada caso.

A identificação primária individual dos animais deve ter como objetivo a obtenção do máximo de informações possíveis, tais como:

- número de identificação ou registro;
- espécie;
- idade aproximada e data de entrada/nascimento, quando possível;
- sexo;
- se castrado ou não;
- porte;
- peso estimado;

- coloração da pelagem e eventuais sinais peculiares;
- condição física: escore corporal, higiene individual;
- mapear/resenha de possíveis lesões ou cicatrizes;
- sinais peculiares;
- presença de ectoparasitos como pulgas, carrapatos ou piolhos;
- animais com dificuldade de locomoção;
- sinais de vômito ou diarreia;
- fêmea no cio, gestantes ou amamentando;
- "status" de vacinação;
- comportamento.

Marcas e/ou sinais de brigas e ou maus-tratos devem ser assinaladas em figura ilustrativa no protocolo de vistoria como sugerido no Anexo V.

É importante também registrar as condições ambientais de cada animal, se em um espaço restrito, isolado de outros animais, ou se em meio a outros indivíduos da mesma ou de outra espécie. A figura 5 retrata um resumo das ações a serem realizadas no diagnóstico inicial.

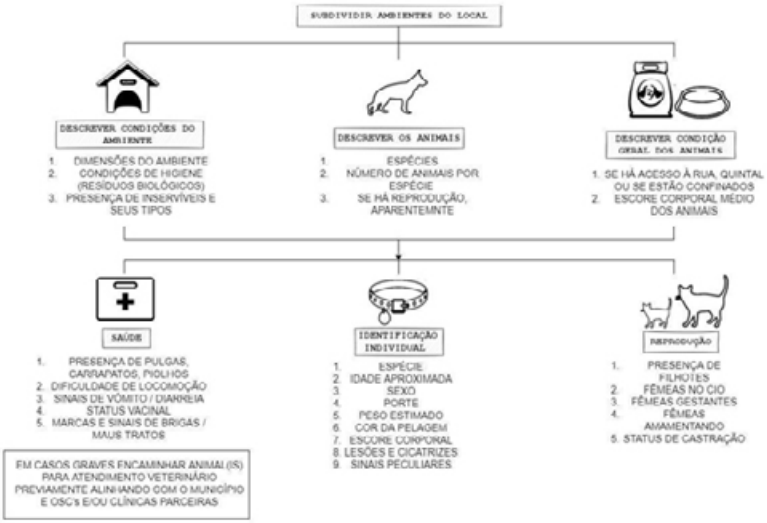


Figura 5: *Resumo de ações, coletivas e individuais, no atendimento aos animais.*
Fonte: *Gustavo Canesso Bicalho.*

7.2 Intervenção: descrição de atores e instituições

O CIASA formado decidirá, de acordo com cada caso, quais serão as instituições e os atores envolvidos.

Cada caso deve ter um coordenador, podendo ser primariamente da assistência em saúde, BEA ou da "proteção animal", a depender da disponibilidade e do volume de animais no domicílio.

As ações de intervenção e sua cronologia devem ser apresentadas pelo coordenador do caso em conjunto com as instituições, sendo aconselhável que o menor número possível de pessoas tenha acesso à PSA no mesmo momento.

As particularidades de cada caso demandam acionamento de setores específicos, podendo a sua composição ser variável de acordo com a estrutura de cada Município:

- Serviço de Bem-estar animal;
- Vigilância em Saúde (Ambiental, Sanitária, Epidemiológica);
- Unidade de Saúde Local;
- Equipes de Saúde Mental;
- Assistência Social;
- Rede de monitoramento e proteção animal (ou similar), OSCs, protetores independentes, clínicas, dentre outros;
- Órgão de limpeza pública;
- Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV);
- Defesa Civil;
- Universidades com apoio para exames, avaliação e cuidados com os animais e as pessoas;
- Ministério Público (Promotorias de Meio Ambiente, Proteção ao Idoso, Saúde mental);
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Defensoria Pública;
- Guarda Municipal, PMMA entre outras autoridades policiais, quando for o caso;
- Conselho Municipal de Saúde e do Meio Ambiente, entre outros.

Deverá ser instituído, preferencialmente de forma oficial, uma frente de trabalho interligada para reconhecimento público da composição e papel de cada um dos atores envolvidos e das instituições representadas. Sempre existe um grande

desafio para interligar estas instituições na ausência de legislações específicas e protocolos definidos para o apoio à PSA e seus animais.

7.3. Manejo dos animais

Na presença de cães e gatos no domicílio da PSA, uma fonte importante de informações sobre o tema é o guia "Políticas de manejo de cães e gatos em Minas Gerais 2019", criado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais - CEDA em Parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (Escola de Veterinária), que deve ser sempre consultado para maiores esclarecimentos.

Após a contagem, a avaliação deve ser realizada **individualmente, precedida do manejo adequado no local**. Em **situações graves**, pode ser necessário um **deslocamento imediato** para um atendimento veterinário, ou a retirada definitiva do local em função da gravidade das alterações encontradas. A destinação de animais, quando necessária, deverá estar previamente articulada entre o município, clínicas veterinárias, lares temporários e OSCs conveniadas.

O que são situações graves?

Ocorrem quando os animais apresentam risco iminente de brigas, impossibilidade de locomoção, convulsão, sangramentos, caquexia extrema, felinos em contínua posição de micção, feridos, com fraturas e lesões com sangramento, bicheiras/miíases, suspeita de viroses contagiosas sem possibilidade de isolamento ou qualquer outra condição com risco de morte.

Essas situações são **emergenciais** e os **animais** deverão ser imediatamente removidos para assistência médico-veterinária.

Os demais animais deverão passar por triagem inicial e serem categorizados de acordo com protocolos de emergência, urgência e atendimentos normais. É sempre desejável que os animais que **NÃO** se enquadrem em situações emergenciais sejam manejados e cuidados no próprio imóvel da PSA. Para facilitar a adoção de medidas que necessitem cuidados externos daquelas que poderão ser adotadas e aplicadas no **próprio local**, devem ser estabelecidos protocolos e prazos específicos para cada animal.

7.3.1 Organização dos animais no imóvel da PSA

Durante o estudo prévio de cada caso, observa-se a necessidade e a possibilidade de mudanças na estrutura física do local para promover bem-estar dos animais, diminuir a transmissão de doenças, por meio da higienização, bem como a disponibilização do material e mão de obra necessários.

A separação dos animais em grupos específicos, tendo o suporte do diagnóstico, envolverá uma possível separação de espécies, sexos, filhotes, adultos e idosos, saudáveis e enfermos.

Imagem: *Organização do imóvel.*
Fonte: *Perícias CEDA/MPMG.*

Por que separar os animais é tão importante?

Para interromper o processo reprodutivo, minimizar o agravamento de doenças, permitir acesso a água e comida, além de considerar o sofrimento dos animais por questões de dominância.

A separação nem sempre será viável de forma imediata e em sua totalidade devido às condições do local e ao número de animais, mas deve ser sempre feita.

Um reagrupamento intempestivo de animais pode fragilizar um delicado equilíbrio social separando famílias e grupos, com risco de óbitos por lutas e sofrimento dos animais e da PSA. Neste momento, deve-se considerar a permanência dos animais

no local, seja por impedimento de retirada da PSA, seja por impossibilidade de local para destinação definitiva ou temporária.
Toda e qualquer ação deve ser minuciosamente documentada pela equipe executora e seus efeitos posteriores avaliados com o coordenador do caso e a equipe designada.

7.3.2 Avaliação do ambiente e intervenções

A adequação do ambiente, previamente discutida, pode envolver a separação e a destinação de inservíveis, dos materiais passíveis de reciclagem ou mesmo da

Imagem: *Antes e depois.*
Fonte: *Eliana Malta.*

organização destes materiais no ambiente, promovendo melhorias para mobilidade, higienização, bem-estar dos animais e da PSA.
Este processo pode ser demorado, uma vez que as PSA têm dificuldade de se desfazer do acumulado, e uma retirada brusca ou forçada pode levar a sofrimento mental e paralisação das atividades.

A avaliação do ambiente e do entorno, realizada oficialmente pelo Corpo de Bombeiros, Defesa Civil ou outra instituição, abrange as questões de risco geológico, incêndios ou danos estruturais no imóvel, o que pode demandar ações específicas de segurança para vizinhos, animais e a própria PSA.

As ações envolvendo animais sinantrópicos ou vetores de doenças devem ser levadas em consideração no planejamento e execução das ações de intervenção no ambiente, também gerenciadas pelo coordenador do caso. Atividades inerentes à vigilância em saúde, controle de zoonoses, serviço de BEA e serviço de limpeza urbana deverão já estar na avaliação inicial facilitando a atuação conjunta na condução dos casos.

A introdução de abrigos e camas para os animais, como casinhas e caixotes para cães promove bem-estar, privacidade e diminui interações agonísticas, podendo ser usados materiais presentes no local com desejada participação da PSA. Para os gatos é desejável a instalação de prateleiras ou caixas para verticalização do ambiente. As intervenções no ambiente devem atentar tanto para o acesso constante de água quanto para a quantidade de recipientes, assim como o volume, a qualidade da água e a localização de vasilhames adequados.

O oferecimento de alimentação deve ser de forma contínua para felinos, mas para caninos pode ser oferecido em, no mínimo, duas refeições ao dia, sendo necessário ter cuidado em evitar disputas no momento da alimentação. Atenção especial deve ser dirigida a animais que permanecem isolados do grupo, seja por questões de temperamento, por necessidades especiais, por dificuldade de deslocamento e mobilidade ou inibição por parte de outros.

É importante a instalação de lixeiras/recipientes adequadamente tampados, e periodicamente higienizados para destinação dos excrementos (fezes, urina, areia ou substrato sanitário felino), uma vez que uma das principais queixas de vizinhos é o mau cheiro originado dos dejetos.

A presença de animais sinantrópicos é frequente nos locais de acumulação, demandando a disposição de vasilhames adequados (tampados e higienizados interna e externamente), para o armazenamento de rações e suplementos.

Estas ações de adequação no ambiente devem ser previamente alinhadas pelos coordenadores e executores das ações e sua operacionalização estará ligada à receptividade da PSA.

As alterações no ambiente para promover sanidade e bem-estar são consideradas dinâmicas e requerem avaliação constante, principalmente atreladas ao estado

de saúde e equilíbrio da PSA e às condições gerais dos animais de saúde, comportamento e bem-estar.

Quais são os cuidados específicos para os felinos?

Em se tratando de felinos, é altamente desejável a verticalização do ambiente para atender aos hábitos e bem-estar dos animais. A fixação de prateleiras e caixotes otimiza um ambiente com pouco espaço e facilita as ações de higienização do piso.

A colocação de caixas para urina e fezes de felinos, com substrato adequado é altamente desejável para proporcionar diminuição dos odores de amônia e do desconforto respiratório dos animais. Devem ser disponibilizadas num numero mínimo de caixas para eliminação de fezes e urina e substrato especifico ou mesmo jornal picado, ambos com constante remoção dos dejetos e higiene do recipiente.

Sendo possível, a colocação de telas de proteção nas janelas e áreas que dão acesso à rua devem ser colocadas.

7.3.3 Identificação individual definitiva e registro dos animais

Após a identificação da situação inicial dos animais durante o primeiro contato com o imóvel da PSA, deve-se agora realizar a avaliação definitiva individualizada de cada animal. Para isso, utiliza-se uma ficha de cadastro para facilitar a adoção das medidas corretivas e sanitárias, bem como a definição de recursos e as prioridades de atuação.

Neste momento é importante reaplicar o "checklist" individual definitivo descritos no Anexo II e as recomendações do subitem "Diagnóstico, identificação e classificação dos animais".

Como identificar os animais?

É fundamental que cada animal seja identificado com um método permanente e um método visual que, na maioria dos casos, é temporário. Por isso a importância de associar os dois métodos.

1. Método permanente/definitivo:

Microchip: o melhor método permanente para a identificação dos animais

é a utilização do microchip (transponder). Deve-se ter assepsia do local de aplicação, leitora e acesso ao banco de dados, podendo este ser uma planilha simples de Excel®. A microchipagem é fundamental para o acompanhamento da condição de saúde, controle populacional e ações de vigilância de zoonoses do município.

Tatuagens: são limitadas quanto a identificações individuais, tendo seu uso aplicável para identificação de animais esterilizados em condições de acúmulo específicas ou colônias de animais de vida livre ou ferais, sempre com o uso de protocolos de analgesia e anestesia. Um animal observado no diagnóstico inicial já com tatuagem, pode ser um indicativo que ele já foi esterilizado anteriormente. Entretanto, é necessário o uso de anestesia/sedação e dificuldade de padronização para cães, já que possuem diferentes padrões de orelhas, e gatos pelo tamanho reduzido da orelha, pode dificultar o uso dessa técnica.

Marcação de orelhas: o corte na parte superior de orelhas de felinos ainda é utilizado principalmente para a identificação de animais já esterilizados. Esse tipo de identificação facilita a diferenciação de animais já atendidos e os que ainda precisam ser castrados e vacinados.

2. Método visual:

Coleiras: a utilização de coleiras com placas,coloridas simples ou marcadas, são importantes mesmo com o uso de microchip para criar um sistema duplo de identificação. O uso de cordas improvisadas, barbantes e esparadrapos, utilizados frequentemente em situações emergenciais é um método pouco seguro/confiável, pois pode ocorrer a remoção pelo próprio animal ou outro animal do grupo. Além disso, há o risco de acidentes como ingestão e obstrução do trânsito intestinal grave e não raramente fatal.

Foto-listagem/registro: é o mais fácil, acessível e de menor custo dentre os métodos de identificação individual para o ASA, com descrições de particularidades diferenciais, se necessário. Este método permite cadastramento rápido, eficiente e pode ser uma opção provisória até a destinação do animal. Importante destacar que onde existem gatos ou cães de mesmo padrão de pelagem e porte, deve-se atentar para as particularidades. Deverão ser feitas imagens dos **dois lados do corpo, da frente e por trás dos animais e uma de cima**, sempre de forma a evitar desvios de ângulos que possam prejudicar a identificação do animal em situação oportuna, conforme

ilustra a Figura 6. Essa técnica é usada para complementar as anotações das fichas/resenhas sobre sinais físicos particulares, tais como: cor de olhos, cicatrizes, ausência de unhas e coloração de coxins e demais lesões que

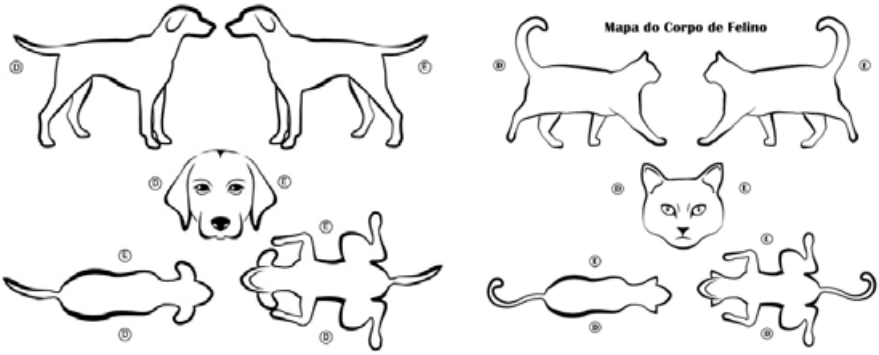


***Figura 6**: imagens dos dois lados do corpo, da frente e por trás dos animais e uma de cima, (D - direito/ E - esquerdo), Adaptado por Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2021.*
***Fonte:** Prefeitura Municipal de Ouro Preto.*

possam servir como diferenciais.

7.3.4 Avaliação comportamental

A avaliação comportamental se apresenta como um desafio nos casos de situação de acumulação, uma vez que os animais estarão em ambiente inadequado e com comportamento alterado. Isso se deve pela complexidade do local e das relações entre outros animais da mesma ou de outras espécies, a supressão de suas necessidades individuais que geralmente são negligenciadas pela PSA.

O comportamento do animal neste espaço pode não refletir o comportamento natural em outra situação de maior conforto, e assim a análise preliminar não é preditiva ou determinante sobre agressividade ou dificuldades de convivência que impossibilitem, por exemplo, a adoção.

Muitos destes animais nunca conviveram ou estiveram na presença de outras

pessoas, o que desencadeia reações de medo e agressividade com outros animais e humanos.

> *A avaliação demanda conhecimento básico do comportamento da espécie alvo a ser analisada, e por isso a observação não pode ser realizada em uma única visita e oportunidade.*

A postura corporal do técnico interferirá na reação dos animais no primeiro momento. A reação deles poderá ser negativa, de se esconder, fugir ou manifestar comportamento agressivo; ou positiva, ao se aproximar e mostrar interesse em socialização após observar uma atitude calma e assertiva do técnico. A capacitação do agente que deve atuar com o manejo e avaliação dos animais em todo processo

Imagem: *Cão apresentando comportamento agressivo.*
Fonte: *Arquivo pessoal.*

de abordagem é peça chave na condução mais efetiva das etapas necessárias para minimizar riscos e construir uma resposta efetiva e duradoura em cada caso.
Ao se alimentarem, os animais podem demonstrar comportamento agressivo e arredio ou também permitir a aproximação do técnico, vendo-o como provedor do alimento. Para evitar disputas e comportamento agressivo entre os animais, a alimentação deve ser preferencialmente feita com um mínimo de separação. Manter sempre o mesmo técnico em outras visitas diminui o comportamento arredio dos animais, criando um ambiente de confiança e favorável a aproximação.

A primeira avaliação positiva a ser identificada, triada, quantificada e documentada são os animais que procuraram contato espontaneamente, sendo esses os passíveis de intervenção imediata como esterilização e adoção.

Animais arredios inicialmente, mas que depois de algum tempo se mostram mais receptivos ou aceitam alimentação oferecida pelo técnico, podem ser incluídos em uma segunda categoria, como passíveis de intervenção direta, mas dependendo de um contato mais frequente.

Animais que recusam alimentação próxima ao técnico, mesmo decorrido algum tempo e estando os demais em estado de maior tranquilidade, podem ser identificados em uma terceira categoria a ser avaliada em situações subsequentes.

Os cães podem, devido ao seu comportamento naturalmente sociável com humanos, permitir avaliação mais rápida, o que não acontece com os felinos. Os gatos são naturalmente arredios com humanos que não conhecem e uma aproximação voluntária no primeiro momento não deve ser esperada. Entretanto, os que se aproximarem e realizarem contato físico espontâneo deverão ser identificados como passíveis de disponibilização mais rápida para adoção ou abrigo temporário.

O período de socialização primária é o que ocorre no início da vida dos animais e são a chave para colaborar com a relação do animal com humanos e outros animais durante toda vida, apesar dos desafios que esses animais possam enfrentar. Para os cães, o período se estende até os quatro meses de idade, enquanto para os gatos, esse período é restrito aos primeiros 45 dias de vida. Caso essa experiência inicial na relação com os humanos e outros animais não seja positiva ou não exista, isso poderá retardar a aproximação dos animais com as pessoas ou a tornar sempre mais restritiva, como no caso de acumulação.

Em todos os casos a aproximação com os animais por pessoas estranhas àquele ambiente deve ser feita de forma cuidadosa, sejam para cães ou gatos. Assim, preza-se por pessoas que tenham conhecimento básico, saibam usar Equipamentos de Proteção Individuais (EPI) e materiais específicos para manejo da espécie. No caso de cães, é essencial o uso de cordas, luvas de raspa e focinheiras. Já para gatos, além da luva de raspa, deve-se levar puçás, caixas de transporte e caixas de manejo/armadilha. Todas as ações devem respeitar os princípios de BEA e segurança para a equipe e para os animais.

Na avaliação de gatos "indoor" (dentro do local) inicialmente poderá ser feita apenas nos quesitos socialização espontânea e comportamento arredio. Para observar o comportamento dos felinos, o técnico deverá permanecer no local, em posição de observação, sendo importante minimizar os movimentos, diminuir volume corporal e agir em silêncio, por, pelo menos, trinta minutos antes de proceder a qualquer tipo de inferência.

Cães filhotes no local de acumulação, se mais jovens, poderão buscar instintivamente o contato humano facilitando sua identificação e observação comportamental. Porém, para os felinos, mesmo bastante jovens, a aproximação deverá ser cuidadosa, em especial pelo curto período de socialização, como já abordado. Muitas vezes, podem fugir do contato humano, o que não deve ser identificado como um impeditivo para ressocialização e posterior encaminhamento para adoção, muitas vezes temporariamente pelas condições de vida no local.

Como regra geral para avaliação comportamental no local de acumulação, temos os cães como espontâneos, mas que precisam ser corretamente avaliados, pois podem apresentar sinais comportamentais confusos ou dúbios. Já os gatos como animais que apresentam maior distanciamento, merecem maior atenção e paciência na abordagem e avaliação.

Cães ou gatos que se apresentem em grupos determinados, mesmo que evitando ou fugindo ao contato humano não devem ser separados, pois podem integrar grupos sociais e a separação dos mesmos pode levar a distúrbios adicionais de comportamento.

Preferencialmente, as fêmeas no cio devem ser separadas dos demais, pois serão

estímulos para prováveis disputas, ferimento, óbitos ou gestação indesejada. Vale lembrar que a presença de uma fêmea no cio pode estimular as outras.

Identificação de cio em cadelas:

- Nos primeiros dias há presença de sangramento, aumento da vulva, perseguição de macho, porém não os aceita;
- Depois de 8 dias, em média, não se observa mais sangramento, a vulva permanece aumentada, mas agora a cadela aceita a monta do macho. A duração media do cio das cadelas é de 15 dias.

O cio das gatas não pode ser visualizado pelo aspecto corporal e sim pelo comportamental. As gatas no cio apresentam um comportamento característico, que ao serem tocadas da cabeça para cauda, abaixam a parte anterior do corpo, erguem a posterior, apresentam a cauda levantada, vocalizam com sinais comunicativos específicos do período fértil, e rolam pelo chão. Se tornam receptivas a qualquer contato humano. Em muitas situações de acumulação o cio das gatas pode não ser observado pelo baixo escore corporal evidente e o provável quadro de desnutrição. Tão logo se estabeleçam as condições nutricionais dessas fêmeas elas em geral voltam a ciclar normalmente (apresentar cios periódicos) e, portanto, devem ser castradas, dentro das ações de manejo dos animais em cada situação de acumulação.

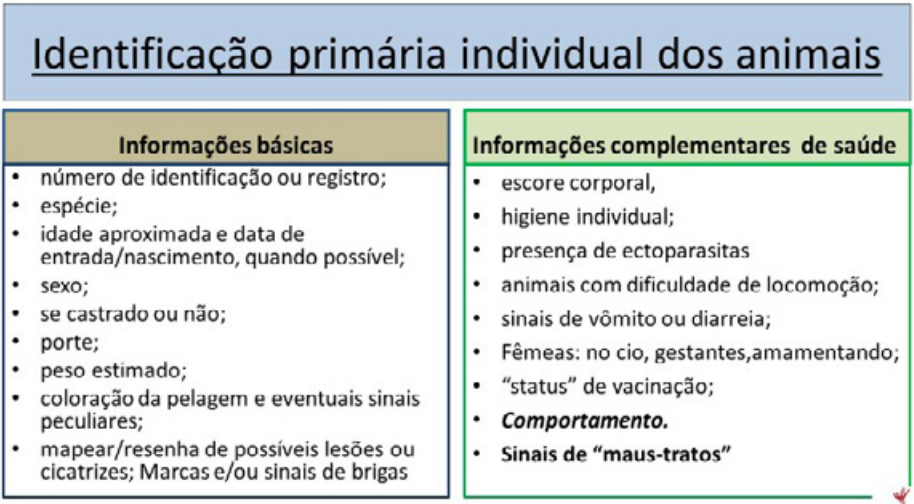
Para os gatos as avaliações devem considerar a complexidade do ambiente onde vivem: se restrito, parcialmente restrito ou animais de vida livre. Os gatos, de acordo com o local de acumulação, demandam avaliação comportamental múltipla, amparada em um instrumento básico e bem estruturado, que permita a avaliação dentro dos indicadores de BEA. A aproximação de uma pessoa estranha pode levar a uma ação de fuga imediata em ambiente livre, o que impossibilita a avaliação comportamental e numérica, que deverá ser feita em momentos subsequentes (Anexo III).

O recolhimento de felinos em vida livre deve ser planejado com antecedência, com identificação prévia de indivíduos alvo, uma vez que a captura de um animal desencadeará reação de fuga no restante da colônia. Seja com o uso de armadilhas específicas ou de caixa de transporte, é necessária a higienização prévia e a verificação do funcionamento das estruturas que garantirão a manutenção do animal com segurança e conforto para o transporte até o destino final. A observação de cuidados como fechamento correto e seguro do equipamento e

cobertura por tecido, preferencialmente leve, escuro e que permita ao animal respirar confortavelmente, irá acalmá-lo, minimizar o estresse vivenciado e prevenir a fuga, evitando acidentes. Em situação de calor o tecido deve estar úmido para evitar estresse térmico grave. O uso de lacres de nylon para vedar as caixas de transporte e armadilha podem ser necessários.

O contato físico com cães no local de acumulação deve ser cuidadoso, uma vez que um animal recebendo atenção pode provocar disputas e ferimentos. A avaliação do bem-estar destes animais pode ser realizada com o checklist que acompanha este material.

A observação de animais isolados, tanto caninos quanto felinos, não deve ser identificada como dificuldade de socialização ou possível agressividade. Este animal pode estar apenas acuado pelos demais ou em situação de medo.



Fonte: Vania Plaza Nunes, Fórum Animal 2022

Na figura 4 há um resumo com as etapas de intervenção que envolvem o atendimento dos animais.

7.3.5. Exames laboratoriais

É extremamente importante realizar, sob supervisão do médico veterinário, testes para identificar a presença de animais positivos para doenças infectocontagiosas, espécie-específica ou de caráter zoonótico, em todos os animais.

- Esporotricose em gatos e cães;
- FIV e FELV em gatos;
- Leishmaniose visceral em cães (teste rápido e ELISA);
- Cinomose em cães;
- Demais testes recomendados pelo médico veterinário.

Deve-se priorizar ambientes seguros e calmos, evitando acidentes, fugas ou alto grau de estresse dos animais resgatados. Todos os resultados devem ser incluídos nas fichas individuais de cada animal imediatamente após serem avaliados.

7.3.6. Vacinação

- Polivalente (V8 ou V10 para cães; V3, V4 ou V5 para gatos) o mais breve possível;
- Antirrábica para cães e gatos;
- e outras indicadas pelo médico veterinário no momento da adoção.

Obs.: em caso de filhotes, repetir o número de doses de cada tipo de vacina no prazo de intervalo indicado pelo fabricante. Para as polivalentes, geralmente, são recomendadas no mínimo três doses, sendo a última com 16 semanas de vida, com intervalo entre cada administração de dose de três semanas. Seguir a recomendação do médico-veterinário que acompanha o caso. Para os adultos, ou seja, animais com mais de um ano de idade, na inexistência de comprovante vacinal seguro, refazer uma dose de reforço da vacina polivalente após 21 dias. Verificar Anexo VII com sugestões de protocolos vacinais para cães e gatos.

7.3.7. Castração

É um procedimento essencial, sendo fortemente recomendado o emprego da técnica minimamente invasiva para as fêmeas (acesso pelo flanco com técnica do gancho). Deve ser realizada em local adequado, seguro, previamente preparado e,

preferencialmente, após os resultados dos exames pré-cirúrgicos.

A realização das cirurgias de esterilização deve ser feita após a garantia da organização mínima do espaço e das condições clínicas e nutricionais adequadas para que os animais suportem um procedimento cirúrgico. Ou seja, n**ão é a primeira estratégia de intervenção nas situações de acumulação!** O procedimento deve ser feito com a maior segurança possível ao paciente, não apenas pensando no momento presente, mas nos desdobramentos futuros, excluindo o uso indevido e desnecessário do "lacre" (Fita Helermann ou abraçadeira) - Figura 7. **O uso desse material para a castração é desaconselhável**, em especial em cadelas, pelos múltiplos relatos de casos posteriores de processo inflamatório de expulsão do material ou aparecimento de abscessos/granulomas internos, aderências, principalmente na região renal que

Figura 7: *Fita Helermann ou abraçadeira.*
Fonte: *Amazon.*

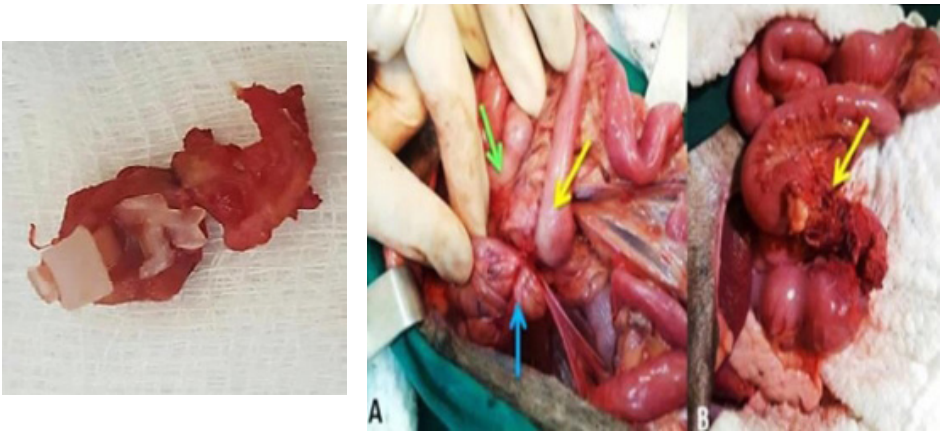


Figura 8. *Complicações tardias do uso de abraçadeiras de náilon para ligadura de pedículos ovarianos em cadela. Abraçadeira de náilon encontrada dentro do granuloma do pedículo ovariano direito de uma cadela (à esquerda). Aderência intra - abdominal em cadela. (A) Observar aderência entre intestino delgado (seta amarela), estômago (seta verde) e omento (seta azul) (à direita).*
Fonte: *TRAJANO et al., (2017).*

demandariam novas cirurgias para reparação, além do risco de óbito - Figura 8.

Fêmeas com quadros infecciosos evidentes ou supostos sugerindo piometra, metrite, ou suspeita de filhotes mortos no útero, exigirão a intervenção cirúrgica emergencial que deverá ocorrer preferencialmente sob anestesia inalatória e com demais cuidados específicos de suporte medicamentoso a cada caso.

Todo procedimento de castração deverá ser realizado em conformidade com a legislação vigente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).

7.3.8 Coleiras repelentes para prevenção de leishmaniose:

É fundamental, em áreas endêmicas para a leishmaniose visceral canina, a colocação

de coleiras repelentes **nos cães**, especialmente aqueles sem acesso à rua.

7.4 Logística

Independente do animal ser removido ou mantido no local no momento da avaliação inicial, devem ser previstos recursos básicos e específicos para que os riscos sejam minimizados e as ações já possíveis possam ser realizadas com segurança e êxito, tanto para os humanos quanto para os animais. A previsão da quantidade de insumos a ser utilizada ocorrerá após o diagnóstico inicial, devendo ser revista sempre que necessário durante a atuação em cada caso. Deve-se utilizar checklist para vistoria, recolhimento, realocação e remoção, sendo que a avaliação deve ser feita ou supervisionada pelo médico-veterinário.

7.4.1 Insumos gerais

- EPI: luvas de procedimento, luvas de raspa, botas/galocha, perneiras, óculos, máscara/face shield, etc;
- Equipamentos de manejo: puçá, armadilhas, focinheiras, caixas de transporte de tamanhos distintos, lacres de nylon, toalhas, rede, cambão, cordas, todos devidamente higienizados e sem odor de outros animais estranhos àquele ambiente, pranchetas e canetas, etc;
- Material de limpeza em geral: luvas de borracha, detergente neutro, água sanitária, álcool 70%, amônia quaternária, panos de limpeza e baldes em quantidade adequada, vassouras, rodos, etc.

7.4.2 Insumos para alimentação

- Ração, patês, suplementos de acordo com a espécie;
- Vasilhames individuais e próprios para a espécie;
- Água limpa e fresca à vontade.

7.4.3 Insumos para banho (cães)

- Xampu neutro e genérico, antiparasitário, anti-seborreico, outros;
- Toalhas individuais, quando possível;
- Produtos antipulgas e carrapatos devem ser cuidadosamente avaliados, pois alguns não devem ser utilizados em ambientes compartilhados entre cães e gatos. Deve-se atentar ao risco de intoxicações em filhotes;

- Secadores, sopradores e máquinas para tosa, quando necessário e possível (verificar o comportamento dos cães quando do uso do equipamento pois comportamento de medo acentuado ou agressividade podem comprometer o BEA);
- Local apropriado para o banho, quando possível;
- Baldes e bacias;
- Focinheira e guias para aumentar a segurança durante o banho.

Obs.: O banho em gatos só é realizado se for estritamente necessário, em ambiente calmo, seguro e seguindo protocolo específico.

7.4.4 Insumos veterinários

- Antiparasitários para pulgas, carrapatos, vermes, protozoários;
- Mata-bicheira/miíase;
- Repelentes (coleiras, sprays, pour-on, etc);
- Kit cirúrgico (verificar capítulo 4 do "Guia Prático de Políticas de Manejo Ético Populacional de Cães e Gatos em Minas Gerais") (MPMG, 2019);
- Drogas e equipamentos para anestesia
- Microchips e leitoras;
- Coleiras e placas de identificação;
- e demais medicações de recomendação veterinária.

7.4.5 Insumos para transporte

- caixas de transporte (para gatos lacrar com abraçadeiras de nylon);
- caixa de transporte para cães;
- panos leves para cobertura das caixas de transporte;
- guias, coleira e peitorais;
- jornais;
- sacos plásticos para recolhimento de dejetos;
- veículos apropriados para o transporte, preferencialmente tipo van ou com caçamba fechada, seguros e arejados.

OBS: As caixas devem ser fixadas de tal forma a impedir que possam se deslocar durante o trajeto, e impeçam que um animal possa ter acesso a outro em outra caixa de transporte. Cães e gatos devem ser transportados em viagens distintas. No caso da necessidade de sedação de qualquer animal, essa só deverá ocorrer mediante

avaliação prévia e cuidadosa do médico-veterinário. Deve-se considerar os riscos envolvidos no uso das diferentes substâncias, pois o ambiente já é bastante desafiador, induzindo a quadros de estresse agudo que poderá comprometer a segurança e bem-estar do animal alvo e dos demais do entorno. Sugere-se evitar longos deslocamentos quando possível.

7.4.6 Recursos humanos

A definição da equipe de trabalho é parte central para o sucesso de cada atuação em casos de PSA. Todos deverão estar cientes dos cuidados e riscos envolvidos em cada etapa e da fundamental manutenção da ética na abordagem seja dos humanos, seja dos animais. A capacitação de todos é essencial para que cada um tenha clara sua função, garantindo a integração de todo conjunto de tarefas. **O número de trabalhadores vai depender das condições do local e do número dos animais e espécies envolvidas**. Não deve ser grande demais para causar tumulto, mas se reduzido compromete o êxito das ações, com risco de fugas, brigas e acidentes. Sempre deve ser acompanhado com a pessoa que tem maior vínculo com a PSA.

8. DESTINAÇÃO/REALOCAÇÃO DOS ANIMAIS

Tratar os animais no local onde vivem facilita o manejo e deve ser sempre a primeira opção. Isso causa menor angústia à PSA e aos animais. A retirada e destinação dos animais, quando indicada, deverá ser cuidadosamente planejada, uma vez que a PSA poderá entrar em sofrimento psíquico, inclusive impedindo a continuidade das ações, e também os animais, se não forem destinados adequadamente.

É importante ter em mente que cada caso tem suas particularidades, sendo assim, nenhuma ação deve ser feita de forma isolada. Para auxiliar nas decisões a serem tomadas, é importante avaliar alguns pontos: o estado geral dos animais, a interação dos animais entre si (riscos de acidentes, brigas ou morte) e com a PSA, o estado geral da PSA – se está muito debilitada física e mentalmente –, bem como a situação geral do ambiente e a forma como os indivíduos humanos e não humanos coexistem nele. A disponibilidade de recursos humanos e financeiros também deve ser considerada.

Para fins didáticos, as ações foram descritas separadamente. A análise deve ser feita caso a caso, e as seguintes opções podem ocorrer:

a) Permanência dos animais na casa do PSA, desde que tenha acompanhamento constante do CIASA ou pessoa por ele designada.

Nessa hipótese é necessário programar, no menor tempo possível, a melhoria estrutural do local, como:

- Analisar as características dos animais (sexo, comportamento, idade) e estudar o espaço físico para separação.
- Telar ou murar a área onde vivem os animais para impedir fugas ou acidentes;
- Realizar limpeza e retirada do lixo/entulho;
- Para cães: organizar o espaço com a construção de baias ou canis, seja de tela ou blocos, que permita a lavagem diária, drenagem da água e proteção contra sol e chuva, com área de soltura para socialização. A intenção não é manter os animais presos de forma permanente, e sim evitar conflitos e facilitar o manejo no momento inicial.
- Para gatos: prover ambiente arejado, limpo, seguro e tridimensional (de forma que o gato tenha visão ampla do piso e paredes), com opções de caixas, caixotes ou tábuas fixadas na parte superior das paredes - Figura 9;
- Disponibilizar camas e caixas higiênicas, comedouros e bebedouros em número e distribuição segura, compatível ao número de animais (ideal é o número de gatos +1)
- Preservar os grupos sociais promovendo bem-estar aos animais dentro do espaço disponível.

Figura 9. *Ambiente tridimensional para gatos.*
Fonte: *Otavia Mello.*

Para evitar fuga de animais, em caso de cercamento com telas, fazer o alicerce de concreto ou cimento e manter uma distância entre cada canil/gatil para evitar brigas e ferimentos nas interações negativas.

Permanecerão na casa do PSA aqueles animais que tiverem condições para tal. Animais identificados com quadros de emergências clínicas, como feridas extensas, doenças graves ou fêmeas prenhas/lactentes, deverão ter destinação ou internação imediata em ambientes seguros e específicos para cuidados especiais. Para isso, parcerias prévias com clínicas veterinárias e lares temporários se fazem necessárias.

b) Encaminhar para um Centro de acolhimento transitório e adoção (CATA), onde deverá ser desenvolvido um programa municipal de adoção e guarda responsável.

Na impossibilidade de manter os animais no imóvel da PSA, seja por óbito do indivíduo, abandono familiar ou mandados judiciais, sugere-se o **encaminhamento temporário** para locais públicos ou filantrópicos que realizam a castração, ressocialização e

adoção dos animais. Em hipótese alguma é desejada a retirada compulsória, com destinação para abrigos públicos ou privados de forma permanente, sob risco de mortalidade em massa, transmissão de doenças e situações de maus-tratos para todos animais abrigados. Para a implementação de um CATA, verificar as recomendações no Capítulo 3 do "Guia Prático de Políticas de Manejo Ético Populacional de Cães e Gatos em Minas Gerais" (MPMG, 2019).

c) Encaminhar para lares solidários e/ou temporários, ou casas de passagem, regulamentados e conveniados à administração do Município. Quando estes não existirem, criar regulamentação.

Pode-se criar um cadastro com as pessoas do município que queiram, podem ou tenham condições e estrutura para acolher animais em situação de maus-tratos ou acumulação de forma temporária até que as melhorias no imóvel sejam concluídas ou as adoções sejam alcançadas. Os custos dessa ação devem ser assegurados pelo município, se necessário.

Obs.: lembrar que para casos de maus-tratos do tipo crueldade, os animais não podem retornar ao local de origem.

d) Encaminhar para clínicas veterinárias ou "Pet shops" parceiros para tratamento ou hospedagem.

Nos casos de animais que necessitem de intervenção veterinária fora do imóvel, o município deve ter um cadastro de clínicas parceiras que aceitem realizar tais procedimentos com custo acessível. Os custos serão de responsabilidade do município e devem ser incluídos no planejamento do CIASA.

e) Encaminhamento dos animais para adoção através da rede de proteção animal conveniada ao município: esta dará publicidade nas redes sociais (adoção), realizará a entrevista de adoção, visitará o adotante antes e/ou na entrega do animal, mediante assinatura do termo de adoção, e fará o monitoramento pós-adoção.

f) Animais encontrados mortos ou que necessitem de eutanásia: devem ser destinados para o serviço de controle de zoonoses/ vigilância ambiental ou outros parceiros conveniados. A eutanásia de animais compete privativamente ao Médico Veterinário e fica restrita às situações nas quais não há possibilidade da adoção de

medidas alternativas, **atentando-se para sua realização às legislações pertinentes.** Em caso de suspeita de zoonoses deve-se coletar amostra para confirmação laboratorial e maus-tratos a perícia deverá ser realizada. O registro e destinação final deverão acontecer de acordo com a norma sanitária específica vigente no município.

Todo animal vivo ou morto encontrado em situação de acumulação deve estar registrado em um banco de dados. O histórico e desfecho desse animal deve ser descrito e atualizado na mesma planilha. Como opções de desfecho, vide figura 8:

Figura 10. *Possíveis destinos dos animais em situação de acumulação.*
Fonte: *Elaborado pelos autores.*

No caso das demais espécies além dos cães e gatos, são necessários cuidados específicos que serão abordados numa próxima publicação.

9. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htms>. Acesso em 15 jul 2022.

INSTITUTO PASTEUR. Manual Técnico do Instituto Pasteur: Controle de Populações de Animais de Estimação. São Paulo, 2000. Disponível em:<https://www.novaconcursos.com.br/arquivos-digitais/erratas/14621/18728/controle-populacao-animais.pdf> . Acesso em 15 jul 2022.

LOW, P.. The Cambridge Declaration on Consciousness. Disponível em:<https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/Pro-Reitorias/Propip/Comite-de-Etica/Declaracao%20de%20Cambridge.pdf> . Acesso em 15 jul 2022.

MINAS GERAIS. Lei 21.970 de 15 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21970-2016-minas-gerais-dispoe-sobre-a-protecao-a-identificacao-e-o-controle-populacional-de-caes-e-gatos>. Acesso em 15 jul 2022.

MINAS GERAIS. Lei de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=326475 >. Acesso em 15 jul 2022.

Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Guia Prático: Políticas de Manejo Ético Populacional De Cães e Gatos em Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 1ª Ed. 272 p. Belo Horizonte: 2019.

MOLENTO, C. F. M. Repensando as cinco liberdades. Disponível em: <http://www.labea.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2013/10/MOLENTO-2006-REPENSANDO-AS-CINCO-LIBERDADES.pdf>. Acesso em 15 jul 2022.

TRAJANO, S. C., ALEIXO, G. A. S., SIQUEIRA FILHO, R. S., PENAFORTE JÚNIOR, M. A., ANDRADE, L. S. S., SOUZA, A. C. F., MELO, T. M. V., & MELO, V. S. (2017). Complicações tardias do uso de abraçadeiras de náilon para ligadura de pedículos ovarianos em cadela: relato de caso. Medicina Veterinária (UFRPE), 11(1), 41–46. https://doi.org/10.26605/medvet-n1-1597

Fonte: Eliana Malta.

CAPÍTULO 6

MANEJO AMBIENTAL

José Honorato Begalli, Mikaelly Frasson Testa, Maria Clara Madureira, Érika Procópio Tostes Teixeira, Bruna Hermine de Campos.

1. INTRODUÇÃO

Todo o material recolhido nos imóveis das PSA precisa de um destino correto. Você sabia que no Brasil existem políticas públicas voltadas para isso? Você sabe a diferença entre aterro sanitário e lixão? Você sabe como separar corretamente os resíduos? Qual o valor comercial deles?

2. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE RESÍDUOS NO BRASIL

O Brasil é o maior país da América Latina, no entanto, apenas 59,5% de resíduos sólidos coletado em 2019 foi descartado de forma adequada em aterros sanitários, enquanto 40,5% tinham disposição inadequada em aterros controlados ou lixões, representando 29.448.200t (ABRELPE, 2020). Portanto, a política de planejamento e gestão de resíduos sólidos requer maior atenção (BROLLO et al., 2001).

Com poucas iniciativas em andamento, a coleta de material reciclável cobre menos da metade do território nacional. Com isso, o país perde cerca de 2,5 bilhões de dólares anuais porque o lixo reciclável é descartado de maneira inadequada em aterros sanitários (IPEA, 2010).

Em agosto de 2010 foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) pela Lei Federal N° 12.305, que pode ser considerada um marco para a gestão de resíduos no Brasil. Os objetivos desta lei são a redução, reutilização, reciclagem, tratamento

e descarte adequado de resíduos sólidos urbanos (RSU), incluindo sistemas de recuperação de energia, a fim de evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública. Esta lei proíbe a disposição a céu aberto de RSU e está estipulado que todos os estados e municípios deveriam ter fechado seus lixões até 2014 (BRASIL, 2010).

A geração de resíduos sólidos tem aumentado em função do crescimento populacional e isso se tornou um grande desafio, principalmente em áreas urbanas, aumentando a necessidade de mais discussões, leis e ações voltadas para o tema (GOUVEIA, 2012).

O PNRS fornece princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relacionadas à gestão integrada de resíduos sólidos (inclusive perigosos), bem como diretrizes sobre as responsabilidades dos gestores e poderes públicos, e nas associadas ferramentas. Alguns dos princípios da PNRS são prevenção, precaução e desenvolvimento sustentável, reconhecendo que os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis são bens econômicos com valor social que podem gerar empregos e renda e promover a inclusão social. Também reconhece a necessidade de cooperação entre os diferentes níveis de governo, setor privado e outros segmentos da sociedade.

Assim, conceitos que são pouco conhecidos e raramente praticados no Brasil foram sancionados por esta lei, incluindo: a cobrança de materiais recicláveis; a destinação final ambientalmente adequada de RSU; gestão integrada de resíduos sólidos estabelecida por contratos entre o setor público e empresas privadas; e a aplicação da logística reversa (retorno dos resíduos sólidos para setor empresarial de reaproveitamento) (BRASIL, 2010).

Com base nesta política, todos os conselhos municipais do Brasil têm que promover a educação ambiental, além de estimular a população e empresas adequadas para implementar práticas destinadas a eliminar ou reduzir a quantidade de RSU. Além disso, cabe aos conselhos municipais disponibilizar um gestor municipal que se responsabilize pelo RSU, sua reciclagem, tratamento e destinação final adequada. De acordo com a Lei Federal Nº 12.305/2010, municípios do Brasil devem elaborar uma gestão municipal de resíduos sólidos para os próximos 20 anos, a ser revisado a cada 4 anos, para que o governo federal aloque recursos financeiros (BRASIL, 2010).

Além disso, outros objetivos foram estipulados, incluindo uma redução na quantidade

de resíduos recicláveis secos e sólidos úmidos, resíduos urbanos dispostos em aterros sanitários, e a remediação de lixeiras abertas. As diretrizes para esses objetivos baseiam-se em ações de estímulo à reciclagem: inclusão social dos catadores de materiais recicláveis; aumento no número de cooperativas e associações de catadores de recicláveis; encorajando compostagem; e explorar o uso de biogás de aterros sanitários. Segundo Dias e Samson (2016), os catadores de materiais recicláveis são compostos pelos seguintes grupos: pobres ou desempregados em busca de alimentos, roupas e outras necessidades; trabalhadores informais que buscam materiais recicláveis para ganhar dinheiro vendendo-os a empresas de reciclagem; e empregados ou associados a cooperativas de reciclagem (BRASIL, 2010).

Outras tecnologias, como compostagem, reciclagem e incineração com recuperação de energia raramente são aplicadas em países em desenvolvimento, embora sejam os processos mais recomendados no Brasil. Com base na logística reversa, que segundo a PNRS é um dos instrumentos para a implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, o retorno dos resíduos deve ser realizado por meio de convênios com as respectivas empresas produtoras (BRASIL, 2010; ALI E COURTENAY, 2014).

A PNRS estabelece que a logística reversa é obrigatória para os seguintes produtos: pesticidas e seus respectivos resíduos e embalagens; baterias e recargas; pneus; óleos lubrificantes e seus respectivos resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, lâmpadas de vapor de sódio e mercúrio e lâmpadas de luz mista; produtos eletrônicos e seus componentes; medicamentos; e embalagens em geral (BRASIL, 2010).

***Figura 1**: Ciclo da Logística Reversa.*
***Fonte:** daptado do Ministério do Meio Ambiente, BRASIL.*

Em resumo, a PNRS registra os princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações que precisam ser adotadas pelo governo federal, sozinho ou em cooperação com os Estados, Distrito Federal, municípios ou setor privado, priorizando a gestão integrada e práticas ambientalmente adequadas de gestão de resíduos sólidos, de acordo com o art. 4° da Lei Federal N° 12.305/2010 (BRASIL, 2010).

3. MANEJO AMBIENTAL NAS SITUAÇÕES DE ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS E OBJETOS

Em cenários de acumulação, a quantidade de materiais é exorbitante. Resíduos comuns, perigosos e recicláveis compartilham um mesmo espaço. E a separação e destinação correta dos resíduos faz parte das ações de um manejo ambiental bem-feito, sendo fundamental nesses casos de acumulação animal. Algumas condições de risco à saúde podem ocorrer, como por exemplo: acúmulo de materiais orgânicos que atraem e mantêm a proliferação de animais sinantrópicos, acúmulo de materiais combustíveis, o que aumenta o risco de incêndios, ambiente desorganizado que dificulta a higienização, entre outras situações.

A abordagem do manejo ambiental para os casos das PSA de animais e objetos é múltipla e envolve diversos fatores que serão elencados e discutidos durante este capítulo. Deve-se levar em consideração uma avaliação dos aspectos sociais, dos resíduos encontrados, e riscos durante o manejo do material. A equipe de assistência em saúde, deve levantar algumas questões para nortear as atividades de manejo ambiental, tais como:

- Qual o tipo de material encontrado durante a visita do agente de saúde?
- Qual a situação do material recolhido?
- Qual a melhor forma de coleta?
- Como proceder para o melhor destino do material?
- Como deve ser a biossegurança do trabalhador em saúde?
- Quais as normas técnicas para essas situações?

Etapas a serem seguidas nos casos de manejo ambiental de PSA (Figura 2):

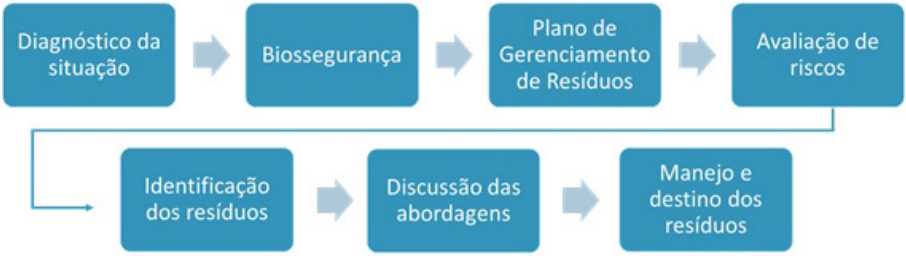


Figura 2. *Fluxograma das etapas de abordagem do manejo ambiental para pessoas em situação de acumulação de animais e objetos.*
Fonte: *Elaborado pelos autores.*

Diagnóstico da situação: discussão com a equipe de saúde formada por profissionais de diferentes formações (enfermeiro, assistente social, psicólogo, médico veterinário, entre outros) que irão analisar as singularidades de cada caso;

Biossegurança: recomendação do uso correto dos equipamentos de proteção para segurança individual/coletiva e saúde do trabalhador;

Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR): avaliação de todas as etapas que devem ser seguidas em um planejamento na gestão dos resíduos, podendo ser adaptável;
Avaliação de riscos: planejamento dos riscos envolvidos em cada etapa do processo;
Identificação dos resíduos: classificação dos resíduos de acordo com o tipo de material;
Discussão das abordagens: elaboração de estratégias para cada situação específica;
Manejo e destino dos resíduos: planejamento do destino mais adequado para cada tipo de material.

4. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU)

Diferenciação entre lixo e resíduo

Lixo: é todo aquele material sem nenhuma possibilidade de reciclagem ou reutilização, que deve ser encaminhado aos aterros sanitários.
Resíduo sólido: é todo material sólido resultante das atividades diárias do homem em sociedade, que pode ser reutilizado ou reciclado, porém isso só é possível se o resíduo for selecionado na fonte geradora, o que evita a contaminação destes materiais, aumentando o seu valor agregado.

> *Esses termos são utilizados indistintamente por autores de publicações, porém o termo lixo pode ter sentido figurado pejorativo, portanto, optamos por utilizar o termo resíduo. (CAVALCANTE et. al. 2012)*

4.1 Tipos de materiais

A composição física dos RSU no Brasil é formada por matéria orgânica, papel, papelão, tecidos, materiais poliméricos (plásticos e borrachas), vidro, madeira, ferrosos e não ferrosos, no qual os metais são os componentes predominantes. Nesta mistura existem alguns materiais biodegradáveis, mas também existem substâncias que serão conservadas em natureza por muito tempo, representando uma fonte de poluição (NASCIMENTO et. al. 2015).

Os tipos de resíduos sólidos permitidos em aterros sanitários brasileiros são aqueles definidos como Classe IIA pela NBR 10.004/2004: "não perigosos e não inertes", produzida pela ABNT (2004). São alguns exemplos: RSU de origem doméstica e comercial, como papel, papelão, vidro, plástico; resíduos de capina, varredura, poda e atividades de raspagem; resíduos de estações de tratamento de esgoto (ralo, separador de areia e resíduos de desidratação de lamas); resíduos desidratados de veículos de limpeza de fossa; resíduos desidratados de estações de tratamento de água; e resíduos sólidos de plantas industriais, mercados ou outras fontes para as quais uma classificação de Classe II foi verificada por um relatório técnico após análise laboratorial de acordo com normas específicas da ABNT (ABNT, 2004).

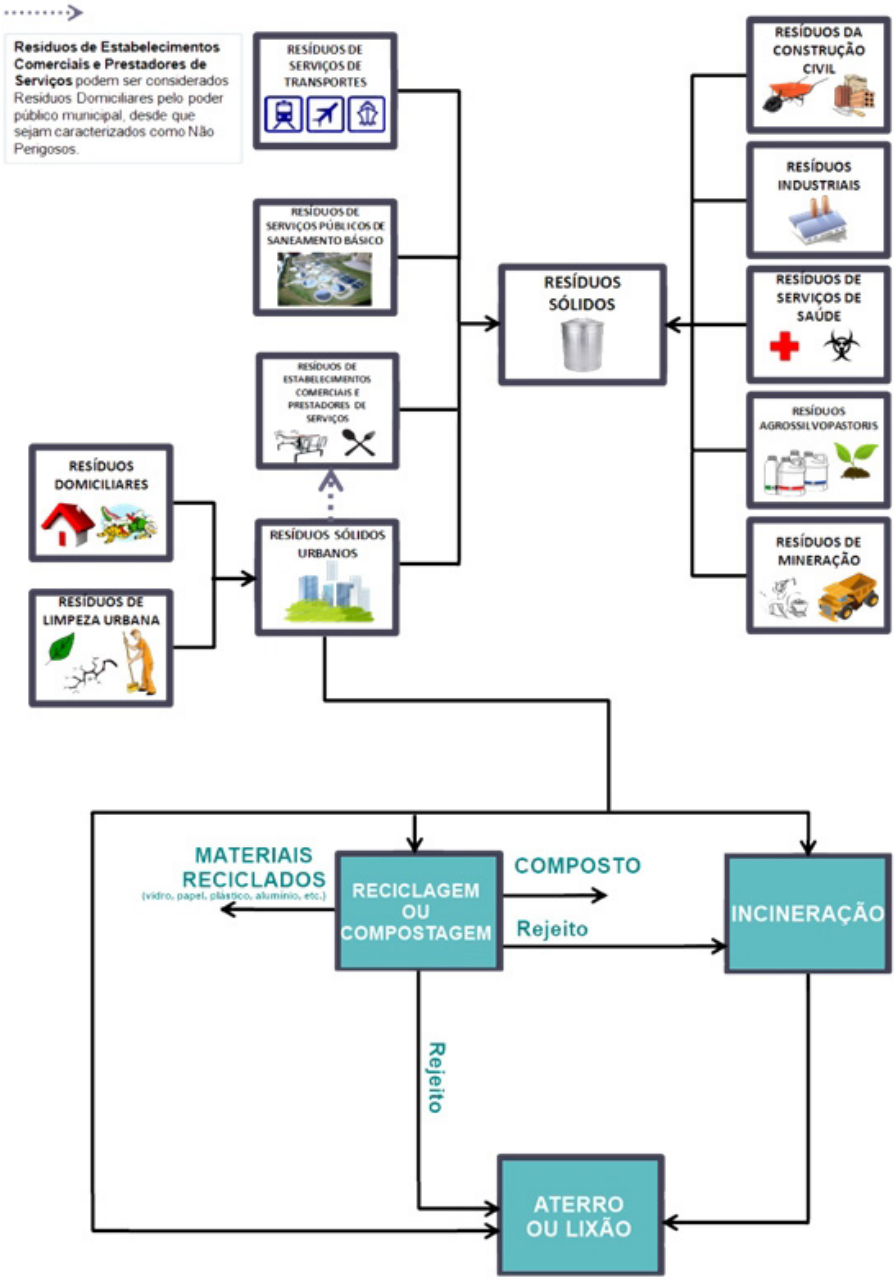


Figura 3: *Esquema sobre classificação de resíduos.*
Fonte: *VERDE GHAIA, 2018.*

Durante a visita domiciliar e estudo de caso de uma situação de acumulação, podem ser encontrados diversos resíduos no ambiente, tais como materiais inflamáveis, material hospitalar, entulho, carcaças em decomposição, material reciclável, material perfuro cortante, entre outros.

Os resíduos são de natureza heterogênea, portanto necessitam ser agrupados de acordo com sua natureza, separados por tipo de material e pelo risco que este pode representar a saúde do homem e ambiente (GARCIA £& ZANETTI-RAMOS 2004).

Órgãos de saúde como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) por meio de resoluções e portarias realizam a distinção de variados materiais. Os grupos podem ser classificados conforme o tipo de material:

Grupo A - resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção, como por exemplo carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais, cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação;
Grupo B - resíduos químicos que podem apresentar risco à saúde pública e ao meio ambiente; a saber categorizados por suas características de toxicidade, corrosividade, reatividade, inflamabilidade, carcinogenicidade;
Grupo C - rejeitos radioativos; como exemplo material radioativo proveniente de laboratório de pesquisa e ensino na área da saúde, laboratório de análise clínica, serviço de medicina nuclear e radioterapia;
Grupo D - resíduos comuns ou também chamados de domiciliares, que não apresentam riscos radioativos, químicos ou biológicos;
Grupo E - materiais perfuro cortantes, como por exemplo vidro quebrado, lâmina de barbear, agulhas, lancetas, ampolas de vidro;

O gerenciamento dos resíduos sólidos compreende todas as etapas de planejamento de recursos físicos, materiais e capacitação dos recursos humanos.

Na Figura 4 pode ser observada a simbologia utilizada para identificação dos tipos de resíduos.

Figura 4. *Símbolos de identificação dos grupos de resíduos.*
Fonte: *ANVISA, 2018.*

5. BIOSSEGURANÇA

Os profissionais e trabalhadores em saúde que irão compor a equipe de assistência para as situações de PSAes de animais e objetos devem estar atentos a requisitos de biossegurança, nas atividades exercidas. A biossegurança por sua vez pode ser definida como um conjunto de ações que tem como objetivo prevenir, controlar, minimizar ou eliminar os riscos, visando a saúde dos animais, do homem e meio ambiente (TEIXEIRA, 2010).

É importante destacar que a saúde do trabalhador deve ser proporcionada com o fornecimento da segurança individual e de sua equipe. É nesse contexto que podemos mencionar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) que devem compor a biossegurança da equipe.

Os EPI´s são equipamentos de uso individual necessários para proteção e prevenção de riscos, já os EPC´s podem ser definidos como condições do trabalho que favorecem a prevenção de riscos, e são de uso coletivo. Alguns exemplos são descritos no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1. Exemplos de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e atividades relacionadas.

ATIVIDADE	NÃO PODE
Avaliação de áreas de risco e Atividade de campo.	Macacão, jaleco ou conjunto (calça e blusa), óculos de segurança, cambão, luva impermeável, bota ou calçado apropriado, boné, touca, creme protetor solar e repelente, puçá, armadilha, corda, cabresto, gaiola de contenção, focinheira, guia, mordaça, rede, laço, cestos de lixo segregados para descarte apropriado de materiais, entre outros.
Remoção de animais Domésticos	Macacão ou conjunto (calça e blusa), cambão, calçado, puçá, armadilha, corda, cabresto, gaiola de contenção, focinheira, guia, mordaça, rede, laço, cachimbo, caixa de transporte, luvas de raspa de couro, entre outros.
Controle de animais Sinantrópicos	Luvas impermeáveis, macacão, jaleco ou conjunto (calça e blusa), perneira, bota, boné, creme protetor solar e repelente, equipamentos apropriados para captura, pinças anatômicas, recipiente transparente de transporte, lanterna, luvas de raspa de couro, entre outros.
Ações e uso de EPC´s	Acesso facilitado às saídas da unidade em situações de emergência, Cones, faixas, placas de sinalização e luminosos para isolamento de área determinada, Proteção de partes móveis de máquinas e equipamentos, Extintores de incêndio, Kits de primeiros socorros.

Fonte: *Adaptado de Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses.*

Para cada situação encontrada, na discussão dos casos e durante a visita na residência de uma pessoa em situação de acumulação, devem ser observados equipamentos EPI´s próprios para o manuseio para os diferentes tipos de resíduos.

Os profissionais trabalhadores em saúde, a equipe de limpeza e conservação, sejam eles componentes do serviço municipal ou terceirizados, que farão parte do Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR), devem estar uniformizados, identificados e capacitados continuamente, para prevenção dos riscos ambientais, para o manejo dos resíduos em áreas internas/externas, e manejo dos animais, melhorando assim, a eficiência nas atividades (MMA, 2009).

6. AVALIAÇÃO DE RISCOS

O manejo dos resíduos pelos trabalhadores em saúde pode envolver diversos riscos, sejam eles ao trabalhador ou riscos ambientais. O gerenciamento adequado dos

resíduos inclui avaliar os riscos envolvidos nas situações de acumulação, prevenção de acidentes, maneira adequada para cada tipo de material, manuseio e destino adequado. Portanto, é importante que todos os envolvidos recebam orientações técnicas previamente, melhorando a prevenção dos riscos. O Quadro 2 demonstra uma classificação dos riscos biológicos. Abaixo encontram-se alguns exemplos de riscos envolvendo as situações de acumulação de animais e objetos:

Riscos ao trabalhador em saúde: risco de infecção por doenças zoonóticas, por meio de contato com animais e/ou com seu ambiente; risco químico, por contato com inseticidas, carrapaticidas, raticidas e outros produtos tóxicos; o de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos; e agravos causados por cães, gatos e morcegos, entre outros, como a mordedura.

Riscos ambientais: localização de domicílio, risco de desabamento de encostas, presença de fios elétricos soltos; violência na vizinhança ostensiva e ameaçadora; condições do domicílio; animais agressivos; risco de queda de paredes e teto; goteiras; insalubridade com risco de contaminação de equipe.

Quadro 2. Classificação dos materiais que apresentam risco biológico.

CLASSE DE RISCO	DEFINIÇÃO
Tipo 1 (baixo risco individual e para a comunidade)	Agentes biológicos conhecidos por não causarem doenças no homem ou nos animais adultos sadios;
Tipo 2 (moderado risco individual e limitado risco para a comunidade)	Inclui os agentes biológicos que provocam infecções no homem ou nos animais, cujo potencial de propagação na comunidade e de disseminação no meio ambiente é limitado, e para os quais existem medidas terapêuticas e profiláticas eficazes;
Tipo 3 (alto risco individual e moderado risco para a comunidade)	Inclui os agentes biológicos que possuem capacidade de transmissão por via respiratória e que causam patologias humanas ou animais, potencialmente letais, para as quais existem usualmente medidas de tratamento ou de prevenção. Representam risco se disseminados na comunidade e no meio ambiente, podendo se propagar de pessoa a pessoa;
Tipo 4 (elevado risco individual e elevado risco para a comunidade)	Classificação do Ministério da Saúde que inclui agentes biológicos que representam grande ameaça para o ser humano e para os animais, implicando grande risco a quem os manipula, com grande poder de transmissibilidade de um indivíduo a outro, não existindo medidas preventivas e de tratamento para esses agentes;

Fonte: *BRASIL (2018).*

As condições encontradas em casas com situação de acumulação de animais apresentam diferentes riscos, desde sanitários ao bem-estar físico e mental das pessoas ali presentes e do entorno, assim como dos animais. Uma minoria das casas de colecionadores de objetos apresenta más condições de higiene, enquanto as casas de coletores de animais, em quase 100% dos casos, apresentam condições higiênico-sanitárias críticas. Más condições de vida são comuns. Isso inclui a presença de sujeira excessiva, banheiros não funcionando, dejetos de animais, mofo, pragas e até mesmo carcaças de animais (ANDREWS-MCCLYMONT, 2013). Relatos de casos indicam que entre 31% e 100% dos indivíduos que acumulam animais também acumulam bens inanimados (ARLUKE, 2002).

Pelo exposto, fica evidente o risco que os indivíduos em situação de acumulação trazem para si próprios, para as pessoas do entorno e para todo o ambiente, tornando-se um problema relevante de saúde pública. Vizinhos e pessoas dos arredores são os que mais movem ações judiciais, sendo o motivo mais referendado o risco de incêndio (HENRIQUES et. al. 2019). Dessa forma a avaliação dos riscos ambientais devem ser considerados em período inicial de atuação dos profissionais envolvidos, de modo a reconhecerem sinais importantes que mereçam a atuação de bombeiros e defesa civil, evitando assim, maiores agravos.

6.1 Riscos para os animais

Em locais com a situação de acumulação, os riscos para os animais também existem. Dentre eles podemos citar:

- Risco de serem queimados se houver incêndios;
- Risco de brigas e podendo provocar sangramentos internos ou externos com características hemorrágicas graves - seja por lesão de órgão ou por danos vasculares (artérias e veias);
- Risco de subnutrição, já que pode haver disputas entre animais dominantes e submissos, além de haver chances da PSA não dar conta de alimentar todos os animais corretamente;
- Risco de superpopulação: a) rápido amadurecimento sexual, numerosas proles, a falta de medidas profiláticas (castração); b) a falta de controle do crescimento da população e o manejo impróprio de cães e gatos podem determinar problemas como agressões à população humana, com expressivo impacto à saúde pública, pois propicia a transmissão de doenças. Os animais também podem contaminar o ambiente com seus dejetos, o que coloca em

risco a saúde da população humana e a de outros animais.

Reinfecções parasitárias constantes: as parasitoses intestinais causam tanto risco para os humanos, já que alguns helmintos e protozoários são zoonóticos, quanto para os animais, já que alguns parasitos, por exemplo, o Cystoisospora sp., tem liberação intermitente, sendo esta uma formade resistência do parasita, que podem contaminar tanto o solo quanto a água por vários meses até anos. Há também parasitos com longo período de sobrevivência no ambiente, como Toxocara sp.e a capacidade de resistência à desinfecção deixam os animais em risco permanente de reinfecção (OUROFINO, 2021).

6.2 Risco de enxurradas

O Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil em Minas Gerais, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil é composto pelas seguintes organizações: Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Instituto Estadual de Floresta (IEF), Secretarias de Estado, Companhia Energética de Minas Gerais S.A (CEMIG), Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DEER/MG), Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM) e o Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS). Nos municípios são apresentadas as Coordenadorias Municipais de Proteção de Defesa Civil (COMPDEC) e os Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC).

As medidas que visam tornar mínimo o risco das populações que estão expostas a riscos de enchente podem ser do tipo estrutural e não estrutural. As estruturais são obras de engenharia implementadas para reduzir o risco de enchentes, e são classificadas em extensivas quando atuam na bacia modificando o sistema fluvial, e intensivas que são realizadas no rio e têm como propósito evitar o extravasamento do escoamento para o leito maior decorrente das enchentes. Essas medidas são fundamentais para a avaliação, controle e gestão dos impactos causados pelas inundações dentro das cidades. Contudo, são medidas difíceis.

Segundo Tucci (2005), as medidas não-estruturais, possuem como objetivo diminuir prejuízos em função de melhor convivência da população com as cheias. Elas não são planejadas para dar uma proteção completa, pois para isso seria necessário a proteção contra a maior enchente possível. Dentre as medidas não estruturais, as

principais são as preventivas, podendo ser citadas: previsão de alertas de inundação; zoneamento das áreas de risco de inundação; seguro e proteção individual contra inundação.

Segundo Twigg (2007), o risco pode ser definido como a probabilidade de consequências prejudiciais, ou perdas previstas (mortes, ferimentos, propriedade, meios de subsistência, interrupção de atividade econômica ou destruição ambiental) resultado das interações entre perigos naturais ou sociais e circunstâncias vulneráveis.

As características históricas da ocupação desordenada dos municípios mineiros localizados às margens do Rio Doce, região Leste de Minas Gerais, contribuem para a existência de uma significativa variedade de riscos, principalmente de enchentes e inundações.

De modo geral são aceitáveis outras expressões simples com o objetivo de melhor descrever um resultado associado ao risco, por exemplo, a equação apresentada pela Defesa Civil (BRASIL, 2007), cuja definição seria:

$$R = A + V$$

Legenda: R = Risco; A= Ameaça; V= Vulnerabilidade

Em combinação, esta relação serve para explicar a interação com a magnitude do evento ou acidente, que define os efeitos adversos medidos em termos de intensidade dos danos previstos. No entanto, observa-se que há vários fatores que induzem uma determinada população a uma situação de risco.

As cidades com espaços hegemônicos, de concentração urbana, de acúmulo de população e de complexas (e inadequadas) infraestruturas, tornam-se, espaços onde indivíduos e sociedade encontram-se mais vulneráveis a perdas advindas de processos variados (OLIVEIRA, 2015).

6.3 Risco de incêndios

Alguns conceitos e tópicos para a identificação de riscos ambientais estruturais e de incêndios serão apresentados para auxiliar a atuação de profissionais em situações de acúmulo de animais. De acordo com Rocha (2016) para haver a ocorrência do

fogo, deve haver a concorrência simultânea de três elementos essenciais formando o triângulo de fogo: 1) material combustível, que é toda matéria suscetível a queima; 2) comburente (oxigênio); 3) uma fonte de calor.

Estudos apontam que para o surgimento do fogo, é necessário mais um elemento. Conforme a Norma de Procedimento Técnico – NPT 003 - Terminologia de segurança contra incêndio (CBPMPR, 2014) o fogo é uma reação química de oxidação (processo de combustão), caracterizada pela emissão de calor, luz e gases tóxicos. Para que o fogo exista, é necessário a presença de quatro elementos, formando o quadrado do fogo: 1) combustível; 2) comburente; 3) calor; 4) reação em cadeia (Figura 5).

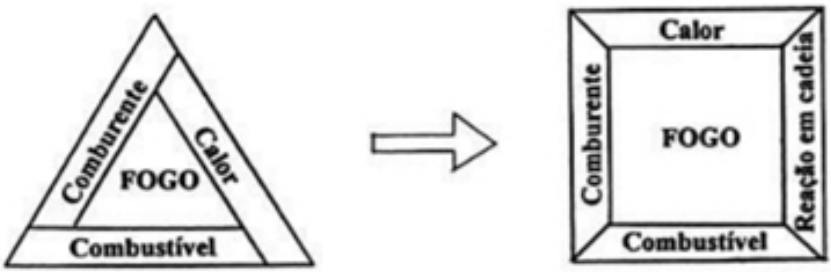


***Figura 5**: Triângulo e Quadrado do Fogo.*
***Fonte:** Brentano, 2007.*

As causas de um incêndio podem ser classificadas em três grupos (FERIGOLO, 1977):

Causas naturais: não dependem da vontade do homem. Ex.: raios, vulcões, terremotos, calor solar, combustão espontânea.
Causas acidentais: muito variáveis. Ex.: chamas expostas, eletricidade, balões, ratos.
Causas criminosas: fraudes para receber seguros, queima de arquivo, inveja, crimes passionais, piromania.

Segundo Seito et al (2008), não existem dois incêndios iguais, pois são vários os fatores que concorrem para seu início e desenvolvimento, podendo-se citar:

- Forma geométrica e dimensões da sala ou local;
- Superfície específica dos materiais combustíveis envolvidos;
- Distribuição dos materiais combustíveis no local;
- Quantidade de material combustível incorporado ou temporário;
- Características de queima dos materiais envolvidos;
- Local do início do incêndio no ambiente;
- Condições climáticas (temperatura e umidade relativa);
- Aberturas de ventilação do ambiente;
- Aberturas entre ambientes para a propagação do incêndio;
- Projeto arquitetônico do ambiente e ou edifício;
- Medidas de prevenção de incêndio existentes;
- Medidas de proteção contra incêndio instaladas.

Os incêndios podem ser classificados de acordo com o material combustível presente e dessa forma direcionar para a escolha do agente extintor mais adequado. Essa Classificação foi elaborada pela NFPA - Associação Nacional de Proteção a Incêndios/EUA, e adotada pelas seguintes instituições: IFSTA - Associação Internacional para o Treinamento de Bombeiros/EUA; ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas/BR; e Corpos de Bombeiros/BR.

Classe A: fogo em combustíveis sólidos como, por exemplo, madeiras, papel, tecido, borracha. É caracterizado pelas cinzas e brasas que deixa como resíduos, sendo que a queima acontece na superfície e em profundidade. O melhor método de extinção é o resfriamento e os agentes extintores que podem ser usados são a água e o pó químico seco (PQS) ABC.

Classe B: fogo em líquidos inflamáveis, graxas e gases combustíveis, como, por exemplo, gasolina, óleo, querosene, gás liquefeito de petróleo (GLP). É caracterizado por não deixar resíduos e queimar apenas na superfície exposta. O melhor método de extinção é por abafamento, sendo os agentes extintores que podem ser usados são a espuma, o PQS BC e PQS ABC. Não se deve usar a água.

Classe C: fogo em materiais e equipamentos energizados, como, por exemplo, motores, transformadores, geradores. É caracterizado pelo risco de vida que oferece, sendo importante nunca usar extintor de água. O melhor método de extinção é por interrupção da reação em cadeia ou por abafamento, com o uso de extintores de PQS BC, PQS ABC e dióxido de carbono (CO2). O extintor de CO2 é o mais indicado por não deixar resíduos que danifiquem os equipamentos.

Classe D: fogo em metais combustíveis, como, por exemplo, magnésio, selênio, antimônio, lítio, potássio, alumínio fragmentado, zinco, titânio, sódio e zircônio. É caracterizado pela queima em altas temperaturas e por reagir com agentes extintores comuns, principalmente se contêm água. O melhor método de extinção é por abafamento, com o uso de extintores de pó químico seco especial (PQSE). Existem algumas classes especiais adotadas por normas internacionais e pouco conhecidas ainda no Brasil.

Classe K: fogo envolvendo óleo vegetal e gordura animal, tanto no estado sólido ou líquido, tendo como exemplo de ambientes as cozinhas comerciais ou industriais. Essa classe é ainda pouco conhecida no Brasil. O melhor método de extinção é por abafamento e nunca se deve usar água. Esta classe possui agente extintor especial para sua classe, com alto custo.

Classe E: fogo envolvendo material radioativo e químico em grandes proporções, sendo necessário equipamentos e equipes altamente treinadas.

As classes A, B, C e K apresentam maiores riscos em situações de acumulação e requerem atenção, possuindo causas tanto acidentais quanto criminosas. Uma situação agravante em situações de incêndio em casas de PSAes é a obstrução de passagens que impedem a saída do local tanto pelos moradores quanto pelos animais. A grande quantidade de material combustível contribui para uma evolução rápida do incêndio assim como também impede a passagem para fuga. Conhecendo os elementos do fogo, as classes de incêndio e suas formas de extinção é possível definir ferramentas e metodologias para a prevenção e combate ao incêndio. Ono (1997) afirma que em geral, quando pensa-se sobre as ações a serem tomadas em caso de incêndio em edificações, nos preocupamos, prioritariamente, com aquelas que visam a proteção à vida humana, ou seja, a segurança dos ocupantes, incluímos também as diferentes espécies de animais presentes e suas possíveis rotas de fugas.

6.4 Riscos estruturais

Fissuras: É o estado em que um determinado objeto ou parte dele apresenta aberturas finas e alongadas na sua superfície;

Trincas: É o estado em que um determinado objeto ou parte dele se apresenta partido, separado em partes;

Rachaduras: É o estado em que um determinado objeto ou parte dele apresenta uma abertura de tal tamanho que ocasiona interferências indesejáveis;

Tipos de acidentes: Incêndio, Impactos ou Desabamento.

Tipos de deterioração: 1) Apodrecimento de madeiramentos; 2) Corrosão das armaduras do concreto ou de elementos metálicos; 3) Destruição do concreto: – Infiltrações, ataques químicos externos ou internos. – Falhas de projeto ou execução.

Análise de risco iminente em Lajes, Vigas, Pilares, Coberturas, Muros, Galpões e Reservatórios: 1) Observar fissuras e deformações; 2) Observar integridade dos elementos estruturais; 3) Observar zonas de ligação e centro de vãos.

Nas vistorias de corrosão das armaduras, deve ater-se mais às regiões da estrutura que estiverem submetidas a ciclos de molhagem e secagem, à estrutura voltada para a fachada, lajes descobertas, pés de pilares e locais confinados, como as garagens; muitas vezes existe a necessidade de remoção e do concreto para melhor visualização da manifestação patológica (DE CASTRO, 1999)

A vistoria em edificações deve levar em consideração aspectos importantes como infiltrações de água, corrosão de armaduras, fissuras e deformações em elementos estruturais, fissuras em alvenarias, descolamentos nos revestimentos; deve ser feito o registro por meio de fotografias e croquis (DE CASTRO, 1999)

A Defesa Civil de Minas Gerais apresenta as seguintes ações de acordo com a secretaria da Estratégia Internacional para Redução de Desastres (Eird/ONU) para a redução dos riscos de desastres:

1) Avaliação de riscos, incluindo análise de vulnerabilidade, assim como análises e monitoramento de ameaças/perigos;
2) Conscientização para modificar o comportamento;
3) Desenvolvimento do conhecimento, incluindo informação, educação, capacitação e investigação;
4) Compromisso político e estruturas institucionais, incluindo informação, política, legislação e ação comunitária;
5) Aplicação de medidas incluindo gestão ambiental, práticas para o desenvolvimento social e econômico, medidas físicas e tecnológicas, ordenamento territorial e urbano, proteção de serviços básicos e formação de redes e alianças;
6) Sistemas de detecção e alerta precoce, incluindo prognóstico, predição, difusão de alertas, medidas de preparação e capacidades de enfrentamento.

As ações apresentadas possuem a função de minimizar vulnerabilidades e riscos em uma sociedade, para evitar (prevenção) ou limitar (mitigação e preparação) o impacto adverso de ameaças, dentro do amplo conceito de desenvolvimento sustentável. Estas podem ser aplicadas após a interpretação dos demais tópicos para situação de PSAes de animais, de modo a orientar os primeiros profissionais atuantes na ação e direcionar o serviço dos demais profissionais necessários.

7. PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS (PGR)

O Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR) pode ser descrito como um documento com todas as informações possíveis acerca das ações a serem tomadas relativas aos resíduos, portanto deve contemplar todas as fases de atuação, desde a criação de uma equipe ambiental multiprofissional, passando pela análise de riscos, ações de proteção à saúde pública e meio ambiente, até o destino final adequado para cada resíduo encontrado (ANVISA, 2018).

7.1 Etapas

A Figura 6 exemplifica alguns passos que podem compor o PGR, porém, este deve ser adaptado de acordo com a realidade local, podendo ser incluídos subtópicos para ações específicas.

Figura 6. *Etapas de trabalho em um Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR) para situações de acumulação de animais e objetos.*
Fonte: *ANVISA (2019) adaptado, BRASIL (2006) adaptado.*

Primeira etapa - Legislações ambientais

O gestorem saúde deve estar atento às legislações relacionadas a regulamentação ambiental e sanitária, bem como as normas de coleta e transporte, dos serviços locais de limpeza urbana, para proteção à saúde pública.

Segunda etapa - Definição do problema

Nesta etapa deve-se conhecer a situação problema, analisar o contexto local, os recursos financeiros e humanos necessários, os aspectos sociais envolvidos, a dinâmica da situação com a comunidade local. Também é importante elencar todas as ações já desenvolvidas de abordagem no caso, mapear os atores envolvidos para discussão da política ambiental relacionada aos resíduos.

Terceira etapa - Formação de equipe

Para a formação da equipe de trabalho, deve-se definir o gestor do projeto, o responsável técnico (RT) que atuará na implantação do PGR, bem como os demais profissionais de acordo com a realidade local e o tipo e situação que se encontram os resíduos. É recomendado que a equipe seja multiprofissional, atue de forma harmônica e coesa, e discuta todas as situações problemas.

Quarta etapa - Diagnóstico de situação

O diagnóstico da situação envolve identificar as condições do local, as áreas críticas, para fornecer subsídios na elaboração do PGR. Nesta etapa é feita a categorização dos resíduos por grupos (A, B, C, D, E) e por tipo de risco (tipo 1, tipo 2, tipo 3, tipo 4). Descrever como deve ser o acondicionamento dos resíduos, fluxo de trabalho, coleta e transporte, destino adequado. Importante lembrar em registrar as situações de emergência que podem acontecer e pensar na prevenção de acidentes.

Quinta etapa - Definição de metas e objetivos

O grupo de trabalho formado para gestão dos resíduos deve definir um cronograma de execução das atividades, decidir as metas pretendidas, definir os objetivos do PGR, definir os equipamentos necessários durante as ações planejadas, e qual o melhor momento para dar início às atividades.

Sexta etapa - Execução das atividades

Todas as etapas planejadas anteriormente devem ser executadas levando em consideração o PGR, bem como as possíveis dificuldades elencadas, prevenção de riscos para a saúde do homem, dos animais e meio ambiente. A logística reversa, quando aplicável no manejo dos resíduos, também deve ser pensada nesta fase.

Sétima etapa - Avaliação dos resultados

Consiste em avaliar todas as estratégias usadas no PGR, levantar os desafios encontrados bem como os acertos, e estabelecer melhorias para as próximas ações da equipe de saúde. Descrever todas as etapas e anexar a documentação em um relatório gerencial, para posteriormente discussão com os atores envolvidos.

7.2. Destino dos resíduos

7.2.1 Coleta de resíduos recicláveis e Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Lei Federal nº 12.305/10, que formulou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), dispõe sobre a prevenção e redução da geração de resíduos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado), recomenda a implantação de hábitos de consumo sustentáveis e formulou uma série de ferramentas para promover a recuperação e reaproveitamento de resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).

7.2.2 Classificação dos resíduos recicláveis

Recicláveis:

- PAPEL: Jornais, revistas, papelão, envelopes e sacos de papel, cartazes e folders, e outras folhas e objetos de papel.
- PLÁSTICO: Copos descartáveis, folhas e garrafas plásticas, sacos e embalagens plásticas, isopor, espumas, embalagens de alimentos.
- VIDRO: Garrafas, potes, copos e frascos de vidro, cacos e pedaços de vidro, recipientes e vidrarias de laboratório (previamente descontaminados).
- METAL: Alumínio, ferro, cobre, aço, latão, latas de refrigerante, papel alumínio/marmitex.

• ORGÂNICOS: Restos de alimentos, cascas de frutas, legumes e cereais, amostras de solos, raízes, plantas, sementes e outros resíduos vegetais (não contaminados).

Não recicláveis:

• Papéis e plásticos engordurados, sujos ou molhados, inclusive filmes de PVC e celofane;
• Papel higiênico, papel toalha, algodão, lenços e guardanapos de papel ou tecido usados;
• Bitucas e cinzas de cigarros e charutos;
• Cacos de louça, porcelana ou cerâmica;
• Barbantes, trapos, tiras e etiquetas de tecidos, estopas;
• Fitas e etiquetas adesivas, inclusive as parafinadas;
• Máscaras descartáveis, fones de ouvido, luvas de couro ou borrachas não contaminadas.

7.2.3. Gestão de resíduos perigosos

Residências, condomínios comerciais, empresas e indústrias produzem uma quantidade considerável de resíduos, inclusive aqueles classificados como perigosos, como pilhas, lâmpadas e embalagens de agrotóxicos (SEBRAE, 2019).

Eles precisam ser gerenciados de maneira específica para cumprir as leis e regulamentos e evitar danos à saúde humana e ao meio ambiente. Na ausência de métodos alternativos para o descarte adequado dos materiais, inúmeras empresas se especializam na destinação ou destinação final desses resíduos, a fim de solucionar o problema de forma especializada e sustentável (SEBRAE, 2019). Além desses, existe um tipo de resíduo classificado como resíduo perigoso:

O Ministério do Meio Ambiente classificou como perigoso àquele que, em razão de suas características, apresenta risco à saúde pública, provocando mortalidade, incidência de doenças e/ou riscos ao meio ambiente.

As características presentes são: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade. Os componentes desse tipo de resíduo muitas vezes são metais pesados, como mercúrio, chumbo, cádmio e níquel, os quais podem contaminar o meio ambiente.

O resíduo perigoso geralmente tem como destino o processo de inertização e posterior transporte aos aterros sanitários (SEBRAE, 2019).

7.2.4 Procedimento descarte de carcaças de animais de pequeno porte

Segregação - as carcaças devem ser segregadas por tipo de animal, exemplo: cães, gatos, camundongos, ratos, e outros, no local da geração, separada de qualquer outro resíduo;

Acondicionamento - as carcaças devem ser acondicionadas em sacos plásticos brancos, identificados com o símbolo de infectante. Devem ser armazenadas temporariamente em freezers ou câmaras frias;

Identificação - identificar o saco, em local de fácil visualização, com a etiqueta com todas as informações requeridas no PGR;

Transporte - as carcaças devem ser transportadas por funcionários capacitados, da área geradora, até os abrigos específicos para esse tipo de resíduo;

Tratamento - as carcaças de animais são coletadas pela empresa especializada e encaminhadas para incineração (BRASIL, 2016).

8. AVALIAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA

A identificação e cadastro acerca dos riscos ambientais em um imóvel em situação de acumulação é um instrumento que permite determinar a potencialidade de ocorrência de acidentes, através de vistorias realizadas nas residências objetivando identificar as situações de risco. Para a elaboração de um roteiro de vistoria visando a identificação inicial de risco em situações emergenciais, de maneira simplificada, deverão ser contemplados os parâmetros mais importantes para a realização da avaliação, dentre aqueles listados pelo meio técnico.

Estes parâmetros serão:

- Tipologia da moradia, dos taludes e dos materiais;
- Geometria do local (inclinação da encosta e distâncias da moradia);
- Situação das águas servidas e pluviais;
- Situação da vegetação;
- Sinais de movimentação;
- Tipologia dos processos esperados ou já ocorridos.

Com estes parâmetros é proposta uma escala de risco simplificada tendo em vista a equipe de saúde ambiental. As propostas das fichas de avaliações ambientais na forma de um checklist de avaliação ambiental e da ficha de avaliação ambiental serão detalhadas conforme o texto abaixo. Se seguidas, deverão permitir á equipe a conclusão sobre o grau de risco da situação em análise.

O objetivo da ficha de avaliação ambiental é auxiliar na tomada de decisão sobre as moradias de pessoas em situação de acumulação que estão sob risco. Ao final do preenchimento será possível estabelecer o nível de risco ao qual está sujeita a moradia e seus moradores. O preenchimento deve ser feito passo-a-passo. Nos espaços em branco preencher as informações solicitadas. Converse com os moradores das casas e vizinhos. As pessoas têm a tendência de tentar esconder fatos, pensando nos problemas que uma remoção as pode causar. Quando for possível pergunte para crianças.

O primeiro passo é referente aos dados gerais sobre a moradia. Este campo deve ser preenchido com cuidado, pois deverá permitir que qualquer pessoa possa chegar (retornar) ao local. Colocar a localização ("endereço") da moradia (usar nome ou número da rua, viela, escadaria, ligação de água ou luz, nomes de vizinhos), nome do morador e as condições de acesso à área, como por exemplo: via de terra, escadaria de cimento, rua asfaltada, boas ou más condições etc. Mencionar o tipo de moradia (se em alvenaria, madeira ou misto dos dois).

A importância de se caracterizar o tipo de moradia se deve às diferentes resistências que cada tipo (madeira ou alvenaria) tem com relação ao impacto dos materiais que estão dentro das casas. Pressupõe-se que casas em alvenaria apresentam maior resistência que as de madeira. Esse fator pode influenciar a classificação dos graus de risco a que a moradia está submetida.

No segundo passo, em que se caracteriza o local, vamos verificar o tipo de talude (natural ou corte) tipo de material (solo, aterro, rocha), presença de materiais: blocos de rocha e matacões, lixo e entulho, inclinação da encosta ou corte e distância da moradia ao topo ou base dos taludes. Os tipos de talude e de materiais presentes dão pistas sobre a tipologia de processos esperada e os materiais que podem ser mobilizados.

A determinação da inclinação de terrenos no campo, sem o auxílio de inclinômetros ou bússolas, tem se mostrado um problema, que envolve não só pessoal sem

formação técnica, mas também técnicos especializados. Para evitar problemas com essa determinação, já que a inclinação é reconhecidamente um dos principais parâmetros para a determinação da estabilidade de uma área, foram desenhadas as várias situações considerando como inclinações tipo os ângulos de 90, 60, 30, 17 e 10. O ângulo de 17o é mencionado na Lei 6766/79 (Lei Lehman) como referência para os planejadores municipais. Existem sérias restrições legais para ocupação de áreas acima desta inclinação.

O terceiro passo é referente a água. A água é reconhecidamente o principal agente deflagrador de escorregamentos e um ótimo meio de disseminação de doenças se não for de boa qualidade. A presença da água pode se dar de diversas formas, como água das chuvas, águas servidas e esgotos. A origem e destino dessas águas é um dos fatores que devem ser levantados durante os cadastros.

A vegetação é fundamental que seja avaliada, seja para questão de estabilidade do terreno, ou, para servir como local de abrigo de animais sinantrópicos. Por isso, foi incluída no quarto passo da ficha. O papel da vegetação na estabilidade das encostas já foi objeto de vários trabalhos. Gusmão Filho et al. (1997) mostraram, para as encostas do Recife, que as áreas com cobertura vegetal menor que 30%, tiveram 46% dos escorregamentos registrados.

No entanto, nem toda vegetação traz acréscimo de estabilidade para as encostas. Discute-se e é largamente aceito, que as bananeiras são prejudiciais à estabilidade, por facilitar a infiltração de água. Paradoxalmente, a bananeira é o cultivo preferencial das populações que ocupam encostas, seja para a produção destinada à venda de bananas, seja como fonte de alimentos. Outra característica da vegetação que pode ser prejudicial é a resistência em relação ao vento. Existe a possibilidade de galhos se quebrarem e atingir as moradias.

Sinais de movimentação oferecem riscos aos moradores locais, trata-se do parâmetro mais importante para a determinação do risco iminente e por isso foi incluído no quinto passo. As feições de instabilidade serão mais úteis quanto mais lentos forem os processos. Assim, escorregamentos planares de solo, que segundo Augusto Filho (1992), têm velocidades de metros por segundo a metros por hora, são processos cujo desencadeamento é passível de ser monitorado através de seus sinais. Outros autores, como Cerri (1993), Gusmão Filho et al. (1997), falam da importância das feições de instabilidade.

As feições principais se referem às juntas de alívio ou fendas de tração ou fraturas de alívio ou mesmo trincas, segundo os diversos autores que trataram do assunto, e os degraus de abatimento. As trincas podem ocorrer tanto no terreno como nas moradias. Quando ocorrerem em construções, é interessante o concurso de profissional especializado em patologia de construções, para determinar a causa precisa dessas trincas. Estas duas feições (trincas e degraus de abatimento) podem ser monitoradas através de sistemas muito simples (medidas com régua) até muito complexos (medidas eletrônicas).

Outra feição importante é a inclinação de estruturas rígidas como árvores, postes e muros e o embarrigamento de muros e paredes. A inclinação pode ser fruto de um longo rastejo, denotando que a área tem movimentação antiga. A presença de cicatriz de escorregamento próxima à moradia leva-nos a supor que taludes em situação semelhante, também poderão sofrer instabilizações.

No sexto passo consta a avaliação da fauna local. Realizar o levantamento acerca de quais são os vetores no local (unidade taxonômica), se há animais domésticos (quais são e qual a quantidade) e animais silvestres (espécie, quantidade, ilegais e legalizados) é fundamental para a tomada de decisões referentes a estes indivíduos. Priorizando a saúde, bem-estar e segurança dos animais e pessoas, realizar a vistorias destes, bem como, de todo o local que eles estão inseridos, ajudará a equipe na tomada de decisões para estes animais. Os animais silvestres ilegais deverão ser destinados ao Centro de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA mais próximo ao local. Bem como, os animais silvestres que estejam feridos.

No sétimo passo em função dos itens anteriores é possível se prever o tipo de problema que poderá ocorrer na área de análise. Leve em conta a caracterização da área, a água, a vegetação e as evidências de movimentação. A maioria dos problemas ocorrem com escorregamentos. Existem alguns casos de queda ou rolamento de blocos de rocha, que são de difícil observação. Neste caso, encaminhe o problema para um especialista.

Finalizado o sétimo passo, passamos para o oitavo e penúltimo passo, este é o ponto mais importante do roteiro, em que caracteriza o tipo de risco do local. Classifica-se como risco iminente, as situações na qual já existem feições de instabilidade (sinais de movimentação), indicando que os processos estão ocorrentes e podem trazer prejuízos socioeconômicos imediatos. Nestes casos recomenda-

se a imediata remoção de moradores. A classificação como risco não iminente é observada quando as moradias apresentam fatores de risco importantes, tais como taludes de corte e aterro, altas declividades, proximidade de moradias ao pé e crista de taludes, lançamento desordenado de água, mas não existem evidências de sinais de movimentação (feições de instabilidade). Nestes casos recomenda-se a observação constante da área para a prevenção quanto ao surgimento dos sinais de movimentação. A classificação como baixo risco são as situações que não apresentam fatores de risco, principalmente as feições de instabilidade, ou mesmo se observadas, não são identificadas consequências potenciais. Podem ser aqui também considerados os casos sem risco.

Uma vez tendo feito tudo isso, vamos para o último passo, que se refere às informações que devem ser anotadas quando a situação for de risco iminente, que necessite remover moradores. Esta é uma informação para a Defesa Civil e para o pessoal que trabalha com as remoções. Marque quantas moradias estão em risco e mais ou menos quantas pessoas talvez tenham que ser removidas.

É muito importante que todos que realizaram a vistoria ambiental assinem o documento, pois permite saber o seu autor, principalmente para as discussões sobre dúvidas geradas pelo cadastro. É recomendado que todo o processo seja acompanhado por um profissional técnico especialista em saúde ambiental para que a possibilidade de responsabilização por um diagnóstico equivocado, que possa ter causado prejuízos materiais ou sociais seja menor.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que com a caracterização do local, com a análise da presença da água, da vegetação, dos sinais de movimentação e da fauna do local, o profissional técnico responsável pela saúde ambiental tenha subsídios para reconhecer o tipo de processo que pode vir a ocorrer. Nos casos em que o processo já tenha ocorrido, isso se torna mais simples. É muito importante que a equipe de avaliação ambiental esteja em constante capacitação e sensibilização com o tema. As avaliações e as tomadas de decisões são diferentes para cada caso estudado e espera-se que com o conteúdo deste capítulo, juntamente com as fichas propostas, as avaliações ambientais de locais com pessoas em situação de acumulação se tornem seguras, empáticas e eficientes.

10. REFERÊNCIAS

ANVISA. Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 2018.

ANVISA. Gerenciamento de Resíduos. Resíduos de serviços em saúde, 2019. Disponível em: ‹https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/gerenciamento-de-residuos›. Acesso em 08 de agosto de 2022.

ALI, Muhammad; COURTENAY, Peter. Evaluating the progress of the UK's Material Recycling Facilities: A mini review. Waste Management & Research, v. 32, n. 12, p. 1149-1157, 2014.

ANDREWS-MCCLYMONT, J. G.; LILIENFELD, S. O.; DUKE, M. P. Evaluating an animal model of compulsive hoarding in humans. Review of General Psychology, 17(4), 399-419, 2013. doi:10. 1037/a0032261.

ARLUKE, A. et al. Health implications of animal hoarding. Health Soc. Work. 27, 125–136, 2002.

Associação Brasileira De Empresas De Limpeza Pública E Resíduos Especiais (ABRELPE). Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2003 – 2014. São Paulo: ABRELPE, 2016.

Associação Brasileira De Normas Técnicas (ABNT). NBR 16.001 - Responsabilidade social, Sistema da gestão - Requisitos. Rio de Janeiro, 2004.

AUGUSTO FILHO, O. Caracterização geológico-geotécnica voltada à estabilização de encostas: uma proposta metodológica. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA SOBRE ESTABILIDADE DE ENCOSTAS, 1, 1992, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ABMS/ABGE. p. 721-733, 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 182 p.

BRASIL. Conferência Geral Sobre Desastres: para prefeitos, dirigente de instituições públicas e privadas e líderes comunitários. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses : normas técnicas e operacionais [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Brasília: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: ‹http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm›. Acesso em 05. Abril. 2021.

BRASIL. Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei Lehmann). Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Disponível em: ‹https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109566/lei-lehmann-lei-6766-79›. Acesso em 10 de agosto de 2022.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada Nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá Outras Providências. 2018-B. Disponível em: ‹https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf›. Acesso em 21 set 2018.

BRENTANO, Telmo. A proteção contra incêndio no projeto de edificações. 2.ed. Porto Alegre: COLOR, 2007

BROLLO, Maria José; SILVA, Mirtes Moreira. Vi-078-política e gestão ambiental em resíduos sólidos. Revisão e análise sobre a atual situação no brasil. In: Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. 2001.

CAVALCANTE, Livia Poliana Santana et al. Análise da percepção ambiental e sensibilização de educandos do ensino fundamental de uma escola pública para realização da coleta seletiva, Campina Grande-PB. Revista Monografias

CERRI, L.E. da S. 1993. Riscos geológicos associados a escorregamentos: uma proposta para prevenção de acidentes. Rio Claro. 197p. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

DE CASTRO, Antônio Luiz Coimbra. Manual de planejamento em defesa civil. Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 1999.

DIAS, Sonia Maria; SAMSON, Melanie. IEMSInformal Economy. 2016.

EIRD, ONU. Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas. Marco de Ação de Hyogo 2005-2015.

FERIGOLO, Francisco Celestino. Prevenção de incêndio. Porto Alegre: Sulina, 1977.

GARCIA, Leila Posenato; ZANETTI-RAMOS, Betina Giehl. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde: uma questão de biossegurança. Cadernos de Saúde Pública, v. 20, p. 744-752, 2004.

GUSMÃO FILHO, J.A., ALHEIROS, M.M., GUSMÃO, A.D. 1997. Estudo das encostas ocupadas do Recife. In: Conferência Brasileira Sobre Estabilidade De Encostas, 2, 1997, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: ABMS/ABGE/ISSMGE. p.919-927.

GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectivas de manejo sustentável com inclusão social. Ciênc. saúde coletiva, jun, 2012. https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600014https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600014.

HENRIQUES, Lucia de Fátima et al. PSAes: uma revisão integrativa do potencial risco de disseminação de doenças transmitidas por vetores e outros animais nocivos à saúde. BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.), p. 125-138, 2019.

IPEA. Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para a gestão de resíduos sólidos. Relatório de Pesquisa 2010. Disponível em: <http://www.portalodm.com.br/relatorio-da-pesquisapagamento-por-servicosambientais-urbanos-paragestao-de-residuos-solidos-bp--313.html>. Acesso em: 20 abril. 2021

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. Brasília. 5 ed. 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf. Acesso em 13 de maio de 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. SNIR+ Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos. O que é Logística Reversa. Disponível em: https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/. Acesso em 08 de agosto de 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. SNIR+ Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos. Pneus inservíveis. Disponível em: https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/pneus-inserviveis/. Acesso em 08 de agosto de 2022.

NASCIMENTO, Victor Fernandez et al. Evolução e desafios no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos no Brasil. Revista Ambiente & Água, v. 10, n. 4, p. 889-902, 2015.

OLIVEIRA, Alzira Marques; DA CUNHA, Alan Cavalcanti. Análise de risco como medida preventiva de inundações na Amazônia: estudo de caso de enchente de 2000 em Laranjal do Jari-AP, Brasil. Ciência e Natura, v. 37, n. 1, p. 110-118, 2015.

ONO, R. Segurança contra incêndio em edificações: um sistema de coleta e análise de dados para avaliação de desempenho. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

Ourofino, Boletim técnico, Gastroenterites em pequenos animais: Principais causas e formas de tratamento. Disponível em: <https://vetsmart-parsefiles.s3.amazonaws.com/fb80198244fa17480440d3e73f3ae819_vetsmart_admin_pdf_file.pdf>. Acesso: 15 mar. 2021.

ROCHA, A. C. B. Q. Análise das instalações de proteção e combate a incêndio de uma edificação pública. 2016. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Departamento de Engenharia Civil – Curso Superior Bacharel em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Tecnologia, Natal, 2016.

SEBRAE, Gestão de resíduos perigosos, Uma oportunidade de negócio sustentável. 2019.

SEITO, A. I. et al. A segurança contra incêndio no Brasil. São Paulo: Projeto Editora, 2008.

TEIXEIRA, Pedro; VALLE, Silvio. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2010.

TUCCI, Carlos EM. Gestão de águas pluviais urbanas. Programa de Modernização do Setor Saneamento, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Ministério das Cidades, 2005.

TWIGG, John. Characteristics of a disaster-resilient community: A guidance note. Department for International Development (DFID), 2007.

VERDE GHAIA. Caracterização e Classificação de Resíduos Sólidos, 2018. Disponível em: <https://www.verdeghaia.com.br/blog-caracterizacao-e-classificacao-dos-residuos-solidos/>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

Legislação

Lei Estadual n. 14.130/2001 – Dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado de Minas Gerais.

Decreto Estadual n. 44.270/2006 – Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico nas edificações e áreas de risco no Estado de Minas Gerais.

Normas

NBR 5628 – Componentes construtivos estruturais – Determinação da resistência ao fogo. NBR 8681 – Ações e segurança nas estruturas – Procedimento

NBR 10636 – Paredes divisórias sem função estrutural – Determinação da resistência ao fogo – Método de ensaio

NBR 14432/2001 – Exigência de resistência ao fogo de elementos de construção de edificações – Procedimento

Fonte: Arquivo pessoal

CAPÍTULO 7

DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO HUMANITÁRIA COM ÊNFASE NA IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DA SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS

Camila Stefanie Fonseca de Oliveira, Camila Machado Torres, Diana Cuglovici Abrão, Isadora Martins Pinto Coelho, Isabela da Cunha Krieger Amorim, Leila Cristina da Silva, Lorena Diniz Macedo Silva Maia, Renata Santinelli, Werik dos Santos Barrado.

1. APRESENTAÇÃO

O saber e o fazer em Atenção Básica requer aprimoramento constante. Ações de educação em saúde devem ser frequentes no cotidiano das unidades para a devida aplicação dos conhecimentos adquiridos nas práticas dos serviços de saúde. A educação permanente deve ser constitutiva e geradora de autonomia e qualificação nas práticas de cuidado, gestão e participação popular.

Nesse sentido, a educação permanente, além da sua evidente dimensão pedagógica, deve ser encarada também como uma importante "estratégia de gestão", com grande potencial provocador de mudanças no cotidiano dos serviços, em sua micropolítica, bastante próximo dos efeitos concretos das práticas de saúde na vida dos usuários, e como um processo que se dá "no trabalho, pelo trabalho e para o trabalho" (PNAB, 2012).

A educação deve partir de um processo pedagógico que atenda desde a formação de conhecimentos e habilidades novos a atualização de conhecimentos pré-existentes até o aprendizado que parte dos problemas e desafios enfrentados no processo de trabalho através das demandas locais e específicas das comunidades envolvidas. Neste processo se faz também necessária a criação e a programação de estratégias de ação que promovam o diálogo entre as políticas gerais e as especificidades locais e dos indivíduos envolvidos nas situações diversas, dentre elas, a situação da acumulação. Considerando a importância das práticas educativas em qualquer programa de promoção de saúde e o contexto da pessoa em situação de acumulação (PSA), mais especificamente envolvendo a acumulação de animais, o texto tem como objetivo apresentar algumas estratégias para promoção de educação humanitária, tendo como ênfase a identificação e o controle da situação de acumulação de animais.

No contexto citado acima, a integração da educação com a abordagem estabelecida pelo conceito de saúde única, ou seja, a relação indissociável entre saúde humana, saúde animal e saúde ambiental, se faz necessária para possibilitar a formação de indivíduos capazes de ampliarem olhares e decisões sobre a forma de se relacionar com o seu meio (BARRETT et al., 2011; VILLANUEVA-CABEZAS et al., 2022).

Para melhor organizar, esse capítulo foi dividido em oito partes considerando os diferentes públicos-alvo. Todos os conteúdos foram construídos de modo a serem aplicados e práticos, não sendo objetivo deste capítulo o aprofundamento em teorias de educação ou sobre a situação de acumulação de animais. Na primeira parte apresentaremos uma estratégia para abordagem da PSA e os membros de sua rede de apoio; na segunda parte trataremos da educação infantil; na terceira parte trataremos do público adulto que incluiu os gestores de saúde, agentes de saúde e outros profissionais envolvidos; na quarta parte também é contemplado o público adulto, mais especificamente os agentes de limpeza urbana; na quinta parte trataremos as estratégias para a educação dos protetores de animais; os estudantes de graduação no sexto item e na sétima e última seção aos médicos veterinários clínicos de pequenos animais, assim como para outras espécies. Todos os materiais apresentados podem ser compartilhados, adaptados e/ou reproduzidos de maneira parcial ou integral.

2. A ABORDAGEM EDUCATIVA DA PSA E OS MEMBROS DE SUA REDE DE APOIO

São escassos os programas de acolhimento e orientação para os familiares e outros vínculos de PSA. Por isso, serão apresentados formatos de programas de acolhimento e educação humanitária que poderiam ser adaptados para a PSA e para a sua rede de apoio.

2.1 Introdução

A PSA geralmente está emocionalmente reprimida, socialmente isolada e alienada em relação a uma rede de apoio. Uma pessoa com transtorno de envolvimento psiquiátrico de qualquer natureza, como a situação de acumulação, produz mudanças na vida das pessoas que convivem com ela. Quando a rede de apoio está ausente, se fazem ainda mais urgentes as ações de educação, cujo objetivo é sensibilizar familiares e outros laços negligentes sobre a importância da presença do vínculo de afeto para a atuação mais eficaz.

Quando existe a presença de uma rede de apoio, seja ela formada por familiares ou amigos, os indivíduos em situação de acumulação empregam uma variedade de justificativas e desculpas para explicar e normalizar a condição do ambiente e dos animais. As justificativas são geralmente mais frequentes e consistem em vocabulários socialmente aprovados que neutralizam um ato ou suas consequências quando questionados. Já com as desculpas, as PSA aceitam a negatividade da situação, mas negam ou desviam a responsabilidade pelo ato. Dependendo do poder de persuasão, esses argumentos podem convencer a rede de apoio que, com o passar do tempo, começa a considerar a situação de acumulação de animais como normais ou inofensivas, efeito conhecido como **acomodação familiar** (FERRÃO, FLORÃO, 2010).

É importante que, ao notar qualquer sinal que possa indicar a acumulação, a rede de apoio busque ajuda, pois as PSA não percebem o problema e não encontram motivação suficiente para tomar decisões de mudança e a demora pela busca por ajuda aumenta as chances de acomodação familiar, como exposto acima. Nesse caso da presença da rede de apoio, as estratégias devem permitir que os familiares e outros laços afetivos reconheçam a situação, não se acomodem e saibam buscar ajuda para a intervenção. É extremamente importante que as ações frente à situação

de acumulação sejam tomadas o quanto antes para aumentar as chances de sucesso na atenção aos casos.

Com informação e orientação profissional especializada, as relações familiares serão modificadas. É fundamental que esses indivíduos possam encontrar pessoas com as quais se identifiquem, possam partilhar experiências e aprender sem que se sintam julgados. Pensando em uma abordagem de fácil execução que poderia fazer um primeiro contato com as PSA e sua rede de apoio, seja ela ausente ou presente, propõem-se a criação de **grupos de apoio/suporte.**

A tecnologia de grupo de apoio/suporte é um recurso que vem sendo usado por profissionais de saúde, pois os auxilia a aliviar sentimentos de solidão e isolamento social, possibilitando troca de experiências e reflexão.

2.2 Método e infraestrutura

Sugere-se a realização de encontros mensais juntamente com a rede de saúde e assistência, quando serão apresentados os casos, discutidas as intervenções, pactuadas ações, e discutidas as causas dos sucessos e retrocessos. A proposta deste trabalho é aproximar pessoas, conhecer os motivos que levam ao acúmulo, respeitando o tempo e o espaço de cada um. Por isso é mais eficiente que a reunião aconteça presencialmente em uma sala reservada e confortável com cadeiras dispostas em círculo. Diante da menor suspeita da situação de acumulação, os indivíduos e seus familiares devem ser orientados e encorajados a participarem do grupo de apoio/suporte. Essa indicação pode ser realizada pelo agente de saúde, profissionais da saúde ou a inclusão pode ser solicitada pelo próprio indivíduo ou por membros de sua rede.

No primeiro encontro pode ser feita a apresentação inicial dos participantes e suas histórias e a partir das vivências observadas os temas e o cronograma será definido coletivamente. Entre os temas selecionados podem ser levados outros participantes de apoio para rodas de conversas e explanações, sempre informais e acolhedoras, permitindo a livre manifestação dos membros do grupo.

2.3 Sugestão de Participantes de apoio:

- Pessoas que passaram por situação de acumulação e estão controladas;
- Membros da Proteção Animal;

- Pedagogos;
- Psicólogos;
- Psiquiatras;
- Biólogos;
- Médicos Veterinários;
- Advogados;
- Adestradores;
- Terapeutas holísticos;
- Servidores da Defesa Civil;
- Bombeiros;
- Policiais, entre outros.

O engajamento do grupo será maior se os cronogramas e os temas forem decididos com os participantes, mas o condutor pode sugerir temas, tais como:

- Quais são as razões e quais são os tipos de acumulação?
- Onde e com quem buscar ajuda em caso de situação de acumulação?
- Quais os riscos para a saúde das pessoas, dos animais e para o ambiente em uma situação de acumulação?
- É errado sentir raiva de quem está em situação de acumulação?
- Como conversar com alguém em situação de acumulação?
- O que é bem-estar animal e guarda responsável de animais?
- Como realizar o manejo de um grande número de animais sem prejudicá-los?
- A Prefeitura pode entrar na casa em situação de acumulação?
- Em caso de mudança, despejo ou morte de um familiar que tem muitos animais, quem assume seus animais?
- Entre muitas outras possibilidades...

Considerando o contexto pandêmico de COVID-19, assim como situações similares as quais a presencialidade física não seja possível, é importante verificar a viabilidade da realização de encontros remotos por plataformas virtuais ou a realização dos encontros presenciais, seguindo as recomendações vigentes da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do próprio município. Outra estratégia é o acompanhamento dos indivíduos do grupo pelo agente de saúde com a entrega e discussão dos materiais educativos.

2.4 Equipe necessária

O grupo deve ser acompanhado por pelo menos um profissional da saúde com boas habilidades em acolhimento e conhecimento em saúde mental e também por membros do Comitê Intersetorial de Atenção à Situação de Acumulação (CIASA). Sugestão de possíveis profissionais da saúde:

- Psicólogos;
- Enfermeiros;
- Assistentes sociais;
- Terapeutas Ocupacionais.

Os **coordenadores** dos grupos devem ser selecionados por este profissional da saúde e podem ser familiares, amigos, agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias que possuam boa capacidade de escuta empática e facilidade em comunicação não-violenta. Não é necessário que os coordenadores tenham formação nessas áreas num primeiro momento, mas é de extrema importância que sejam pessoas envolvidas e motivadas o suficiente para buscar conhecimento na área.

Caso os envolvidos tenham acesso às redes sociais é interessante que o coordenador crie um grupo em alguma rede social acessível para interação social entre os participantes e que apresente, semanalmente, um relatório sobre os comentários, dúvidas e demandas ao profissional de saúde responsável. O coordenador é o elo de comunicação entre os demais participantes do grupo e o profissional da saúde responsável.

2.5 Materiais de apoio disponíveis

A tabela abaixo organiza os principais materiais que podem ser utilizados para o grupo alvo.

Quadro 1. Materiais de apoio disponíveis e link para acesso.

TIPO DE MATERIAL	OBJETIVO	LINK PARA ACESSO
Vídeo	Orientar os coordenadores e profissionais da saúde responsáveis pelo grupo. O palestrante Julian Treasure é especialista em som e apresenta dicas de como falar com empatia.	https://www.youtube.com/watch?v=D236cCikGmA
Vídeo	Orientar os coordenadores e profissionais da saúde responsáveis pelo grupo. Apresentar os princípios da comunicação não violenta.	https://www.youtube.com/watch?v=CmE1vUS-Tk4
Texto informativo e cartilhas	Informe técnico de "Atenção às PSAes de animais, leishmaniose visceral canina e esporotricose zoonótica" traz em seu primeiro capítulo informações sobre métodos para identificar e acompanhar casos suspeitos de pessoas em situação de acumulação, com foco em acumulação de animais.	https://defesadafauna.blog.br/wp-content/uploads/2021/03/guia-mpmg-cedef-ufmg-atencao-acumuladores-esporotricose-e-leishmaniose-1.pdf
Vídeo	Vídeo de sensibilização sobre a situação de "PSAes" de animais produzidos por acadêmicos da disciplina de Planificação em saúde UFMG	https://www.youtube.com/watch?v=TPghOk72qbs

2.6 Exemplos de experiências exitosas no tema

Exemplo 1 - GRUPO GAMA (GRUPO APOIO MUNÍCIPE "PSA") "UMA EXPERIÊNCIA EXITOSA NO TERRITÓRIO DE SÃO MIGUEL PAULISTA EM 2018"

Tem como objetivo acolher, inserir, acompanhar e localizar munícipes em situação de acumulação, visando a sua recolocação e inserção na sociedade.

Link para acessar mais informações:
http://www.cosemssp.org.br/congresso/wp-content/uploads/2019/05/VIG068.pdf

Exemplo 2 - ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA DO TRANSTORNO OBSESSIVO-COMPULSIVO (TOC) E SÍNDROME DE TOURETTE (ST) (ASTOC ST)

A ASTOC ST é uma associação que visa difundir conhecimento e prestar acolhimento de forma gratuita a pessoas com TOC e ST. Promove Grupos de Apoio para pessoas com TOC, ST e seus familiares, com o objetivo de acolher essas pessoas, suas angústias, lhes oferecer uma oportunidade para trocar experiências e esclarecer possíveis dúvidas (Figura 1).

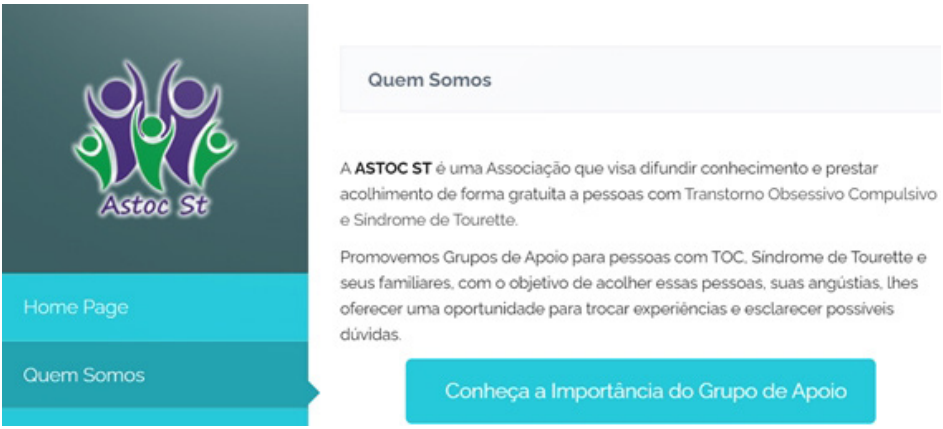


Figura 01. *Imagem extraída da tela "Quem somos" na página da associação ASTOC ST.*
Fonte: *Arquivo pessoal.*

Link para acessar mais informações: https://www.astocst.com.br/quem-somos/
Telefone de contato: 11 98594-2575 / 11 94571-0303

Exemplo 3 - Associação de familiares, amigos e pessoas com Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) e Síndrome de Tourette (ST) do Rio de Janeiro (RIOSTOC)

RIOSTOC é um grupo aberto, de ajuda voluntária, isento de qualquer religião ou partido político, que se propõe a melhorar a qualidade de vida dos pacientes que apresentam TOC e ST (Figura 2). Oferece apoio aos familiares e pessoas com esses agravos mentais ou doenças, promovendo reuniões mensais conduzidas por coordenadores (familiares voluntários) e assessoradas por profissionais voluntários. Estimula a busca do entendimento sobre a natureza desses transtornos e de seu tratamento, através da troca de experiências que possibilitam o compartilhamento das dificuldades e das alternativas para se lidar com elas, em busca de uma maior adaptação social.

Figura 02. *Imagem extraída da tela inicial do site da Associação RIOSTOC.*
Fonte: *Arquivo pessoal.*

Link para acessar mais informações: https://riostoc.org.br/

3. A ABORDAGEM EDUCATIVA PARA O PÚBLICO INFANTIL

As crianças aprendem o tempo todo e em qualquer lugar. Aquilo que observam e vivenciam tem potencial para impactar seu desenvolvimento de forma favorável ou não. Dessa forma, as estratégias de educação formal e informal poderão servir como referência quando a discussão está ligada ao transtorno de acumulação.

3.1 Introdução

O sentimento de posse como algo indissociável é forjado na primeira infância, por volta dos dois anos de idade, com a evolução das atividades objetal manipulatória, e pode ser intensificado ao longo da infância, tornando-se mais forte na fase adulta (ABRANTES, 2012; NANCEKIVELL et al., 2018). Há uma tendência ao agravamento com o passar dos anos, pois com o processo de envelhecimento o sentimento provocado pela posse torna-se lembrança de vida, um auxílio à reflexão e saudade dos tempos vividos, além de uma fonte de conforto individual (WHOMSLEY, 2020).

Apesar de ser um processo natural e saudável, esse quadro poderá tornar-se patológico quando exacerbado com o passar do tempo e à medida que mais objetos ou animais vão sendo acumulados.

Nesse contexto, o papel dos adultos no desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos é fundamental, porque a mediação das interações das crianças com o mundo através de experiências lúdicas representa uma parte importante no processo de aprendizagem, oferecendo meios para promover interações significativas dentro e fora da escola (DALLABONA, MENDES, 2004).

Em 2010, o Ministério da Educação (MEC) publicou um documento no qual define um conjunto de direitos de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças (BRASIL, 1998). Essa lista de direitos se mantém válida também fora do ambiente escolar e, a partir disso, podemos elencar algumas experiências essenciais a serem vividas ao longo da infância, todas igualmente importantes, são elas: falar e ser ouvido, brincar, conviver, cantar, comparar e escutar a leitura de textos, explorar e questionar, experimentar diversas formas de arte.

Nossa proposta é incorporar nessas experiências assuntos como bem-estar animal, guarda responsável e maus-tratos, pois são temáticas que estão envolvidas nas situações de acumulação de animais e que irão ajudar a identificar e prevenir estes casos. A seguir serão apresentadas estratégias para dois tipos de ambientes: centros de saúde e escolas de educação básica.

3.2 Método e infraestrutura – ações em centros de saúde

Propomos o desenvolvimento dessas temáticas estratégicas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) durante as consultas de pré-natal e ao longo do cronograma vacinal das crianças. Dividindo os assuntos em oficinas de uma hora, onde os temas serão abordados inicialmente com os pais para que reflitam sobre o assunto e, posteriormente, transmitam esses conhecimentos às crianças através de conversas, brincadeiras e outras atividades.

Posteriormente, ao longo do calendário vacinal, as próprias crianças serão convidadas para participar de tais oficinas em interlocuções realizadas em intervalos de 30 minutos, diminuindo a resistência dos responsáveis que podem alegar situações impeditivas diversas como, por exemplo, necessidade de retorno ao trabalho.

Nessas oficinas as crianças poderiam expressar suas percepções através de diversos mecanismos (contar, desenhar, imitar). O interlocutor pode abordar com as crianças questões como:

- Quantos animais possuem, o nome deles, se são filhotes ou adultos, se são "meninos" ou "meninas", se na casa nasceram filhotinhos, com que frequência isso ocorre;
- Onde os animais dormem, se passeiam pelo quintal/pela rua ou ficam amarrados; como podem se esconder quando chove ou quando está frio; descrever como é o espaço dentro e fora da casa onde habitam.
- Quantas vezes e o que comem; se quando ficam doentes vão ao médico veterinário (médico que cuida de animais); o que acontece quando fazem algo que os adultos não gostam.

Em face às respostas das crianças, os profissionais envolvidos podem reforçar com os responsáveis as noções de guarda responsável e BEA e também vislumbrar situações de acumulação, permitindo atuação prévia da rede de apoio.

Os profissionais poderiam ter ao seu alcance folhetos impressos, cartilhas digitais (podem ser encaminhadas por aplicativos de mensagem); folhas de papel e canetas coloridas para as crianças desenharem; e livro de recortes com imagens para identificação de situações que ela mesma está reportando.

3.3 Equipe necessária – Ações em centros de saúde

Assim como nos outros grupos abordados nesta proposta, os profissionais envolvidos podem ser multiprofissionais, sendo composto por psicólogos, assistentes sociais, educadores e pedagogos, dentre outros. O profissional envolvido nessa atividade precisa ser sensibilizado sobre a questão da acumulação, ou seja, deve fazer parte dos grupos descritos neste guia.

3.4 Método e infraestrutura – Ações em Escolas de Educação básica

Para utilização nas escolas de educação básica, propomos dois tipos de atividades interativas: o "Jogo da Saúde Única" e a realização de atividades lúdicas. Eles fazem parte do Projeto de Extensão "Semeando Saúde Única" da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (EV/UFMG). O "Jogo da Saúde Única" consiste num jogo para crianças, acompanhado de guia de execução para professores e

professoras, que tem como objetivo informar de maneira lúdica sobre aspectos relacionados à saúde única, em um formato de gincana que ocupa cerca de dois horários de 50 minutos.

Já o guia de atividades lúdicas, que é apresentado ao final do manual do "Jogo da Saúde Única", consiste em outras orientações sobre as tarefas para as crianças que podem ser aplicadas pelos professores e professoras de forma independente e mais rápida do que o jogo em si, com duração de 10 a 20 minutos, dependendo do aprofundamento dado.

Essas ferramentas foram criadas com objetivo de atender crianças e jovens já alfabetizados. Para executá-las será necessário o uso de papéis ou quadros para escrever e, no caso do "Jogo da Saúde Única", é interessante ter a reprodução dos materiais.

As atividades podem ser realizadas dentro da sala de aula ou em ambiente externo. Para o "Jogo da Saúde única" é necessário a divisão da turma em equipes que irão trabalhar em formato de gincana.

Ao final das atividades serão enviadas tarefas "para casa" cujo objetivo é proporcionar aos estudantes um espaço que permita desenvolver a discussão das temáticas com os pais e, assim, multiplicar o conhecimento entre as famílias.

No manual das duas atividades existem informações para atualização do professor e professora em relação aos temas tratados que deverão ser estudados em momento anterior às atividades e que podem ser utilizados como forma de sanar dúvidas durante a realização das tarefas.

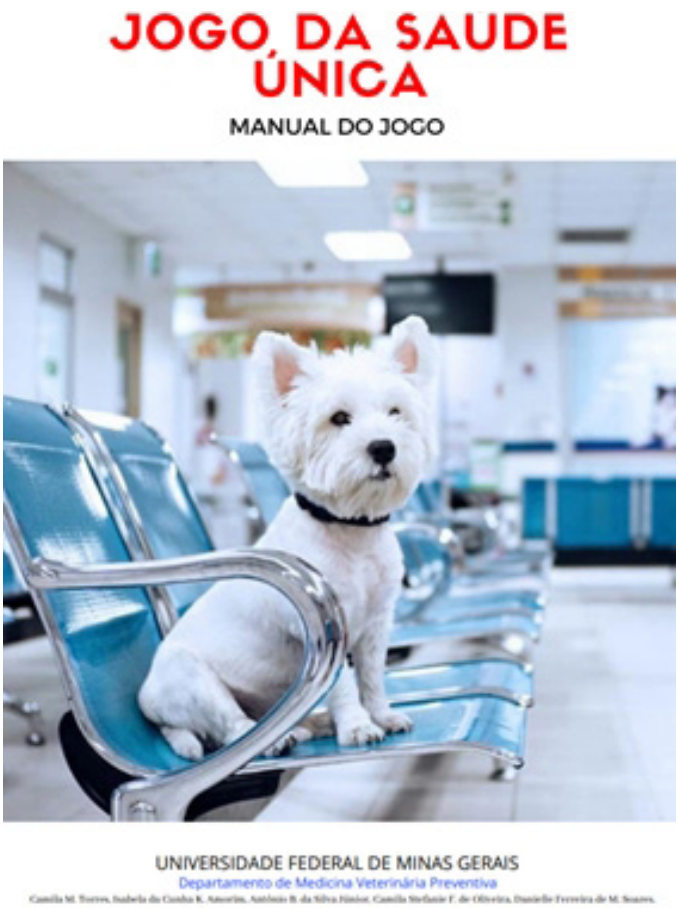


***Figura 3**. Capa do manual do Jogo da Saúde única e das atividades lúdicas.*
***Fonte:** Arquivo pessoal.*

Link para acesso ao manual para execução das atividades: https://vet.ufmg.br/ARQUIVOS/FCK/file/Jogo%20Sa%c3%bade%20%c3%9anica%20e%20Ativ%20l%c3%badicas%20SSU(1).pdf

Figura 4. *Capa do manual de atividades lúdicas do projeto Semeando Saúde Única, que fica ao final do manual do Jogo da Saúde Única.*
Fonte: *Arquivo pessoal.*

Link para acesso ao manual para execução das atividades: https://vet.ufmg.br/ARQUIVOS/FCK/file/Jogo%20Sa%c3%bade%20%c3%9anica%20e%20Ativ%20l%c3%badicas%20SSU(1).pdf

3.5 Equipe necessária – ações em escolas de educação básica

Professores do ensino básico de qualquer conteúdo que tenha lido as informações sobre o tema no manual.

3.6 Materiais de apoio disponíveis

Quadro 2. Materiais de apoio.

TIPO DE MATERIAL	OBJETIVO	LINK PARA ACESSO
Cartilha	Orientar sobre a guarda responsável de animais	Projeto AGHA - Igarapé
Cartilha	Orientar sobre a importância da castração dos animais no manejo da população e do bem-estar	Se você respondeu SIM para as duas perguntas, temos algumas informações importantes para você!
Cartilha	Orientar sobre maus-tratos e suas implicações, adoção responsável, animais comunitários, etc.	https://defesadafauna.blog.br/publicacoes/
Manual para atividades	Jogo da Saúde única e Atividades lúdicas	https://vet.ufmg.br/ARQUIVOS/FCK/file/Jogo%20Sa%c3%bade%20%c3%9anica%20e%20Ativ%20l%c3%badicas%20SSU(1).pdf
Vídeo	Sobre a importância de estimular nas crianças de 0 a 6 anos o falar e ser ouvido para avaliar como estimular a criança através das "7 experiências" (falar e ser ouvido, brincar, conviver, cantar e comparar, escutar a leitura de textos, explorar e questionar, experimentar diversas formas de arte) e como incluir nessas atividades outras temáticas como bem estar animal, guarda responsável e prevenção e diagnóstico de situações de acumulação de objetos/animais	https://labedu.org.br/7-experiencias/

3.7 Exemplos de experiências exitosas no tema

Os projetos desenvolvidos pelo Laboratório da Educação (https://labedu.org.br/) elaboram projetos que incluem diversos contextos na educação informal e formal e envolvem diferentes temáticas, como educação ambiental e desenvolvimento infantil. Tais experiências podem trazer inspirações para oficinas em espaços como

Educação Especial e Inclusiva (EEI), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), UBS, parques, dentre outros.

Figura 05. *Site Laboratório da Educação*
Fonte: *Arquivo pessoal.*

4. A ABORDAGEM EDUCATIVA DOS AGENTES DE SAÚDE, LÍDERES COMUNITÁRIOS, TÉCNICOS DE SAÚDE DE NÍVEL SUPERIOR E OUTROS SERVIDORES DO MUNICÍPIO

A seguir serão apresentadas sugestões de abordagens para a sensibilização e capacitação de agentes de saúde, líderes comunitários e para servidores do município da área da saúde, assistência social e meio ambiente que possam se envolver.

4.1 Introdução

Reconhecendo a importância da educação permanente, é fundamental que cada equipe, cada unidade de saúde e cada município desenvolvam suas próprias estratégias de educação na perspectiva de aliar às necessidades singulares da localidade e a problemática enfrentada. No caso da PSA, a unidade de saúde pode desenvolver ações de forma específica para cada caso em particular, levando em

consideração as condições de vida e saúde da pessoa envolvida, o número de animais implicados dialogando com as políticas municipais de manejo populacional de animais domésticos, se houver e não havendo, propor aos gestores a necessidade da implantação das mesmas e que estas políticas atuem de forma cooperativa diante da demanda apresentada.

Diante de um cenário de acumulação os gestores, os agentes de saúde e os líderes comunitários são importantes elos que permitirão o acesso, o diagnóstico e a atenção à situação de acumulação. Para isso, devem estar sensibilizados a reconhecer as situações de acumulação se atendo principalmente aos dois seguintes fatores:

01. Desorganização do ambiente doméstico ou de trabalho com perda da função original. É possível perceber alterações como uma cozinha onde não é possível preparar alimentos, um quarto onde não é possível dormir, corredores lotados de objetos, escadas obstruídas entre outros, como apresentados nas figuras 6, 7 e 8.

02. Comportamento de negação do indivíduo em situação de acumulação para enxergar o problema da casa e dos animais associado a privação das 5 liberdades dos animais, como apresentado pela figura 9.

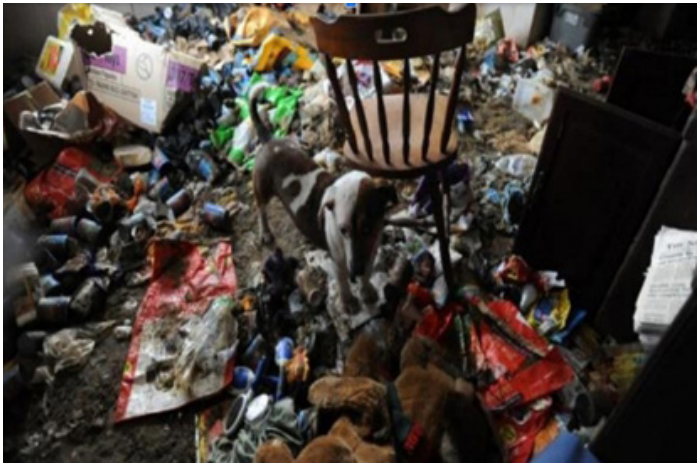


Figura 06. *Fotografia mostrando a associação da acumulação com o acúmulo de lixo, roupas, alimentos, comprometendo o uso do ambiente para a sua função original.*
Fonte: *https://www.veoverde.com/tag/PSAes/.*

Figura 7. *Fotografia representando uma situação de acumulação com grandes quantidades de animais com acúmulo de sujeira e lixo.*
Fonte: *www.jornalcomunicacao.ufpr.br.*

Figura 08. *Fotografias representando ambiente com acúmulo de objetos e animais.*
Fonte: *Lucas Belchior.*

Figura 09. *Fotografias representando o excesso de animais alojados em um espaço com sujidade e que compromete o bem-estar dos animais. Exemplo de PSA do subtipo explorador.*
Fonte: *Lucas Belchior.*

Com o objetivo de sensibilizar e capacitar agentes de saúde, líderes comunitários, Técnicos de saúde de nível superior e outros servidores do município na identificação de situações de acumulação, sugere-se a realização de oficinas divididas em 4 etapas.

Quadro 3. Etapas para a realização de oficinas de capacitação e sensibilização dos profissionais.

ETAPA	OBJETIVO
Primeira Etapa	Construção coletiva de mapa mental com os principais sinalizadores que devem ser observados nos casos de acumulação a fim de se reunir os prévios conhecimentos e ideias da equipe.
Segunda etapa	Apresentação das características de um caso suspeito de acumulação.
Terceira etapa	Elaboração de um mapa falado para a reflexão sobre os possíveis casos no território.
Quarta etapa	Realização de uma simulação de intervenção para a avaliação das competências, habilidades e atitudes adquiridas durante a oficina.

4.2 Método e infraestrutura

Para a realização da oficina proposta completa serão necessárias aproximadamente quatro horas, sendo que as etapas podem ser divididas em mais de um encontro, dependendo da disponibilidade dos servidores. Também pode ser realizada de maneira parcial ou ainda ser adaptada para melhor atender ao público e ao tempo disponível. Propõem-se a realização da oficina uma vez ao ano, para relembrar aos indivíduos previamente treinados e para contemplar os indivíduos recém incluídos no serviço.

O mediador da oficina pode ser o gestor ou um membro da equipe, basta que possua boas habilidades de comunicação, paciência, bom relacionamento com a equipe e estudo prévio dos demais capítulos do presente manual.

Será necessária uma sala com cadeiras e mesas, que preferencialmente devem estar dispostas em vários círculos ou em um círculo único. Alguns grupos poderão optar por desenvolver as atividades no chão e isso não deve ser impedido, uma vez que a geração de um ambiente acolhedor, livre e lúdico é altamente desejável para o sucesso da atividade.

Os materiais mínimos necessários são papel e lápis ou caneta, de quaisquer tamanhos ou cores. Mas a possibilidade de utilizar cartolinas e pincéis coloridos melhoram a aderência à atividade também por tornar a oficina um momento para o exercício da criatividade e da descontração.

O mediador deve chegar antes de todos e receber os participantes de maneira amistosa, pode colocar uma música ambiente durante a chegada dos participantes, para que todos se sintam bem-vindos e acolhidos. Ao iniciar as atividades o mediador deve apresentar os objetivos da oficina e o cronograma preparado, incluindo intervalo para descanso ou café.

Os métodos para a realização das quatro etapas da oficina propostas são apresentados nos itens de 4.2.1 a 4.2.4.

4.2.1 Elaboração de um painel com mapas mentais sobre a situação de acumulação

Tempo estimado: 30 minutos para criação e 30 minutos para apresentação.

O mediador deve explicar aos participantes que o mapa mental é uma técnica de estudo que consiste em criar resumos cheios de símbolos, cores, setas e frases de efeito com o objetivo de organizar o conteúdo e facilitar associações entre as informações destacadas. Na oficina ele terá como objetivo reunir tudo o que os participantes sabem ou imaginam sobre a situação de acumulação. Após montados os mapas serão compartilhados com todos os demais e, caso possível, podem ser fixados no quadro ou em outro local da sala até o fim da oficina.

A seguir, na Figura 10, é apresentado um modelo de mapa mental que pode ser reproduzido e fornecido aos participantes da oficina para que tenham um ponto de partida na atividade.

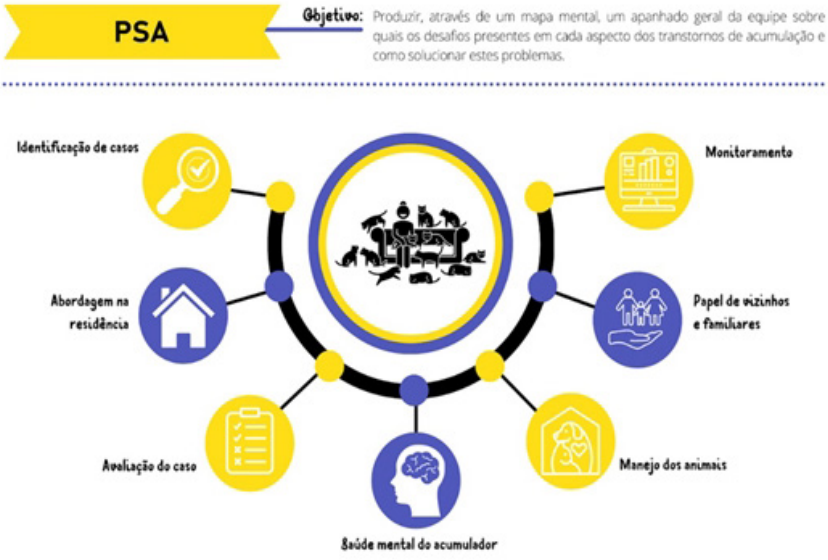


Figura 10. Modelo para desenvolvimento de mapa mental criado e desenvolvido para a oficina sobre situação de acumulação.
***Fonte:** Núcleo de Epidemiologia, Estatística e Saúde Pública (NEEST), Escola de Veterinária UFMG.*

Dependendo do tamanho da equipe, os mapas mentais podem ser elaborados em grupo com até cinco componentes ou individualmente. Todos os mapas devem conter pelo menos os itens:

- Identificação dos casos;
- Abordagem na residência;
- Avaliação do caso;
- Manejo dos animais;
- Papel dos vizinhos e familiares;
- Atenção à saúde mental do indivíduo;
- Monitoramento.

Após finalizado o tempo de execução, o mediador deve interromper os grupos e propor a apresentação aos demais. Alguns grupos podem não ter finalizado, mas devem ser encorajados a finalizar oralmente durante a apresentação. Em seguida as apresentações devem ser iniciadas e os participantes devem ser encorajados a apontar as semelhanças e diferenças entre os mapas criados.

Ao final da apresentação o mediador deve agradecer e então iniciar a apresentação sobre as características da situação de acumulação para consolidar o que foi mencionado durante a apresentação dos mapas e introduzir informações novas importantes, caso não tenham sido apresentadas.

4.2.2 Apresentação das características da situação de acumulação

Tempo estimado: 30 minutos

Na apresentação deve ficar claro que na atenção à situação de acumulação estamos lidando com indivíduos em grande sofrimento, como já mencionado neste manual, e que o objetivo da abordagem **não é julgar ou culpar ninguém**. Deve-se ter em mente que, na maioria dos casos de acumulação, os maus-tratos causados aos animais não são intencionais e que o estresse e o sofrimento em pensar em se desfazer dos próprios animais são grandes. Ocorre a criação de um vínculo entre a PSA e o animal, e geralmente esse vínculo não é facilmente desfeito.

A apresentação deve deixar claro que se trata de uma situação complexa e que deve ser trabalhada com o olhar conjunto de diversos profissionais diferentes, com inclusão das secretarias de saúde, de assistentes sociais,

médicos, psicólogos, médicos veterinários, Defesa Civil, polícia ambiental (quando necessário) e Poder Judiciário. A abordagem deve ter como objetivos:

1. Promover o bem-estar dos animais envolvidos;
2. Promover o bem-estar e tratamento da PSA em questão;
3. Diminuir as chances de recidivas.

A apresentação deve ainda reforçar que a atuação dos trabalhadores do serviço público é essencial para o sucesso do comitê de atenção às PSA. Deve-se mostrar que é necessário construir um vínculo empático entre o indivíduo em situação de acumulação e os envolvidos, para aumentar as chances de sucesso da abordagem. Dúvidas e comentários devem ser encorajados a acontecer a qualquer momento durante a apresentação para torná-la mais interativa.

Para facilitar propusemos um modelo de apresentação que poderá ser utilizada de forma integral ou parcial na oficina (Figura 11).

Link para acesso ao material: https://docs.google.com/presentation/d/1pr68Ob738oZ7TBsbgY3oA-2FBFck60f6/edit?usp=sharing&ouid=102711638102118244512&rtpof=true&sd=true

Figura 11. *Modelo de apresentação para ser adaptado pelo moderador do treinamento das equipes de saúde da família e demais profissionais da saúde.*
Fonte: *Arquivo pessoal.*

4.2.3 Elaboração do Mapa Falado

Tempo estimado para casos de mais de um grupo: 30 minutos de montagem e 30 minutos de apresentação.

Tempo estimado em um único grupo: 60 minutos incluindo a montagem e discussão simultâneos.

O Mapa Falado é um desenho representativo do espaço ou território que está sendo objeto de reflexão. Agora que os indivíduos já receberam informações sobre a identificação e abordagem da situação de acumulação, poderão identificar em seus territórios de abrangência onde estão localizados os possíveis casos, onde estão as pessoas e locais que podem ser úteis na atenção à acumulação e onde poderiam estar pessoas e locais que auxiliariam na atenção e por quê.

Os mapas podem ser feitos em papel, no quadro ou com giz no chão, dependendo da estrutura disponível, o mais importante é que seja feito de maneira coletiva, em pequenos grupos ou com toda a turma. O importante é que cada elemento inserido no mapa seja apresentado aos demais participantes e tenha a sua inclusão justificada. Deve-se orientar os participantes a, primeiramente, representar um mapa com as ruas, avenidas, praças e outros espaços do território. Nesse momento os participantes envolvidos vão achar divertido verificar talentos, ou a falta dele, com desenho e ilustração. Esse comportamento é desejável quando não causa desconforto aos participantes envolvidos e o mediador deve ficar atento com relação a isso. Depois devem ser inseridos os possíveis casos de situação de acumulação no mapa e em seguida as pessoas e os locais que são ou podem ser importantes na atenção aos casos. Vizinhos, clínicas veterinárias, associações de bairro, postos de saúde e comércios são exemplos de elementos importantes no mapa.

A seguir, na Figura 12, é apresentado um mapa falado desenvolvido coletivamente na disciplina de Planificação em Saúde Animal da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (EV/UFMG).

Figura 12. *Mapa falado coletivo desenvolvido na disciplina de Planificação em Saúde Animal, Escola de Veterinária, UFMG.*
Fonte: *Escola de Veterinária da UFMG.*

Após a apresentação e discussão podem ser inseridos ou removidos elementos ao mapa falado e ele deve ser exposto na sala, fotografado com os autores para gerar sensação de pertencimento e orgulho entre todos. A existência dos possíveis casos de acumulação nos mapas pode ser usada como gancho para a introdução da quarta e última etapa, a realização da simulação de intervenção.

4.2.4 Realização da simulação de intervenção

Tempo estimado: 30 minutos de discussão, 10 minutos de síntese e 20 minutos de finalização

Esta é a etapa final da oficina e aqui o moderador irá apresentar um cenário, seguido por uma situação problema para o qual a equipe deverá desenvolver e discutir estratégias de abordagens considerando tudo o que já foi exposto nas etapas anteriores. Dessa forma, é possível estimular um debate multidisciplinar acerca desses cenários que são extremamente complexos, gerando um espaço de argumentação, escuta e aprendizado, com contribuições diversas, para que os melhores caminhos possam ser tomados na busca pela resolução do problema tanto para o indivíduo em situação de acumulação como para os animais em sofrimento.

Cenário

Em reunião de equipe na Unidade Básica de Saúde, a coordenação discutiu com os profissionais o caso da Sra. M.S., encaminhado pela Vigilância Sanitária.

Situação-problema

No imóvel localizado no Bairro Candelária, Regional de Venda Nova de Belo Horizonte, reside a Sra. M.S. (76 anos, professora da rede estadual aposentada) que é viúva, mora sozinha e mantinha sob seus cuidados cerca de trinta e cinco (35) gatos. Segundo a equipe, a Sra. M.M.S é diabética, não comparece às consultas agendadas, não adere aos grupos de prevenção e costuma não atender quando a equipe tenta fazer uma visita domiciliar. A residência se encontrava desprovida das condições mínimas de higiene, sendo perceptível a partir do passeio público. Havia forte odor de putrefação e fezes de animais na residência. No quintal do imóvel, observa-se grande acúmulo de entulho, presença de roedores e carcaça de animais mortos em decomposição. Vários gatos foram observados mantidos dentro de caixas de transporte, onde continha grande acúmulo de fezes, além de deficiência de higienização, espaço, água e alimentos disponíveis. Alguns animais não apresentavam bom estado de saúde, apresentavam lesões ulceradas em várias partes do corpo, apatia e desnutrição. A maioria dos animais apresentava agressividade ou outros sinais de comportamentos indicativos de disfunção. Também foram observadas gatas prenhes e outras em lactação. A Sra. M.S possui três filhos, com 35, 39 e 44 anos, que não residem em Belo Horizonte. Uma vizinha fez uma denúncia no Departamento de Zoonose, pois a casa está trazendo muitos problemas ao bairro devido ao lixo acumulado.

Ponto de partida para iniciar a discussão

Considerando as questões de saúde pública, direito dos animais e direitos humanos, discutam em grupo como devem ser abordados os problemas do caso. A seguir, elaborem um plano de ação com atuação considerada eficiente pela equipe.
Ao longo da discussão, durante a atividade, o moderador deve preencher a tabela abaixo, marcando com um "X" no item Suficiente ou Insuficiente conforme sua avaliação e anotando observações quando julgar pertinente. Ao final da rodada de discussão, o moderador deve estimular que os participantes listem uma síntese das ações propostas.

4.2.5 Checklist de avaliação:

ITEM	SUFICIENTE	INSUFICIENTE	OBSERVAÇÕES
Colocaram os interesses dos pacientes no centro da prestação de serviços de saúde e nos programas e políticas de saúde da população?			
Respeitaram a dignidade e a privacidade dos pacientes, mantendo a confidencialidade na prestação de cuidados em equipe?			
Respeitaram a diversidade cultural e as diferenças individuais?			
Tentaram desenvolver um relacionamento de confiança com pacientes, familiares, vizinhos e outros membros da equipe?			
Agiram com honestidade e integridade no relacionamento com pacientes, famílias, comunidades e outros membros da equipe?			
Mantiveram a competência na própria profissão apropriada ao escopo da prática?			
Comunicam suas funções e responsabilidades claramente aos colegas?			
Os membros da equipe complementam as ideias uns dos outros de modo a alcançar o melhor resultado possível?			
Os participantes expressaram seus conhecimentos e opiniões com confiança e respeito aos demais?			

Ao fim da atividade, o resultado deste checklist deve ser passado ao grupo como um feedback da discussão realizada. Deve encorajar cada um dos participantes a apresentar os pontos fortes da oficina (Que bom!), os pontos fracos da oficina (Que pena!) e sugestões para os encontros futuros (Que tal?). Diante desses comentários o moderador poderá melhor adaptar a oficina nas próximas realizações.

4.3 Equipe necessária

Um ou mais mediadores da oficina podem ser os gestores ou membros da equipe de atenção básica. O pré-requisito é que possuam boas habilidades de comunicação, paciência, bom relacionamento com a equipe e estudo prévio dos demais capítulos do presente manual.

Um resumo da oficina, com suas etapas e objetivos está na Figura 13.

Figura 13. *Oficina para Agentes de Saúde, líderes comunitários, técnicos de saúde de nível superior e outros servidores do município.*
Fonte: *Arquivo pessoal.*

5. A ABORDAGEM EDUCATIVA DOS AGENTES DE LIMPEZA URBANA

A seguir serão apresentadas sugestões de abordagens para a sensibilização e capacitação de agentes de limpeza urbana no município.

5.1 Introdução

Como já abordado no presente documento, comumente, o ambiente domiciliar de uma PSA se mostrará desorganizado e com níveis alarmantes de falta de higiene. Fezes e urina dos animais para todos os lados, mau cheiro, animais espalhados por toda a casa, pode-se encontrar até mesmo corpos ou restos de animais mortos, já em decomposição. Pode ocorrer também o acúmulo de objetos em conjunto com o de animais, porém essas situações não andam obrigatoriamente juntas em todos os casos. Diante desses acontecimentos, os agentes de limpeza urbana são importantes tanto no diagnóstico, quanto para a abordagem destes que invariavelmente envolverão a limpeza do ambiente. Estamos lidando com indivíduos em grande sofrimento, como já mencionado, e o objetivo da abordagem não é culpar ou julgar.

O objetivo da atividade proposta é capacitar agentes de limpeza urbana para identificar tais situações e comunicar, de forma ética e não traumática, aos agentes de saúde e aos demais profissionais da prefeitura responsáveis pela atenção à situação de acumulação. Além disso, reforçar ou criar motivação para a execução das atividades de limpeza periurbana dos locais para minimizar os danos ambientais, principalmente no que diz respeito ao acúmulo de lixo que gera desconforto, conflito na comunidade e pode aumentar o risco de transmissão de doenças.

A atividade consiste em uma oficina composta por três etapas (Figura 14).

Figura 14. *Etapas da oficina para agentes de limpeza urbana.*
Fonte: *Arquivo pessoal.*

Na primeira etapa é proposta a realização de um questionário entre os participantes para nortear a identificação dos casos de acumulação. Na segunda etapa sugere-se uma breve apresentação sobre o tema. Já na terceira etapa, uma atividade para simular uma intervenção é proposta, para a qual será apresentado uma problemática que reproduza uma situação de acumulação e os agentes de limpeza urbana serão conduzidos em uma discussão sobre a abordagem do problema.

Para apresentação desta oficina sugere-se um modelo de slides, que se encontra no item "Materiais de apoio disponíveis".

Link para acesso ao material: https://docs.google.com/presentation/d/1VFquGaYg0j3R02fFijRRQsrr-tXJH8g_/edit?usp=sharing&ouid=102711638102118244512&rtpof=true&sd=true

5.2 Método e infraestrutura

Para a realização de todas as etapas da oficina proposta, serão necessárias aproximadamente 2 horas, sendo que as etapas podem ser divididas em mais de um encontro, dependendo da disponibilidade dos servidores. Também pode ser realizada de maneira parcial ou ainda ser adaptada para melhor atender ao público e ao tempo disponível. Propõem-se a realização da oficina uma vez ao ano, para relembrar aos indivíduos previamente treinados e para contemplar os indivíduos recém incluídos no serviço.

O mediador da oficina pode ser o gestor ou um membro da equipe, basta que possua boas habilidades de comunicação, paciência, bom relacionamento com a equipe e estudo prévio dos demais capítulos do presente manual.

Será necessária uma sala com cadeiras e mesas, que preferencialmente devem estar dispostas em vários círculos ou em um círculo único. Alguns grupos poderão optar por desenvolver as atividades no chão e isso não deve ser impedido, uma vez que a geração de um ambiente acolhedor, livre e lúdico é altamente desejável para o sucesso da atividade.

Os materiais mínimos necessários são papel e lápis/caneta/giz, de quaisquer tamanhos ou cores. É interessante que o questionário da primeira etapa e que a situação problema da terceira etapa estejam impressos, mas não é algo obrigatório, podem ser projetadas ou lidas diante da indisponibilidade de recursos para impressão.

O mediador deve chegar antes de todos e receber os participantes de maneira amistosa, pode colocar uma música ambiente durante a chegada dos participantes, para que todos se sintam bem-vindos e acolhidos. Ao iniciar as atividades, o mediador deve apresentar os objetivos da oficina e o cronograma preparado, incluindo intervalo para descanso ou café no meio do período.

A primeira etapa da oficina consiste na identificação de experiências com situações ou suspeitas de situações de acumulação entre os participantes, através da realização

e apresentação de um questionário auto preenchido entre os participantes. A segunda etapa consiste na apresentação sobre a temática "acumulação" para que possam ser apresentados aspectos principais relacionados à identificação e aos efeitos da situação de acumulação. Na terceira etapa será apresentado um cenário e uma situação problema referente àquele contexto, para que os participantes possam propor estratégias de atuação diante do problema. A seguir, as etapas serão detalhadas nos itens de a) até c).

5.2.1 Identificação das experiências de acumulação

Tempo disponível: 30 minutos, sendo 20 minutos para o preenchimento e 10 minutos para discussão.

Como primeira etapa, o mediador deve distribuir os questionários com as perguntas para tentar identificar entre os participantes experiências relacionadas à situação de acumulação.

QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE SITUAÇÕES, EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES COM RELAÇÃO À SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO	
1) **Você já ouviu falar ou conheceu alguém em situação de acumulação de animais e objetos, PSA ou algo do tipo?**	
[ ] Sim	[ ] Não
Se sim, descreva onde, quando e como era a situação.	
Se não, como você imagina que seja uma PSA?	

Após finalizado o tempo os participantes devem ser encorajados pelo moderador a apresentarem as suas respostas e comentar as semelhanças e diferenças entre elas para gerar uma atmosfera de introdução sobre o tema e criar um gancho para o início da apresentação.

5.2.2 - Apresentação sobre o tema

Tempo estimado: 30 minutos

Na apresentação deve ficar claro que na atenção à situação de acumulação estamos lidando com indivíduos em grande sofrimento, como já mencionado neste manual, e que o objetivo da abordagem não é julgar ou culpar ninguém. O foco da apresentação deve ser a importância do controle e limpeza ambiental para gerar bem-estar e saúde aos envolvidos direta e indiretamente, mas que tudo isso deve ser feito sob uma conduta empática, respeitosa e livre de julgamentos. A apresentação deve reforçar que a atuação dos agentes de limpeza urbana é essencial para o sucesso do comitê de atenção às PSA de animais. Será necessário construir um vínculo empático entre o indivíduo em situação de acumulação e os envolvidos, para aumentar as chances de sucesso da abordagem. Dúvidas e comentários devem ser encorajados a acontecer a qualquer momento durante a apresentação para torná-la mais interativa.

5.2.3 - Simulação de intervenção

Tempo estimado: 30 minutos de discussão, 10 minutos de síntese e 20 minutos de finalização.

Esta é a etapa final da oficina e aqui o moderador irá apresentar um cenário seguido por uma situação problema para o qual a equipe deverá desenvolver e discutir estratégias de abordagens considerando tudo o que já foi exposto nas etapas anteriores. Dessa forma, é possível estimular um debate multidisciplinar acerca desses cenários que são extremamente complexos, gerando um espaço de argumentação, escuta e aprendizado, com contribuições diversas, para que os melhores caminhos possam ser tomados na busca pela resolução do problema tanto para o indivíduo em situação de acumulação, como para os animais em sofrimento e para o meio ambiente.

Cenário

Em reunião de equipe dos funcionários públicos da Prefeitura Municipal, a coordenação

discute com os profissionais o caso da Sra. Joana, encaminhado pela Vigilância Sanitária.

Situação-problema

No imóvel localizado no Bairro Alto Vera Cruz, em Belo Horizonte, reside a Sra. Joana (65 anos), aposentada, mora com um neto e mantém sob seus cuidados cerca de doze (12) cachorros e quinze (15) gatos. Segundo a equipe, os vizinhos relataram que a Sra. Joana teve dois episódios de dengue nos últimos três anos, embora em nenhuma dessas ocasiões tenha dado continuidade ao tratamento na Unidade Básica de Saúde (UBS). Frequentemente a equipe de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) tentam realizar a visita domiciliar, mas ela não costuma atender. Ao passar em frente à residência, é comum notar o odor de urina e de fezes de animais, além de observar objetos acumulados no quintal, vistos através do muro cercado. Os vizinhos ainda relataram que todo o entulho e material de obra que alguém deixa na rua, a Sra. Joana rapidamente recolhe e leva-os para dentro de casa e, por isso, raramente se encontram objetos ou até mesmo lixo nas lixeiras da região próxima à casa dela. O mesmo acontece com os animais, sendo possível observar que quase não existem animais em situação de rua naquele local. Por esse motivo, apesar dos odores citados, o passeio da casa é relativamente limpo, livre de objetos. A Sra. Joana possui dois (2) filhos, com 45 e 50 anos, e que não residem em Belo Horizonte, além do neto de 20 anos que mora com ela. Uma vizinha fez uma denúncia à Diretoria de Zoonoses, pois a casa da Sra. Joana está trazendo muitos problemas ao bairro devido ao lixo acumulado.

Ponto de partida para iniciar a discussão:

Considerando as questões de saúde pública, direito dos animais e direitos humanos, discutam em grupo como devem ser abordados os problemas do caso. A seguir, elaborem um plano de ação com atuação multiprofissional, com a participação dos funcionários da limpeza urbana, agentes comunitários de saúde e demais trabalhadores da prefeitura envolvidos na área.

Ao longo da discussão, durante a atividade, o moderador deve preencher a tabela abaixo, marcando com um "X" no item Suficiente ou Insuficiente conforme sua avaliação e anotando observações quando julgar pertinente. Ao final da rodada de discussão o moderador deve estimular que os participantes listem uma síntese das ações propostas.

5.2.4 Checklist de avaliação

ITEM	SUFICIENTE	INSUFICIENTE	OBSERVAÇÕES
Colocaram os interesses dos pacientes no centro da prestação de serviços de saúde e nos programas e políticas de saúde da população?			
Respeitaram a dignidade e a privacidade dos pacientes, mantendo a confidencialidade na prestação de cuidados em equipe?			
Respeitaram a diversidade cultural e as diferenças individuais?			
Tentaram desenvolver um relacionamento de confiança com pacientes, familiares, vizinhos e outros membros da equipe?			
Agiram com honestidade e integridade no relacionamento com pacientes, famílias, comunidades e outros membros da equipe?			
Mantiveram a competência na própria profissão apropriada ao escopo da prática?			
Comunicam suas funções e responsabilidades claramente aos colegas?			
Os membros da equipe complementam as ideias uns dos outros, de modo a alcançar o melhor resultado possível?			
Os participantes expressaram seus conhecimentos e opiniões com confiança e respeito aos demais?			

Ao fim da atividade, o resultado deste checklist deve ser passado ao grupo como um feedback da discussão realizada. Deve encorajar cada um dos participantes a apresentar os pontos fortes da oficina (Que bom!), os pontos fracos da oficina (Que pena!) e sugestões para os encontros futuros (Que tal?). Diante desses comentários o moderador poderá melhor adaptar a oficina nas próximas realizações.

5.3 Equipe necessária

Um ou mais mediadores da oficina, que podem ser os gestores ou membros da equipe de atenção básica. O pré-requisito é que possuam boas habilidades de comunicação, paciência, bom relacionamento com a equipe e estudo prévio dos demais capítulos do presente manual.

6. A ABORDAGEM EDUCATIVA DOS MEMBROS DA PROTEÇÃO ANIMAL

A seguir serão apresentadas sugestões de abordagens para a capacitação e orientação dos indivíduos da proteção animal na prevenção e atuação nas situações de acumulação animal.

6.1 Introdução

Pesquisas mostram que muitas PSA se enquadram no perfil de "cuidadores sobrecarregados", que por algum motivo de saúde ou financeiro perderam a capacidade de propiciar condições adequadas aos animais sob sua guarda. Além disso, alguns estudos ressaltam que as justificativas relatadas pelos PSA envolvem compaixão e respeito, e que estes sentem-se no dever de cuidar e proteger os animais, algumas vezes sem enxergar a precariedade em que vivem. Segundo os pesquisadores Patronek (2006) e Tavoloro & Cortez (2017), o distúrbio de acumulação pode ser classificado em três formas distintas, descrito no início desse Guia, e a intervenção aplicada será de acordo com cada uma delas. Dessa forma, o papel dos protetores de animais frente às situações de acumulação pode ser dividido em duas partes:

01. Auxiliares na identificação de situações de acumulação;
02. Alvo de ações voltadas à prevenção e vigilância de situações de acumulação.

Por se tratar de situações que contenham indivíduos com grande envolvimento emocional, e por vezes sofrimento, o objetivo da abordagem é promover ações que previnam e auxiliem os indivíduos da proteção animal na identificação do distúrbio de acumulação.

6.2 Método e infraestrutura

Serão propostas duas estratégias de atuação (a e b) sendo uma para capacitar os protetores na identificação da situação de acumulação e a segunda para a prevenção da situação de acumulação. Estas propostas são descritas a seguir.

a - Protetores como auxiliares na identificação de situações de acumulação

A atuação dos protetores de animais junto ao município é de grande importância levando em consideração que esses grupos, na maioria das vezes, exercem um papel de referência para as comunidades no que diz respeito a prestarem cuidados com os animais e serem veículos de denúncias. Dessa forma, os protetores precisam ser instruídos e capacitados para identificar situações de acumulação de animais, como lidar com a situação imediatamente, e comunicá-las aos agentes de saúde e órgãos responsáveis (CIASA), para que esses deem procedimento ao caso.

Para isso, os agentes de saúde podem fornecer aos protetores os materiais educativos disponibilizados junto a este Guia, que abordam temas como bem-estar animal, guarda responsável e zoonoses, e questões que envolvem a relação homem-animal. Ademais, sugere-se a construção coletiva de um fluxograma de ações com os principais sinalizadores que devem ser observados nos casos de acumulação, reunindo as demandas primárias da identificação de uma situação de acumulação.

Sugestão de um fluxograma de ações

Identificação (própria ou denúncia da comunidade) – mantença de muitos animais em um mesmo local e em condições precárias; animais doentes, passando fome, e até mortos; acúmulo de jornais, lixos, roupas e alimentos associados - **Comunicação** aos agentes de saúde - **Apoio** às prefeituras e/ou CCZ com relação à atenção aos animais (lar temporário, adoção)?

b - Protetores como alvo de ações voltadas à prevenção e vigilância de situações de acumulação

Protetores de animais são, comumente, indivíduos com forte envolvimento emocional no que diz respeito aos animais, buscando oferecer sempre as melhores condições para eles, mesmo que às vezes sem recursos. Dessa forma, diante dos desafios que enfrentam com a proteção animal, são indivíduos que precisam ter uma assistência constante, a fim de se prevenir distúrbios psicológicos e psiquiátricos, como o transtorno de acumulação.

Entre os três tipos de PSA, alguns sinais de alerta devem ser observados, como características para além de oferecer os cuidados adequados (Figura 15).

Figura 15. *Sinais de alerta para auxiliar na identificação de possíveis PSA.*
Fonte: *Arquivo pessoal.*

Essas são algumas atitudes que podem ser observadas em protetores de animais, e que merecem a atenção dos agentes e equipes da rede de saúde.

Diante disso, sugere-se a criação de um grupo de apoio/suporte com os protetores de animais, a fim de conhecer as suas características e prevenir possíveis situações de acumulação, assim como possibilitar uma rede de comunicação entre protetores para as atribuições direcionadas à saúde animal.

A dinâmica, quando realizada presencialmente, deve ser em uma sala reservada e confortável com cadeiras dispostas em círculo, com o objetivo de aproximar os protetores da equipe e conhecer melhor as suas atuações e vivências. Em virtude da pandemia, esses encontros podem acontecer de forma remota, em plataformas de videochamada.

Durante os encontros, um dos profissionais da equipe multidisciplinar deve conduzir as atividades, guiando-as de acordo com as instruções abaixo:

1. Pedir que cada um dos protetores, de forma breve, se apresente, conte como é o seu dia a dia, trabalho, família, etc.
2. Pedir que cada um dos protetores conte, de forma breve, como começou a sua relação com a proteção animal.
3. Pedir que cada um dos protetores conte quais são os seus objetivos com as ações de proteção, quais resultados esperam alcançar com elas, e quais são os principais desafios que eles enfrentam com as ações de proteção.
4. Pedir que cada um dos protetores conte quais ações já conseguiram realizar e como realizaram.
5. Perguntar a cada um dos protetores se eles abrigam animais resgatados em suas casas ou propriedades, e se sim, quantos são e em quais condições eles são mantidos. Além disso, perguntar quais são os planos de destinação para esses animais.

Durante o encontro, os profissionais da equipe multidisciplinar devem estar atentos às características dos protetores, associando-as ao perfil dos três tipos de PSA descritos abaixo.

No caso dos "cuidadores sobrecarregados", os problemas no cuidado com os animais são decorrentes de problemas de saúde/sociais/econômicos ou da superacumulação devido a reprodução não-controlada e adoção excessiva, entre outros. Eles reconhecem o problema e provavelmente responderão à ajuda de órgãos governamentais ou da comunidade.

O subtipo "salvador com uma missão", por sua vez, acredita ter a missão de salvar os animais, o que leva ao comportamento compulsivo. O indivíduo pode começar como um resgatador voluntário de animais que, devido às circunstâncias ou agravamento da doença mental, pode exceder sua capacidade de cuidado e se tornar uma PSA. Esse subtipo geralmente não reconhece o problema e recusa qualquer tipo de ajuda.

Já o subtipo "explorador de animais" adquire os animais para servir às suas necessidades e não tem empatia por eles. Ele não obedece a lei e a aplicação de penalidade geralmente é necessária para interromper o comportamento.

Fonte: *Arquivo pessoal.*

As características identificadas nos protetores devem ser registradas e discutidas pela equipe multidisciplinar, e os casos levados ao CIASA, visando a correta identificação de um caso de acumulação e a definição do tipo de intervenção mais adequado para cada situação, tendo em vista que para que sejam eficazes, essas intervenções devem ser feitas de maneira conjunta. Lembrem-se que muitos podem apresentar características dos três tipos ao mesmo tempo.

6.3 Equipe necessária

Equipe multidisciplinar atuante na rede de saúde.

7. A ABORDAGEM EDUCATIVA PARA ESTUDANTES DE MEDICINA VETERINÁRIA

7.1 Introdução

Leigos tendem a confundir pessoas que acumulam animais e que, portanto, padecem

de um transtorno mental, com protetores de animais. Muitos tendem a definir PSA como excêntricas ou acreditam que este seja um estilo de vida. De fato, é difícil caracterizar uma PSA de animais em um país com cultura tão diversa, legislações de proteção animal em constantes mudanças e a Medicina Veterinária do Coletivo (MVC) em processo de implantação na grade curricular de universidades que ofertam graduação em Medicina Veterinária.

A relação entre a saúde dos ecossistemas e de seus componentes é integrada e indissociável, sendo considerada a base para o conceito de Saúde Única ou One Health. A abordagem do conceito de Saúde Única é, ainda, ampliada pelo paradigma de Bem-Estar Único, que é um conceito baseado nas interconexões entre o bem-estar animal, humano e questões ambientais (ONE WELFARE, 2018; ACCD, 2019). Uma vez que já se sabe que a acumulação de animais impacta negativamente no bem-estar único, a atuação neste campo deve ser realizada de maneira interprofissional, intersetorial e interdisciplinar. Ainda, a acumulação de animais pode ser considerada uma das principais causas de sofrimento animal, por resultar em mais lesões, sofrimento e mortes do que atos intencionalmente cruéis (Hayes, 2010).

O médico veterinário é reconhecido como profissional de saúde pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) desde 1997 (Resolução 218), sendo peça chave para atuar na linha de frente em casos de acumulação de animais, uma vez que está apto a identificar e propor soluções de forma articulada com os demais profissionais da saúde e baseadas nos conceitos de Saúde e Bem-Estar Únicos. Destacamos, ainda, que este profissional ocupa uma posição única em promover o vínculo humano-animal saudável e identificar quando tal vínculo torna-se problemático.

Nesse contexto, desenvolver as competências humanísticas para além das competências técnicas do médico veterinário contribui para que o profissional esteja técnica e humanamente preparado para se inserir na sociedade. A compreensão da realidade sob um prisma mais amplo pode ser atingida por meio da inserção da MVC na grade curricular dos cursos bacharéis em medicina veterinária do país. Este conteúdo pode estar dentro de eixos temáticos como Saúde Pública, Medicina Veterinária Preventiva ou Meio Ambiente. Ainda, nas universidades é imprescindível que se utilize técnicas de ensino que despertem a empatia, a ética, a iniciativa, a resiliência e a sensibilidade dos alunos.

Diante do exposto, propomos algumas dinâmicas que podem ser realizadas tanto

dentro de disciplinas específicas da grade curricular, quanto de forma transversal, integrando disciplinas através de fundamentos da ciência veterinária básica, clínica veterinária, técnicas de diagnóstico, entre outros. Ressaltamos que o mesmo conteúdo pode ser trabalhado em diferentes contextos, apresentando, assim, resultados diferentes.

7.2 Métodos e Infraestrutura

As propostas aqui elencadas devem ser realizadas utilizando-se métodos ativos de ensino que visem a identificação de problemas reais à comunidade acadêmica ou externa, estimular os acadêmicos a refletirem sobre tais situações e construírem propostas de solução, as quais serão analisadas e orientadas pelo docente. Podem ser executadas em formato de trabalhos práticos/empíricos baseados em vivências de aulas práticas, por exemplo.

As perguntas norteadoras a serem trabalhadas em aula serão:

- Recebi um pedido de ajuda de um PSA: o que fazer?
- Qual é o perfil e os tipos principais de PSA?
- Quais são as consequências e riscos associados à acumulação?
- Quais são as abordagens estratégicas que podem ser realizadas para solucionar um caso de acumulação?
- Casos no Brasil: por que há uma dificuldade em encontrar literaturas que descrevam os casos? Há uma tendência a "preservar" a integridade da pessoa?
- Você consegue diferenciar um protetor de animais de uma pessoa em situação de acumulação?
- Por que as pessoas acumulam animais? "Amor pelos animais" versus "doença mental".
- Você sabe quais são as legislações brasileiras de Proteção Animal?
- Você conhece as 5 Liberdades dos animais e os protocolos de perícia em bem-estar animal?

Antes de iniciar os debates, alguns fatos históricos podem ser apresentados pelo docente em formato de aula expositiva. Alguns materiais que podem ser utilizados estão expostos no item 6.7.3.

As metodologias sugeridas para serem utilizadas ao se trabalhar os temas são:

a - Círculo de cultura:

São realizados debates de assuntos que são relevantes para o grupo que está aprendendo e, portanto, os próprios alunos são convidados a contar casos de pessoas em situação de acumulação com os quais já tiveram qualquer tipo de contato (ouviu falar, aconteceu na sua cidade, no seu bairro, viu na televisão etc). Pode ser realizada neste momento uma tempestade de ideias para elencar os temas mais interessantes ao grupo.

Infraestrutura necessária: sala de aula com cadeiras dispostas em círculos ou remotamente, por meio de debate em plataforma digital (ex.: Google Meet, Zoom, Microsoft Teams etc).

b - Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem-Based Learning – PBL):

Sugere-se um problema a ser resolvido, utilizando um caso hipotético (ou real) sobre um médico veterinário que trabalha em uma Unidade Básica de Saúde e que foi chamado para auxiliar na primeira visita à uma casa que foi denunciada por vizinhos. É realizada uma sessão inicial para trabalhar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre o assunto apresentado. Se os discentes estiverem tendo aulas práticas ou realizando estágios em clínicas veterinárias, unidades básicas de saúde, unidades de vigilância em zoonoses, por exemplo, casos reais podem ser utilizados para o debate.

Uma vez que os problemas sejam identificados e listados, formulam-se os objetivos da pesquisa, que são: realizar uma revisão de literatura que embase as ações do médico veterinário e construir um fluxo de atividades que devem ser seguidas desde a abordagem inicial até a conclusão do caso (encaminhamento dos animais e apoio à PSA). Em pequenos grupos (entre 2 e 4 estudantes) são realizados estudos autodirigidos na biblioteca ou em base de dados on-line e na próxima aula as informações levantadas são apresentadas por todos, discutidas e integradas no contexto do caso-problema.

Este trabalho pode ser desenvolvido ao longo de todo o semestre letivo, com entregas parceladas das atividades uma vez por mês, atribuindo pontuações a tais entregas (fase de discussão, desenvolvimento e acompanhamento). Ao final do semestre, um documento redigido em formato de resumo expandido é entregue por cada grupo ao

docente e são feitas apresentações, em formato de pôster digital ou impresso, aos demais colegas (atribuindo-se uma nota maior à entrega final). Se forem utilizados posters impressos, os mesmos poderão ficar expostos permanentemente em cavaletes nas áreas comuns da faculdade. O resultado deste trabalho poderá ser submetido a eventos científicos da área.

Infraestrutura necessária: sala de aula, computador e projetor de slides para apresentação dos pôsteres digitais. Em modelo de ensino remoto, computadores e plataformas digitais como Google Meet, Zoom, Microsoft Teams, etc.

c - Sala de aula invertida:

São distribuídos aos alunos artigos e textos científicos com conteúdo sobre transtornos de acumulação, bem-estar animal, perícia em maus-tratos e zoonoses (Item 6.7.3), os quais são debatidos em aula posterior. Todos os estudantes farão a leitura do mesmo material e a nota da atividade pode ser atribuída conforme participação no debate.

Infraestrutura necessária: artigos científicos impressos, sala de aula com cadeiras organizadas em círculo, computador. Em modelo de ensino remoto, computadores e plataformas digitais como Google Meet, Zoom, Microsoft Teams etc.

d - Oficina de trabalho/seminário:

Os discentes são divididos em pequenos grupos e o docente apresenta um tema que deverá ser investigado pelos mesmos, que pode ser uma reportagem sobre um caso de acumulação de animais e a atuação da prefeitura ou de grupos de proteção animal. A partir dos temas, os estudantes devem buscar literatura científica na biblioteca ou em base de dados on-line e montar uma apresentação da sistemática de como deve ser realizada a abordagem pelo profissional médico veterinário junto de equipes como agentes comunitários de saúde, pessoas do Centro de Referência Básico da Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). As apresentações podem ser feitas em Power Point, Canvas, Prezi etc.

Infraestrutura necessária: sala de aula com projetor de slides e computador. Em modelo de ensino remoto, computadores e plataformas digitais como Google Meet, Zoom, Microsoft Teams, etc.

e - Dramatização:

É uma estratégia de ensino-aprendizagem que permite que os discentes exteriorizem suas observações e sentimentos. A partir de notícias da mídia sobre casos de PSA de animais, propõe-se uma representação teatral das situações. O professor distribui os temas e deixa que os alunos escolham os papéis que irão representar. É estabelecido um tempo para que os alunos possam criar e ensaiar o papel de cada um e, após as apresentações, uma roda de conversa é realizada para o fechamento da atividade. Há possibilidade de filmar as apresentações e disponibilizá-las posteriormente para serem assistidas por outras turmas ou até mesmo levar as apresentações de teatro às escolas de educação infantil da comunidade como atividade de extensão (desde que sejam transformadas em peças mais leves e lúdicas, voltadas ao público infantil).

Infraestrutura necessária: sala de aula, câmera do celular para filmagem, materiais reciclados para confecção do cenário e das vestimentas dos atores.

f - Projeto Interdisciplinar:

Por meio da execução de projetos interdisciplinares os discentes entendem o encadeamento do conhecimento de diferentes áreas e as interconexões com outros saberes. Além disso, por serem desenvolvidos por grupos de alunos heterogêneos, aumenta a capacidade do futuro médico veterinário de trabalhar em grupo com pessoas e profissionais diversos.

A proposta é desenvolver um projeto que integre diversas disciplinas do curso, como Comportamento e Bem-Estar Animal, Clínica Médica Veterinária, Técnica Cirúrgica Veterinária, Zoonoses, Saúde Pública e Saneamento, Epidemiologia, entre outras. Também podem ser envolvidos outros cursos de graduação nos projetos como medicina, enfermagem, assistência social, ciências biológicas. Para a fase de planejamento do projeto interdisciplinar é necessário que os docentes das disciplinas envolvidas se reúnam para apontar as conexões entre as disciplinas, mapear as competências necessárias para a atuação dos futuros profissionais e em quais disciplinas cada competência poderá ser desenvolvida. Mesmo que as disciplinas tenham sido estruturadas para serem lecionadas individualmente, nada impede que sejam combinados seus conhecimentos.

O desenvolvimento do Projeto Interdisciplinar deverá ocorrer ao longo de todo o semestre ou ano letivo, e as notas atribuídas a ele podem ser diferentes para cada uma das disciplinas participantes ou ser distribuída uma mesma nota que será repetida em todas as disciplinas. Recomenda-se que um dos docentes envolvidos seja o coordenador do projeto, de modo que fique mais claro e organizado o encaminhamento das atividades. Todas as atividades executadas devem ser compartilhadas por meio de plataformas digitais como Google Drive ou Moodle, de modo que todos os professores das disciplinas tenham acesso ao material, bem como os estudantes.

O tema principal do Projeto Interdisciplinar é construir uma dinâmica/protocolo de abordagem de pessoas em situação de acumulação centrada no manejo dos animais. Assim, para cada grupo é dado um tema. Sugerimos:

- como realizar o manejo etológico dos animais em situação de acumulação visando sua socialização, reabilitação e disponibilização para adoção;
- como realizar o manejo sanitário e estabelecer protocolos vacinais, de controle de ecto e endoparasitos e de doenças infectocontagiosas para animais em situação de acumulação;
- diretrizes que regulamentam abrigos de animais e padrões exigidos para garantir o bem-estar animal;
- o que são os maus-tratos contra animais, leis que os definem e punições a quem pratica.

Como atividade final do Projeto Interdisciplinar pode ser realizado um workshop oferecido tanto aos demais estudantes (que não estejam cursando as disciplinas relacionadas ao projeto) quanto aos profissionais da saúde, agentes de endemias, agentes comunitários, líderes comunitários, membros da proteção animal do município.

Infraestrutura necessária: sala de aula, quadro branco para anotar pontos das discussões, computador e projetor de slides para apresentação do trabalho final ou do workshop. Em modelo de ensino remoto, computadores e plataformas digitais como Google Meet, Zoom, Microsoft Teams, Google Drive, Plataforma Moodle etc.

h - Grupos de estudo:

Como estratégias adicionais, devem ser incentivadas a criação de grupos de estudo,

liga acadêmica ou núcleos de extensão multidisciplinares que estejam dentro do contexto da MVC e visam estudar casos de acumulação de animais da comunidade ou externos.

7.3 Materiais de apoio disponíveis

No quadro abaixo estão apresentados materiais que podem ser utilizados em sua totalidade ou em partes para a aplicação das estratégias de ensino sobre o assunto.

Quadro 5. Materiais para as estratégias de ensino.

TIPO DE MATERIAL	CONTEÚDO	LINK PARA ACESSO
Guia	Estratégias de Ensino-aprendizagem para desenvolvimento das competências humanísticas do CFMV.	https://www.cfmv.gov.br/estrategias-de-ensino-aprendizagem-para-desenvolvimento-das-competencias-humanisticas/comunicacao/publicacoes/2020/08/03/#1
Reportagem	Casos de PSA compulsivos que ganharam notoriedade na mídia, os quais podem ser utilizados para os debates.	https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/historia-os-5-piores-casos-de-PSAes-compulsivos.phtml
Reportagem	Fatos sobre acumulação.	https://health.howstuffworks.com/mental-health/mental-disorders/10-facts-about-hoarding.htm
Reportagem	Histórico sobre o caso de Mary Chantrell (Inglaterra), uma notória PSAa de gatos do século XIX que ficou conhecida por brigar nos tribunais e ser processada pela RSPCA (Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals).	http://messybeast.com/1856-cat-hoarder-2.htm
Artigo	Revisão sobre "A acumulação de animais e a formação de veterinários" que traz apontamentos sobre a necessidade de formar profissionais mais bem preparados para lidar com estas situações.	http://189.2.181.205/index.php/ASA/article/view/1386/1183
Artigo	Protocolo de perícia em bem-estar animal para diagnóstico de maus-tratos contra animais de companhia - PPBEA desenvolvido por Janaina Hammerschmidt e Carla Forte Maiolino Molento que permite identificar crimes contra animais, mesmo quando não existem lesões físicas, além de embasar investigações.	https://www.revistas.usp.br/bjvras/article/view/90021/92809
Guia	Diretrizes sobre os Padrões de Cuidados em Abrigos de Animais da Association of Shelter Veterinarians que orienta sobre os requisitos para se considerar um abrigo de animais que respeite as 5 Liberdades e tenha papel relevante para a Saúde Pública.	https://www.premierpet.com.br/wp-content/uploads/2020/11/shelter_medicine-diretrizes-instituto.pdf
Guia	Caderno Técnico do CRMV/MG "Introdução à Medicina Veterinária do Coletivo – Aspectos do Manejo Populacional de Cães e Gatos".	https://vet.ufmg.br/ARQUIVOS/FCK/file/editora/caderno%20tecnico%2083%20medicina%20veterinaria%20coletivo.pdf

TIPO DE MATERIAL	CONTEÚDO	LINK PARA ACESSO
Guia	Guia "Políticas de manejo ético populacional de cães e gatos em Minas Gerais" do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Realizar a leitura do Capítulo 3, que descreve o que são os centros de acolhimento transitório e adoção (CATA) e a importância de não realizar o recolhimento indiscriminado de animais em situação de rua.	https://issuu.com/asscom/docs/mpmg_politicas_manejo_caes_gatos
Cartilha	Cartilha "Maus-tratos: o que são? Como identificar? Como denunciar?" desenvolvida pelo LABEA da UFPR que traz um passo-a-passo com linguagem simples sobre como reconhecer o quanto um animal está em situação de maus-tratos.	https://drive.google.com/file/d/1hLO6Au_dRHN4EFP37gh7NBL6gjX_I4fw/view
Cartilha	Lâmina de Vacinação e Vermifugação para Abrigos de Animais da UFPR voltada a médicos veterinários que atuem na área de Medicina Veterinária do Coletivo/Medicina de Abrigos e demais profissionais que atuam em abrigos.	https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67270
Cartilha	Lâmina com passo a passo sobre Manejo Higiênico para Abrigos de Cães e Gatos da UFPR voltada a médicos veterinários que atuem na área de Medicina Veterinária do Coletivo/Medicina de Abrigos e demais profissionais que atuam em abrigos.	https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67269
Guia	Materiais didáticos sobre guarda responsável, doenças, Teoria do Elo produzidos pelo Departamento de Medicina Veterinária Preventiva da UFMG	https://vet.ufmg.br/departamentos/texto/4_20110208115035_109/departamento_de_medicina_veterinaria_preventiva
Site	Site da ACC&D (em português Aliança para Contracepção em Gatos e Cães) que traz informações sobre produtos não cirúrgicos aprovados para controle de fertilidade permanente ou de longo prazo.	http://acc-d.org/
Site	Site do Laboratório de Bem-estar Animal (LABEA/UFPR) onde são postados artigos científicos e notícias da área de bem-estar animal, que pode ser muito útil para buscar materiais para trabalhar temas básicos com os discentes.	http://www.labea.ufpr.br/

TIPO DE MATERIAL	CONTEÚDO	LINK PARA ACESSO
Canal YouTube	Canal Medicina Veterinária do Coletivo da UFPR onde são publicados vídeos informativos sobre o assunto, além de transmitidos eventos na área.	https://www.youtube.com/channel/UC2xwVHxuMpJDGQbrJ9ppl2A
Vídeo	Vídeo contendo os dados de bem-estar de cães abrigados em 19 abrigos públicos e privados no Sul de Minas Gerais e sugestões de soluções.	https://www.youtube.com/watch?v=YroORaJ6jCU&t=4s
Legislação	Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/1998	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm
Legislação	Lei Sansão nº 14.064/2020	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14064.htm
Legislação	Resolução nº 1236/2018 do CFMV que define e caracteriza crueldade, abuso e maus-tratos contra animais vertebrados.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47542721/do1-2018-10-29-resolucao-n-1-236-de-26-de-outubro-de-2018-47542637
Legislação	Lei Estadual N° 21.970/2016 que dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos no Estado de Minas Gerais.	https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=21970&comp=&ano=2016
Legislação	Lei Estadual N° 22.231/2016 que versa sobre os maus-tratos contra a fauna no Estado de Minas Gerais.	https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei:2016-07-20;22231

7.4 Exemplos de experiências exitosas no tema

Algumas universidades brasileiras vêm assumindo o papel de inserir a MVC em sua grade curricular obrigatória e/ou optativa, seja por meio de disciplinas ou de grupos de estudos. A disciplina de MVC é ofertada na graduação de várias instituições, como Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Faculdades Anhembi-Morumbi, Centro Educacional ANCLIVEPA, Centro Universitário Newton Paiva e será ofertada na nova grade curricular do Instituto Federal do Sul de Minas Muzambinho (IFSULDEMINAS) a partir de 2022.

Não pretendemos neste capítulo esgotar as possibilidades ou informações referentes ao ensino da MVC nos cursos de medicina veterinária do Brasil, mas mostrar exemplos práticos como forma de despertar o interesse de docentes e gestores na implementação de tais práticas. Por isto, apresentamos aqui exemplos de instituições de ensino públicas e privadas brasileiras que vêm conseguindo atingir bons resultados no que se refere ao ensino da MVC e a abordagem de questões referentes aos animais e pessoas em situação de acumulação.

Em 2009 a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (FMVZ/USP) criou um projeto de extensão universitária denominado "Projeto Santuário". Empregando os princípios da MVC, o Projeto Santuário capacita estudantes de medicina veterinária a promoverem um vínculo humano-animal mais saudável por meio de ações educativas de forma lúdica, visando a promoção da guarda responsável e consequente diminuição do abandono de animais urbanos (acesse pelo site: http://projetosantuario.fmvz.usp.br).

Em 2010 e 2011 a USP sediou a primeira e a segunda Conferências Internacionais de Medicina Veterinária do Coletivo em parceria com o antigo Instituto Técnico de Educação e Controle Animal (ITEC), hoje Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC).

A Universidade Federal do Paraná (UFPR), por meio do Departamento de Medicina Veterinária e Hospital Veterinário, oferta a residência em MVC desde 2011, possibilitando que os estudantes atuem em Saúde Coletiva, Medicina de Abrigos ou Medicina Veterinária Legal. Na grade curricular da graduação em medicina veterinária, a UFPR oferece disciplinas optativas inseridas em eixos temáticos da MVC, como as disciplinas "Tópicos em MVC" e "Tópicos em Medicina Veterinária Legal" (acesse pelo site: http://www.agrarias.ufpr.br/portal/mvc/). Em 2012 e 2013 aconteceram a terceira e a quarta Conferências Internacionais de Medicina Veterinária do Coletivo na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (EV/UFMG) estabeleceu o ensino da MVC em 2014 por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, momento em que sediou a quinta Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo. A partir disso, em 2014 foi criada a área de Saúde Pública no Programa de Residência com ênfase em "Zoonoses e manejo populacional de cães e gatos" com duas vagas e "Interface saúde humana e silvestre" com 4 vagas e

em 2015 foi criada a disciplina de MVC no Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal. Já no curso de graduação foi inserida uma aula teórico-prática de MVC na disciplina "Comportamento e Bem-Estar Animal", a disciplina "Planificação em Saúde Animal" foi remodelada de forma que os estudantes tivessem contato na prática com profissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família e as "Aulas Práticas Integradas de Campo" foram ampliadas sob a ótica da Saúde Única. Diversos projetos de pesquisa e de extensão vêm sendo executados no âmbito da MVC, os quais têm gerado publicações importantes, como os Cadernos Técnicos publicados pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV/MG), entre outros. Em 2015 a sexta Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo aconteceu também na UFMG.

Em 2017, por iniciativa de duas estudantes do curso de medicina veterinária e coordenado por duas professoras de epidemiologia e saúde pública, pela coordenadora do Hospital Veterinário e o assistente da coordenação do curso a Universidade Anhembi Morumbi montou o Grupo de Estudos em Medicina Veterinária do Coletivo - Coletivet. Em 2018, o Coletivet organizou seu primeiro Simpósio de MVC. Este foi o terceiro grupo de estudos sobre Medicina Veterinária do Coletivo criado do Brasil ((acesse pelo site: **https://linktr.ee/coletivet)**

Em 2018 no IFSULDEMINAS - Muzambinho dois projetos de extensão permanentes envolvendo estudantes dos cursos de graduação em medicina veterinária e ciências biológicas e técnico integrado ao ensino médio em informática e em agropecuária foram implantados no Campus visando o manejo populacional humanitário de cães. O projeto tem como objetivo aumentar as taxas de adoção de cães abrigados em um canil da instituição por meio de protocolos de manejo etológico (Figura 14). Já o outro projeto objetiva promover uma convivência mais harmoniosa dos cães soltos no Campus com a comunidade, diminuindo os conflitos, controlando as zoonoses e aumentando o grau de bem-estar dos animais por meio do protocolo cão comunitário (Figura 15). Ainda, como optativa a disciplina "Medicina Veterinária Legal" é ofertada e em disciplinas como Metodologia Científica são elaborados trabalhos envolvendo a temática MVC, os quais são apresentados em eventos científicos (Figura 16). Em 2020 foi aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do curso de Medicina Veterinária a inserção da disciplina "MVC" na grade de disciplinas obrigatórias do curso a partir de 2022.

Figura 16. Aluna do curso de medicina veterinária do IFSULDEMINAS Campus Muzambinho realizando o manejo etológico de cães abrigados em canil.
***Fonte:** Arquivo pessoal.*

***Figura 17.** Presença de cães (animais) comunitários no Campus Muzambinho do IFSULDEMINAS.*
***Fonte:** Arquivo pessoal.*

Figura 18. *Trabalho desenvolvido na disciplina de Metodologia Científica por estudantes do segundo período de Medicina Veterinária do IFSULDEMINAS e apresentado em evento científico.*
Fonte: *Arquivo pessoal.*

8. A ABORDAGEM EDUCATIVA PARA CLÍNICOS VETERINÁRIOS

8.1 Introdução

A situação de acumulação de animais é um problema complexo e interdisciplinar e, diante disso, os Médicos Veterinários da clínica de pequenos animais têm papel essencial e podem atuar na linha de frente desse problema. Esse profissional pode auxiliar na identificação, prevenção e solução de situações de acumulação. Por isso, o objetivo da abordagem proposta é orientar adequadamente o médico veterinário para que ele seja capaz de atuar na identificação e na prevenção de tais situações.

8.2 Método e infraestrutura

Impressão de materiais para divulgação física e divulgação on-line através de sites oficiais e redes sociais.

Devido à complexidade do problema de acumulação, o profissional responsável por atuar nessas situações deve estar preparado. Por isso, é essencial que as prefeituras municipais, em parceria com o Ministério Público, realizem cursos e treinamentos direcionados aos veterinários que atuam em clínicas e hospitais. Disponibilizar capacitações focadas na identificação de situações de acumulação para veterinários que atuam em atendimento clínico é um método bastante promissor, já que esse profissional tem contato diário e direto com diversos animais e tutores.

O Médico Veterinário deve ser informado de que, após a identificação de uma possível situação de acumulação, deve realizar a denúncia ao órgão responsável (Comitê Intersetorial de Atenção a Situação de Acumulação - CIASA). Assim, percebe-se a importância do veterinário ter conhecimento completo do problema e ter uma visão objetiva e clara dos sinais apresentados pelas PSA, para que então sejam realizadas intervenções interdisciplinares focadas em proporcionar uma vida digna ao tutor e garantir o bem-estar animal.

Para os municípios de Minas Gerais nos quais o CIASA ainda não estiver instituído e/ou consolidado, as denúncias podem ser feitas nos canais que se encontram no quadro a seguir.

Quadro 4. Canais de denúncia.

CANAL	CONTATO	LINK PARA ACESSO
Secretária de Estado e Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)	(31) 3069-6601 - opção 7 de segunda a sexta, das 7h às 19h.	Presencial: Consulte no site da SEMAD o Núcleo de Denúncias e Requisições (NUDEN) mais próximo.
Disque-denúncia: 181	Telefone: (31) 3212-1339 ou (31) 3212-1356	Em Belo Horizonte (MG), as denúncias também podem ser feitas presencialmente na Delegacia Especializada de Investigação de Crimes Contra a Fauna. Rua Pitinga, 105, Carlos Prates
Disque-denúncia: 155 (opção 7)		

Além dos materiais destinados aos médicos veterinários também é proposta a disponibilização de materiais educativos em clínicas, hospitais veterinários e salas de espera de Programas de Manejo Populacional (centrais de castração e eventos de adoção). Esta distribuição de materiais educativos ajuda na prevenção e identificação de pessoas em situação de acumulação. Materiais educativos disponibilizados juntos a esse guia (acessíveis pelo link: https://vet.ufmg.br/pagina/cartilhas/) com as temáticas de guarda responsável, bem-estar animal e zoonoses podem ser distribuídos em salas de espera desses estabelecimentos.

Essa distribuição tem o objetivo de instruir e ensinar tutores e pessoas que frequentam esses locais sobre "O que é a guarda responsável", "como garantir o bem-estar animal", entre outros tópicos essenciais que orientam a população sobre os cuidados que devem ter com os animais. Além disso, outros materiais como vídeos, jogos, cartilhas com outros temas também podem ser disponibilizadas visando orientar e educar a população colaborando para evitar e combater o problema de acumulação de animais. Portanto, a educação da população é uma estratégia essencial e, se feita de maneira correta e direcionada, pode prevenir e colaborar muito para sociedade.

8.3 Equipe necessária

Responsável pela comunicação, assessoria de imprensa, entre outros.

9. REFERÊNCIAS

ABRANTES, A.A. Periodização do desenvolvimento psíquico. Departamento de Psicologia, Faculdade de Ciências, UNESP, 2012. Disponível em: <http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/36/Quadro%20periodiza%C3%A7%C3%A3o%20Angelo.pdf>.

BARRETT, M.A., BOULEY, T.A., STOERTZ, A.H., et al. Integrating a One Health approach in education to address global health and sustainability challenges. Frontiers in Ecology and the Environment, v 9, n.. 4, p. 239-245, 2011. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41149772>.

BRASIL/MEC. Ministério da Educação. Educação Básica:. Documentos para orientação da Educação Infantil. Repositório Digital. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/publicacoes?id=12579:educacao-infantil>. Acesso em 31 MAR 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.
CEDEF/MPMG, Coordenadoria de Defesa da Fauna et al. Atenção aos PSAes de Animais, Leishmaniose Visceral Canina e Esporotricose Zoonótica. Informe Técnico. 2021, 134p.

DALLABONA, S.R., MENDES, S.M.S. O lúdico na educação infantil: joga. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG, v.1, n. 4, p.107- 112, 2004. Disponível em:< https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1808/1/DFS17062016>.

DE OLIVEIRA, B., DOS SANTOS, N. L., SANTOS, P. O. M. Acumulação de animais: a importância de uma abordagem multidisciplinar. A Subsistência da Medicina Veterinária e sua Preservação, 2020. 32-44 p.

GUEDES, T. G. et al. PLANEJAMENTO FAMILIAR DE MULHERES COM TRANSTORNO MENTAL: OPINIÃO DE ENFERMEIROS E MÉDICOS. Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem UFPE, v. 7, n. 12, 2013.

HOLLANDER, E. et al. Psychossocial function and economic costs of obsessive-compulsive disorder. CNS Spectr 1997; 2:16.

JÚNIOR, A. B. S. et al. Transtorno de Acumulação de Animais: identificação, classificação e possíveis medidas a serem tomadas. V&Z em Minas, v. 143, p. 24–28, 2019.

MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf >.

NANCEKIVELL, S.E., FRIEDMAN, O., GELMAN, S.A. Ownership Matters: People Possess a Naïve Theory of Ownership. Trends in Cognitive Sciences, 2018. Disponível em:<https://doi.org/10.1016/j.tics.2018.11.008>.

OLIVEIRA, L.M.A.C. et al. O acolhimento de familiares de pacientes internados em UTI: a tecnologia de grupo como estratégia para o cuidado de enfermagem. Rev Esc Enferm. USP. 2010; 44(2):429-36.

PATRONEK, G. J., LOAR, L., NATHANSON, J. N. (Ed.). Animal hoarding: structuring interdisciplinary responses to help people, animals and communities at risk. Hoarding of Animals Research Consortium, 2006.

RODRIGUES, C. M. PSAes de animais na perspectiva da promoção e da vigilância em saúde. ABCS Health Sciences (Arquivos brasileiros de ciências da saúde). 44(3):195-202. 2019.

TAVOLARO P., CORTEZ, T.L. A acumulação de animais e a formação de veterinários. Atas de Saúde Ambiental (São Paulo, online), ISSN: 2357-7614 – Vol. 5, JAN-DEZ, 2017, p. 194-211.

VACA-GUZMAN, M., ARLUKE, A. Normalizing passive cruelty: The excuses and justifications of animal hoarders. Anthrozoös, v.18, n. 4, p. 338-357, 2005.

VILLANUEVA-CABEZAS, J.P., PABLO, J., WINKEL, K.D. et al. One Health education should be early, inclusive, and holistic. The Lancet Planetary Health, v. 6, n. 3, 2022. Disponível em: <:https://doi.org/10.1016/S2542-5196(22)00018-3>.

WILLIAMS, B. et al. Animal hoarding: devastating, complex, and everyone's concern. Mental Health Practice, v. 17, n.6, 2014.

WHOMSLEY, S.R.C. An overview of hoarding difficulties in children and adolescents. Children Australia, v. 45, p. 182–185, 2020. Disponível em:<https://doi.org/10.1017/cha.2020.29>.

Fonte: Disponível em: www.oloboalfa.com.br

CAPÍTULO 8

ASPECTOS JURÍDICOS RELACIONADOS AOS CASOS DE ACUMULAÇÃO

Anelisa Cardoso Ribeiro, Caroline Amorim Costa, Clarice Gomes Marotta, Luciana Imaculada de Paula, Luisa Lisboa, Samylla Mól

Este capítulo abordará aspectos jurídicos acerca dos casos de acumulação, propondo, no âmbito cível, de um lado, estratégias humanitárias de atenção ao indivíduo envolvido e a seus animais e, de outro, o fomento a política pública que garanta os direitos fundamentais envolvidos. Já nos âmbitos criminal e administrativo, serão abordadas as possibilidades de atuação. Considerando o caráter multidisciplinar do tema, é indispensável que sejam mais bem elucidados os direitos e deveres, assim como os papéis da população e dos gestores públicos envolvidos. Para iniciar, vale chamar a atenção para os aspectos gerais da tríplice responsabilidade.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: TRÍPLICE RESPONSABILIDADE

A Constituição da República de 1988 (CR/88) estabelece a tríplice responsabilidade por dano ambiental, nas esferas penal, administrativa e cível:

> **Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
> **§ 1º** Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder

> Público:
> [...]
> **VII** - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
>
> [...]
> **§ 3º** As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, uma única ação ilícita pode gerar repercussões jurídicas no âmbito penal (caso haja previsão abstrata de criminalização da conduta), administrativo (quando a conduta é também prevista como ilícito administrativo) e cível (incidindo, neste caso, a sistemática da responsabilidade civil, que envolve a reparação integral dos danos).

Isso significa que a imposição de multa administrativa não inviabiliza a condenação em indenização pela responsabilidade civil ambiental. As sanções aplicadas nas diferentes esferas são, portanto, cumulativas e não excludentes. Da mesma forma, os aspectos penais podem ser perseguidos em ação penal independentemente das medidas anteriores.

Interpretação sistêmica conduz à conclusão de que a responsabilidade animal segue os parâmetros estabelecidos para a responsabilidade ambiental (tríplice responsabilidade, responsabilidade objetiva e integral), mas difere-se dela ao ter como bem jurídico protegido o animal, independentemente de sua função ecológica ou de sua importância para a preservação da espécie ou seja, de sua importância para o ser humano ou para o equilíbrio ambiental.

Claramente a CR/88 estabelece ao Estado o dever jurídico de coibir as práticas cruéis aos animais. Este dever primário conduz ao dever consequente, de responsabilizar aqueles que causarem dano aos animais. A responsabilização se dá nos três campos (civil, administrativo e penal), de forma complementar, conforme exposto.

Há, na verdade, uma sobreposição de danos, quando se causa, por exemplo, maus-

tratos a animais. Há o dano ao Estado e à sociedade, eventual dano individual ao tutor (se não for o causador), dano ao meio ambiente e dano individual ao animal. Pelo princípio da reparação integral, todos esses danos devem ser reparados.

Passa-se, neste ponto, para a apresentação das possibilidades de atuação no âmbito cível.

2. POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO ÂMBITO CÍVEL

2.1 O que fazer diante de um caso concreto em que seja necessária a atenção à pessoas e animais em situação de acumulação?

As estratégias de atenção ao indivíduo em situação de acumulação devem considerar o preconizado pelo conceito de saúde única, que estabelece a interconectividade entre a saúde humana, dos demais seres vivos e do meio ambiente, como já amplamente abordado neste guia.

Como se vê, essa concepção faz todo o sentido no enfrentamento dos casos que envolvem transtorno de acumulação, nos quais a abordagem multidisciplinar se apresenta como ferramenta efetiva a partir das intervenções que favorecem a melhora do meio ambiente impactado e dos níveis de bem-estar dos animais, como também a saúde do indivíduo e sua reinserção na família e na comunidade.

Destarte, a ação articulada do Poder Público, da sociedade civil organizada e dos familiares é imprescindível para a evolução da precária situação de saúde em que se encontra o indivíduo, assim como para coibir prejuízos sanitários à coletividade local e os maus-tratos aos animais.

A atuação jurídica deve se dar de forma alinhada ao conhecimento técnico, incorporando as informações contidas nos demais capítulos deste guia, com o fito de viabilizar ou garantir a sua implementação.

Antes de tudo, é recomendável um **diagnóstico** do local, atendendo-se ao contido no capítulo 1, que poderá ser feito pelo Executivo local ou por perito designado pelo Ministério Público.

Em seguida, cumpre **estabelecer um elo** com a pessoa em situação de acumulação, por meio de alguém que seja de sua confiança, podendo ser um parente, um psicólogo, um assistente social ou até mesmo um médico veterinário. Feito isso, **define-se a estratégia** de atenção a partir da caracterização do indivíduo em um ou mais tipos mencionados no quadro 1, a saber, o cuidador sobrecarregado (incluindo protetores de animais que se tornam acumuladores sobrecarregados por não conseguirem doar seus animais, mesmo querendo fazê-lo), o salvador com uma missão e o explorador de animais. Veja-se o item 5.2 do capítulo 4 deste guia.

No próximo passo, o serviço municipal executa a **limpeza do local**, dando destino ambientalmente correto aos materiais arrecadados, conforme sua classificação. Idealmente a ação será executada por meio de acordo com o responsável pelo imóvel ou, caso não seja possível, por determinação judicial. Eventualmente podem ser recomendadas medidas de recuperação do solo ou da água, quando constatadas alterações adversas.

A **atenção aos animais** pode ser bastante desafiadora, especialmente por serem raras as estruturas oficiais aptas a acolher e cuidar de animais domésticos. Assim, deve ser considerada a opção de se realizar o manejo dos animais na própria residência do indivíduo, levado a efeito pelo município, em parceria com entidades de proteção aos animais, família e vizinhos. Vale a leitura do capítulo 5 para compreender as necessidades dos animais e quais estratégias de atendimento podem ser adotadas. É importante ressaltar a conveniência de que o município (gestor público) deve prover a pessoa do Elo ou integrante do CIASA de um documento para resguardar as decisões acerca dos animais, de forma a dar segurança e poder de decisão (Anexo I), em concordância com a pessoa em situação de acumulação, no uso estrito do seu poder de polícia ou em cumprimento a decisão judicial.

O fato é que, se o operador do Direito está diante de uma situação de acumulação em que os animais se encontrem submetidos a maus-tratos, há um dano a ser reparado.

2.2 Considerações sobre responsabilidade civil ambiental e animal

A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal n.º 6.938/81) prevê a obrigação de reparar e indenizar danos ambientais, independente de qualquer consideração sobre dolo ou culpa (artigo 14, § 1º da Lei n° 6938/81), sendo esta, portanto, **objetiva**.

> Art. 14. [...]
> **§ 1º** - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente. (grifo acrescido).

Assim, presentes o dano e o nexo de causalidade, surge o dever de reparar o dano, independentemente da análise de elemento subjetivo do seu causador (dolo ou culpa).

Aliás, a obrigação de o infrator recuperar e/ou indenizar os danos causados é um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente (art. 4º, inciso VII).

A reparação deve ser **integral**, por meio das seguintes formas: a) reparação in natura quando possível; b) compensação ambiental ou indenização, onde não for possível a reparação in natura; c) reparação dos danos ambientais intercorrentes; d) reparação dos danos morais coletivos. Para tanto, admite-se a imposição ao investigado ou réu de obrigações de não fazer, fazer e indenizar, simultânea e cumulativamente. Em caso de interposição de multa administrativa na esfera municipal, relevante assegurar que esses recursos sejam direcionados para apoiar as ações do CIASA.

Como sustentado pelo ilustre doutrinador português Fernando Araújo, o reconhecimento jurídico da senciência animal provoca consequências de duas ordens, servindo de fundamento para sustentar: (1) a consideração ética que lhes é devida; e (2) o interesse dos seres sensíveis no não sofrimento e a respectiva tutela jurídica (ARAÚJO, 2003, p. 95).

A partir do reconhecimento do princípio da dignidade animal, resta evidente que a prática de maus-tratos contra animais viola interesse fundamental do ser senciente não humano, afetando a sua integridade física, a sua liberdade e a sua condição de bem-estar. Uma vez comprovada a existência do dano, comprova-se, também, a violação do princípio da dignidade animal, materializado em ato de agressão injusta a interesses reconhecidos aos seres sencientes: o direito de não ser submetido a um ato de crueldade e/ou o direito de não intervenção em sua liberdade natural.

Isso porque, conforme visto, se a Constituição da República reconheceu a condição

sui generis dos animais, enquanto seres sencientes, e resguardou os interesses fundamentais diretamente decorrentes dessa condição, por óbvio a ofensa à integridade física dos animais exsurge como violação de um interesse juridicamente protegido e, portanto, passível de reparação

Essa espécie de dano, como corolário direto e imediato do reconhecimento do estatuto de sujeito de direitos aos animais, que, no caso, figuram como vítimas e titulares do interesse lesado, é caracterizada de forma precisa por Vicente Ataíde Júnior:

> *Segundo o Direito Animal,* **o titular do direito à reparação de danos será o próprio animal:** *ele foi a vítima da violência e do sofrimento. Os danos físicos e os extrapatrimoniais foram por ele diretamente experimentados, pois é um ser dotado de consciência, não uma coisa ou um objeto inanimado. (ATAÍDE JÚNIOR, 2020, grifo acrescido).*

2.3 Responsabilidade e instrumentos de atuação

Então, diante de ilícito que cause dano aos animais, como é o caso de situação de acumulação que gere maus-tratos, surge a obrigação de reparação cível. **Mas quem são os responsáveis?**

Primeiramente, **a própria PSA**, tendo em vista que é a causadora do dano e é quem detém a guarda dos animais, sendo responsável pelo seu bem-estar. Nesse sentido, é possível a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com a PSA, visando a conter o acolhimento ou recolhimento de novos animais; manter a permissão de ações de vistoria pelos órgãos públicos na sua residência para adoção de providências; manter a residência em condições de higiene adequadas para evitar maus odores e barulho na vizinhança; permitir o encaminhamento de animais para adoção, entre outras medidas.

No entanto, a PSA pode não contar com saúde mental suficiente para celebrar o acordo ou para conseguir cumpri-lo. Nesse caso ou na hipótese de óbito da PSA, entra em cena a **responsabilidade dos familiares**. Isso porque, na curatela (decretada judicialmente quando a pessoa não tem capacidade para reger os atos da vida civil) ou óbito, alguém será nomeado curador ou inventariante/herdeiro dos bens do curatelado/falecido.

Os animais, apesar de não serem coisas, são transmitidos aos sucessores com o falecimento do tutor. Nesse caso, as obrigações do herdeiro não podem superar o limite da herança, não lhe sendo exigido que dispenda seus próprios recursos para cumprir com as obrigações do falecido (art. 1.792 do Código Civil). Caso os animais do falecido fiquem sob a tutela de terceiros (canil público, proteção animal ou pessoa física), em tese o interessado poderia se habilitar no processo de inventário buscando ressarcimento das despesas relativas à manutenção dos animais.

Por fim, há a **responsabilidade do Poder Público municipal**. Compete ao município, no exercício do poder de polícia administrativa, fiscalizar o cumprimento da CR/88, que proíbe a submissão dos animais à crueldade, e da Lei Federal n.º 9.605/98, que tipifica o crime de maus-tratos aos animais, impedindo violações às normas referidas. Mas, além disso, a Lei Federal n.º 13.426/2017 estabelece que o descontrole populacional deve ser enfrentado por meio de políticas públicas permanentes e específicas previstas no âmbito de um programa de controle populacional elaborado a partir de estudos específicos da localidade. É o que se extrai do art. 2º, que transcrevemos abaixo:

> **Art. 2º** A esterilização de animais de que trata o art. 1º desta Lei será executada mediante programa em que seja levado em conta:
> **I** - o estudo das localidades ou regiões que apontem para a necessidade de atendimento prioritário ou emergencial, em face da superpopulação, ou quadro epidemiológico;
> **II** – Realização do censo canino e felino para que seja estabelecido o quantitativo de animais a serem esterilizados, por localidade, necessário à redução da taxa populacional em níveis satisfatórios, inclusive os não domiciliados; e;
> **III** - o tratamento prioritário aos animais pertencentes ou localizados nas comunidades de baixa renda.

A falha no manejo populacional ético de cães e gatos pelo município gera situações de acumulação, uma vez que os cidadãos passam a agir em substituição do Poder Público, motivados por sentimentos de afeto e solidariedade. Apesar de louvável, tal prática se dá às custas de sacrifícios pessoais e não raro geram situação de maus-tratos aos animais, por ausência de condições materiais suficientes para a sua adequada manutenção, além de ser ineficaz do ponto de vista do controle populacional. Nesse sentido, destaca-se julgado do TJSC (Agravo de Instrumento

n.º 2010.031714-0, 26.10.2010), citando-se trecho da decisão:

> Nesse sentido, é evidente a obrigação do Município de prestar o serviço, de natureza pública, o qual vem sendo prestado pelos agravantes com todos os méritos. Uma vez que estes se incumbiram da função pública de recolher animais abandonados pelas ruas, dando a eles carinho, comida e cuidados necessários para preservação destes.
> Dessa forma, inegável a obrigação do Município de prestar o serviço que, até então, vinha sendo praticado pelos agravantes.
> Decorrência lógica de tal obrigação é o direito dos autores de repassar ao Município os animais que mantêm sob sua guarda, porquanto de natureza pública é o serviço que vem voluntariamente prestando, em razão da omissão da Administração Municipal. (fls. 112 e 113)
> Desse modo, não se trata, como asserido na decisão increpada, de simplesmente repassar ao Poder Público local o plantel de cães dos agravantes (fl. 22), mas sim de fazer com que a **Municipalidade cumpra o seu papel legal e constitucional de velar pelos mesmos**, ademais do que, no caso concreto, mercê de decisão judicial.
> Trata-se, a bem da verdade, de **devolver ao Município um múnus que sempre foi seu**, mas que, por algum tempo, por omissão sua, os agravantes altruisticamente exerceram, ainda que de forma inadequada em relação aos vizinhos. (grifos acrescidos).

A responsabilidade do município de acolher e cuidar dos animais abandonados em situação de vulnerabilidade também foi reconhecida na Ação Civil Pública n.º 0807190-32.2017.8.10.0001, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)

Portanto, o município deve, por iniciativa própria ou após provocação de cidadão/ ONG/ MP, vistoriar o local e constatar a insustentabilidade da situação, colocando em prática planejamento de limpeza do terreno (higienização, retirada de entulhos, capina do terreno, tratamento de resíduos e efluentes) e o atendimento psicossocial da PSA.

Deve, ainda, realizar ações no local com médico veterinário para avaliar, vacinar e vermifugar os animais da PSA, selecionando aqueles que se encontrem aptos à esterilização. Outra medida essencial para garantir o bem-estar dos animais é a disponibilização de ração e água limpa. O próximo passo é efetivamente esterilizar

os animais, medida essencial para que eles não se reproduzam e povoem ainda mais a residência da PSA.

Também não se pode perder de vista a possibilidade de que seja acionado para realizar adequações no imóvel da PSA (construção de canis adequados, de forma a viabilizar o abrigo dos animais, instalação de cercas, comedouros/ bebedouros, enriquecimento ambiental, etc). Isso porque, conforme apontado no acórdão acima, o múnus público de cuidado com os animais domésticos abandonados é do município. Além disso, caso não atue em auxílio da PSA e esta não possua condições de realizar as medidas por conta própria, o município seria responsável por retirar os animais e providenciar destinação adequada (art. 25 da Lei de Crimes Ambientais), o que pode se mostrar uma tarefa mais difícil. Como demonstrado nos capítulos anteriores, esse processo deve ser realizado de forma ética, após avaliação de um grupo intersetorial.

A par dessas medidas, devem ser acionados a Secretária de Assistência Social e o Secretário de Saúde, tendo em vista que o problema da PSA precisa ser tratado de forma articulada e multidisciplinar, sendo imprescindível o seu acompanhamento por psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais do serviço público municipal.

Quando indicado pela equipe de acompanhamento da saúde física e psicológica da PSA, o município deve promover campanhas para adoção dos animais, a fim de reduzir o seu número.

As ações do município podem ser executadas mediante parceria com o setor público ou privado, especialmente ONGs de proteção aos animais.

Caso o município não assuma a responsabilidade pela execução das ações, os legitimados do artigo 5º da Lei 7347, de 1985, podem propor Ação Civil Pública para proteger a saúde da PSA, dos animais e da saúde pública.

A referida ação visa à imposição, pelo Poder Judiciário, de obrigações ao município, por meio da tutela de urgência, admitida nos termos dos artigos 4º e 21 da Lei Federal n.º 7.437/85; do art. 84 do Código de Defesa do Consumidor e do art. 300 do Código de Processo Civil, como:

- Legitimar o CIASA por meio de documento que garanta que as pessoas do Elo sejam responsáveis pela autorização de entrada no imóvel e retirada de inservíveis e animais (se necessário). Adotar todo o cuidado para preservação

do patrimônio e dos animais da PSA, no momento de realização das ações em sua residência, comprovando-se, bem como cumprir esta determinação judicial no prazo de 30 dias;

• Realizar o levantamento inicial (Anexo I) e a limpeza do terreno e da residência da PSA, independente de autorização desta, para que sejam retirados inservíveis, entulhos e demais focos de transmissão de doença do local, assim como a poda do "matagal" que porventura exista no local;

• Identificar, registrar, vacinar (com antirrábica e óctupla), controlar parasitos e, se possível, castrar, todos os animais da PSA (que ainda não tenham sido castrados), por meios próprios do município ou por parcerias devidamente firmadas com entidades do terceiro setor, respeitados os termos da lei;

• Independentemente da autorização da PSA, proceder ao encaminhamento para adoção e guarda responsável, por meio de eventos com essa finalidade, do número de animais necessários para manutenção de qualidade de vida dos demais e do PSA no ambiente disponível. O ideal é que a PSA e/ou seu responsável legal possam optar pelos animais que vão permanecer no local.

• Garantir a aquisição de materiais, e proceder ao cercamento do terreno e às devidas obras nos canis e gatis para a soltura dos animais, além da limpeza do interior da residência da PSA, devendo apresentar relatório de conclusão das ações no prazo de 60 dias. Tal medida deve ser realizada por profissionais que garantam o bem-estar dos animais (planejando adequadamente o tamanho dos canis e gatis, o tipo de piso, a proteção de intempéries, etc.).

• Realizar nos animais os devidos exames para as zoonoses endêmicas na região (leishmaniose, esporotricose) e outras quando necessário, adotando as providências sanitárias cabíveis, ou seja, em caso de resultado positivo, orientando a PSA sobre os tratamentos cabíveis ou, na impossibilidade destes, orientando-a quanto à necessidade de eutanásia do animal, obedecendo a legislação vigente. Prover a coleira repelente para a prevenção de Leishmaniose Visceral Canina (LVC) em cães.

• Acompanhar a PSA por meio de atendimento médico, psicológico e assistencial, assim como de seus animais, por um médico veterinário, no intuito de tratá-la do transtorno de acumulação, devendo ser remetido relatório do caso no prazo de 30 dias;. Atualizar o calendário vacinal da PSA não somente para raiva e tétano, mas também para as demais doenças preveníveis que integrem o programa de imunização do SUS.

• Manter os devidos acompanhamentos pela equipe multidisciplinar (psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, agentes comunitários e médicos veterinários)

do caso da PSA, devendo remeter relatórios bimestrais ao Juízo pelo prazo de 12 meses, a fim de comprovar a manutenção da PSA e seus animais em condições dignas de vida.

Além disso, pode-se requerer na ação que o Poder Judiciário imponha obrigações à PSA, como, por exemplo:

- Que ela não impeça as ações do município em sua residência, bem como em relação aos seus animais;
- Que ela não adquira, adote ou aceite a doação de novos animais em sua residência, devendo encaminhá-los ao responsável do município em caso de abandono na porta de sua residência, para que seja realizado atendimento, castração e encaminhamento à adoção;
- Que ela não acumule lixos e entulhos em seu terreno;
- Que mantenha adesão às consultas e aos tratamentos médico e psicológicos indicados por setor/ órgão responsável do município.

Ao final, sugere-se a confirmação da tutela de urgência deferida, julgando-se também procedentes os pedidos finais para condenar:

- O município: a) a manter o atendimento multidisciplinar da PSA em questão enquanto viver naquele município, comunicando ao Juízo eventual mudança de endereço da pessoa; b) a manter, enquanto a PSA viver naquele município, o controle de lixo, de entulhos e do número de animais em sua residência dela, a fim de evitar a proliferação de agentes patógenos; c) a manter o devido atendimento médico-veterinário dos animais, incluindo anamnese, exames e internações, se necessário, registrando-os, castrando-os, vacinando-os, fazendo o controle de endo e ectoparasitos e, se necessário, encaminhando-os para adoção responsável; d) a formar uma equipe multidisciplinar e qualificá-la para atender os casos de PSA na cidade (CIASA); e) qualquer outra medida necessária aos cuidados da PSA.
- A PSA: a) a manter o tratamento psiquiátrico e psicológico; b) a não aceitar novos animais na sua casa; c) a não acumular lixos e entulhos no seu terreno.

Saliente-se que, na promoção dos interesses de PSAs em Juízo, deve-se levar em consideração a incidência de sistemas protetivos, como o Estatuto do Idoso e Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Além da necessária **cessação dos danos**, alcançada pelas medidas acima elencadas,

deve-se analisar a viabilidade de se requerer a **reparação dos danos** causados, por meio de indenização pelo dano animal, sempre se atentando para a necessária integralidade da reparação.

> *Por todo o exposto, finaliza-se ressaltando que lidar com o problema da acumulação de animais depois que ele já se encontra instalado é muito mais complicado, o que justifica a necessária* ***atuação preventiva do Poder Público municipal*** *por meio da adoção de programa de manejo populacional ético de cães e gatos e de promoção do bem-estar animal, incluindo ações de educação para a guarda responsável. Para isso, o censo de pessoas com potencial tendência à acumulação deve ser realizado anualmente no município, assim como o acompanhamento rotineiro dos casos já registrados.*

2.4 A necessidade de se fomentarem políticas municipais de atenção à PSA e ao ASA

Políticas são ações planejadas e executadas, majoritariamente, pela gestão pública, que visam ao bem-estar da sociedade. Para melhor compreensão do tema, recomenda-se a leitura do capítulo 2 deste guia.

O primeiro ponto para a elaboração de uma política é a identificação do problema. Assim, antes de tudo, é recomendável realizar **diagnóstico** envolvendo a situação dos casos de acumulação no município.

Os estudos deverão envolver a busca ativa de casos, com o mapeamento das regiões onde se encontram os casos de acumulação identificados. A partir desse ponto, passa-se à avaliação de indicadores, por exemplo, quantos e quais são os tipos de acumulação (objetos, animais ou mista), identificação dos casos mais graves, quantos e de quais espécies são os animais envolvidos, se há política pública voltada ao controle populacional de cães e gatos e à adoção responsável, existência de locais adequados para eventual destinação de animais, quando necessário, situação de vulnerabilidade das PSAs, entre outros aspectos relevantes.

A partir do reconhecimento e da adesão do problema na agenda pública, será necessário buscar e trabalhar por soluções. É importante escolher os caminhos considerando os recursos do município, bem como articular os encaminhamentos e ações necessárias com outras instituições, representações sociais, vizinhos e profissionais.

Em seguida, deve ser elaborada **legislação** contendo a Política Municipal de Atenção às Pessoas em Situação de Acumulação, com o objetivo de regulamentar a situação específica do acúmulo de animais, tendo por base os dados coletados no diagnóstico mencionado.

É recomendável a instituição de câmaras técnicas ou comitês. Câmaras técnicas são grupos temporários que surgem da necessidade de aprofundar a discussão de assuntos, atendendo a um caráter formal, estabelecido em regimento; ao passo que comitês são órgãos de coordenação, planejamento e execução das atividades de normalização técnica, relacionada ao seu âmbito de atuação. São responsáveis por realizar estudos, propor medidas concretas e normativas para o aperfeiçoamento de procedimentos e reforço à efetividade dos processos judiciais e prevenção de novos conflitos.

Sugere-se a criação de Comitê Intersetorial de Atenção dos Casos de Situação de Acumulação de Animais (CIASA), com a participação dos setores envolvidos na resolução do problema da acumulação, como saúde, assistência social e meio ambiente, defesa civil, limpeza urbana, obras e controle e segurança do trânsito, além de rede de apoio. O desenho do referido comitê encontra-se no capítulo 3 deste guia.

Para tratamento adequado do tema, deve-se considerar a necessidade de atenção às seguintes facetas do problema:

- Atenção à Pessoa em Situação de Acumulação (PSA) - capítulo 4;
- Atendimento aos Animais em Situação de Acumulação (ASA) - capítulo 5;
- Manejo ambiental, envolvendo biossegurança, avaliação de riscos e Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR) - capítulo 6;

Cada faceta tem seu tratamento específico esmiuçado nos diversos capítulos deste guia.

Não é demais lembrar que todo trabalhador envolvido em cada uma das etapas e processos do atendimento à PSA deve estar identificado e capacitado continuamente para o exercício de sua função.

Ademais, deve-se ressaltar a necessidade de inclusão nas previsões orçamentárias municipais os recursos necessários para manutenção e ampliação da política

pública, garantindo assim sua eficácia. Os recursos devem ser previstos no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Portanto, considerando-se a complexidade da questão que envolve a acumulação de animais, a senciência, a dignidade, e o bem-estar animal e a multiplicidade de riscos, bem como a responsabilidade do município pela tutela dos animais domésticos e da saúde, entende-se que a simples atuação sancionatória, nos âmbitos criminal e administrativo, envolvendo inclusive a retirada dos animais, **não tem o condão de interromper o ciclo de sofrimento que acompanha a acumulação**. Pelo contrário, uma atuação inovadora e estratégica envolve o engajamento do Poder Público municipal (por meio das Secretarias de Saúde e Meio Ambiente), de voluntários e associações de proteção animal local, de familiares, de vizinhos e de amigos do indivíduo em situação de acumulação.

Diante do exposto, a Política Municipal de Atenção às Pessoas em Situação de Acumulação de Animais, construída a partir de diagnóstico prévio e regulamentada em âmbito local mediante a criação de norma municipal, deverá abarcar, no mínimo, as seguintes medidas:

a. Criação do Comitê de Trabalho Intersetorial de Atenção Integral às Pessoas e Animais em Situação de Acumulação (CIASA), que deverá fomentar a discussão e divulgação do tema, promover articulação, criar e manter banco de dados atualizado das PSAs no âmbito municipal;
b. Para a PSA - Elaboração de Projeto Terapêutico Singular - (PTS) para cada PSA, destacando-se o responsável pelo caso e prevendo as medidas aplicáveis e metas de implementação, que permitam o acompanhamento do caso, por meio das Secretarias de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente, com o auxílio de eventuais outras secretarias, conforme necessidade. Deve ser observada, ainda, a necessidade de busca do apoio de familiares, vizinhos e amigos da PSA.
c. Para o meio ambiente – O manejo do ambiente envolve a limpeza do local, dando-se destino ambientalmente correto aos materiais arrecadados, conforme sua classificação. Para tanto, devem ser previstos:
i. Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos - (PGR);
ii. Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) que devem compor a biossegurança da equipe;
iii. Avaliação de riscos -– avaliação dos riscos naturais, estruturais, sanitários

e de acidentes;

iv. Eventualmente podem ser recomendadas medidas de recuperação do solo ou da água, quando constatadas alterações adversas. No caso da esporotricose, atenção especial deve ser dada à descontaminação do solo (por meio de limpeza e insolação), além da retirada de carcaças de animais com suspeita de contaminação e que tenham sido enterrados anteriormente, pois o fungo causador da doença permanece viável no solo.

d. Para a atenção aos animais - Manejo dos animais, preferencialmente na própria residência da PSA, levado a efeito pelo município, em parceria com clínicas veterinárias, universidades, entidades de proteção aos animais, família, amigos e vizinhos.

A decisão sobre a manutenção ou não dos animais junto à PSA deve ser tomada pelo município, de forma fundamentada, levando em consideração a senciência, a dignidade e o bem-estar animal. A retirada deles deve ocorrer somente em caso de risco à sua própria vida, segurança e integridade física. Nos demais casos, deve-se considerar a melhoria das condições do local, juntamente com a PSA, bem como a redução gradual e planejada do número de animais. Para tanto, é necessário prever, no mínimo:

i) O fornecimento de alimentação e insumos necessários para a manutenção digna dos animais;

ii) O atendimento médico-veterinário aos animais que necessitem de assistência;

iii) A avaliação do grau de bem-estar dos animais em situação de acumulação, aplicando-se o protocolo de Perícia em Bem-Estar aAnimal (PPBEA), com a emissão de laudo técnico;

iv) A identificação por meio de dispositivo eletrônico (microchip) e de forma externa (coleiras com placas ou marcação com tinta em cães e marcação da ponta de orelhas nos gatos), além de fotos com resenhas individuais registradas em planilha eletrônica);

v) A esterilização, quando os animais estiverem aptos para o procedimento, por meio de técnica minimamente invasiva para as fêmeas (acesso pelo flanco, com técnica do gancho), em conformidade com a legislação vigente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV);

vi) A vacinação antirrábica e polivalente (V8 ou V10 para cães; V3, V4 ou V5 para gatos);

vii) O exame de leishmaniose visceral canina – (LVC) (– teste rápido e ELISA) – e

cinomose (para cães) e avaliação da ocorrência de esporotricose e FIV/FELV (para gatos);

viii) O controle de endo e ectoparasitas;

ix) A adoção de animais, mediante programa de adoção responsável, com coleta de termo de responsabilidade e acompanhamento pós-adoção.

e. O controle e a fiscalização da atividade de comércio de animais;

f. O programa de educação humanitária, com ênfase na identificação, prevenção e controle da situação de acumulação de animais;

g. A comunicação aos órgãos responsáveis de casos em que fique evidenciada a prática de crime de maus-tratos, especialmente em casos do perfil "explorador de animais", para a adoção das medidas aplicáveis no âmbito da tríplice responsabilização.

h. O monitoramento contínuo dos casos de acumulação no âmbito municipal, bem como o monitoramento e a avaliação da própria política pública, para seu aperfeiçoamento contínuo.

i. O planejamento de como se dará o custeio das ações previstas na política pública.

3. ASPECTOS PENAIS DA ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS

A adoção de medidas criminais mostra-se necessária quando o indivíduo em situação de acumulação demonstra a vontade livre e consciente de cometer atos de abusos ou de maus-tratos contra os animais sob sua tutela, ainda que por omissão.

Para quem denunciar os maus-tratos?

Os maus-tratos podem ser comunicados nas Delegacias de Polícia, Ministério Público – MP, IBAMA (em casos de animais silvestres), Secretarias de Meio Ambiente e Conselhos Regionais de Medicina Veterinária.

As forças policiais devem se capacitar em relação às avaliações de bem-estar animal (BEA) a fim de se pautarem em aspectos técnicos; saber reconhecer e identificar PSA; perceber padrões de atitudes e comportamentos e entender o contexto da situação em que ela se encontra.

A autoridade policial, a partir da comunicação do fato, vai instaurar o **Inquérito**

Policial - IP, conforme disposto no art. 5º, § 3º, do Código de Processo Penal:

> **Art. 5º** [...]
> **§ 3º** - Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

O IP é instaurado de ofício (Portaria ou Auto de Prisão em Flagrante ou por requisição (Juiz, MP)/requerimento (ofendido). A sua finalidade é a colheita de elementos de informação acerca da autoria e materialidade da infração penal praticada, para que o titular da ação penal (Ministério Público) forme sua *opinio delicti*.

No IP, o Delegado conduz as diligências necessárias e faz o indiciamento (aponta o principal suspeito). Ao final, vai elaborar relatório contendo informações sobre as providências adotadas na investigação, podendo sugerir classificação legal para os fatos. Contudo, o Ministério Público não fica vinculado às conclusões contidas no documento.

Mas qual seria o crime perpetrado pelo infrator?

Trata-se do delito previsto no art. 32 da Lei de Crimes Ambientais.

Isso porque a regra da vedação à crueldade, trazida no art. 225, §1º, VII, da CR/88, foi regulamentada como norma de reforço proibitivo, pela Lei n.º 9.605/98, no mencionado artigo, que prevê o crime de maus-tratos a animais:

> **Art. 32** - Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:
> Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.
> [...]
> **§ 1º-A** Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.
> **§ 2º A** pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

É comum que os animais mais frequentemente vitimados na acumulação sejam justamente os cães e gatos, o que faz incidir a figura qualificada do crime, inserida no citado §1º-A, a partir da Lei n.º 14.064, de 2020.

Com o aumento das penas para o crime de maus-tratos a cães e gatos (dois a cinco anos) o delito deixa de ser de menor potencial ofensivo (Juizados Especiais – contravenções penais e pena privativa de liberdade de até dois anos). Com isso, não se aplicam mais os benefícios da Lei 9.099/95, como a transação penal e a suspensão condicional do processo. Além disso, passa a admitir a prisão preventiva (art. 313, I, do CPP) e veda o arbitramento da fiança pela autoridade policial (art. 322 do CPP). Também não é raro que se encontrem cadáveres de animais no local, o que faz incidir a causa de aumento de pena prevista no §2º.

E no caso devem ser considerados tantos delitos quanto forem os animais, em concurso material (as penas de cada um dos crimes são somadas, na forma do art. 69 do Código Penal). Isso porque cada animal submetido a maus-tratos pela PSA é uma vítima distinta, dotada de dignidade própria.

O que acontece após o inquérito policial?

O Ministério Público - MP é o titular da ação penal no caso de crime de maus-tratos contra animais. A ação é pública incondicionada, o que significa que não depende de representação (manifestação) do ofendido. Recebido o IP, o MP poderá:

- Oferecer denúncia (o Juiz pode aceitar ou rejeitar a denúncia), dando início à ação penal pública incondicionada;
- Pedir o arquivamento do IP (quem arquiva é o Juiz);
- Solicitar novas diligências, que deverão ser cumpridas pela Polícia Civil.

A Ação inicia-se com a denúncia do MP, contendo a qualificação do denunciado, a exposição dos fatos, rol de testemunhas e a classificação do crime (que pode ou não ser a mesma apontada pelo Delegado no IP).
A aplicação de pena pelo Estado depende da observância do devido processo legal, que prevê garantias aos réus, tais como contraditório e ampla defesa. No processo serão ouvidos réus e testemunhas, realizadas provas técnicas, anexados documentos, tudo para dar ao Juiz condições de decidir a questão na sentença, de forma fundamentada.

O processo criminal visa a decidir o direito de punir do Estado.

O conceito de crime no Brasil é tripartite, pois é considerado como **fato típico, ilícito e culpável**. Dentro da **tipicidade** encontramos a conduta, o nexo de causalidade, o resultado e a tipicidade; na **ilicitude** deve-se aferir se a pessoa não age amparada por alguma das excludentes (legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal, exercício regular de um direito e estado de necessidade); por sua vez, na **culpabilidade** temos a necessidade de verificação de imputabilidade, exigibilidade de conduta diversa e potencial consciência da ilicitude. Presentes todos os elementos, temos o crime.

No caso da acumulação de animais são questões mais complexas a da imputabilidade do agente (elemento da culpabilidade) e a aferição do dolo (dentro da conduta, na tipicidade), que abordaremos a seguir:

Quais as dificuldades na aferição do dolo na acumulação?

Há diferentes tipos de PSA e em alguns casos há genuína preocupação com os animais, não havendo o intuito de causar maus-tratos. Para melhor entendimento do assunto, veja o capítulo 4 “Atenção à Pessoa em Situação de Acumulação” deste guia.

Como já explanado em capítulos anteriores, em grande parte dos casos, a PSA tem uma visão distorcida da realidade na qual os animais estão inseridos e não compreende ou não tem consciência de que elas próprias são as responsáveis por ambientes insalubres, alimentação inadequada, espaço físico e instalações inapropriados, falta de assistência veterinária, privando os animais de suas necessidades mínimas. Além disso, muitas vezes compartilham das mesmas condições indignas, chegando a prejudicar seu próprio sustento em decorrência das despesas oriundas da manutenção dos animais.

Mais do que nunca, é imprescindível uma abordagem assertiva, respeitando princípios técnicos e jurídicos, pois uma PSA de animais está suscetível a ser presa, com pena de dois a cinco anos, multa e proibição da guarda dos animais.

Convém apontar que o elemento subjetivo é mais facilmente constatado nos casos em que o indivíduo é caracterizado como do tipo “explorador de animais”, que, não raro, apresenta insensibilidade com o sofrimento e o destino dos animais que tutela.

Nos demais casos, o que se vê, em geral, são animais humanos e não humanos em situação de vulnerabilidade partilhando sua miséria e seu desamparo.

De qualquer forma, o dolo deverá ser aferido na análise de cada caso concreto.

A conduta (elemento da tipicidade) pode ser dolosa ou culposa. Como ensina Rogério Greco "dolo é a vontade e consciência dirigidas a realizar a conduta prevista no tipo penal incriminador" (GRECO, 2006).

O dolo pode ser direto, quando o agente quer praticar a conduta, ou indireto. Neste último caso é subdividido em alternativo (quer praticar uma conduta ou outra) ou eventual (assume o risco de produzir o resultado). Uma informação importante é que tanto o dolo direto quanto o indireto eventual configuram o crime doloso.

A lei só prevê como crime os maus-tratos contra animais praticados a título de dolo. Isso significa que se o agente agiu com culpa (inobservância de um dever de cuidado - negligência, imprudência ou imperícia) não haverá crime.

Dado esse fato, a complexidade aumenta ainda mais, já que a linha que separa a PSA do protetor de animais, no cenário caótico de ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento de animais, muitas vezes pode ser tênue.

A dúvida costuma se dar entre o dolo eventual (o agente assume o risco de produzir o resultado) e a modalidade de culpa consciente (em que o agente acredita que o resultado não vai acontecer).

> *O que efetivamente diferencia o **dolo** da **culpa** é a **finalidade da conduta**. No primeiro caso o fim buscado (ou assumido) pelo agente é ilícito, ao passo que na culpa o fim é lícito (apesar de o resultado ser ilícito).*

Então, se o agente assume o risco de causar maus-tratos contra animais por meio da acumulação, sem fornecer os cuidados adequados, age com dolo eventual e pratica conduta prevista no art. 32 da Lei de Crimes Ambientais. Por outro lado, se o agente pretende retirar os animais das ruas, fornecendo-lhes cuidado, mas acaba causando-lhes maus-tratos por negligência, imprudência ou imperícia, não incide na pena prevista no art. 32 da Lei de Crimes Ambientais (o que não impede a adoção de providências administrativas ou cíveis). Nesse caso, o agente atua com

inobservância de um dever objetivo de cuidado.

Para se chegar a uma conclusão a respeito da situação, primeiramente deve-se questionar se o agente tem capacidade de entendimento, conforme será visto adiante. Se tiver, é necessário ainda saber se possui vontade e consciência dirigidas a uma finalidade ilícita (dolo), podendo esta se manifestar na mera aceitação da possibilidade de ocorrência do resultado lesivo (dolo eventual), ou seja, o agente identifica que a acumulação de animais de forma inadequada é capaz de gerar maus-tratos e decide ainda assim mantê-la.

A PSA pode praticar o crime de maus-tratos mesmo se não agredir os animais?

Sim. Isso porque, além de serem dolosas ou culposas, as condutas também podem ser classificadas como **comissivas (ação) ou omissivas (omissão)**. A omissão juridicamente relevante ocorre quando há uma abstenção de atividade imposta por lei ao agente.

Isso acontece no caso de o garantidor, que tem dever especial de proteção:

- Possua obrigação legal de cuidado, proteção ou vigilância;
- De outra forma, assuma a responsabilidade de impedir o resultado;
- Com seu comportamento anterior, tenha criado o risco da ocorrência do resultado.

Portanto, o tutor de animais pode cometer crime de maus-tratos não apenas por sua conduta ativa, por exemplo: agredir o animal, mas também por sua conduta omissiva, como deixar de fornecer alimentação, cuidados e tratamento veterinário, desde que, como visto, a conduta seja dolosa.

Como saber se a PSA é imputável?

Juridicamente, a regra é a capacidade e autonomia das pessoas, devendo a incapacidade de discernimento mental ser devidamente comprovada. Trata-se de conclusão que deve ser aferida em perícia técnica, no bojo de incidente de insanidade mental, que se encontra regulado no Código de Processo Penal, do art. 149 até o art. 154.

O art. 149 traz os legitimados para requerer a instauração do incidente, cabendo apenas ao magistrado determinar a sua realização, acolhendo pedido do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, ou mesmo de ofício. O objetivo é a verificação da higidez mental do acusado, por meio de exame médico-legal.

Em relação ao momento, o incidente poderá ser instaurado na fase de IP, a pedido da autoridade policial (art. 149, § 1º) ou no curso do processo. Instaurado o incidente, em autos apartados, estes serão anexados ao processo principal após a juntada do laudo (art. 153). Durante o prazo de realização da perícia (45 dias, de acordo com o art. 150, § 1º), o processo principal fica suspenso e o juiz nomeará um curador ao acusado (art. 149, § 2º). A presença do curador será mantida no acompanhamento do desfecho do processo principal, caso o acusado seja considerado inimputável (art. 151).

Em decisão proferida nos autos do processo 0001149-82.2011.4.02.5002 (2011.50.02.001149-5), da 2ª Vara Federal de Cachoeiro do Itapemirim/ES, o Juiz determinou a abertura de incidente de insanidade de ofício, ao perceber sinais de acumulação compulsiva de animais. Os quesitos formulados auxiliam na compreensão de quais são os esclarecimentos necessários para se aferir a imputabilidade de alguém nesses casos:

> *1. O acusado sofre do distúrbio conhecido como acumulação compulsiva de animais, ou "Síndrome de Noé", ou ainda de alguma outra perturbação da saúde mental? Em caso positivo, favor informar o código CID10 da moléstia identificada e a data provável de início da doença, informando objetivamente os dados que amparam as conclusões.*
> *2. O acusado vem realizando algum tratamento ou acompanhamento médico? Em caso positivo, descrever qual seria o tratamento e desde quando ele vem sendo realizado.*
> *3. É possível afirmar que, na data dos fatos (18/05/2011), o réu era total ou parcialmente incapaz de entender o caráter ilícito das condutas descritas na denúncia ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (CP, art. 26)?*
> *4. O acusado necessita de especial tratamento curativo que recomende a substituição de eventual pena privativa de liberdade por internação ou tratamento ambulatorial (CP, art. 98)?*
> *5. Queiram os Srs. Peritos esclarecer o que mais entenderem necessário sobre a saúde mental do acusado.*

O laudo pericial pode concluir que o acusado era **inteiramente incapaz de compreender o que fazia**, caso em que a sentença será de absolvição imprópria, com a imposição de medida de segurança (tal como internação ou tratamento ambulatorial, conforme disposto no art. 386, inciso VI, do CPP).

> **Segundo o artigo 26 do Código Penal:**
> É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Isso significa que quem não tem capacidade de entendimento não vai ser preso e não lhe será imposta uma pena. Entretanto, como a pessoa representa um perigo para a sociedade, pois praticou o ato ilícito, deverá receber o tratamento indicado para a sua condição, para que não mais reincida na conduta delituosa.

Além disso, o laudo pericial também pode concluir que a pessoa **não era inteiramente capaz de entender o que fazia**, caso em que a sentença será condenatória e a pena será reduzida ou substituída por medida de segurança (art. 98 do Código Penal).

> Art. 26 [...]
> **Parágrafo único** - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Se, por fim, o laudo pericial concluir que a pessoa era **inteiramente capaz** de entender o que fazia, a sentença será condenatória, com a pena normalmente imposta.

Mas, uma vez diante de conduta que se amolda ao tipo penal de maus-tratos, **qual medida deve ser adotada em prol dos animais para fazer cessar os danos?**

A forma mais simplista de se endereçar a questão é afirmar que incumbe ao Poder Público o dever de fazer cessar a prática delitiva, por meio da retirada do animal da condição lesiva aos seus interesses.

Mas é inaceitável que os animais sejam simplesmente retirados de onde vivem e liberados nas ruas, sob pena de o Estado incidir na prática do crime de maus-tratos, por abandono de animais, bem como por questões sanitárias. Salvo condições específicas, também não se recomenda o encaminhamento dos animais aos Centros de Controle de Zoonoses, tendo em vista as funções singulares desse órgão descritas na Portaria 1.138/2014, do Ministério da Saúde.

Sempre que possível, o indivíduo deve participar da execução das estratégias, inclusive contribuindo com a decisão de serem colocados os animais em adoção, depois de cuidados e castrados, salvo quanto àqueles sobre os quais a pessoa direcione especial estima e tenha condições de mantê-los.

Convém lembrar que as ações em prol dos animais devem ter como premissa a senciência e o princípio da dignidade animal, garantindo-se a preservação de seus interesses fundamentais, ligados à garantia de seu bem-estar, cujo conceito requer conhecimentos multidisciplinares.

Para sistematizar a questão e resguardar aspectos mínimos de bem-estar, trabalha-se com a ideia de cinco liberdades, conceito que vem sendo aprimorado desde a sua criação, em documento intitulado Relatório Brambell, destinado ao bem-estar de animais de produção na Inglaterra. De acordo com essa construção técnica, o bem-estar animal depende de: Liberdade nutricional (viver livre de fome e sede); Liberdade psicológica (viver livre de estresse, medo ou sentimentos negativos); Liberdade ambiental (viver em ambiente limpo, adequado e condizente com as necessidades de sua espécie); Liberdade comportamental (poder expressar comportamento natural de sua espécie); e Liberdade sanitária (viver livre de dores, lesões e doenças) (PULZ, 2013, p. 78; SOUZA, 2006; e BROOM, 2004, p. 3).

A Lei Estadual de Minas Gerais n.º 22.231/2016, em seu art. 1º, traz alguns exemplos de condutas que podem ser consideradas como maus-tratos contra animais, sendo especialmente aplicáveis à acumulação as seguintes: privar o animal das suas necessidades básicas (inciso I); criar, manter ou expor animal em recinto desprovido de segurança, limpeza e desinfecção (inciso V); deixar de propiciar morte rápida e indolor a animal cuja eutanásia seja necessária e recomendada por médico veterinário (VIII); e promover distúrbio psicológico e comportamental em animal (X) (MINAS GERAIS, 2016).

A definição do bem-estar animal auxilia na identificação das ações e omissões que se categorizam como maus-tratos, funcionando como ponte entre a noção de que os animais são seres sencientes e a atuação jurídica voltada à proteção animal, pautada no princípio da dignidade. Sendo assim, as condutas incompatíveis e que inviabilizam as liberdades elencadas geram repercussões administrativas, penais e cíveis (em atenção à tríplice responsabilidade).

E, como seres sencientes, os animais são tutelados no ordenamento jurídico brasileiro, destacando-se a regra da vedação à crueldade e o princípio da dignidade animal, ambos residentes no art. 225, §1º, inciso VII, da CR/88, como norma autônoma de Direito Animal.

A regra da vedação à crueldade, trazida pela CR/88, foi regulamentada pela Lei de Crimes Ambientais, a Lei n.º 9.605/1998, alçando-a à condição de crime (art. 32). E, em face da ocorrência de infração ambiental, seja na esfera criminal, seja na esfera administrativa, incumbe ao Poder Público o dever de fazer cessar a prática delitiva, por meio da retirada do animal da condição lesiva aos seus interesses, a teor do que disciplina o art. 25 da Lei de Crimes Ambientais, in verbis:

> **Art. 25.** Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.
> **§ 1º** Os animais serão prioritariamente libertados em seu habitat ou, sendo tal medida inviável ou não recomendável por questões sanitárias, entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados.
> **§ 2º** Até que os animais sejam entregues às instituições mencionadas no **§ 1º** deste artigo, **o órgão autuante zelará para que eles sejam mantidos em condições adequadas de acondicionamento e transporte que garantam o seu bem-estar físico**. (BRASIL, 1998, grifo acrescido).

É preferível que essas estratégias sejam construídas com a participação de todos os agentes envolvidos, devidamente previstas em termo de compromisso de ajustamento de conduta (art. 5º da Lei nº 7.347/1985), cujo cumprimento deve ser demonstrado por meio da apresentação de relatórios periódicos. Não se mostrando possível a resolução autocompositiva, a propositura da ação civil pública se impõe.

Assim, conforme já exposto, o Direito Penal não necessariamente oferece resposta

para o problema da acumulação, que deve ser tratado também (ou até mesmo prioritariamente, a depender do caso concreto) em outras vertentes.

Historicamente, as organizações municipais de controle de animais usam abordagem policial para casos de acumulação de animais, independentemente da situação, tamanho ou complexidade (PATRONEK et al., 2006). Isso não é aconselhável como a primeira intervenção, pois a condução criminal da situação geralmente é prematura e pode dificultar ações posteriores, principalmente pela quebra da confiança.

Normalmente, a PSA tende a ser processada por crueldade animal, ignorando-se os aspectos de saúde mental que também deveriam ser abordados (PATRONEK & WEISS, 2012). Quando o problema é visto por este prisma, **é visível que as leis de maus-tratos não resolvem o problema nem previnem as recidivas** (BERRY, 2005; TÁVORA, CORTEZ, 2016).

4. DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

O Estado é fruto da necessidade de organização das sociedades e de equilíbrio entre a vontade de cada um e os interesses comuns. Para exercer esse dever, ele goza do chamado **Poder de Polícia**, com o qual "é possível limitar a atuação individual em prol de interesses coletivos. (...) uma vez elaboradas e vigentes as leis que delimitam comportamentos em dada sociedade, é o poder de polícia que vai zelar para que tais normas sejam cumpridas" (MOL, 2016, p. 120- 121).

Cretella Júnior (1999, p.20) define o Poder de Polícia como "a faculdade discricionária da Administração de, dentro da lei, limitar a liberdade individual em prol do interesse coletivo".
Desde a Constituição Federal de 1988, o meio ambiente, nele inseridas a flora e a fauna, passou a ser considerados bem protegidos. Os animais, conforme o art.225 da CF, devem ser tutelados pelo Estado e devem ser vedadas todas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou os submetam à crueldade.

Diante disso, MOL propõe uma expansão do conceito de Poder de Polícia, para contemplar o estabelecido na CF/88. Para a autora, "Poder de Polícia é a faculdade que tem a Administração Pública para, conforme a lei, limitar a liberdade e os interesses individuais em prol do interesse da coletividade e do meio ambiente, nele

incluída a fauna." (MOL, 2016, p.122).

Quando se fala em interesse da fauna, é preciso reconhecer os animais como um fim em si mesmo, seres vivos e sencientes. Assim, quando o Estado exercer o seu Poder de Polícia em relação aos animais, cada indivíduo deve ser considerado para avaliação dos danos e crueldades que possa ter sofrido.

Extrai-se do conceito de Poder de Polícia que ele se dá de acordo com a lei, ou seja, ele é precedido de leis que irão nortear o seu exercício. É o que passaremos a expor.

Conforme já exposto, a Constituição Federal veda as práticas que submetam os animais à crueldade (art.225). Nessa esteira, a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/98) tipifica como crime a conduta de maus-tratos e abuso contra animais.

Como você está lendo ao longo deste guia, as situações de acumulação de animais podem causar maus-tratos e ofender as liberdades destes seres sencientes. Já vimos que a conduta que causa maus-tratos aos animais, em tese, é passível de responsabilização criminal. Mas, considerando-se a tríplice responsabilidade e a independência de instâncias, a mesma conduta pode também gerar a responsabilização administrativa.

Prevê o art. 70 da Lei de Crimes Ambientais que "considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente".

Já o art. 29 do Decreto n.º 6.514/2008 traz a infração administrativa de "praticar ato de abuso, maustratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos", com penalidade de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 3.000,00 (três mil reais) por indivíduo.

Vale salientar que o que foi exposto em relação à retirada do animal da posse do infrator em caso de prática de crime de maus-tratos aplica-se também à infração administrativa. Com efeito, o Decreto n.º 6.514/2018, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais (art. 25), prevê, em caso de infração administrativa, a apreensão de animais. Assim, o agente de fiscalização, no uso do seu poder de polícia, poderá proceder à "apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos

ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração" (arts. 2º, IV, 101, 102 e 107).

Mas, assim como no âmbito penal, a diversidade de tipos de PSA e a complexidade da questão fazem surgir dúvidas na atuação administrativa.

Como lidar, em "sede de poder de polícia" com essa situação? Em outras palavras, como os agentes fiscais devem se posicionar diante de uma acumulação de animais que sos submete aos maus-tratos e crueldades?

A Lei de Crimes Ambientais (art.79) prevê a hipótese de aplicação subsidiaria do Código Penal (CP) e do Código de Processo Penal (CPP) às infrações ambientais. Isso significa dizer que, havendo lacunas na Lei ambiental, é possível utilizar os institutos do CP e do CPP. Esse é o caso da análise dos procedimentos a serem tomados, em âmbito administrativo, quando o fiscal se deparar com um PSA de animais. Vejamos o porquê.

Considerando que a PSA de animais pode estar passando por um período de comprometimento das suas faculdades mentais que a impeça de compreender o caráter ilícito da sua conduta, o Poder de Polícia, exercido pelos fiscais, deve se abster de aplicar as penalidades previstas na legislação? Em termos jurídicos, deve a PSA ser considerada a priori inimputável pelo agente fiscal?

Assim como no âmbito penal, a resposta é negativa. O ordenamento jurídico parte do pressuposto de que todos são capazes e sãos, cumprindo aos infratores alegarem e comprovarem o contrário, por si ou por meio de seu representante legal.

Logo, perante a constatação de infração ambiental, a Administração Pública, tem o poder/dever de atuar para afastar o ilícito, em prol do bem comum, e isso inclui a imposição de todas as sanções legais que estejam ao seu alcance como forma de reparar e, especialmente, de prevenir o dano a bem difuso, devendo a complexa resolução a respeito da sanidade mental do transgressor ser remetida para as vias próprias e adequadas.

Diante disso, conclui-se que, embora a PSA possa estar acometido de doença mental que a torne incapaz de entender que está maltratando os animais que pensa proteger, não cumpre ao fiscal realizar a avaliação dessa condição, mas tão somente, considerar in loco a infração. Ou seja, **fiscalizar e lavrar o auto de infração**. Uma

vez autuado, cumpre a PSA por si ou por quem a represente, alegar o incidente de sanidade mental no bojo do processo administrativo.

Vale lembrar que os atos dos agentes públicos gozam de presunção de legitimidade, sendo a imposição de penalidade essencial para a configuração e exercício do Poder de Polícia.

> *Em Minas Gerais, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMAD) se manifestou nesse sentido na Nota Jurídica ASJUR/SEMAD n.º 206/2020.*

Apesar do exposto no presente item, a discussão sobre a complexidade da questão da acumulação e acerca da insuficiência da mera punição para a resolução do problema, já abordada quando da explanação referente à responsabilidade criminal, aplica-se igualmente à responsabilidade administrativa.

Como conclusão deste capítulo, pode-se dizer que, no cenário ideal, a situação de acumulação (em geral e, em especial, aquelas envolvendo animais) deve ser objeto de regramento via política pública, devendo o executivo municipal acompanhar os casos sem a necessidade de intervenção do Ministério Público e/ou do Poder Judiciário.

Quando tal não se realiza no caso concreto, no entanto, o MP pode atuar contra essa omissão municipal (visando ao fomento de política pública) ou tendo por foco situação de acumulação específica (caso individual de PSA). Em qualquer hipótese, atua, cível e criminalmente, em busca da proteção do meio ambiente, das pessoas e dos animais, tendo por baliza o exercício de seu papel de promoção da cidadania.

Na área cível, a atuação do Ministério Público em atenção às pessoas em situação de acumulação inicia-se com a tentativa de resolução extrajudicial e pode chegar ao ajuizamento de ação civil pública. Essa atuação deve considerar a complexidade do tema, estimulando o envolvimento de setores do executivo municipal, da sociedade civil e da família do indivíduo, com vistas a que ele possa superar esta condição, garantindo, de forma concomitante, a dignidade dos animais e a restauração do meio ambiente atingido.

Já na esfera penal, busca-se a responsabilização criminal daquela pessoa em

situação de acumulação que, agindo com dolo e consciência da ilicitude de sua conduta, pratica o crime de maus-tratos contra animais.

De forma concomitante, os órgãos fiscalizadores devem exercer seu poder de polícia para fiscalizar e punir situações que configurem ilícitos administrativos.

Não se pode olvidar, ainda, da essencial participação da sociedade, através dos cidadãos ou de organizações não governamentais, em cobrar do poder público municipal a elaboração e implementação de políticas públicas em prol dos animais, reportar casos de acumulação e de maus-tratos, auxiliar na solução do problema, na medida de sua possibilidade, bem como acompanhar a resolução da questão. Afinal, a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado é dever de todos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV. Porto Alegre: Artmed, 1995.

ARAÚJO, Fernando. A hora dos direitos dos animais. Coimbra: Editora Almedina, 2003.

ARISTÓTELES. A política. Trad. Nestor Silveira. 1 ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

ASJUR/SEMAD . Nota Jurídica 206/2020. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA.

RESPONSABILIZAÇÃO SUBJETIVA. TEORIA DA CULPABILIDADE. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO PENAL. IMPUTABILIDADE. PRESUNÇÃO. EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE. INIMPUTABILIDADE. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO.

ATAÍDE JÚNIOR, Vicente. Animais têm direitos e podem demanda-los em juízo. Disponível em: ≪https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/ajufe/animais-tem-direitos-e-podem-demanda-los-em-juizo-23072020≫ Acesso em 20 de nov. 2020.

BRASIL. Lei Federal N º 7.437 de 20 de dezembro de 1985. Inclui, entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 - Lei Afonso Arinos.

BRASIL. Lei No 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRASIL. Lei Nº 13.105 de 16 de Março de 2015. Código de Processo Civil.

BRASIL. Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

CAETÉ, Autos de Ação Civil Pública n. 5000698-45.2020.8.13.0045. 02 de julho de 2020. Acessível em: https://pje.tjmg.jus.br/pje/login.sea.

CAETÉ, Inquérito Civil MPMG n. 0045.18.000164-1. 11 de fevereiro de 2018. Acessível em: https://pje.tjmg.jus.br/pje/login.sea.

CARDOSO, T. C. M., BASTOS, P. A. S. PSAes de animais: instrumento de vistoria técnica e perfil de casos no município de Guarulhos, SP, Brasil. Revista Brasileira Ciência Veterinária, v. 26, n. 3, p. 75-81, jul./set. 2019. Disponível em: http://periodicos.uff.br/rbcv/article/view/27645/23155 acesso em: 27/12/2020.

COSTA RICA, Lei Federal n. 7451/94. Bienestar de los animales. Dado en la Presidencia de la República.- San José, a los diecisiete días del mes de noviembre de mil novecientos noventa y cuatro, 1994.

CRETELLA JÚNIOR, J. Do poder de polícia. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

CUNHA, G. R., MARTINS, C. M., PELLIZZARO, M., PETTAN-BREWER, C., BIONDO, A.W.. Sociodemographic, income, and environmental characteristics of individuals displaying animal and object hoarding behavior in a major city in South Brazil: A cross-sectional study. Veterinary World , p. 3111-3118, 2021.

FARIAS, Cristiano Chaves de; NETTO, Felipe Peixoto Braga; ROSENVALD, Nelson. Novo Tratado de Responsabilidade Civil. São Paulo: Atlas, 2015.

FIUZA, César. Direito Civil: curso completo. 18a ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

GOMES, Laiza Bonela; JUNIOR Antônio Barbosa da Silva; OLIVEIRA, Camila Stefanie Fonseca de; PAIVA, Marcelo Teixeira; SOARES, Danielle Ferreira de Magalhães; TEOTÔNIO, Helena de Castro; XAULIM, Gustavo de Morais Donancio Rodrigues. Belo Horizonte. Artigo: Esclarecimento Sobre Pessoas Em Situação De Acumulação. MPMG. Disponível em: https://webmail.mpmg.mp.br/service/home/~/?auth=co&loc=pt_BR&id=35561&part=3. Acesso: 31 de março de 2020.

HOBBES, T. Leviatã. Trad. João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MINAS GERAIS. Lei Estadual Nº 21.970 de 15 de janeiro de 2016. Dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos.

MINAS GERAIS. Lei Estadual Nº 22.231 de 20 de julho de 2016. Dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado e dá outras providências.

MÓL, S. Carroças urbanas e animais: uma análise ética e jurídica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

NOGUEIRA, Vânia Márcia Damasceno. Direitos Fundamentais dos Animais: a construção jurídica de uma titularidade para além dos seres humanos. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

PIRACICABA, Lei Municipal n. 5.131 de 2002. Disponível em: http://www.piracicaba.sp.gov.br/zoonoses+promove+semana+municipal+de+direitos+dos+animais.aspx. Acesso em: 12 de jul. 2021.

ROSSO, Paulo Sérgio. Responsabilidade por danos causados por animais no novo Código Civil. 2007. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9743-9742-1-PB.pdf. Acesso em: 12 de jul. 2021.

ROUSSEAU, J. J. Do contrato social. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

SANTANA, Rocha Luciano; OLIVEIRA, Thiago Pires. Guarda Responsável e Dignidade Animal. 2004. Disponível em: http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos/guardaresponsveledignidadedosanimais.pdf. Acesso em: 12 de jul. de 2021.

SILVA, Carlos Eduardo de Miranda; OLIVEIRA, Sônia de. Guarda Responsável e Dignidade Animal: uma abordagem da situação dos cães na sociedade, considerando a tutela ministerial e as políticas públicas adotadas. 2015. Disponível em: http://www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/Monografias/Carlos_Eduardo_Miranda_Silva.pdf. Acesso em: 12 de jul. 2021.

SILVA, Joana Angélica Ma[1] cedo Costa; SOARES, Danielle Ferreira de Magalhães; TEIXEIRA, Glendalesse Nunes Rocha de Faria. Belo Horizonte. 6- PSAes de Animais. Revista Médico Veterinária – UFMG. N.83. Dezembro de 2016. Disponível em: https://vet.ufmg.br/ARQUIVOS/FCK/file/ct83.pdf. Acesso em: 31 de março de 2020.

SILVANO, D.; BENDAS, A.J.R.; MIRANDA, M.G.N.; MENDES-DE-ALMEIDA, F.; LABARTHE, N.V.; PAIVA, J.P. Divulgação dos Princípios da Guarda Responsável: uma vertente possível no trabalho de pesquisa de campo. Revista Eletrônica Novo Enfoque, ano 2010, v. 09, págs. 64-86.

SINGER, Peter. Libertação Animal. Traduçao de Marly Winckler. São Paulo: Lugano, 2010.

STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil: doutrina e jurisprudência, tomo I – 9ª ed. rev., atual. e reformulada com Comentários ao Código Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

Fonte: Acervo de perícias da CEDA

CAPÍTULO 9

O QUE FAZER FRENTE À SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS?

Gustavo de Morais Donancio Rodrigues Xaulim, Ana Liz Ferreira Bastos, Lívia Andrade, Luana Clarice das Neves

A acumulação de animais é considerada um fenômeno complexo que, apesar de já ser reconhecido no universo acadêmico, ainda é de difícil solução para a gestão da saúde.

As situações de acumulação geralmente chegam às autoridades locais por meio de notícias da população ou pela sinalização das equipes da rede pública durante suas práticas cotidianas (agentes comunitários da saúde, agentes de combate a endemias ou outros profissionais das equipes de estratégia de saúde da família). Geralmente estão relacionadas às condições higiênico-sanitárias do local, ao baixo grau de bem-estar dos animais e/ou ao abandono de idosos. A tomada de ação interdisciplinar e intersetorial é fundamental para resolução, sendo necessária a inclusão de diversos serviços das prefeituras, principalmente da saúde (vigilância em saúde, atenção primária e saúde mental), meio ambiente, assistência social, limpeza urbana e defesa civil.

Profissionais de diferentes áreas devem unir esforços para discutir o tema e propor estratégias de resolução, criando um grupo de trabalho especificamente para essa finalidade. Psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, equipes de saúde da família, agentes de saúde (comunitários e de endemias), médicos-veterinários, especialmente vinculados ao NASF-AB e outros profissionais da saúde pública

devem formular um Plano de cuidados voltado para cada pessoa em situação de acumulação (ler capítulo 3 – Criação do CIASA). É fundamental que nesse grupo de trabalho seja incluída, como convidada, a proteção animal do muncípio, seja ela organizada ou independete, pois são pessoas que recebem muitos pedidos para socorrer animais em situações de acumulação e tem muito diálogo com pessoas em situação de vulnerabilidade. Muitos casos não chegariam ao serviço público sem antes passar pela proteção animal. Neste Plano deverão ser elencadas as ações prioritárias de acordo com as necessidades de cada caso. Os profissionais da saúde, especificamente os técnicos da atenção primária, têm a função ordenadora do cuidado e são responsáveis por iniciar o acompanhamento do caso.

As ações dos profissionais da saúde não se limitam ao ato técnico, mas se expandem por ações educativas que possam devolver a saúde aos indivíduos, incluindo os animais, tendo, assim, um sentido mais amplo, com grande responsabilidade social. A mediação de emoções destaca-se como uma nova tendência e investir na formação do profissional da saúde como mediador de emoções constitui-se um dos grandes desafios rumo às práticas de saúde humanizadas decorrentes de um processo lento de conscientização e corporificação de um novo conhecimento por parte do pessoal de saúde. Arruda e Arruda (2010) sugerem que o profissional de saúde enquanto mediador de emoções para a saúde precisa:

- Aprender a conhecer para buscar instrumentos de compreensão. Para mediar emoções é preciso investir no estudo da complexidade do mundo e na diversidade das relações que nele se estabelecem.
- Aprender a ser para desenvolver a capacidade de autonomia, de autoconhecimento e responsabilidade pessoal. Para mediar emoções é preciso investir no desenvolvimento integral da pessoa humana juntando o espírito ao corpo, a inteligência à sensibilidade, o raciocínio à estética, investir também na aptidão para dialogar e acolher o outro.
- Aprender a fazer articulando qualificação técnica e profissional. O desafio da formação profissional na atualidade está em investir na construção de uma "competência individual" que inclui capacidade de trabalhar a razão a partir da emoção, de mediar conflitos sem arbitrar.
- Aprender a viver juntos/a conviver: aprender a viver com os outros desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências - realizar projetos comuns e preparar-se para mediar emoções desenvolvendo o respeito ao pluralismo de ideias, a compreensão mútua e a busca pela paz.

Neste ponto, a formação do CIASA citado anteriormente, podem ser uma estratégia para sensibilizar os profissionais a começarem a trabalhar o problema de forma holística, agindo como mediadores de emoção junto a pessoa em situação de acumulação e seus animais. O Plano elaborado pelo CIASA deverá ter ações voltadas para o controle da situação de risco e a reinserção do indivíduo na comunidade, atender de forma imediata os animais em situação de negligência e promoverá uma rede intersetorial local (microrrede). Esta microrrede será composta por um conjunto de serviços de diferentes funções e complexidades, que devem operar de forma articulada no território, de modo a atender às necessidades específicas do caso. **É importante ressaltar que a estratégia de intervenção utilizada é diferente em cada caso**, e que a pessoa participa ativamente das decisões.

Em razão da importância do tema, da necessidade de intervenção diante dos estudos científicos e da epidemiologia retratados, diversas prefeituras estão articulando e criando políticas públicas para atender a pessoas em situação de acumulação. Dentre algumas políticas públicas já criadas estão as dos municípios: São Paulo, SP, pelo Decreto nº 57.570, de 28 de dezembro de 2016; Campinas, SP, pelo Decreto nº 19.684, de 21 de novembro de 2017; e Pinhais, PR, pelo Decreto nº11/2019.

Para municípios que estão implantando ações e políticas para pessoas em situação de acumulação, abaixo segue uma proposta de um plano de ação piloto para desenvolver uma linha de cuidado e elaborar proposta de política pública para tratar do problema no município.

1. PLANO DE AÇÃO PILOTO

- Sensibilizar e capacitar servidores públicos municipais de diversos setores para trabalharem com pessoas e animais em situação de acumulação (PSA);
- Formar um grupo, comitê para discutir e trabalhar com as PSA e seus animais;
- Levantamento das PSA da cidade: identificar quais pessoas são realmente PSAes e mapear os endereços;
- Auxiliar o PSA na reintegração familiar e social, já que normalmente as famílias acabam abandonando os PSAes;
- Trabalhar as questões físicas, emocionais, sociais, financeiras e legais, entender os fatores que levaram a acumular e trabalhar a questão;
- Atendimento imediato aos animais e planejamento e execução das ações a médio e longo prazos;

- Ambiente: limpeza, organização do espaço;
- Orientação da população do entorno para evitar que novos animais sejam abandonados;
- Monitoramento.

1- Responder às perguntas:

- Como garantir o tratamento adequado ao indivíduo?
- Como garantir o tratamento adequado aos animais?
- Como evitar que o problema se repita? Como monitorar?

2- Montar um fluxo com as ações sugeridas nas respostas das perguntas

3- Definir os recursos e profissionais responsáveis por cada ação

4- Estimar a duração da ação

5- Desenvolver o cronograma

2. MANEJO DOS ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO EM MUNICÍPIOS PEQUENOS

2.1 Avaliação clínica *in loco* – criação de vínculo

Após a detecção do problema de acumulação de animais e discutidos todos os aspectos em Comitês e entre os setores responsáveis cabe agora a intervenção junto aos animais envolvidos. O primeiro passo ao se deparar com os animais em situação de acumulação em seu território deverá ser a avaliação clínica in loco e poderá ser o início da criação de vínculo com o tutor dos animais.

Inicialmente deverá ser feito um levantamento detalhado dessa população: número de animais total por espécie, por sexo e por idade (adultos e filhotes). Muito importante também a verificação de suas condições físicas, clínicas e de bem-estar. No primeiro momento deve-se buscar apoio para alimentação adequada e em quantidade suficiente, limpeza do local, banho nos animais, vermifugação e controle de ectoparasitos. É fundamental a separação física dos animais por sexo, idade e temperamento. O isolamento de gatos com suspeita de Esporotricose deve ser imediato, assim como a orientação dos cuidadores sobre esta zoonose.
Num segundo momento a vacinação espécie específica e antirrábica deve ser feita, além da realização de exames laboratoriais como os de leishmaniose visceral nos cães e esporotricose nos gatos para garantir a separação dos doentes e medidas de

prevenção e controle entre os demais. Mais detalhes constam no capítulo de atenção aos animais deste Guia.

2.2 Políticas de manejo populacional de cães e gatos

Em regra, os casos de acumulação de animais, principalmente de cães e gatos, têm origem no descontrole populacional dessas espécies nos municípios. Portanto, inevitavelmente precisamos abordar como implementar essas políticas e como trabalhar os casos de pessoas em situação de acumulação como parte integrante da política.

O programa de Manejo Populacional de Cães e Gatos (MPCG) pode ser definido como um conjunto de estratégias desenvolvidas com objetivo de prevenir a falta de controle e o abandono animal; promover a guarda responsável; diminuir as taxas de abandono, natalidade, morbidade, mortalidade e de renovação das populações animais; prevenir agravos e controlar as zoonoses; promover a participação social e o empoderamento de indivíduos e da comunidade; e destinar adequadamente os animais de rua de forma humanitária, ética e tendo em vista o bem-estar deles e a saúde do trabalhador. Todos estes pontos estruturados sob a ótica da Saúde Única.

Os principais pilares de um programa de MPCG são: diagnóstico situacional com censo ou estimativa populacional; regulamentação local com Lei Municipal; educação para guarda responsável; registro e identificação dos animais; controle reprodutivo por meio da esterilização cirúrgica ética e minimamente invasiva; controle do comércio de animais; adoção de animais; implementação de programas de animais comunitários, animais de colônias e matilhas.

A implementação dessas estratégias e de uma política ética e humanitária está intimamente ligada à resolução de casos de pessoas em situação de acumulação, bem como à prevenção do surgimento de novos casos. Na sequência trataremos sobre o ponto que necessita de maior investimento de recursos financeiros e que pode ser um dos gargalos na execução plena das políticas de controle populacional em pequenos municípios: a castração.

Serão apresentadas algumas maneiras de municípios de pequeno porte manter um programa de controle populacional. Para isso serão apresentadas discutidas formas de arrecadação de fundos para execução da política de manejo, especialmente para

o programa de castração.

2.3 Fontes de recursos

Inicialmente, a estruturação financeira do município para as ações de manejo e controle ético de sua população de cães e gatos é de suma importância. Para isso é necessária a criação da Lei Municipal para regulamentar em âmbito local o controle populacional e também a lei para criação do Fundo Municipal para a defesa e proteção animal. O modelo de Lei municipal pode ser encontrado no Manual do Ministério Público de Minas Gerais, Política de manejo ético e populacional de cães e gatos em Minas Gerais, 2019.

É preciso, também, incluir nas previsões orçamentárias municipais os recursos necessários para manutenção e ampliação da política de manejo, garantindo assim sua eficácia. Os recursos devem ser previstos no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA é o planejamento a médio e longo prazo, já que este é feito para um prazo de quatro anos. Aqui estarão as diretrizes, metas, objetivos e estratégias para o período de quatro anos.

Já a LDO e a LOA são planejamentos anuais e baseiam-se nas propostas do PPA. A LDO aponta as regras e prioridades do governo para o próximo ano e serve de orientação para a LOA, que é o orçamento anual propriamente dito e fará as previsões de receitas e gastos para cada ano de exercício. Aqui utilizam-se recursos próprios (tesouro municipal), repasses estaduais e federais, bem como recursos de outras arrecadações.

Outra possibilidade de recursos para serem utilizados no controle populacional e na proteção animal é o Fundo Municipal sugerido anteriormente. Este Fundo poderá ter como fonte de recursos as multas, taxas municipais (como por exemplo de licenciamentos, alvarás de funcionamento e alvarás sanitários) ou Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's). As emendas parlamentares oriundas de deputados estaduais e/ou federais também podem ser uma importante fonte de recursos para abastecimento do fundo e utilização nas ações necessárias de manejo populacional de cães e gatos, porém são esporádicas e não garantem a continuidade das ações

de manejo éticopopulacional no município. É fundamental criar as possibilidades dessas ações serem custeadas pelo próprio município.

Na Figura 1 abaixo é apresentado fluxo para recebimento de Emenda parlamentar e realização de convênios.

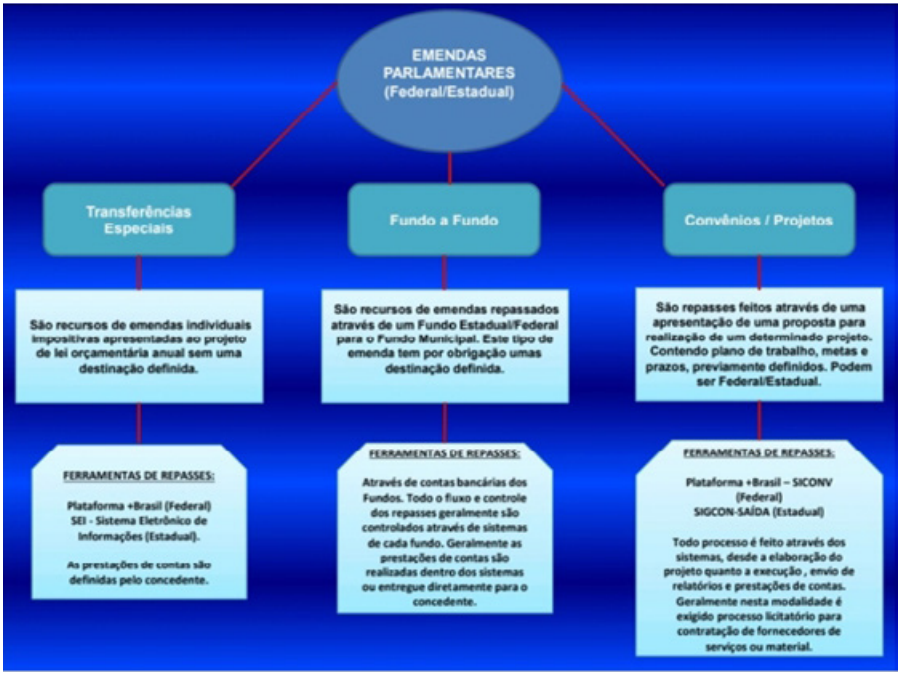


Figura 1. *Fluxograma para repasses de emendas parlamentares.*
Fonte: *Arquivo pessoal.*

2.4 Passo a passo – mutirões de castração

Com recurso em caixa, avança-se para a execução das ações previstas na política municipal de manejo populacional. Aqui destaca-se o controle reprodutivo, por meio da esterilização cirúrgica, entendendo que esta é a principal despesa do Programa de MPCG. Utilizaremos como objeto de estudo os mutirões de castração, visto que em municípios menores, com estrutura e recursos reduzidos, as ações em ponto fixo de forma contínua podem não ser viáveis.

Nos municípios pequenos os trabalhos para a esterilização dos animais muitas vezes devem ser feitos em parcerias ou até mesmo consórcios entre municípios vizinhos (mais à frente abordaremos os consórcios). Caso o município não possua estrutura física própria para realização das cirurgias, podem ser feitas parcerias com clínicas particulares, castramóvel de entidades do terceiro setor (Organizações da Sociedade Civil) ou instituições de ensino.

A política de controle populacional tem que estar estruturada para o recebimento das demandas dos casos de acumulação, pois poderão ser necessárias cirurgias de urgência após a intervenção com os PSAes. Para a priorização na ordem das castrações devem ser considerados principalmente o número de fêmeas em idade reprodutiva ou em período reprodutivo (cio). A clínica particular de apoio é fundamental para atendimento de possíveis intercorrências com castrações, mas também outras cirurgias e internações decorrentes da situação de acumulação de animais.

Todo mutirão de castração deve ser planejado e organizado de maneira a reduzir intercorrências de qualquer tipo e conseguir o maior número de animais esterilizados. As castrações são uma das maneiras para conseguir o controle e manejo populacional nos municípios.

Primeiramente o Poder Executivo Municipal deverá firmar um convênio ou contrato com a entidade que realizará o trabalho de mutirão de castração, podendo ser entidades do terceiro setor ou empresas privadas, em casos de não haver estrutura própria.

O **segundo passo** deverá ser o planejamento de datas, local adequado, número de animais a serem atendidos de acordo com o tamanho da equipe e infraestrutura necessária, bem como o tempo de duração do mutirão.

O **terceiro passo** deverá ser a avaliação dos insumos necessários, a depender do convênio ou contrato firmado. Caso a aquisição dos insumos fique a cargo do Município, atentar-se para os processos adequados de compra via licitação (Lei Federal nº8.666/93) e os prazos para compra e entrega dos insumos.

Passado todo o planejamento, o município deve também registrar o projeto no Conselho Regional de Medicina Veterinária, informando quem será o Responsável Técnico, qual a técnica cirúrgica, protocolo anestésico, como será a campanha educativa associada e outros pontos exigidos pela Resolução N° 962/2010 do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

O **quarto passo** deverá ser realizado com muito critério, uma vez que se trata da divulgação e cadastramento dos animais aptos a entrar no processo cirúrgico. O cadastro poderá ser prévio ao evento ou por ordem de chegada. Porém, para uma melhor organização sugerimos aqui um cadastro prévio e distribuição de senhas prévia ao evento seguindo critérios epidemiológicos ou socioeconômicos, conforme determina a Lei Federal N° 13.426/2017. A questão socioeconômica e a forma como os animais são criados são fundamentais nesse momento de distribuição de vagas, devendo sempre ser priorizados animais com **tutores de baixa guarda responsável que criam seus animais de forma semidomiciliada**. Essa é a categoria que mais impacta na superpopulação de cães e gatos num município. Animais de colônias, matilhas e comunitários também são prioridades, seguidos de animais em situação de rua com adoção garantida e por último animais de tutores com acesso à rua controlado/restrito.

O **quinto passo** é a realização do mutirão, atentando-se para acompanhamento pós-operatório dos animais. Caso sejam animais sem tutor ou oriundos de casas de pessoas em situação de acumulação, pode ser feito o encaminhamento para lares temporários ou para Centros de Acolhimento Transitório e Adoção – CATA) da Prefeitura (antigos abrigos/canis públicos), até a realização de eventos de adoção dos animais, sempre de forma rápida para abrir vagas para novos animais. Abrigos permanetes NÃO funcionam e se tornam insustentáveis em curto prazo, por isso a entrada de animais deve sempre ser seletiva (somente para pós cirúrgicos de animais sem tutor, fêmeas no cio ou com filhotes aguardando castração, entre outros. Se o município tem abrigo, pode transformar esse local no CATA (ver Guia de Políticas Públicas do MPMG, 2019) e realizar as cirurgias de castração o ano inteiro (constante) com recursos próprios para não ficar dependente das emendas

parlamentares ou usá-las para compra de insumos e manutenção.
O **sexto** e último passo é a confecção do relatório final com todos os dados epidemiológicos gerados no processo e envio para avaliação do Conselho Regional de Medicina veterinária (CRMV).

2.5. Associações de municípios e consórcios intermunicipais

As Associações de Municípios e os Consórcios Intermunicipais são agrupamentos de municípios de forma local para cooperação intergovernamental que objetivam resolver problemas comuns de forma coletiva, visando a redução dos custos, o fortalecimento técnico dos participantes e o desenvolvimento regional. A diferença entre os dois está na questão jurídica: "Associações" geralmente são pessoas de direito público e os "consórcios" são pessoas de direito privado. Ambos são regulamentados pela Lei Federal N° 11.107/2005 e pela Lei Federal N° 11.795/2008.

Este tipo de governança conjunta é benéfico quando pensamos no manejo populacional de cães e gatos, considerando que os animais podem migrar entre os municípios vizinhos ou podem ser mais abandonados em um município polo da região. Assim sendo, a Associação e o Consórcio podem trabalhar contratando e compartilhando sua equipe técnica médico-veterinária com os municípios afiliados, bem como compartilhando bens permanentes, como as Unidades Móveis de Esterilização e Educação em Saúde (UMEES), conhecida como castramóvel.

Dessa forma, os custos com os projetos de castração se tornam reduzidos para todos os municípios da região, visto que a contratação da equipe e a compra de medicamentos podem ser feitas de forma conjunta.

Uma boa experiência de trabalho coletivo com Associações e Consórcios ocorre no estado de Minas Gerais, com a Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna do Ministério Público (CEDEF/MPMG) e o seu Programa Regional de Defesa da Vida Animal (PRODEVIDA). Neste programa, os municípios organizados localmente assumem compromissos de implementar políticas públicas voltadas para o controle de populações de cães e gatos com o apoio do MPMG, que faz a interlocução com outros órgãos e instituições para obtenção de recursos e para capacitação dos servidores municipais.

O arranjo coletivo também pode auxiliar na resolução de casos de acumulação

com o compartilhamento de profissionais da saúde, como psicólogos e psiquiatras, bem como da estrutura de maior complexidade, por exemplo. Partindo também do princípio de hierarquização dos níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS) e do princípio da integralidade, municípios menores podem se aproveitar da organização já pronta de municípios maiores e pólos regionais para buscar soluções técnicas e éticas.

Ainda no bojo das associações e consórcios, é importante a parceria e a interlocução com outros órgãos e instituições, como Polícia Militar, Polícia Civil, Secretarias Estaduais, Ministério Público, Universidades, entre outros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, em municípios pequenos, onde a estrutura física, financeira e de servidores é reduzida, os arranjos coletivos se mostram como uma boa alternativa para a redução de custos e compartilhamento técnico, totalmente aplicável em casos de pessoas em situação de acumulação.

As ações de manejo populacional de cães e gatos também se mostram imprescindíveis no controle dessas populações, de forma indireta, na prevenção do surgimento de novos casos de acumulação, principalmente aqueles oriundos da proteção animal, que por grande compaixão com os animais, recolhem e abrigam cães e gatos além da sua capacidade.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. N. P.; SANTOS, V. G. Transtorno de acumulação compulsiva de idosos: possibilidades de cuidados e questões de saúde pública. Revista Kayrós: Gerontologia, v. 18, n. 4, p. 81-100, 2015. doi: 10.23925/2176-901X.2015v18i4p81-100.

ARRUDA, M. P., & ARRUDA, L. P. O profissional da saúde como um mediador de emoções. Revista Eletrônica de Enfermagem, 12(4), 770-774. doi: 10.5216/ree.v12i4.12261. 2010

BRASIL. Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. D.O.U de 22/06/1993, pág. nº 8269.

BRASIL. Lei Federal N° 11.107 de 06 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal N° 11.795 de 08 de outubro de 2008. Dispõe sobre o Sistema de Consórcio.

BRASIL. Lei N° 13.426 de 30 de março de 2017. Dispõe sobre a política de controle da natalidadede cães e gatos e dá outras providências. Publicado em: 31/03/2017. Edição: 63. Seção: 1. Página: 3

CALDAS, E. L. Formação de agendas governamentais locais: o caso dos consórcios intermunicipais. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CAMPINAS. Decreto Nº 19.684, de 21 de novembro de 2017. Institui o grupo técnico de atenção integral às pessoas em situação de acúmulo
de animais, objetos e resíduos em campinas e dá outras providências.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV). Resolução Nº 962, de 27 de agosto de 2010. Normatiza os Procedimentos de Contracepção de Cães e Gatos em Programas de Educação em Saúde, Guarda Responsável e Esterilização para garantir o controle populacional com eficiência, segurança e Bem-estar animal. DOU de 02-09-2010, Seção 1, pág. 118.

CUNHA, G. R.; BIONDO, A. W. Acumulação de animais. In: GARCIA, R. C. M.; CALDERÓN, N; BRANDESPIM, D. F. Medicina veterinária do coletivo: fundamentos e práticas. 1. ed. São Paulo: Integrativa Vet Brasil, 2019. p. 172-178. ISBN: 978-6580244003.

GARCIA, R. C. M.; CALDERÓN, N; BRANDESPIM, D. F. Medicina veterinária do coletivo: fundamentos e práticas. 1. ed. São Paulo: Integrativa Vet Brasil, 2019. p. 172-178. ISBN: 978-6580244003.

LIMA, A. P. G. Os consórcios intermunicipais de saúde e o Sistema Único de Saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 16, p. 985-996, 2000.

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais (Ed.). Políticas de manejo ético populacional de cães e gatos em minas gerais. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFA96A9675AA016A98E5C6E65B72>. Acesso em 08 jun 2021.

PINHAIS. Decreto nº11/2019, de 03 de janeiro de 2019. Institui a Política Municipal de Atenção às Pessoas em Situação de acumulação e cria o Comitê de Atenção às Pessoas em Situação de Acumulação - CAPSA.

SÃO PAULO (cidade). Decreto 57.570, de 28 de dezembro de 2016. Institui a Política Municipal de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Acumulação.

XAVIER, T. R. et al. Desenvolvimento regional: uma análise sobre a estrutura de um consórcio intermunicipal. Revista de Administração Pública, v. 47, n. 4, p. 1041-1066, 2013.

Fonte: Arquivo pessoal

CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS

Como foi visto nesse Guia, a acumulação de animais é um problema extremamente complexo e de difícil resolução. Em resumo, os dois principais fatores determinantes estão pautados sobre o serviço público (que não conseguiu ainda implantar de fato ações de manejo ético populacional de animais) e a sociedade (que adquire animais de forma não planejada, que compra animais sem refletir nas consequências, que abandona ou permite as idas dos animais para as ruas sem supervisão, lidando com estas vidas como se fosse um adorno, não se importando com suas necessidades e bem-estar).

Para a primeira questão, precisamos cobrar dos prefeitos a implantação das Leis de Manejo Ético em seus municípios, que além de controlar o excesso populacional de cães e gatos em situação de rua, atuando prioritariamente com os semi-domiciliados, reduzem os impactos negativos dessa superpopulação como as doenças zoonóticas e os acidentes com mordedura, trânsito, etc...

Para a segunda questão somente ações concretas voltadas à regulamentação da venda indiscriminada de animais de raça ou mestiços, e a educação e sensibilização de cada pessoa da sociedade para o seu papel na tutela de animais, na omissão e na denúncia do abandono e maus tratos na sua comunidade poderão resolver, a médio e longo prazos o excesso populacional nas ruas do país. Já é sabido que os maus trato à animais precede os casos de violência em humanos.

Dessa forma, atuar na PREVENÇÃO será a melhor alternativa para que a identificação e o acolhimento de pessoas e animais em situação de acumulação seja viável e sustentável do ponto de vista de política pública. Ter no CIASA pessoas sensíveis

para localizar preventivamente, em cada Microterritório (por exemplo, na Área de Abrangência de um Centro de Saúde) e detectar cada pessoa com potencial de acumulação é FUNDAMENTAL. Os Agentes comunitários de Saúde e os Agentes de combate a endemias capacitados e treinados, por seus respectivos coordenadores (enfermeiros, veterinários ou biólogos), poderão mapear precocemente uma pessoa que perdeu um filho, que sofreu um assalto traumático, uma violência, uma doença grave, entre outros gatilhos, e que historicamente tem empatia por animais, e encaminhá-la, pelos caminhos do Sistema Único de Saúde de forma que tenham garantido acompanhamento sistemático psicológico, psiquiátrico, de assistência social entre outros, para que no futuro não desenvolva e seja uma pessoa com transtorno de acumulação envolvendo animais. A articulação da saúde mental e da assistência social, deve acontecer de forma constante e simultânea, para acompanhar de forma preventiva e também a condução de casos já existentes.

Os municípios também devem atuar preventivamente no cadastro e acompanhamento integral dos membros da proteção animal, sabendo diferenciar quem está atuando voluntariamente, apoiando o serviço público, de quem está levando vantagens financeiras ou quem já demonstra sinais do transtorno. Isso é URGENTE e IMPRESCINDÍVEL. Muitos protetores que são mencionados e até ovacionados nas redes sociais como heróis porque resgatam animais bastante debilitados, em situações de perigo e maus tratos, podem se tornar acumuladores. A maioria não tem espaço e nem recurso financeiro para aqueles resgates.

As ações hoje realizadas junto às pessoas em situação de acumulação de animais não são de responsabilidade da rede de proteção animal e sim do poder público. A rede de proteção animal deve, e pode dar, o apoio necessário a viabilização das ações, mas não ser a responsável principal como vem acontecendo. Além disto é importante buscar e promover a capacitação da proteção animal, sempre!

A presença da medicina veterinária, como parceira, é fundamental neste trabalho. Qual experiência de campo os veterinários possuem nos resgates de animais nas ruas ou em vulnerabilidade e situação de acumulação? Conseguem fazer preços e condições acessíveis à proteção animal? Tem respeito e empatia pelos protetores? Conseguem diferenciar um protetor sobrecarregado de uma pessoa em comportamento de acumulação? O que marca o fim de um trabalho voluntário de proteção animal e o início de um transtorno de acumulação?

Seguem algum protetor ou ONG em suas redes sociais? Auxiliam de alguma forma? Acompanham este movimento? Qual a imagem da proteção animal chega aos consultórios veterinários? Conseguem identificar de fato as situações de maus-tratos que pode ser um sinal do transtorno? Atualmente temos leis que obrigam os médicos veterinários a denunciar indícios de maus tratos em animais. Não há proteção animal sem a presença do médico veterinário. Acreditamos na cooperação mútua para que ambas as espécies saiam da situação de negligência.

Necessário também a presença de parlamentares conscientes, capacitados, legislando pela saúde coletiva e bem estar único. Essa mesma informação e consciência precisa chegar ao judiciário para que ações intempestivas não sejam tomadas, como o recolhimento em massa dos animais e a internação compulsória do indivíduo que acumula, ou até mesmo a criminalização da pessoa doente. Lembrando que somente 10% dos casos de acumulação são classificados como do tipo "explorador", que necessitam de intervenção policial. Além disso existem as ações civis públicas, em desfavor dos municípios e seus gestores, que precisam ser cumpridas e nem sempre tem efetividade.

Tornar o transtorno de acumulação de animais um agravo de notificação compulsória no país, perante o Ministério da Saúde, será um grande avanço para termos um efetivo conhecimento e controle da situação, e com isto lançarmos boletins e demais indicadores para a busca de uma solução ética.
Incentivos a pesquisas científicas e divulgação técnica sobre o tema também são necessários, já que os primeiros estudos brasileiros são recentes (2015) e os casos não param de crescer no país.

Por fim, é nítido que para prevenir e evitar tamanho sofrimento de pessoas e animais em situação de acumulação, a parceria verdadeira e duradoura entre o gestor público municipal, especialmente da Saúde e do Meio Ambiente, com as Universidades, a Rede de proteção animal, as Clínicas Veterinárias, o Ministério Público, os representantes do Judiciário, as Autoridades Policiais, os líderes comunitários e religiosos, a sociedade civil e a iniciativa privada se faz necessária e urgente em nossos municípios.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACS - Agentes Comunitários de Saúde
AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
CAPS - Centros de Atenção Psicossocial
COVISA - Coordenadoria de Vigilância em Saúde
DSM-5 - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5a edição
DVZ - Divisão de Vigilância de Zoonoses
GTI - Grupo de Trabalho Intersetorial
IPC - Internação psiquiátrica compulsória
IPI - Internação psiquiátrica involuntária
IPV - Internação psiquiátrica voluntária
IPVI - Internação psiquiátrica voluntária que se torna involuntária
NASF - Núcleo Ampliado de Saúde da Família
NVZ - Núcleo de Vistoria Zoossanitária
ONG - Organização não Governamental
OSC - Organizações da Sociedade Civil
PMSP - Prefeitura do Município de São Paulo
PTS - Projeto Terapêutico Singular
RAPS - Rede de Atenção Psicossocial
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde
TA - Transtorno de Acumulação
TAA - Transtorno de Acumulação de Animais
TCC - Terapia Cognitivo-Comportamental
TOC - Transtorno Obsessivo-Compulsivo
UBS - Unidade Básica de Saúde
UVIS - Unidade de Vigilância em Saúde

GLOSSÁRIO

Acondicionamento: embalar em sacos impermeáveis e resistentes, de maneira adequada, todos os resíduos que foram segregados, segundo suas características físicas, químicas e biológicas.

Ameaça: Fenômeno natural, tecnológico ou de origem antrópica, com potencial de causar danos humanos, materiais e ambientais e perdas socioeconômicas públicas ou privadas. Pode ser um evento físico ou fenômeno de origem natural, assim como de origem tecnológica ou resultante das atividades humanas, que pode causar doenças ou agravos, óbitos, danos materiais, interrupção de atividade social e econômica ou degradação ambiental. As ameaças de origem natural envolvem os seguintes eventos: hidrológicos (inundações bruscas e graduais); climatológicos (estiagem e seca, granizo, geada, eventos de temperatura extrema e incêndios florestais); meteorológicos (ciclones tropicais e extratropicais, tornados, tempestades de raios, de neve e de areia); geofísico/geológico (terremotos, tsunamis, erupções vulcânicas, erosões e deslizamentos de terras e rochas); biológico (processos de origem orgânica ou transportados por vetores biológicos, incluindo a exposição a micro-organismos patógenos, toxinas e substâncias bioativas, resultando em infestações, pragas ou epidemias). As ameaças de origem tecnológica ou resultante das atividades humanas envolvem eventos como rompimentos de barragens; acidentes nos processos de extração, transporte, produção e armazenamento de produtos industriais; degradação ambiental. As ameaças podem ser individuais, combinadas ou sequenciais em sua origem e efeitos. Cada uma delas se caracteriza por sua localização, magnitude ou intensidade, frequência e probabilidade (Eird e EM-Data).

Animais sinantrópicos: Animais sinantrópicos são aqueles que se adaptaram a viver junto ao homem, a despeito da vontade deste. Diferem dos animais domésticos, os quais o homem cria e cuida com as finalidades de companhia (cães, gatos, pássaros, entre outros), produção de alimentos ou transporte (galinha, boi, cavalo, porcos, entre outros);

Armazenamento temporário: acondiciona temporariamente os recipientes onde estão contidos os resíduos, próximo ao ponto em que eles foram gerados. Esta medida visa agilizar o recolhimento dentro do estabelecimento. Armazenamento externo: refere-se à guarda dos recipientes no qual estão contidos os resíduos, até que seja realizada a coleta externa.

Assistência às vítimas: ações imediatas destinadas a garantir condições de incolumidade e cidadania aos atingidos, incluindo o fornecimento de água potável, a provisão e meios de preparação de alimentos, o suprimento de material de abrigamento, de vestuário, de limpeza e de higiene pessoal, a instalação de lavanderias, banheiros, o apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações, a atenção integral à saúde, ao manejo de mortos, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (Decreto 7.257/10).

Coleta e transporte externos: refere-se ao recolhimento dos RSS do armazenamento externo, sendo encaminhado para uma unidade de tratamento e destinação final.

Dano: resultado das perdas humanas, materiais ou ambientais infligidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e aos ecossistemas, como consequência de um desastre (Instrução Normativa nº 2 de 20 de dezembro de 2016).

Desastre: resultado de eventos adversos, naturais, tecnológicos ou de origem antrópica, sobre um cenário vulnerável exposto a ameaça, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.

EPC: Equipamento de Proteção Coletiva;

EPI: Equipamento de Proteção Individual;

Estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastre, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido.

Gestão do risco de desastres: compreende o planejamento, a coordenação e a execução de ações e medidas preventivas destinadas a reduzir os riscos de desastres e evitar a instalação de novos riscos.

Identificação: esta medida indica os resíduos presentes nos recipientes de acondicionamento.

Inertização: Tecnologia que emprega aditivos para alterar resíduos perigosos e transformá-los em não-perigosos ou aceitáveis para as normas de disposição vigentes;

Mitigação: Medidas e atividades imediatamente adotadas para reduzir ou evitar as consequências do risco de desastre.

Prejuízo: medida de perda relacionada com o valor econômico, social e patrimonial de um determinado bem, em circunstâncias de desastre (Instrução Normativa nº 2 de 20 de dezembro de 2016).

Preparação: Medidas e atividades, anteriores à ocorrência do desastre, destinadas a otimizar as ações de resposta e minimizar os danos e as perdas decorrentes do desastre.

Prevenção: Medidas e atividades prioritárias, anteriores à ocorrência do desastre, destinadas a evitar ou reduzir a instalação de novos riscos de desastre.

Reciclagem: processo em que há a transformação do resíduo sólido que não seria aproveitado, com mudanças em seus estados físico, físico-químico ou biológico, de modo a atribuir características ao resíduo para que ele se torne novamente matéria-prima ou produto, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Reconstrução: ações de caráter definitivo destinadas a restabelecer o cenário destruído pelo desastre, como a reconstrução ou recuperação de unidades habitacionais, infraestrutura pública, sistema de abastecimento de água, açudes, pequenas barragens, estradas vicinais, prédios públicos e comunitários, cursos d'água, contenção de encostas, entre outras de modo oportuno e eficaz, o que inclui a preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas (Eird apud FIOCRUZ).

Recuperação: medidas desenvolvidas após o desastre para retornar à situação de normalidade, que abrangem a reconstrução de infraestrutura danificada ou destruída e a reabilitação do meio ambiente e da economia, visando ao bem-estar social.

Recursos: conjunto de bens materiais, humanos, institucionais e financeiros utilizáveis em caso de desastre e necessários para o restabelecimento da normalidade (Instrução Normativa nº 2 de 20 de dezembro de 2016);

Redução dos Riscos de Desastres – RRD: marco conceitual de elementos que têm a função de minimizar vulnerabilidades e riscos em uma sociedade, para evitar

(prevenção) ou limitar (mitigação e preparação) o impacto adverso de ameaças, dentro do amplo conceito de desenvolvimento sustentável. De acordo com o Eird, o marco conceitual referente à redução de risco de desastres se compõe dos seguintes campos de ações: 1) avaliação de riscos, incluindo análise de vulnerabilidade, assim como análises e monitoramento de ameaças/perigos; 2) conscientização para modificar o comportamento; 3) desenvolvimento do conhecimento, incluindo informação, educação, capacitação e investigação; 4) compromisso político e estruturas institucionais, incluindo informação, política, legislação e ação comunitária; 5) aplicação de medidas incluindo gestão ambiental, práticas para o desenvolvimento social e econômico, medidas físicas e tecnológicas, ordenamento territorial e urbano, proteção de serviços básicos e formação de redes e alianças; 6) sistemas de detecção e alerta precoce, incluindo prognóstico, predição, difusão de alertas, medidas de preparação e capacidades de enfrentamento. (Eird apud FIOCRUZ).

Resíduo: Que resta, que remanesce; aquilo que resta; resto.

Resiliência: capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a um desastre em resistir, absorver, adaptar e se recuperar de seus efeitos de modo oportuno e eficaz, o que inclui a preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas (Eird apud FIOCRUZ).

Resposta: medidas emergenciais, realizadas durante ou após o desastre, que visam ao socorro e à assistência da população atingida e ao retorno dos serviços essenciais.

Restabelecimento de serviços essenciais: ações de caráter emergencial destinadas ao restabelecimento das condições de segurança e habitabilidade da área atingida pelo desastre, incluindo a desmontagem de edificações e de obras-de-arte com estruturas comprometidas, o suprimento e distribuição de energia elétrica, água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem das águas pluviais, transporte coletivo, trafegabilidade, comunicações, abastecimento de água potável e desobstrução e remoção de escombros, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Decreto 7.257/10).

Risco de desastre: potencial de ocorrência de ameaça de desastre em um cenário socioeconômico e ambiental vulnerável.

Risco: Probabilidade de perigo, ameaça física ao homem e/ou ao meio ambiente;

Segregação: é feita através da separação dos resíduos no instante e local de sua geração.

Situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido.

SUS- SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Socorro: ações imediatas de resposta aos desastres com o objetivo de socorrer a população atingida, incluindo a busca e salvamento, os primeiros-socorros, o atendimento pré-hospitalar e o atendimento médico e cirúrgico de urgência, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Decreto 7.257/10)

Vetores: Os vetores são organismos que podem transmitir doenças infecciosas entre os seres humanos ou de animais para humanos e vice-versa.

Vulnerabilidade: exposição socioeconômica ou ambiental de cenário sujeito à ameaça natural, tecnológica ou de origem antrópica.

ANEXOS

INSTRUMENTO DE VISTORIA TÉCNICA EM ATENÇÃO AOS CASOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO – **ANIMAIS/OBJETOS**

Órgão gestor:	**Ficha nº:**
Prefeitura:	**Regional:**

1 - DADOS DO REGISTRO

Data da entrada de dados: __/__/__	**Data da vistoria inicial: ___/___/___**

Agentes envolvidos:

[ ] Saúde	[ ] Assist. Social	[ ] Saúde mental
[ ] Meio ambiente	[ ] Vigilância epidemiológica	[ ] Vigilância Sanitária
[ ] Limpeza urbana	[ ] OSC/Prot. Animal	[ ] UVZ/CCZ
[ ] Defesa civil	[ ] Ministério Público	[ ] PMMA

Denúncia?

[ ] Sim. Qual meio?_____

[ ] Não

[ ] Procura espontânea

ACS responsável:	**Médico(a)-veterinário(a) regional:**
Nome da pessoa do elo:	**Parentesco/referência:**
Telefone:	**E-mail/rede social:**

Outras informações relevantes:

2 - IDENTIFICAÇÃO DO ENVOLVIDO NO TRANSTORNO DE ACUMULAÇÃO

Nome/apelido:	
Documento de identidade:	
E-mail/rede social:	
Data de nascimento:	**Local de nascimento:**
Idade:	**Sexo:** [ ] Masculino [ ] Feminino [ ] Outro:
Local de endereço: **Rua** _____, **N°** _____, **Complemento** _____, **Bairro** _____, **Cidade/estado** _____. **CEP**_____.	
Escolaridade:	
Profissão:	
Média de renda mensal:	
Filiação:	
Estado Civil:	
Mora sozinho?	
[ ] SIM	[ ] NÃO. Cite o número de pessoas que moram com a PSA:
Permitiu acesso facilmente?	
[ ] SIM	[ ] NÃO
Se não, qual o método utilizado?	
Foi receptivo?	
[ ] SIM	[ ] NÃO
Foi resistente ao diálogo?	
[ ] SIM	[ ] NÃO
Possui problemas de saúde?	
[ ] SIM	[ ] NÃO
Faz acompanhamento médico/psicológico?	
[ ] SIM	[ ] NÃO
Se sim, qual?	
Acompanhado pela US?	
[ ] SIM	[ ] NÃO

Se abandonado, há registro CRAS/LOAS/NIS?	
[ ] SIM	[ ] NÃO
Possui outro tipo de acompanhamento médico?	
[ ] SIM	[ ] NÃO
Se sim, qual?	
Possui plano de saúde?	
[ ] SIM	[ ] NÃO
Aparenta asseio pessoal/auto cuidado?	
[ ] SIM	[ ] NÃO
Aparenta transtornos mentais:	
[ ] SIM	[ ] NÃO
Aparenta transtornos mentais:	
[ ] SIM	[ ] NÃO
Subtipo de acumulação:	
[ ] Transtorno mental [ ] Abrigo [ ] Outros: _____	[ ] Protetor [ ] Lar temporário
[ ] Procriador [ ] OSC	
Breve histórico sobre o início do transtorno:	

3 - IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Tipo de imóvel:

[ ] Casa [ ] Apartamento [ ] Chácara
[ ] Sítio/Fazenda [ ] Lote [ ] Outros: _____

Situação do imóvel:

[ ] Próprio [ ] Alugado [ ] Emprestado
[ ] Invadido [ ] Outros: _____

Acesso ao ambiente:

[ ] Bom [ ] Ruim [ ] Inacessível

Risco de alagamento?

[ ] SIM [ ] NÃO

Presença de escolas/praças/parques/delegacia/PS no entorno?

[ ] SIM [ ] NÃO

Se sim, especifique:

Sanidade do ambiente:

[ ] Adequada [ ] Inadequada [ ] Insalubre

Funcionalidade dos objetos/espaços?

[ ] SIM [ ] NÃO

Funcionalidade da rede elétrica?

[ ] SIM [ ] NÃO

Risco de incêndio?

[ ] SIM [ ] NÃO

Odor:

[ ] Irrelevante [ ] Ruim [ ] Muito ruim [ ] Péssimo

Umidade:

[ ] Irrelevante [ ] Ruim [ ] Muito ruim [ ] Péssimo

Presença de fezes:

[ ] Ausente [ ] Pouca [ ] Moderada [ ] Em excesso

Presença de lixo:

[ ] Ausente [ ] Pouca [ ] Moderada [ ] Em excesso

Acúmulo de objetos?:

[ ] Ausente [ ] Pouco [ ] Moderado [ ] Em excesso

Tipo de acúmulo:
[ ] Materiais [ ] Animais vivos [ ] Animais mortos [ ] Outros: _____
Se há acúmulo de material, qual é o tipo predominante?
[ ] Reciclável [ ] Lixo [ ] Entulho [ ] Roupas [ ] Outros: _____
Se há acúmulo de animais vivos, qual é o tipo predominante e o número aproximado de cada um?
[ ] Cão_____ [ ] Gato_____ [ ] Cavalo_____ [ ] Outros: _____
Se há acúmulo de animais mortos, qual é o tipo predominante e o número aproximado de cada um?
[ ] Cão_____ [ ] Gato_____ [ ] Cavalo_____ [ ] Outros: _____
Foi observada a presença de canibalismo?
[ ] SIM [ ] NÃO
Se sim, especifique:
Há contenção extrema e/ou confinamento:
[ ] SIM [ ] NÃO
Se sim, qual é o tipo de contenção?
[ ] Baias [ ] Canis/gatis [ ] Cômodos [ ] Cercas/muros [ ] Correntes [ ] Gaiolas [ ] Outros: _____
Quem são os animais contidos?
[ ] Cão [ ] Gato [ ] Cavalo [ ] Outros: _____
Quais são as superfícies de contato com animal?
[ ] Terra [ ] Grama [ ] Cimento [ ] Madeira [ ] Azulejo/piso liso [ ] Outros: _____
Há indícios de se ter acompanhamento veterinário?
[ ] SIM [ ] NÃO
A situação apresenta potencial de risco à saúde pública?
[ ] SIM [ ] NÃO
Se sim, qual? [ ] Zoonoses [ ] Animais sinantrópicos [ ] Presença de vetores [ ] Risco de incêndio [ ] Risco de desabamento de imóvel/materiais [ ] Outros: _____
Acionar limpeza urbana para retirar material?
[ ] SIM [ ] NÃO
Existem materiais reaproveitáveis no imóvel?
[ ] SIM [ ] NÃO
Existem materiais comercializáveis no imóvel?
[ ] SIM [ ] NÃO

4 - IDENTIFICAÇÃO DOS ANIMAIS

Quais são as espécies de animais presentes? Cite a quantidade de cada.

[ ] Cão_____ [ ] Gato_____ [ ] Cavalo_____ [ ] Galinha_____
[ ] Pato_____ [ ] Pássaros_____ [ ] Outros: _____

Quais são as espécies de animais presentes? Cite a quantidade de cada.

Cão: [ ] Machos [ ] Fêmeas **Gato:** [ ] Machos [ ] Fêmeas
Cavalo: [ ] Machos [ ] Fêmeas **Outros:** _____

Porte predominante:

Cão: [ ] Pequeno (<10kg) [ ] Médio (entre 10 e 20kg) [ ] Grande (>20kg)
Gato: [ ] Pequeno (<5kg) [ ] Médio (entre 5 e 10kg) [ ] Grande (>10kg)

Raça predominante:

Cães: _____ Gatos:_____
Outros: _____

Pelagem predominante:

Cão: [ ] Curto [ ] Médio [ ] Abundante **Gato:** [ ] Curto [ ] Médio [ ] Abundante

Estado geral de saúde e bem-estar dos animais:

[ ] Bom [ ] Regular [ ] Péssimo

Qual o escore de condição corporal (ECC) PREDOMINANTE dos animais?

Cães: [ ] 1 [ ] 2 [ ] 3 [ ] 4 [ ] 5

Gatos: [ ] 1 [ ] 2 [ ] 3 [ ] 4 [ ] 5

Em qual ambiente os animais vivem?

[ ] Soltos no quintal [ ] Dentro de casa [ ] Presos em canis/baias
[ ] Canis coletivos [ ] Correntes [ ] Gaiolas [ ] Outros: _____

Aproximadamente, quantos animais são vacinados com a vacina polivalente?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Aproximadamente, quantos animais são vacinados com a vacina anti-rábica?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Aproximadamente, quantos animais possuem cartão de vacina?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Aproximadamente, quantos animais são castrados?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Aproximadamente, quantos animais são vermifugados?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Aproximadamente, quantos animais são identificados?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Qual(quais) o(s) método(s) de identificação?
[ ] Marcação de ponta de orelha [ ] Microchip [ ] Tatuagem [ ] Coleira identificadora
Aproximadamente, quantos animais possuem lesões de pele?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Aproximadamente, quantos animais possuem doenças respiratórias?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Aproximadamente, quantos animais possuem pododermatites?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Aproximadamente, quantos animais possuem sinais de auto-traumatismo?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Aproximadamente, quantos animais possuem sinais de escoriações genitais?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Aproximadamente, quantos animais possuem doenças contagiosas?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Aproximadamente, quantos animais estão no cio ou prenhas?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Aproximadamente, quantos animais são castrados?
[ ] 0-25% [ ] 25%-50% [ ] 50%-75% [ ] 75%-100%
Aproximadamente, quantos animais são castrados?
[ ] SIM [ ] NÃO
Se sim, quantos _____

Existem animais cegos e/ou enucleados?			
[ ] SIM		[ ] NÃO	
Se sim, quantos _____			
Como é o estoque de alimento?			
[ ] Ausente	[ ] Insuficiente	[ ] Satisfatória	[ ] Em excesso
Como é a oferta de alimento?			
[ ] Ausente	[ ] Insuficiente	[ ] Satisfatória	[ ] Em excesso
Como é a oferta de água?			
[ ] Ausente	[ ] Insuficiente	[ ] Satisfatória	[ ] Em excesso
As vasilhas estão adequadas e em quantidade suficientes?			
[ ] SIM		[ ] NÃO	
Há predominância de alfa submissos?			
[ ] SIM		[ ] NÃO	
[ ] Convivem bem juntos			
Há presença de abrigos para sol/chuva/frio?			
[ ] SIM		[ ] NÃO	
Especifique:			
Há presença de animais especiais (mobilidade restrita/outros)?			
[ ] SIM. Quantos?_____ Qual o tipo?_____			
[ ] NÃO			
Há presença de diarreia/vômitos?			
[ ] Ausente	[ ] Pouca	[ ] Moderada	[ ] Em excesso
Há presença de ferimentos/cicatrizes ou indícios de dor?			
[ ] SIM. Quais tipos?_____			
[ ] NÃO			
Presença de brigas/estresse?			
[ ] Ausente	[ ] Pouca	[ ] Moderada	[ ] Em excesso

5 - CONCLUSÕES E PROVIDÊNCIAS

Com base nas informações acima, elenque risco do caso:

[ ] Nulo, sem risco [ ] Baixo risco [ ] Risco moderado [ ] Alto risco

Há necessidade de intervenção?

[ ] SIM [ ] NÃO

Há necessidade de retirada imediata dos animais?

[ ] SIM [ ] NÃO

Há condições para anamnese imediata ?

[ ] SIM [ ] NÃO

Quais são as áreas a serem acionadas?

[ ] CCZ [ ] Docência de universidades [ ] Defesa Civil [ ] Limpeza urbana
[ ] OSC/proteção animal [ ] ACS [ ] Autoridade policial [ ] SMSA [ ] SMMA
[ ] Outros: _____

Há necessidade de aquisição de algum suprimento?

[ ] SIM [ ] NÃO

Se sim, quais?
[ ] Cordas [ ] Caixa de transporte [ ] Caixa de contenção [ ] Cambão
[ ] Luvas de couro [ ] Puçá/rede [ ] Tubos para exame [ ] Medicamentos
[ ] EPI [ ] Placas de identificação [ ] Anti-parasitários [ ] Outros: _____

Data da próxima visita: _____/_____/_____

ANEXO I

SUGESTÃO DE QUESTIONÁRIO PARA CLASSIFICAÇÃO DO INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE ACÚMULO DE ANIMAIS DURANTE ABORDAGEM INICIAL DO CIASA

1) O indivíduo apresenta alterações sociais (tem pouco contato com familiares e amigos. Não sai muito de casa...)?

[ ] SIM [ ] NÃO

_____

_____

2) Tem consciência de que está causando problemas tanto para ele quanto para os animais?

[ ] SIM [ ] NÃO [ ] Nem Sempre

_____

_____

3) Os animais são adquiridos passivamente (são deixados em sua porta, ou os encontram abandonados nas ruas) ou ativamente (compra, pede animais, reproduz conscientemente)?

[ ] Passivamente [ ] Ativamente

_____

_____

4) Adquirem os animais por necessidades pessoais (Revenda, atrações)?

[ ] SIM [ ] NÃO

_____

_____

5) Tenta oferecer os cuidados adequados aos animais (alimentação e água, mesmo que em condições precárias, tenta não agredir)?

[ ] SIM [ ] NÃO

_____

_____

6) Se coloca como cuidador dos animais e que tem pena dos mesmos, por isso não mede esforços para colocá-los em casa?

[ ] SIM [ ] NÃO

_____

_____

7) Intitula os animais como membros familiares?

[ ] SIM [ ] NÃO

_____

_____

8) Permite a entrada em casa/na propriedade?

[ ] SIM [ ] NÃO [ ] Nem Sempre

_____

_____

9) Procura seguir as recomendações passadas durante as visitas?

[ ] SIM [ ] NÃO [ ] Nem

_____

_____

10 – Acredita ser o único que pode cuidar desses animais e não os tem para fins lucrativos?

[ ] SIM [ ] NÃO

_____

_____

11 – Tem dificuldade em recusar novos animais?

[ ] SIM [ ] NÃO

_____

_____

12 – É uma pessoa articulada, que passa confiança ao conversar, não apresenta desequilíbrio emocional?

[ ] SIM [ ] NÃO [ ] Nem Sempre

_____
_____

13 - Vê os animais como uma posse ou membro da família?

[ ] Posse [ ] Família

_____
_____

Classificação de acordo com os resultados: A avaliação deverá ser realizada sigilosamente, por profissionais de saúde (psicólogo, psiquiatra e médico veterinário) que tenham contato com o indivíduo e que possam avaliar o grau de lucidez da pessoa investigada. A presente avaliação tem por função classificar o indivíduo com transtorno mental, problemas psiquiátricos, que viu nos animais um meio de se sentir útil e acolhido,, caso não se enquadre nessas categorias, o indivíduo deverá ser avaliado para algum outro tipo de transtorno ou infrações.

QUESTÃO	1 - CUIDADOR	2 - SALVADOR	3 - EXPLORADOR
01	SIM	SIM	NÃO
02	SIM	NÃO	NÃO
03	PASSIVAMENTE	ATIVAMENTE	ATIVAMENTE
04	NÃO	NÃO	SIM
05	SIM	SIM	NEM SEMPRE
06	SIM	SIM	NÃO
07	SIM	SIM	NÃO
08	SIM	NÃO	NEM SEMPRE
09	SIM	NEM SEMPRE	NÃO
10	NÃO	SIM	NÃO
11	SIM	SIM	NÃO
12	NEM SEMPRE	NÃO	SIM
13	FAMÍLIA	FAMÍLIA	POSSE

OBS:

1 - Cuidador Sobrecarregado: Tem pena dos animais e ao mesmo tempo sabe que estão em situação ruim, mas acha melhor estarem seguros em casa do que nas ruas, não há relutância para possíveis adoções.

2 - Salvador com uma Missão: Tem pena dos animais e por isso os recolhe das ruas, mas não os vê em outro lar, tem medo de que sejam eutanasiados.

3 - Explorador de animais: Atentar quanto às preocupações do indivíduo com os animais, se busca fornecer água e comida, geralmente adquire animais para lucratividade, eventos, reprodução e revenda e na maioria dos casos não sentem penas dos mesmos.

ANEXO II

CHECKLIST PARA AVALIAÇÃO DE ABRIGOS, CRIATÓRIOS, MANTENEDOUROS E LARES- TEMPORÁRIOS

Objetiva-se com esse check-list auxiliar o trabalho de triagem em situações de maus-tratos em situações de abrigo e/ou criatórios pelos órgãos e profissionais responsáveis pela avaliação.

A avaliação de abrigos e criatórios deve ser feita a fim de garantir o bem-estar dos animais e manutenção dos aspectos individuais da espécie, identificando após detalhada avaliação pontos críticos a serem corrigidos, caso necessário. Os princípios de bem-estar a serem abordados nesse processo consistem – seguindo o Shelter Quality - na avaliação de três principais núcleos de pontuação; Abrigo: sendo realizada uma avaliação considerando o abrigo como uma unidade; Recintos: é feita a observação do recinto como uma unidade, além da avaliação de todos os animais que estejam contemplados por aquele recinto e individual, avaliando os animais como uma unidade.

O BEA vai ser mensurado de acordo com alguns princípios, sendo sugerido, em caso de avaliação por médico veterinário, os conseguintes acréscimos:

Indicadores comportamentais: Os critérios de comportamento apropriado embasam-se na expressão de comportamento social, boa relação ser humano-animal, estado emocional positivo, o que implica no costume de exercícios, acomodação social, reação à percepção humana, formas de contenção, frequência de interações agressivas; frequência e materiais de enriquecimento ambiental; comportamentos sugestivos de disfunção, frustração, evitação e ansiedade, e, exibição de comportamento sugestivo de dor.

Indicador nutricional: Os critérios de boa alimentação embasam-se na ausência de fome e sede prolongadas implicando nas formas de alimentação, qualidade do alimentos, suprimento de água, escore de condição corporal, forma de armazenamento dos alimentos; riscos de contaminação do alimento e água; uso de suplemento nutricional, hormônios, dentre outros; frequência de alimentação; frequência de troca de água; qualidade; quantidade de comedouros e bebedouros;

higiene e frequência de limpeza de bebedouros e comedouros; tamanho e profundidade dos bebedouros e comedouros.

Indicadores de conforto: Os critérios de boa acomodação embasam-se no conforto da área de descanso, conforto térmico e facilidade de locomoção, implicando na presença de camas adequadas, espaço disponível, ausência de áreas de perigo no local – ex. objetos pontiagudos, e ausência de comportamentos sugestivos de desconforto térmico (tremores, ofegação, amontoar-se), acesso à luz natural (frequência, se ocorre); locais com umidade excessiva, presença de bolor e outras alterações físicas; fonte de possível poluidor atmosférico e/ou sonoro; áreas de sombra fornecidas; abrigos individualizados.

Indicadores sanitários: Os critérios de boa saúde embasam-se na ausência de ferimentos, lesões e doenças, o que implica na condição de pelagem, pele, evidência de dor, tosse, diarreia, apatia, detecção e tratamento doenças aparentes e subclínicas, acompahamento veterinário, local para quarentena, isolamento e tratamento de animais doentes (recursos no local, receituários, histórico dos animais, prescrições, medicamentos, validade dos medicamentos); histórico vacinal; histórico de exames complementares; uso de parasiticidas; origem dos animais; exame físico.

Outros dados importantes: documentos para acompanhamento pós-adoção; documentos de orientação ao tutor/comprador; validade das licenças; dentre outros.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL

A) Nome do responsável:	**B) Sexo: [ ] Masculino [ ] Feminino [ ] Prefere não declarar**
C) Nome do local (fantasia):	**D) Idade:**

E) O local realiza atividade de:
[ ] Lar temporário para animais [ ] Abrigo municipal [ ] Abrigo particular
[ ] Mantenedouro [ ] Criatório comercial de animal doméstico
[ ] Criatório comercial de animais silvestres [ ] Animais em situação de acumulação

F) Quais espécies são abrigadas ou mantidas:
[ ] Cães [ ] Gatos [ ] Equinos [ ] Aves domésticas [ ] Aves exóticas
[ ] Aves silvestres [ ] Pequenos mamíferos [ ] Répteis [ ] Peixes [ ] Outros: Esclarecer

G) No caso de criatórios comerciais, o local possui os seguintes documentos:
[ ] Conselho Regional de Medicina Veterinária (Obrigado pelo Decreto n.º 69.134/1971) – FOTO
[ ] CNPJ - FOTO
[ ] Alvará de licença de funcionamento - FOTO
[ ] Anotação de Responsabilidade Técnica - FOTO
[ ] Cadastro e licença pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e/ou de saúde - FOTO.
[ ] Autorização Prévia, Autorização de Instalação e Autorização de uso e manejo (PARA ANIMAIS SILVESTRES, EXCETO PEIXES – IBAMA IN 07/2015) – FOTO (Se ausente, acionar órgão ambiental)

H) No caso de mantenedouros, o local possui os seguintes documentos
[ ] Conselho Regional de Medicina Veterinária (Obrigado pelo Decreto n.º 69.134/1971) – FOTO
[ ] CNPJ - FOTO
[ ] Alvará de licença de funcionamento - FOTO
[ ] Anotação de Responsabilidade Técnica - FOTO
[ ] Cadastro e licença pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e/ou de saúde - FOTO.

2 - AVALIAÇÃO COLETIVA

A - DEFINIÇÃO DE N AMOSTRAL

A.1 Para cães domésticos, a metodologia utilizada é:

- Até 59 animais: avaliar 30 animais;
- Entre 60-89 animais: avaliar 40 animais;
- Entre 90-139 animais: avaliar 50 animais;
- 140 ou mais: avaliar 60 animais.

A.2 Premissas para a avaliação (cães domésticos):

- Animal deve ter idade superior há 6 meses de idade
- Animais com menos de 6 meses devem ser avaliados individualmente, mas não entrando na somatória final para análise;
- Animal deve estar no abrigo por pelo menos 2 meses;
- Animais hospitalizados não devem ser contabilizados e/ou avaliados na somatória do coletivo;
- Recomenda-se a avaliação no período hábil de um único dia.

B - CONDUÇÃO DA AVALIAÇÃO

- O avaliador deverá ficar a 2m da baia, calmo, sem emitir sons altos, e sem interagir com os animais a não ser que seja indicado.
- Quando for interagir com os animais, o avaliador deverá se manter neutro, com a postura relaxada. Caso o animal esteja apresentando comportamentos excessivos de medo ou estresse, deve-se interromper a avaliação.
- Quando o número de animais na baia for maior que 5, ou quando a baia for muito grande (dificultando a visualização dos animais) a avaliação deve ser feita dentro da baia, se possível.
- Os procedimentos devem ser seguidos como descritos, lembrando que a segurança dos animais e das pessoas envolvidas são prioridades durante a prática de avaliação.

2 - AVALIAÇÃO COLETIVA

A - Número de animais na instituição:
B - Número de animais hospitalizados / em tratamento:
C - Número de baias/gaiolas individuais:
D – Número de baias/gaiolas coletivas (dois animais):
E - Número de baias/gaiolas coletivas (>5 animais):
F- Número de baias/gaiolas coletivas (< 5 animais):
G- Número total de baias/gaiolas:
H – Número total de animais nos últimos 12 meses
I- Número de animais que vieram a óbito nos últimos 12 meses:
I- Número de animais que vieram a óbito nos últimos 12 meses:
J - Número de animais que foram eutanasiados nos últimos 12 meses:

Programar para que de acordo com o número de animais no canil, automaticamente apareça a quantidade de animais que devem ser avaliados.

Programar para o relatório final apresentar a quantidade de animais em porcentagem (de acordo com o número total de animais na instituição) que estão em:

- Tratamento/hospitalizados,
- Gaiolas individualizadas,
- Gaiolas coletivas em duplas,
- Gaiolas coletivas com até 5 animais,
- Gaiolas coletivas com mais de 5 animais.

Programar para o relatório final apresentar o número de óbitos e eutanásias (porcentagem) em relação ao total de animais nos últimos 12 meses.

2.2 AVALIAÇÃO GERAL

1 - Quantas pessoas trabalham efetivamente no estabelecimento?			
2 - Qual tipo de vínculo mantido com os colaboradores (CLT, PJ, etc.)?			
3 - Qual a lotação máxima de animais no estabelecimento?			
4 - Qual o gasto mensal aproximado do estabelecimento?			
4.1 - Qual a porcentagem de gastos por atividade desenvolvida (alimentação, cuidados médicos, etc.)?			
5 - Os animais têm fichas de identificação? (COMPROVAR)			
[ ] SIM-0		[ ] NÃO-10	
5.1 - Se sim, como são organizadas as fichas / prontuários?			
5.2 - Existe controle do registro de origem dos animais:			
[ ] SIM-0		[ ] NÃO-10	
6 - Qual a frequência de limpeza das baias?			
7 - O alimento utilizado para os animais é:			
[ ] Armazenado em recipiente fechado e adequado - 0		[ ] Armazenado em recipiente aberto - 6	
[ ] Armazenado na embalagem original - 4		[ ] Outros	
7.1 – Animais em condições especiais (doentes, idosos, etc.) ou em período de idade específico recebem dietas adequadas?			
Filhotes	[ ] SIM-0	[ ] NÃO-6	[ ] NPO
Idosos	[ ] SIM-0	[ ] NÃO-6	[ ] NPO
Animais com alteração renal	[ ] SIM-0	[ ] NÃO-6	[ ] NPO
Animais com sobrepeso	[ ] SIM-0	[ ] NÃO-6	[ ] NPO
Animais magros	[ ] SIM-0	[ ] NÃO-6	[ ] NPO
Outro (especificar)			

2.2 AVALIAÇÃO GERAL		
8 – Qual o nível de ruído do local (não incluindo o ruído realizado pelos animais) (referências para cães):		
[ ] Baixo – 0 (até 70dB)	[ ] Médio – 4 (entre 71 e 94dB)	[ ] Alto (acima de 95dB) – 8
9 - Como é realizada a admissão dos animais?		
[ ] Animais regatados	[ ] Animais comprados	[ ] Animais são abrigados por tempo curto ou pré-determinado (LT)
[ ] Animais são doados / entregues ao local	[ ] Animais são reproduzidos no local	[ ] Outros. Especificar:
10- Existem locais separados para animais recém chegados ficarem em quarentena?		
[ ] SIM-0	[ ] NÃO-8	
11- Existem locais separados para animais doentes e/ou em tratamento?		
[ ] SIM-0	[ ] NÃO-8	
12 - Existem locais separados para animais com doenças infectocontagiosas?		
[ ] SIM-0	[ ] NÃO-8	

PONTUAÇÃO:

BOM [ ] 0 – 10 pts **SATISFATÓRIO** [ ] 11 – 19 pts **RUIM** [ ] A partir de 20

2.2.1 AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DE ABRIGOS	
1- Existe algum auxílio governamental para auxiliar nos gastos do abrigo?	
2 – Se sim, especifique como é realizado esse auxílio (comprovar vínculos)	
3 - Existe alguma forma de controle populacional no abrigo?	
3.1 - Se sim, os animais são castrados?	[ ] SIM [ ] NÃO
3.2 - Se sim, por quem é feito o procedimento? (comprovar)	
[ ] Veterinários parceiros	[ ] Projetos sociais
[ ] Veterinário da instituição	[ ] Outros. Especificar:
[ ] Instituições públicas	[ ] Não se aplica
3.3 – Se o procedimento ocorre no local, o mesmo segue o determinado pela resolução n.º 1275/2019 do CFMV?	
[ ] SIM-0	[ ] NÃO-12. Especificar pendências:
4 – Em caso de necessidade, existem salas para procedimentos ambulatoriais?	
[ ] SIM	[ ] NÃO

2.2.1 AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DE ABRIGOS	
4.1 Na ausência de sala ambulatorial, onde é realizado o atendimento dos animais em caso de necessidade?	
[ ] Local parceiro (Comprovar)	[ ] Não possui vínculo com outros locais – 12
[ ] Atendimento volante (Comprovar)	[ ] Outros. Especificar:
5. É realizado atendimento veterinário externo no local?	
[ ] SIM	[ ] NÃO
5.1 Se sim, o local de atendimento segue o determinado pela resolução n.º 1275/2019 do CFMV?	
[ ] SIM-0	[ ] NÃO-12. Especificar pendências.
5.2 Se sim, o local segue os documentos solicitados pela resolução nº 1321/2020 do CFMV?	
[ ] SIM-0	[ ] NÃO-12. Especificar pendências.
6. Existem animais gestantes no abrigo?	
[ ] SIM-6. Especificar razão:	[ ] NÃO-0
6.1 - Existem baias separadas para animais gestantes?	
[ ] SIM-0	[ ] NÃO-0
7. O local realiza adoção de animais?	
[ ] SIM	[ ] NÃO
7.1 Em caso afirmativo, é fornecido algum documento comprobatório e educativo para a adoção?	
[ ] SIM (Comprovar) - 0	[ ] NÃO-6
7.2 Em caso afirmativo, é feita alguma avaliação pré-adoção?	
[ ] SIM-0. Especifique:	[ ] NÃO-4
7.3 Em caso afirmativo, é realizado o contato e acompanhamento com os adotantes posteriormente?	
[ ] SIM-0. Especifique:	[ ] NÃO-8
8. São adotadas medidas preventivas para animais recém aceitos no local?	
[ ] SIM-0. (Descreve quais)	[ ] NÃO-10

PONTUAÇÃO:

BOM [ ] 0 – 10 pts **SATISFATÓRIO** [ ] 11 – 19 pts **RUIM** [ ] A partir de 20

2.2.2 AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DE LAR TEMPORÁRIO E HOTEL	
1- Existe algum auxílio externo para auxiliar nos gastos do local?	
2 – Se sim, especifique como é realizado esse auxílio (comprovar vínculos)	
3 - Quais os métodos de triagem para a entrada de animais?	
[ ] Especificar:	[ ] Não realiza triagem - 6
3.1 – Somente animais castrados são admitidos?	
[ ] SIM	[ ] NÃO
4. É realizado atendimento veterinário externo no local?	
[ ] SIM-0	[ ] NÃO
4.1 Se sim, o local de atendimento segue o determinado pela resolução n.º 1275/2019 do CFMV?	
[ ] SIM-0	[ ] NÃO-12. Especificar pendências.
4.2 Se sim, o local segue os documentos solicitados pela resolução nº 1321/2020 do CFMV?	
[ ] SIM-0	[ ] NÃO-12. Especificar pendências:
5. São adotadas medidas preventivas para animais recém aceitos no local?	
[ ] SIM-0 (Descreve quais)	[ ] NÃO-10

PONTUAÇÃO:

BOM [ ] 0 – 10 pts **SATISFATÓRIO** [ ] 11 – 19 pts **RUIM** [ ] A partir de 20

2.2.3 AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DE CRIATÓRIOS	
1- Existe algum auxílio externo para auxiliar nos gastos do local?	
2 - Existem locais separados para fêmeas gestantes e lactantes?	
3 - Quais os métodos de triagem de animais para reprodução?	
[ ] Especificar:	[ ] Não realiza triagem - 6
3.1 – Somente animais castrados são admitidos?	
[ ] Sim	[ ] Não
4. São realizados procedimentos veterinários no local?	
[ ] Sim	[ ] Não
4.1 Se sim, o local de atendimento segue o determinado pela resolução n.º 1275/2019 do CFMV?	
[ ] Sim-0	[ ] Não – 12. Especificar pendências:

2.2.3 AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DE CRIATÓRIOS			
4.2 Se sim, o local segue os documentos solicitados pela resolução nº 1321/2020 do CFMV?			
[ ] Sim-0		[ ] Não – 12. Especificar pendências:	
5 – Animais em condições especiais (doentes, idosos, etc.) ou em período de idade específico recebem dietas adequadas?			
Filhotes	[ ] Sim-0	[ ] Não - 6	[ ] NPO
Idosos	[ ] Sim-0	[ ] Não - 6	[ ] NPO
Animais com alteração renal	[ ] Sim-0	[ ] Não - 6	[ ] NPO
Animais com sobrepeso	[ ] Sim-0	[ ] Não - 6	[ ] NPO
Animais magros	[ ] Sim-0	[ ] Não - 6	[ ] NPO
Outro (especificar)			
6. São adotadas medidas preventivas para animais recém aceitos no local?			
[ ] Sim – 0 (Descreve quais)		[ ] Não – 10	

PONTUAÇÃO:

BOM [ ] 0 – 10 pts **SATISFATÓRIO** [ ] 11 – 19 pts **RUIM** [ ] A partir de 20

2.2.3 AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DE CRIATÓRIOS COMERCIAIS			
1- Qual a quantidade de machos e fêmeas utilizados para reprodução?			
- Machos:		- Fêmeas:	
2 - Existem locais separados para fêmeas gestantes e lactantes?			
[ ] SIM-0	[ ] NÃO-8	[ ] NPO-0	[ ] NÃO SE APLICA-0
3 – Em caso de necessidade, existem salas para procedimentos ambulatoriais?			
[ ] SIM-0	[ ] NÃO-2	[ ] NÃO SE APLICA	
4. São realizados procedimentos veterinários no local?			
[ ] SIM		[ ] NÃO	
4.1 Se sim, o local de atendimento segue o determinado pela resolução n.º 1275/2019 do CFMV?			
[ ] SIM		[ ] NÃO-12. Especificar pendências:	
4.2 Se sim, o local segue os documentos solicitados pela resolução nº 1321/2020 do CFMV?			
[ ] SIM-0		[ ] NÃO-12. Especificar pendências:	

2.2.3 AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DE CRIATÓRIOS COMERCIAIS

4.2 Se sim, o local segue os documentos solicitados pela resolução nº 1321/2020 do CFMV?

[ ] SIM-0	[ ] NÃO-12. Especificar pendências:

5- São fornecidos documentos comprobatórios em situações de venda de animais? Ex.: Nota fiscal

[ ] SIM- 0 (Comprovar)	[ ] NÃO-6

6- São fornecidos materiais educativos sobre os cuidados adequados da espécie comercializada?

[ ] SIM- 0 (Comprovar)	[ ] NÃO-6

7 - Qual o regime de cópulas ou IA das fêmeas?

[ ] Cópulas ou IA em todos os cios - 6	[ ] A partir do segundo cio (cães) ou durante o período de maturidade sexual– 4	[ ] Outros. Especificar:

8 – Com qual idade as fêmeas começam a fazer parte do programa de reprodução?

[ ] No primeiro cio (cães) antes da maturidade sexual – 12	[ ] A partir do segundo cio (cães) ou durante o período de maturidade sexual– 4	[ ] Pelo menos a partir de 18 meses de idade (cães) ou após a maturidade sexual– 0	[ ] Outros. Especificar:

9 – Com qual idade os machos começam a fazer parte do programa de reprodução?

[ ] Antes ou com 6 meses de idade - 8	[ ] Após a maturidade sexual (após 6-12 meses) - 0

10- Até qual idade as fêmeas integram o programa de reprodução?

[ ] Até alguma interferência médica impossibilitar – 21	[ ] Até idade superior a 6 - 8 anos de idade (cães) ou em idade que a espécie é considerada idosa sem assistência veterinária – 14
[ ] Até idade superior a 6 - 8 anos de idade (cães) ou em idade que a espécie é considerada idosa com assistência veterinária – 8	[ ] Até 6 (cães de grande porte) ou 8 (cães de pequeno porte) anos de idade ou em idade imediata que a espécie é considerada idosa - 0

[ ] Outros. Especificar

PONTUAÇÃO:

BOM [ ] 0 – 10 pts **SATISFATÓRIO** [ ] 11 – 19 pts **RUIM** [ ] A partir de 20

3 AVALIAÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR ANIMAL INDIVIDUAL DE ACORDO COM O N DEFINIDO PELA POPULAÇÃO TOTAL

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DE CÃES DOMÉSTICOS

IDENTIFICAÇÃO DO ANIMAL

Nome:

Sexo: [ ] Fêmea [ ] Macho

Cor da pelagem:

Comprimento da pelagem:
[ ] Curto [ ] Longo [ ] Semilongo

Raça:	Idade:

Singularidade (características particulares):

Qual o porte dos animais avaliados?

[ ] Até 10 kg (pequeno)	[ ] Entre 10-20 kg (médio)	[ ] Mais que 20kg (grande e gigante)

AVALIAÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR ANIMAL

1. INDICADORES COMPORTAMENTAIS

1) O cão fica sozinho o dia todo (sem outros animais e sem pessoas)?

Sim – 8	Não – 0	NPO – 0

2) O cão possui contato com outros cães no mesmo ambiente?

Sim – 8	Não – 6	NPO – 0

3) O animal tem acesso à enriquecimento ambiental (variação da forma, tipo e oferta de alimento, exercícios físicos, dentre outros)? (COMPROVAR)

Sim, diariamente – 0	Sim, esporadicamente - 2	Não – 4	NPO – 0

4) Há disputa por alimento ou área de alimentação entre os cães?

Sim – 6	Não – 0	NPO – 0

5) O cão possui alguma restrição a possibilidade de deslocamento (está paralítico, preso por corrente, local não permite o deslocamento, dentre outros)?

Sim – 10	Não – 0	NPO – 0

AVALIAÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR ANIMAL			
1. INDICADORES COMPORTAMENTAIS			
6) Qual método de manejo é utilizado na rotina com os animais?			
Aversivo (uso de coleira de choque, enforcador, agressão física, dentre outros) - 8	Apetitivo (uso de reforço) - 0	NPO – 0	
7) Foi observado no animal algum dos comportamentos abaixo? Marcar? (PODE MARCAR MAIS DE UM)			
Não - 0	NPO – 0	Tremer o corpo - 2	Faz xixi na aproximação do tutor ou do agente – 2
Ingerir fezes - 2	Andar em círculos - 2	Automutilação – 8	Lamber sem parar a si próprio ou a um objeto– 2
Vocalização excessiva -2	Pular repetidamente – 2	Cauda no meio das pernas – 2	Coçar intensamente – 4
Fugir da aproximação do responsável – 8	Lambedura excessiva dos lábios - 2	Outro comportamento considerado problemático - 4	
Outras observações quanto aos indicadores comportamentais?			
[ ] Sim		[ ] Não	

PONTUAÇÃO:

BOM [ ] 0 – 10 pts **SATISFATÓRIO** [ ] 11 – 19 pts **RUIM** [ ] A partir de 20

AVALIAÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR ANIMAL

2. INDICADORES NUTRICIONAIS

8) Qual é a classificação da condição corporal do animal? *O aplicativo considerará a idade do animal, ponderando a pontuação *incluir fotos dos ECC

Muito magro – 12	Magro – 8	Ideal – 0	Acima do Peso – 4	Obeso – 8
Caquético	Magro	Ideal	Gordo	Obeso mórbido

9) O que o cão come? Marcar qual.

Não recebe alimentação – 20

Ração – 0	Alimentação natural balanceada - 0	Ração e lavagem/ resto de comida – 4	Lavagem/restos de comida - 8	Outros – 4

10) O cão recebe água?

Sim – 0	Não – 20

11) Se sim, a água fica disponível a vontade?

Sim – 0	Não – 12

12) A qualidade da água é boa? * considerar a turbidez (existe lodo, lama, ferrugem)

Sim – 0	Não – 12	NPO-0

13) Condições do bebedouro:

Limpo – 0	Sujo - 4	NPO-0*

14) Condições do comedouro:

Limpo – 0	Sujo - 4	NPO-0

15) O animal possuí alguma dificuldade em alcançar o alimento (profundidade do comedouro, barreiras físicas)?

Sim – 6	Não – 0	NPO-0

2. INDICADORES NUTRICIONAIS		
16) O animal possuí alguma dificuldade em alcançar a água (profundidade do bebedouro, barreiras físicas, quantidade)?		
Sim – 6	Não – 6	NPO-O
17) Se o animal está sendo mantido com outros, o número de comedouros é o suficiente em quantidade e/ou volume para o número de animais no local (canil, etc)? Referência: pelo menos 01 comedouro por cão		
Sim – 0	Não – 6	
18) Se o animal está sendo mantido com outros, o número de bebedouros é o suficiente em quantidade e/ou volume para o número de animais no local (canil, etc)? Referência: pelo menos 73ml/Kg de cão no local.		
Sim – 0	Não – 6	
19) O alimento está visivelmente contaminado? (fezes de animais; sujidades extremas, odor, proximidade à produtos agrícolas, vermífugos, repelentes etc.)		
Sim – 14	Não – 0	NPO-O*
20) A água está visivelmente contaminada? (fezes de animais; sujidades extremas; turbidez; odor, proximidade à produtos agrícolas, vermífugos, repelentes etc.)		
Sim – 14	Não – 0	NPO-O*

*NPO : Não foi possível observar

PONTUAÇÃO:

BOM [ ] 0 – 10 pts **SATISFATÓRIO** [ ] 11 – 19 pts **RUIM** [ ] A partir de 20

AVALIAÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR ANIMAL					
3. INDICADORES DE CONFORTO					
21) O cão possui abrigo individualizado?					
Sim – 0			Não – 6		
22) O abrigo oferece proteção adequada contra chuva, sol e vento?					
Sim – 0			Não – 8		
23) Há cobertura, no chão, onde o animal se deita? *Considerar o isolamento térmico do animal com o solo. **A título de informação, marcar qual.**					
Sim – 0			Não – 4		
Caminha	Pallet	Caixa de transporte	Pneu	Papelão	Outro:
24) O cão fica preso em corrente ou corda?					
Sim – 8			Não – 0		
25) Se sim, o cumprimento dessa corrente ou corda permite que ele faça pequenas corridas?					
Sim – 0			Não – 4		Não se aplica – 0
26) O animal fica preso em espaços pequenos que não permitam a sua locomoção?					
Sim – 8			Não – 0		
27) Se preso, o cão é solto em algum momento do dia?					
Sim – 0			Não – 8		Não se aplica – 0
27.1) Por quanto tempo o cão fica solto (fora do ambiente de atividades constantes)?					
Acima de 06 horas por dia - 0			Até três vezes na semana- 6		
Menos de 06 horas por dia – 2			Semanalmente – 8		
Somente para manejo – 4			Não fica solto ou realiza passeio – 0		
NPO – 0					
28) As condições de limpeza do ambiente são boas? Chão, moveis, paredes, lixo bem acondicionado, ausência de entulho e outros resíduos acumulados.					
Sim – 0			Não – 8		
29) Existe risco de acesso à via pública?					
Sim – 12			Não – 8		NPO

3. INDICADORES DE CONFORTO

30) Qual o dimensionamento do ambiente do cão avaliado?

DIMENSIONAMENTO DAS BAIAS. (Welfare Assessment Protocol for Shelter Dogs)
(esse dimensionamento é valido desde que os animais tenham acesso à áreas externas e/ou realizem exercícios físicos).

PESO	TAMANHO MÍNIMO	ADICIONAL POR ANIMAL	ALTURA MÍNIMA
	(1 ou 2 animais)		
Até 20 kg (cães pequenos e médios)	4m2	2m2	2m
Mais de 20 kg (cães grandes)	8m2	4m2	2m

DIMENSIONAMENTO DAS BAIAS. (HALL et al.,2017)
Pelo menos 2,5-5m2 com 2m2 de área coberta. – Por animal.

Cão pequeno e médio (até 20Kg), se somente um ou dois cães no canil	
Pelo menos 4m² ou mais = 0	Menos de 4m² = 6
Cão pequeno e médio (até 20Kg), mais de dois cães	
Pelo menos 4m² para um cão e 2m² adicional por cão a mais = 0	4m² para um cão, mas menos de 2m² adicional por cão = 4
Cão grande (mais de 20Kg), se somente um ou dois cães no canil	
Pelo menos 8m² para um cão e 4m² adicional por cão a mais = 0	8m² para um cão, mas menos de 4m² adicional por cão = 4
31) Qual a altura da baia?	
[ ] Pelo menos 2m ou mais = 0	[ ] Menos de 2m = 4
Outras observações quanto aos indicadores de conforto? Sim / não	

PONTUAÇÃO:

BOM [ ] 0 – 10 pts **SATISFATÓRIO** [ ] 11 – 19 pts **RUIM** [ ] A partir de 20

4. INDICADORES DE SAÚDE		
32) O cão está mancando?		
Sim – 6	Não – 0	NPO -0
33) O cão apresenta corrimento (sangue, pus, catarro) no nariz, olhos e/ou ouvidos?		
Sim – 6	Não – 0	NPO -0
34) O cão apresenta corrimento (sangue, pus, catarro) nos órgãos sexuais? (se fêmea, considerar o cio)		
Sim – 6	Não – 0	NPO -0
35) O cão está com diarreia? (olhar região posterior do animal – região anal, cauda do animal)		
Sim – 6	Não – 0	NPO -0
36) O cão está com alguma sintomatologia respiratória? (ofegação, dificuldade respiratória, espirros)		
Sim – 6	Não – 0	NPO -0
37) O cão está vomitando?		
Sim – 6	Não – 0	NPO -0
38) O cão está apático?		
Sim – 6	Não – 0	NPO -0
39) O cão ou o ambiente apresenta infestação por pulgas e/ou carrapatos, ou míiases e berne no cão? * Avaliar se o animal se coça de maneira intensa e se foi visualizado pulga/carrapato no ambiente		
Sim – 4	Não – 0	NPO -0
40) Condições de pelagem: (pelo sujo, pelo com nó/embaraçado)		
Mal cuidada – 4	Bem cuidada – 0	
41) O cão possui áreas sem pelo? (acima de 1cm2)		
Sim – 4	Não – 0	NPO -0
42) O cão está com algum ferimento ou cicatrizes recentes? (acima de 1cm)		
Sim – 6	Não – 0	NPO -0
SE SIM, ABRIR OPÇÕES PARA MARCAÇÃO:		
[ ] Cabeça, região da fronte	[ ] Cabeça, focinho	[ ] Cabeça, lateral esquerda
[ ] Cabeça, lateral direita	[ ] Pescoço, embaixo	[ ] Pescoço, lateral esquerda
[ ] Pescoço, lateral direita	[ ] Tronco, Tórax, esquerdo	[ ] Tronco, Tórax, direito
[ ] Tronco, Abdome, esquerdo	[ ] Tronco, Abdome, direito	[ ] Tronco, Pelve, esquerda
[ ] Tronco, Pelve, direita	[ ] Membro anterior direito	[ ] Membro anterior esquerdo
[ ] Membro posterior direito	[ ] Membro posterior esquerdo	[ ] Cauda

4. INDICADORES DE SAÚDE	
43)Animal com alterações de saúde (mancando, lesões, sinais de doença aparente) está em tratamento? (Anexar comprovante – frasco do medicamento, receita, recibo da compra de medicamentos)	
Sim, está em tratamento pelo tutor – 8	Não está em tratamento, mesmo com lesão ou doente – 21
Sim, está em tratamento pelo médico veterinário – 0	Não se aplica (O cão não possui problema aparente)- 0
44) Foi presenciado situações de crueldade animal (agressão física, abuso sexual, ferimento com perfurocortante, envenenamento, mutilação, etc) contra o animal? [1] A título de informação, responda a questão 29.	
Sim – 21	Não – 0
44.1) O cão veio a óbito ? * está questão só deve ser liberada com a resposta positiva da 43	
Sim	Não

[1] A resposta SIM a essa questão configura maus-tratos ao animal, independente dos outros quesitos avaliados- Lei federal 9.605, art. 32.

PONTUAÇÃO:

BOM [ ] 0 – 10 pts **SATISFATÓRIO** [ ] 11 – 19 pts **RUIM** [ ] A partir de 20

4. AGRAVANTES		
Qual o destino dos dejetos (fezes, restos alimentares) do local?		
Qual o destino dos dejetos (fezes, restos alimentares) do local?	Alimentação animal, descarte em curso d'água, lixo comum (incorreto)	Outros (detalhar; não deve ser descartado em lixo comum):

REGISTRO FOTOGRÁFICO

Priorizar fotos 1) Ambiente em sua totalidade; 2) Alojamento do animal; 3) Animal; 4) Vasilhames

5. AVALIAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO LOCAL (TUTOR, GERENTE, CRIADOR, ETC.)

Descrever aqui a impressão geral/ comportamento do tutor e/ou pessoas domiciliadas no local

QUESTÃO COMPLEMENTAR

Existe alguma situação que não foi caracterizada neste check-list e que indica Bem-estar animal BAIXO ou MUITO BAIXO? DESCREVER

Sim – 21

6. GRAU DE BEM- ESTAR ANIMAL (BEA)	
Todos os conjuntos de indicadores adequados.	MUITO ALTO
Somente um conjunto de indicadores regular e os outros adequados.	ALTO
Dois ou mais conjuntos de indicadores regulares e nenhum for considerado inadequado.	REGULAR
Um ou dois conjuntos de indicadores inadequados.	BAIXO
Três ou mais conjuntos de indicadores forem classificados como inadequados ou quando houver agressão física intencional.	MUITO BAIXO

GRAU DE BEM- ESTAR ANIMAL (BEA)	SITUAÇÃO
Muito Baixo	Inaceitável- INADEQUADO
Baixo e Regular	Aceitável - REGULAR
Alto ou Muito Alto	Desejável - ADEQUADO
ORIENTAÇÕES	
ADEQUADO	Não configura maus-tratos.
REGULAR	Situação não sugestiva de maus-tratos, entretanto, é necessário fornecer recomendações para o tutor se adequar e solicitar perícia técnica.
INADEQUADO	Configura situação de maus-tratos.

7. REGISTRO FOTOGRÁFICO
Priorizar fotos 1) Ambiente em sua totalidade; 2) Alojamento do animal; 3) Animal; 4) Vasilhames

ANEXO III

CHECKLIST PARA AVALIAÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR DE ANIMAL
FELINOS DOMÉSTICOS

(Lei federal 9.605/98, Art 32 e Lei estadual 22.231/16)

IDENTIFICAÇÃO DO ANIMAL	
Nome:	Sexo: [ ] Fêmea [ ] Macho
Cor da pelagem: [ ] preta [ ] branca [ ] amarela [ ] cinza [ ] bicolor [ ] rajado [ ] tricolor [ ] escama de tartaruga	Comprimento da pelagem: [ ] Curto [ ] Longo [ ] Semilongo
Raça:	Idade: [ ] filhote – até 06 meses; [ ] Jovem 7meses a 6 anos Adulto- 7 a 10 anos; [ ] Idosos – 11 anos de idade ou mais
Singularidade (características particulares):	

AVALIAÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR ANIMAL

1. INDICADORES NUTRICIONAIS

1) Qual é a classificação da condição corporal do gato *incluir fotos dos ECC

1. Muito magro – 12	2. Magro – 8	3. Ideal – 0	4. Acima do Peso – 2	5. Obeso – 4

2) O gato recebe alimentação? A título de informação, marcar qual.

Sim – 0		Não – 8	NPO - 0
Ração (comercial)	Ração (granel)	Caça livremente:	
Sobras / Resto de comida	Carne in natura (crua)	Outros:	

1. INDICADORES NUTRICIONAIS			
3) Se sim, a alimentação fica disponível à vontade?			
Sim – 0		Não - 12	
4) O gato recebe água?			
Sim – 0		Não - 21	
5) Se sim, a água fica disponível à vontade?			
Sim – 0		Não - 12	
6) A qualidade da água é boa? * considerar a turbidez/ transparência (existe lodo, lama, ferrugem, restos de alimento)			
Sim – 0		Não - 12	NPO - 0
7) Condições do bebedouro:			
Limpo – 0		Sujo – 4	NPO -0 *
8) Aproximadamente, quantos centímetros tem o diâmetro (lado a lado) da vasilha que é servida a água para o animal?			
Menos de 10 cm - 6	Entre 10 e 20 cm - 2	Mais de 20 cm - 0	NPO -0
9) Existe pelo menos uma vasilha de água por animal?			
Sim – 0		Não - 8	NPO - 0
10) Condições do comedouro:			
Limpo – 0		Sujo – 4	NPO -0
11) Aproximadamente, quantos centímetros tem o diâmetro da vasilha que é servida a alimentação para o animal?			
Menos de 10 cm - 6	Entre 10 e 20 cm - 2	Mais de 20 cm - 0	NPO -0
12) Aproximadamente, quantos cm tem a profundidade da vasilha em que é servida a água?			
Menos de 5 cm. - 6	Entre 5 e 10 cm. - 2	Mais de 10 cm. - 0	NPO -0
13) Existe pelo menos um comedouro para o animal?			
Sim – 0		Não - 8	NPO - 0

*NPO : Não foi possível observar

PONTUAÇÃO:

ADEQUADO [ ] 0 – 10 pts **REGULAR** [ ] 11 – 19 pts **INADEQUADO** [ ] A partir de 20

2. INDICADORES DE CONFORTO					
14) O gato vive em um ambiente protegido contra sol, chuva e vento?					
Sim – 0			Não - 8		
15) Há alguma estrutura/ objeto que promova o isolamento térmico do animal com o solo e que o gato possa descansar? A título de informação, marcar qual.					
Sim – 0			Não - 8		
Caminha	Caixa de transporte		Caixa de papel/ papelão	Outro	
16) O gato tem caixa higiênica para realizar suas necessidades? [1] Marcar os subitens A e B.					
Sim – 0			Não - 2		
A.O material da caixa higiênica está					
Limpo - 0			Sujo - 2 * Com fezes aparecendo; odor de amônia (foto ilustrativa)		
B. O Substrato da caixa é de:					
granulado próprio	areia	jornal	serragem	outro	sem substrato
17) Existe pelo menos uma caixa higiênica para cada animal no local?					
Sim – 0			Não - 4		
18) Existe acumulo de fezes no ambiente?					
Sim – 8			Não - 0		
18) Existe acumulo de fezes no ambiente?					
19) As condições de limpeza do ambiente são boas?* O ambiente está limpo? Chão, moveis, paredes, lixo bem acondicionado, ausência de entulho e outros resíduos acumulados.					
Sim – 0			Não - 8	NPO - 0	
20) O ambiente permite que o gato tenha acesso a superfícies com diferentes alturas?					
Sim – 0			Não - 4	NPO - 0	
21) O gato tem acesso a substratos para arranhadura?					
Sim – 0			Não - 4	NPO - 0	
22) O gato tem acesso aos recursos ambientais descritos acima?* avaliar 01 recurso por animal					
Sim – 0			Não - 4	NPO - 0	
23) O gato está próximo a uma espécie e/ou indivíduo que apresenta risco (agressão e predação)?					
Sim – 0			Não - 4	NPO - 0	

PONTUAÇÃO:

ADEQUADO [ ] 0 – 10 pts **REGULAR** [ ] 11 – 19 pts **INADEQUADO** [ ] A partir de 20

3. INDICADORES DE SAÚDE				
24) O gato está mancando?				
Sim – 8	Não - 0	NPO -0		
25) O gato apresenta corrimento (sangue, pus, catarro) no nariz, olhos ou ouvidos?				
Sim - 8	Não - 0	NPO -0		
26) O gato apresenta corrimento (sangue, pus, catarro) nos órgãos sexuais?				
Sim - 8	Não – 0	NPO -0		
27) O gato está com diarreia? (olhar região posterior do animal – região anal, cauda do animal)				
Sim – 8	Não - 0	NPO -0		
28) O gato está vomitando?				
Sim – 8	Não – 0	NPO -0		
29) O gato está apático?				
Sim – 8	Não- 0	NPO – 0		
30) O gato ou o ambiente apresenta infestação por pulgas e/ou carrapatos? * Avaliar se o animal se coça de maneira intensa e se foi visualizado pulga/carrapato no ambiente				
Sim - 8	Não - 0	NPO-0		
31) Condições de pelagem (pelo sujo, pelo com nó/embaraçado)				
Mal cuidada - 16	Bem cuidada - 0			
32) O gato possui áreas sem pelo? (acima de 1cm2)				
Sim - 8	Não - 0	NPO- 0		
33) O gato está com algum ferimento, crosta no pelo ou cicatrizes recentes? (acima de 1cm) A título de informação, marcar subitem A				
Sim - 8	Não -0	NPO - 0		
A) Local da crosta:	Ponta da orelha	Nariz	Pelo corpo	Base da cauda
34)Se o gato tiver algum problema de saúde, existe indicativo que comprove que é feito acompanhamento veterinário? (Anexar comprovante				
Sim, pelo tutor/agropecuária – 8	Não – 21	O felino não possui problema aparente- 0		
Sim, pelo médico veterinário – 0				
35) Há proximidade do gato com outro animal que apresenta sinal de estar doente? (Apático, com falhas de pelo ou esse sujo e/ou desgranhado, vomito, magro).				
Sim – 0	Não – 8	NPO - 0		

36)Foram presenciadas situações de crueldade animal (agressão física, abuso sexual, ferimento com perfurocortante, envenenamento, mutilação, etc) contra o animal? [1]	
Sim - 21	Não – 0
37) O gato veio a óbito? * liberar esta pergunta somente da resposta positiva a anterior	
Sim	Não

[1]: A resposta SIM a essa questão configura maus-tratos ao animal, independente dos outros quesitos avaliados- Lei federal 9.605, art. 32.

PONTUAÇÃO:

ADEQUADO [ ] 0 – 10 pts **REGULAR** [ ] 11 – 19 pts **INADEQUADO** [ ] A partir de 20

4 INDICADORES COMPORTAMENTAIS				
38) O gato fica sozinho o dia todo (sem outros animais e sem pessoas)?				
Sim - 6		Não – 0	NPO - 0	
39) Existem outros animais na casa além desse felino? A título de informação, marcar qual.				
Sim - 0		Não – 6	NPO - 0	
Outros gatos	Cães	Aves	Passeriformes	Outros(qual):
40) Qual o comportamento do gato durante a observação?				
Se aproxima e tenta contato - 0	Se mantém calmo e observando a distância sentado - 0	Foge à aproximação do tutor - 8	Foge à aproximação do agente de fiscalização – 2	
Comportamentos repetitivos - 8	Comportamentos de automutilação - 8	Briga entre animais – 8		
Se mantém à distância encolhido observando – 4	Não aceita aproximação e ataca quando há insistência - 4			
NPO-0	Outro - 4			
41) Há enriquecimento ambiental (variação da forma, tipo e oferta de alimento, diferentes níveis de acesso para promoção de exercícios físicos, brinquedos, dentre outros) para o cão?				
Sim – 0		Não – 8	NPO – 0	

PONTUAÇÃO:

ADEQUADO [ ] 0 – 10 pts **REGULAR** [ ] 11 – 19 pts **INADEQUADO** [ ] A partir de 20

QUESTÃO COMPLEMENTAR

Existe alguma situação que não foi caracterizada neste check-list e que indica Bem-estar animal BAIXO ou MUITO BAIXO? DESCREVER

Sim – 21

5. AVALIAÇÃO DO TUTOR

Descrever aqui a impressão geral/ comportamento do tutor e/ou pessoas domiciliadas no local

6. GRAU DE BEM- ESTAR ANIMAL (BEA)

Todos os conjuntos de indicadores adequados	MUITO ALTO
Somente um conjunto de indicadores regular e os outros adequados	ALTO
Dois ou mais conjuntos de indicadores regulares e nenhum for considerado inadequado	REGULAR
Um ou dois conjuntos de indicadores inadequados	BAIXO
Três ou mais conjuntos de indicadores forem classificados como inadequados ou quando houver agressão física intencional	MUITO BAIXO

GRAU DE BEM- ESTAR ANIMAL (BEA)	SITUAÇÃO
Muito Baixo	Inaceitável- INADEQUADO
Baixo e Regular	Aceitável - REGULAR
Alto ou Muito Alto	Desejável - ADEQUADO
ORIENTAÇÕES	
ADEQUADO	Não configura maus-tratos.
REGULAR	Situação não sugestiva de maus-tratos, entretanto, é necessário fornecer recomendações ao tutor para se adequar.
INADEQUADO	Configura situação de maus-tratos.

7. REGISTRO FOTOGRÁFICO

Priorizar fotos 1) Ambiente em sua totalidade; 2) Alojamento do animal; 3) Animal; 4) Vasilhames

ANEXO IV

*CHECKLIST P*ARA AVALIAÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR ANIMAL DE **CANÍDEOS DOMÉSTICOS**

(Lei federal 9.605/98, Art 32 e Lei estadual 22.231/16)

IDENTIFICAÇÃO DO ANIMAL	
Nome:	Sexo: [ ] Fêmea [ ] Macho
Cor da pelagem:	Comprimento da pelagem: [ ] Curto [ ] Longo [ ] Semilongo
Raça:	Idade: [ ] Filhote – até 1 ano; [ ] Adulto- 1 a 9 anos; [ ] Idosos – 10 anos de idade ou mais
Porte: [ ] Pequeno [ ] Médio [ ] Grande	
Singularidade (características particulares):	

AVALIAÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR ANIMAL				
1. INDICADORES NUTRICIONAIS				
**1) Qual é a classificação da condição corporal do animal? ***O aplicativo considerará a idade do animal, ponderando a pontuação *incluir fotos dos ECC				
Muito magro – 12	Magro – 8	Ideal – 0	Acima do Peso – 2	Obeso – 4
2) O cão recebe alimentação? A título de informação, marcar qual.				
Sim – 0			Não - 8	NPO -0
Ração	Lavagem/ Resto de comida	Cozinha para o animal	Ração e lavagem/ resto de comida	Outros:
4) O cão recebe água?				
Sim – 0			Não - 21	
5) Se sim, a água fica disponível a vontade?				
Sim – 0		Não -12		

6) A qualidade da água é boa? * considerar a turbidez / transparência (existe lodo, lama, ferrugem)		
Sim - 0	Não – 12	NPO -0
7) Condições do bebedouro:		
Limpo – 0	Sujo - 4	NPO – 0*
8) Condições do comedouro:		
Limpo – 0	Sujo - 4	NPO - 0

*NPO : Não foi possível observar

PONTUAÇÃO:

ADEQUADO [ ] 0 – 10 pts **REGULAR** [ ] 11 – 19 pts **INADEQUADO** [ ] A partir de 20

2. INDICADORES DE CONFORTO					
9) O cão tem abrigo? A título de informação, marcar qual.					
Sim – 0		Não -12			
Interior da casa	Garagem	Casinha	Varanda/quintal	Baia/Canil	
Outro:					
10) O abrigo oferece proteção adequada contra chuva, sol e vento?					
Sim – 0		Não – 8			
11) Há proteção, no chão, onde o animal se deita? ***Considerar o isolamento térmico do animal com o solo. **A título de informação, marcar qual.					
Sim – 0			Não - 4		
Caminha	Pallet	Caixa de transporte	Pneu	Papelão	Outro:
12) O cão fica preso em corrente ou corda?					
Sim – 4		Não – 0			
13) Se sim, o cumprimento dessa corrente ou corda permite que ele faça pequenas corridas?					
Sim – 0	Não – 10		Não se aplica - 0		
14) O animal fica preso em espaços pequenos que não permitam a locomoção do mesmo?					
Sim – 10		Não – 0			

15) Se preso, o cão é solto em algum momento do dia?		
Sim – 0	Não – 10	NPO - 0
16) As condições de limpeza do ambiente são boas?*		
Sim – 0	Não – 8	

*O ambiente está limpo? Chão, moveis, paredes, lixo bem acondicionado, ausência de entulho e outros resíduos acumulados.

PONTUAÇÃO:

ADEQUADO [ ] 0 – 10 pts **REGULAR** [ ] 11 – 19 pts **INADEQUADO** [ ] A partir de 20

3. INDICADORES DE SAÚDE		
17) O cão está mancando?		
Sim – 8	Não – 0	NPO -0
18) O cão apresenta corrimento (sangue, pus, catarro) no nariz, olhos e/ou ouvidos?		
Sim -8	Não – 0	NPO -0
19) O cão apresenta corrimento (sangue, pus, catarro) nos órgãos sexuais? (se fêmea, considerar o cio)		
Sim – 8	Não – 0	NPO -0
20) O cão está com diarreia ? (olhar região posterior do animal – região anal, cauda do animal)		
Sim – 8	Não – 0	NPO -0
21) O cão está vomitando?		
Sim – 8	Não – 0	NPO -0
22) O cão está apático?		
Sim – 8	Não- 0	NPO -0
23) O cão ou o ambiente apresenta infestação por pulgas e/ou carrapatos? *Avaliar se o animal se coça de maneira intensa e se foi visualizado pulga/carrapato no ambiente		
Sim – 8	Não – 0	NPO -0
24) Condições de pelagem: (pelo sujo, pelo com nó/embaraçado)		
Mal cuidada – 8	Bem cuidada - 0	
25) O cão possui áreas sem pelo? (acima de 1cm2)		
Sim – 8	Não – 0	NPO – 0

26) O cão está com algum ferimento ou cicatrizes recentes? (acima de 1cm)		
Sim – 8	Não -0	NPO – 0
27) Se o cão tiver algum problema de saúde, existe indicativo que comprove que é feito acompanhamento veterinário? (Anexar comprovante – Receita, recibo da compra de medicamentos)		
Sim – 0	Não – 8	O cão não possui problema aparente- 0
28) Foi presenciado situações de crueldade animal (agressão física, abuso sexual, ferimento com perfurocortante, envenenamento, mutilação, etc) contra o animal? 1 A título de informação, responda a questão 29.		
Sim – 21	Não – 0	
29) O cão veio a óbito ? * está questão só deve ser liberada com a resposta positiva da 28		
Sim	Não	

[1] A resposta SIM a essa questão configura maus-tratos ao animal, independente dos outros quesitos avaliados- Lei federal 9.605, art. 32.

PONTUAÇÃO:

ADEQUADO [ ] 0 – 10 pts **REGULAR** [ ] 11 – 19 pts **INADEQUADO** [ ] A partir de 20

4. INDICADORES COMPORTAMENTAIS				
30) O cão fica sozinho o dia todo (sem outros animais e sem pessoas)?				
Sim – 8		Não – 0		NPO - 0
31) Existem outros animais na casa além desse cão? Marcar qual.				
Sim – 0		Não – 4		NPO - 0
Outros cães	Gatos	Aves	Passeriformes	Outros(qual):
32) O cão realiza comportamentos atípicos? Identificar qual.				
Sim – (MARCAR QUAL)	Não – 0			NPO – 0
Ingerir fezes - 2	Andar em círculos - 8	Automutilação – 8		Lamber sem parar a si próprio ou a um objeto– 6
Vocalização excessiva -2	Pular repetidamente – 2		Tremer o corpo - 8	
Cauda no meio das pernas - 6		Faz xixi na aproximação do tutor ou do agente - 6		Outro – 2 :
33) Há enriquecimento ambiental (variação da forma, tipo e oferta de alimento, diferentes níveis de acesso para promoção de exercícios físicos, brinquedos, dentre outros) para o cão?				
Sim – 0		Não – 8		NPO - 0

PONTUAÇÃO:

ADEQUADO [ ] 0 – 10 pts **REGULAR** [ ] 11 – 19 pts **INADEQUADO** [ ] A partir de 20

QUESTÃO COMPLEMENTAR

Existe alguma situação que não foi caracterizada neste check-list e que indica Bem-estar animal BAIXO ou MUITO BAIXO? DESCREVER

Sim – 21

5. AVALIAÇÃO DO TUTOR

Descrever aqui a impressão geral/ comportamento do tutor e/ou pessoas domiciliadas no local

6. GRAU DE BEM- ESTAR ANIMAL (BEA)

Todos os conjuntos de indicadores adequados	MUITO ALTO
Somente um conjunto de indicadores regular e os outros adequados	ALTO
Dois ou mais conjuntos de indicadores regulares e nenhum for considerado inadequado	REGULAR
Um ou dois conjuntos de indicadores inadequados	BAIXO
Três ou mais conjuntos de indicadores forem classificados como inadequados ou quando houver agressão física intencional	MUITO BAIXO

GRAU DE BEM- ESTAR ANIMAL (BEA)	SITUAÇÃO
Muito Baixo e Baixo	Inaceitável- INADEQUADO
Baixo e Regular	Aceitável - REGULAR
Alto ou Muito Alto	Desejável - ADEQUADO
ORIENTAÇÕES	
ADEQUADO	Não configura maus-tratos.
REGULAR	Situação não sugestiva de maus-tratos, entretanto, é necessário fornecer recomendações ao tutor para se adequar.
INADEQUADO	Configura situação de maus-tratos.

7. REGISTRO FOTOGRÁFICO
Priorizar fotos 1) Ambiente em sua totalidade; 2) Alojamento do animal; 3) Animal; 4) Vasilhames

ANEXO V

CHECKLIST PARA AVALIAÇÃO DO BEM-ESTAR DE COELHOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

Nome do responsável:	Identidade de gênero: [ ] Mulher [ ] Homem [ ] Outro [ ] Prefere não responder
CPF:	Profissão:
Idade:	Endereço:
Alguma informação complementar?	

2. DADOS DO EMPREENDIMENTO/ LOCAL

1 - O local mantém coelhos para qual finalidade?

[ ] Mantido como pet
[ ] Lar temporário para animais
[ ] abrigo municipal
[ ] Abrigo particular
[ ] Criatório comercial de animal doméstico
[ ] abate
[ ] Outro. Qual:

1.1 NO CASO DE CRIATÓRIO COMERCIAL*
O criatório possui os seguintes documentos:

[ ] Conselho Regional de Medicina Veterinária (Obrigado pelo Decreto n.º 69.134/1971)
[ ] CNPJ. Número:
[ ] Alvará de licença de funcionamento
[ ] Anotação de Responsabilidade Técnica
[ ] Cadastro e licença pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e/ou de saúde
[ ] Não possui documentos para funcionamento**

Cão pequeno e médio (até 20Kg), mais de dois cães

Pelo menos 4m² para um cão e 2m² adicional por cão a mais = 0	4m² para um cão, mas menos de 2m² adicional por cão = 4

2 – Qual o custo mensal aproximado dos cuidados com os animais?_____

3 – Mantém funcionários no local?

[ ] Sim	[ ] Não

3.1 – Se sim, apresentar os seguintes documentos e materiais:

[ ] Equipamentos de Proteção Individual. Descrever quais.
[ ] Carteira de trabalho / contrato
[ ] Outro de importância. Qual:
[ ] Não possui vínculo empregatício

* Conferir nas legislações municipais / estadual os documentos necessários, caso não sejam os listados acima. ** Em caso de ausência de documentos para funcionamento, o empreendimento não pode atuar como criatório.

3. SOBRE OS ANIMAIS MANTIDOS	
1 – Quantos Coelhos são mantidos no local:	Número total:
	- Fêmeas _____
	- Machos _____
	- Filhotes _____
2 - Local de armazenamento do alimento:	[ ] Armazenado em recipiente fechado*
	[ ] Armazenado na embalagem original
	[ ] Outro. Qual: _____
3 – Possui área para quarentena?	[ ] Sim [ ] Não
4 – Possui local para tratamento de animais	[ ] Sim [ ] Não
5 – Qual o tipo de sistema mantido para reprodução?	[ ] Gaiolas em baterias
	[ ] Grupos mistos
	[ ] Outro
5 – Mantém animais para reprodução?	[ ] Sim [ ] Não
5.1 Se sim, quantos animais são mantidos para reprodução?	Total: _____
	Machos: _____
	Fêmeas: _____
5.2 Qual a idade do animal mais novo e do mais velho mantido para reprodução?	Mais novo: _____
	Mais velho: _____
5.3 Os animais reproduzem até qual idade?	Machos: _____ Fêmeas: _____
5.4 Qual a idade de desmame dos filhotes?	
5.5 Qual o destino dos animais após a aposentadoria? (Pedir comprovação)	

* Armazenamento irregular por risco de contaminação e acesso por animais sinantrópicos.

4 AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DOS COELHOS

Identificação do animal:	Sexo: [ ] Fêmea [ ] Macho [ ] Indeterminado
Idade: [ ] Filhote (até 2 meses); [ ] Jovem (2 meses – 12 meses); [ ] Adulto (13 meses à 07 anos) [ ] Idoso (acima de 08 anos).	**Número da baia/alojamento/gaiola:**

Cor da pelagem / Raça

[ ] Nova Zelândia	[ ] Hotot	[ ] Lion head
[ ] Angorá	[ ] Fuzzy lop	[ ] Mini lop
		[ ] Outra. Especificar:_____ _____
[ ] Chinchila gigante	[ ] Rex	

Singularidade:

4.1 INDICADORES COMPORTAMENTAIS		
1) Há enriquecimento ambiental (variação da forma, tipo e oferta de alimento, diferentes níveis de acesso para promoção de exercícios físicos, dentre outros)?		
[ ] Sim – 0	[ ] Não – 6	[ ] NPO - 0
2) Há presença de outros coelhos no mesmo recinto?		
[ ] Sim – 0	[ ] Não – 6	[ ] NPO - 0
3) O animal possui alguma restrição a possibilidade de deslocamento de forma confortável (presa por corrente/corda/tira de pano nos membros, ou em local que não permita o deslocamento, presença de colar/coleira, etc.)?		
[ ] Sim – 8	[ ] Não – 0	[ ] NPO - 0
4) Foram observados comportamentos sugestivos de medo, ansiedade ou estresse (comportamentos indicativos de disfunção) na aproximação do responsável?		
[ ] Sim – 8	[ ] Não – 0	[ ] NPO - 0
[ ] Tricofagia	[ ] Thumping	[ ] Vocalização
[ ] Alo-tricofagia	[ ] Darting	[ ] Mordedura de gaiola
[ ] Imobilidade tônica	[ ] Ranger dos dentes	[ ] Outro. Qual: _____
[ ] Arranhar solo do local de manutenção	[ ] Taquipneia	
5) Foram observados comportamentos sugestivos de medo, ansiedade ou estresse (comportamentos indicativos de disfunção) no ambiente geral ou nas relações com outros animais?		
[ ] Sim – 8	[ ] Não – 0	[ ] NPO - 0
[ ] Tricofagia	[ ] Thumping	[ ] Vocalização
[ ] Alo-tricofagia	[ ] Darting	[ ] Mordedura de gaiola
[ ] Imobilidade tônica	[ ] Ranger dos dentes	[ ] Outro. Qual: _____
[ ] Arranhar solo do local de manutenção	[ ] Taquipneia	Outros:balançar de cabeça, movimentos de corpo laterais (balançar), comportamento de ninho atípico, cuidados neonatais atípicos, agressão exagerada, canibalismo (infanticídio), não consegue relaxar o corpo (estirar), apatia.

6) Foram observadas brigas entre animais mantidos juntos durante a vistoria?			
[ ] Sim – 4	[ ] Não – 0	[ ] NPO - 0	[ ] Não se aplica (não vive com outros)
7) Os animais são expostos a riscos físicos por contenção inadequada (pela cauda, pela pele do pescoço – scruffing, pelos membros)?			
[ ] Sim – 6	[ ] Não – 0	[ ] NPO - 0	[ ] Não se aplica
8) O animal possui abrigo individualizado que permite o mesmo de evitar interações sociais não desejadas (brigas, fugas, isolamento, etc.)?			
[ ] Sim – 0		[ ] Não – 6	
Outras observações quanto aos indicadores comportamentais?			
[ ] Sim		[ ] Não	
PONTUAÇÃO: _____		ADEQUADO (0-10 pts)	[ ]
		REGULAR (11-19 pts)	[ ]
		INADEQUADO (a partir de 20)	[ ]

*NPO : Não foi possível observar

4.2 INDICADORES NUTRICIONAIS

9) Qual é a classificação da condição corporal do animal* (considerar características fenotípicas dos indivíduos e baseado em peso)

Muito magro	Magro	Ideal – 0	Acima do Peso	Obeso
(possível sentir as estruturas ósseas do quadril e costelas. Dependendo da altura do pelo, pode-se observar as estruturas à distância)	(Possível sentir as estruturas ósseas do quadril e costelas, contudo, com maior cobertura de musculatura. Dependendo da altura do pelo, pode-se observar as estruturas à distância)	(Possível sentir na palpação as estruturas ósseas, mas com cobertura muscular ideal)	(Difícil acesso as estruturas ósseas pela palpação. Abdômen levemente convexo).	(Somente consegue acesso as estruturas ósseas pela palpação com demasiada pressão. Abdômen convexo. Dificuldade em observar as patas traseiras quando à distância).
[ ] 12	[ ] 8	[ ] 0	[ ] 2	[ ] 6

10) O animal tem acesso ao alimento à vontade?

[ ] Sim – 0	[ ] Não – 12

11)O alimento é adequado para a espécie?

Referência: feno, ração extrusada e vegetais (mínimo)
Proteína (16% crescimento, 12-14% manutenção, 18% lactação, 16% - 18% Angora)
Aminoácidos essenciais: histidina, isoleucina, leucina, lisina, metionina, fenilalanina, threonina, triptofano e valina
Fibra: 20-25% manutenção, 18-20% produção
Extrato etéreo: 2-3.5%

[ ] Somente Feno – 2	[ ] Somente ração extrusada para Coelhos - 4	[ ] Somente legumes/verduras - 4	[ ] Somente ração extrusada de equinos - 6
[ ] Feno e ração extrusada de Coelho - 0	[ ] somente ração para alguma espécies de roedor herbívoro – 6	[ ] Outro – 4 (especificar)	

12) A animal tem acesso a água?

[ ] Sim – 0	[ ] Não – 21

13) Se sim, a água fica disponível a vontade?

[ ] Sim – 0	[ ] Não – 12

14) Condições do bebedouro (se for biqueira, verificar se o fluxo de água está adequado):

[ ] Limpo – 0	[ ] Sujo – 6	[ ] Não se aplica - 0	[ ] NPO – 0*

15) Condições do comedouro:			
[ ] Limpo – 0	[ ] Sujo – 6	[ ] Não se aplica - 0	[ ] NPO – 0*
16) O animal apresenta alguma dificuldade em alcançar o alimento (profundidade do comedouro, barreiras físicas)?			
[ ] Sim – 6	[ ] Não – 0	[ ] NPO – 0	
17) O animal possui alguma dificuldade em alcançar a água (profundidade do bebedouro, barreiras físicas)?			
[ ] Sim – 6	[ ] Não – 0	[ ] NPO – 0	
18) Se o animal está sendo mantido com outros, o número de comedouros é suficiente em quantidade e/ou volume para o número de animais no local (gaiola, recinto, etc)?			
[ ] Sim – 0	[ ] Não – 6	[ ] NPO – 0	
19) Se o animal está sendo mantido com outros, o número de bebedouros é o suficiente em quantidade e/ou volume para o número de animais no local (gaiola, etc)?			
[ ] Sim – 0	[ ] Não – 6	[ ] NPO – 0	
20) O alimento está visivelmente contaminado? (fezes de animais; sujidades em excesso, de vários dias, produtos agrícolas, químicos, etc.)			
[ ] Sim – 14	[ ] Não – 0	[ ] NPO – 0	[ ] NSA**
21) A água está visivelmente contaminada? (fezes de animais; sujidades em excesso, de vários dias; produtos agrícolas, químicos, etc.)			
[ ] Sim – 14	[ ] Não – 0	[ ] NPO – 0	[ ] NSA**
22) Se com filhote ou se for avaliando um filhote lactente, todos os neonatos possuem acesso a um teto para alimentação?			
[ ] Sim – 0	[ ] Não – 8	[ ] NPO – 0	[ ] NSA**
Outras observações quanto aos indicadores nutricionais?			
[ ] Sim		[ ] Não	

PONTUAÇÃO: _____	ADEQUADO (0-10 pts)	[ ]
	REGULAR (11-19 pts)	[ ]
	INADEQUADO (a partir de 20)	[ ]

*NPO : Não foi possível observar
** NSA: Não se aplica

4.3 INDICADORES AMBIENTAIS E DE CONFORTO

23) A área do animal possui dimensões (largura e comprimento) adequadas que permitem a exibição de comportamentos naturais por indivíduo alojado? (Ex.: descansar estirado, saltar, cavar, roer, áreas distintas para defecar, descansar e alimentar)
Referência: pelo menos 60-80 cm na área de descanso para permitir o comportamento de estirar para descanso, por animal; 70 cm para garantir pequenos saltos.

[ ] Menor que ideal = 10	[ ] Ideal ou mais que o ideal - 0

24) A área do animal possui altura adequada para a resposta de fuga da espécie?
Referência: Pode responder com até 1 m de altura de salto.
Área ideal deve ter, em relação ao seu último piso, pelo menos o mínimo para a altura acima.

[ ] Altura está abaixo do ideal = 10	[ ] Altura está ideal ou acima do ideal = 0

25) O alojamento oferece pelo menos um nível de altura para o animal permanecer?

[ ] Sim - 0	[ ] Não - 6

26) O alojamento oferece proteção adequada contra chuva, sol e corrente de ar direta mesmo quando exposta à luz natural?

[ ] Sim - 0	[ ] Não - 6

27) É mantido substrato confortável pelo menos em ¼ do local para a manutenção dos coelhos?

Referência: feno, tecido, sempre limpos, com temperatura idealmente abaixo de 21ºC

[ ] Sim – 0	[ ] Não - 6

27.1) Se sim, a profundidade do substrato utilizado é adequada?

[ ] Sim - 0	[ ] Não - 4	[ ] NAS

28) O local mantém temperatura ambiental adequada para a espécie?
Referência: ideal temperatura abaixo 4-28ºC

[ ] Sim - 0	[ ] Não - 8	[ ] NPO

29) O animal exibe comportamentos sugestivos de estresse térmico?
Referência: frio (animal recolhido, com membros não visíveis, amontoados), quente (ofegante, aproximadamente 32-60 mpm)

[ ] Sim - 21	[ ] Não - 0	[ ] NPO

30) O local mantém umidade ambiental adequada para a espécie?
Referência: ideal umidade abaixo de 50%

[ ] Sim – 0	[ ] Não - 6	[ ] NPO

31) A gaiola ou alojamento possui substrato em boas condições (limpo, ausente de cheiro de amônia, ausente de emplastramento, se com substrato)?

Sim – 0	Não – 6	Não se aplica (ausente de substrato)- 2

<table>
<tr><td colspan="3">32) O local possui acúmulo de fezes e outras sujidades?</td></tr>
<tr><td>Sim – 6</td><td colspan="2">Não – 0</td></tr>
<tr><td colspan="3">33) O local possui acúmulo de poeira?</td></tr>
<tr><td>[ ] Sim – 4</td><td colspan="2">[ ] Não – 0</td></tr>
<tr><td colspan="3">Outras observações quanto aos indicadores de conforto? ( ) Sim ( ) Não</td></tr>
<tr><td>[ ] Sim</td><td colspan="2">[ ] Não</td></tr>
<tr><td rowspan="3">PONTUAÇÃO: _____</td><td>ADEQUADO
(0-10 pts)</td><td>[ ]</td></tr>
<tr><td>REGULAR
(11-19 pts)</td><td>[ ]</td></tr>
<tr><td>INADEQUADO
(a partir de 20)</td><td>[ ]</td></tr>
</table>

*NPO : Não foi possível observar
** NSA: Não se aplica

4.4 INDICADORES DE SAÚDE

34) O animal esta mancando, possui alguma lesão de membro, pododermatite, ou apresenta alteração quando em estação?
Referência: Escore de pododermatite: 0 (ausente de lesão); 1 (ausente de pelo, formação de calo, área menor que 2,5 cm²; 2 (ausente de pelos, formação de calo, área maior que 2.5 cm²; 3 (ulceração do calo, lesões associadas a rachaduras); 4 (lesão aberta).

[ ] Sim, leve – 6	[ ] Sim, severo - 12	[ ] Não – 0	[ ] NPO

35) O animal apresenta sinais de lesões, tumores ou doença aparente (cegueira, secreções, paralisia, apatia, posteriores sujos por fezes)?

[ ] Sim – 8	[ ] Não – 0	Se sim, descrever sinais

36) Como está a condição da pelagem do animal?

[ ] Em estado ruim ou péssimo (apresenta falhas e/ou alopecia generalizada) – 8	[ ] Em estado moderado (corpo parcialmente com falhas e/ou alopecia) – 6	[ ] adequado - 0

37) O animal encontra-se molhado?

[ ] Excessivamente molhado – 8	[ ] Parcialmente molhado – 4	[ ] Pouco molhado ou normal esperado - 0

38) Foi encontrado algum fator tal como bituca de cigarro, pessoas fumando, velas, fumaças, gases tóxicos ou outros que poderiam afetar a saúde do animal em longo prazo?

[ ] Sim – 6	[ ] Não - 0

39) O animal está alojado com outros animais clinicamente doentes, mesmo estando saudável?

Sim – 6	Não – 0	NPO - 0	NA - 0

40)O animal possui cicatrizes visíveis?

Sim – 4	Não – 0	Se sim, descrever localização no corpo:	NPO - 0

41) O animal apresenta algum sinal de dor?
Referência:
Escala grimace de expressão facial para dor moderada: diâmetro da órbita ocular levemente reduzido, formato da narina (transição de U para V), posição das vibrissas (movem para frente, afastando do rosto e ficando enrijecidos), posição e formato das orelhas (orelhas cilíndricas, direcionadas para a posição oposta a ruídos, em direção aos membros traseiros, orelhas se aproximam do corpo)
Escala grimace de expressão facial para dor severa: diâmetro da órbita ocular bastante reduzido (formando "ruga" ao redor dos olhos); achatamento das bochechas (rosto mais angular e menos redondo), formato da narina (formato em V direcionando a ponta da narina para o queixo), posição das vibrissas (movem para frente, afastando do rosto e se posicionando para baixo), posição e formato das orelhas (orelhas cilíndricas, direcionadas para a posição oposta a ruídos, em direção aos membros traseiros, orelhas se aproximam do corpo)

( ) Não – 0	( ) Sim, dor moderada – 12	( ) Sim, dor severa - 21	( ) NPO - 0

42)Animal com alterações de saúde (mancando, lesões, sinais de doença aparente) está em tratamento? (Anexar comprovante – frasco do medicamento, receita, recibo da compra de medicamentos)		
Sim, está em tratamento pelo responsável – 8	Não está em tratamento, mesmo com lesão ou doente – 21	
Sim, está em tratamento pelo médico veterinário - 0	Não se aplica (o animal não possui problema aparente)- 0	
43) Foram presenciadas situações de crueldade animal (agressão física, abuso sexual, ferimento com perfurocortante, fraturas, queimaduras, envenenamento, etc) contra o animal? 1		
Sim – 21	Não – 0	
43.1) O animal veio à óbito?		
Sim – 0	Não – 0	
Outras observações quanto aos indicadores de saúde?		
Sim – 0	Não – 0	
PONTUAÇÃO: _____	ADEQUADO (0-10 pts)	[ ]
	REGULAR (11-19 pts)	[ ]
	INADEQUADO (a partir de 20)	[ ]

*NPO : Não foi possível observar
** NSA: Não se aplica

QUESTÃO COMPLEMENTAR

Existe alguma situação que não foi caracterizada neste check-list e que indica estado de bem-estar BAIXO ou MUITO BAIXO? DESCREVER

Sim – 21

5. AVALIAÇÃO DO RESPONSÁVEL

Descrever aqui a impressão geral/ comportamento do responsável e/ou pessoas domiciliadas no local

6. GRAU DE BEM- ESTAR ANIMAL (BEA)		
Todos os conjuntos de indicadores adequados	MUITO ALTO	Ideal
Somente um conjunto de indicadores regular e os outros adequados	ALTO	Desejável, com sugestões a nível de favorecer melhores níveis
Dois ou mais conjuntos de indicadores regulares e nenhum for considerado inadequado	REGULAR	Situação não sugestiva de maus-tratos, entretanto, é necessário fornecer recomendações e reavaliação posterior.
Um ou dois conjuntos de indicadores inadequados	BAIXO	
Três ou mais conjuntos de indicadores forem classificados como inadequados ou quando houver agressão física intencional	MUITO BAIXO	Inaceitável – configura maus-tratos

7. REGISTRO FOTOGRÁFICO

Piorizar fotos 1) Ambiente em sua totalidade; 2) Alojamento do animal; 3) Animal; 4) Vasilhames

ANEXO VI

CHECKLIST PARA AVALIAÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR ANIMAL DE
AVES SILVESTRES

(Lei federal 9.605/98, Art 32; Lei estadual 22.231/16)

Objetiva-se com esse check-list auxiliar o trabalho de triagem em situações de maus-tratos contra aves, principalmente das ordens Passeriformes e Psittaciformes, pelos órgãos e profissionais responsáveis pela avaliação.

Caso a avaliação seja realizada por um profissional médico veterinário, sugere-se a inclusão dos seguintes quesitos de acordo com os indicadores avaliados:

Indicadores comportamentais: ambiente para atividade física; formas de contenção; frequência de interações agressivas; frequência e materiais de enriquecimento ambiental; comportamentos sugestivos de disfunção (repetitivo, estereotipado, auto-mutilação, compulsivos), frustração, medo e ansiedade; relacionamento do animal com o tratador/responsável; exibição de comportamento sugestivo de dor, fome, exposição extrema a calor e frio; riscos de óbito imediato.
Indicadores nutricionais: escore de condição corporal, quantidade e qualidade dos alimentos utilizados; local e forma de armazenamento dos alimentos; riscos de contaminação do alimento e água; frequência de alimentação; frequência de troca de água; suplementos utilizados (quando utilizados).
Indicadores de conforto: qualidade dos poleiros (material de confecção, quantidade, comprimento, altura do chão e diâmetro); acesso à luz natural (se ocorre, frequência,); presença e material utilizado para ninho e substrato; monitoramento de temperatura e umidade; fonte de poluidor atmosférico e sonoro; e sombreamento do recinto; abrigos individualizados.
Indicadores de saúde: regularidade de atendimento médico veterinário (se ocorrer); local para quarentena, isolamento e tratamento de animais doentes (recursos médicos do local, receituários, histórico dos animais, prescrições, medicamentos, validade dos medicamentos); histórico de exames complementares; uso de parasiticidas; origem dos animais; exame físico; avaliação do escore de lesões de pele e pododermatite; presença de medicamentos; presença de ovos fertilizados (cuidados e manejo), higiene dos comedouros, bebedouros e ambiente..

1.0 IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL E ANIMAIS

1 - Objetivo da manutenção de animais (PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO):

[ ] Centro de Triagem e reabilitação
[ ] Comerciante clandestino de aves (comércio de aves silvestres/exóticas sem licença pelos órgãos competentes; comércio de aves domésticas sem licença municipal, se exigida)
[ ] Criação clandestina de aves (aves silvestre/exótica sem documentação de origem)
[ ] Criador amador
[ ] Criadouro científico
[ ] Criadouro comercial
[ ] Criadouro conservacionista
[ ] Empreendimento comercial / comerciante de animais vivos
[ ] Mantenedouro
[ ] Mantido como animal de estimação (ave doméstica ou silvestre/exótica com documentação de origem de criadouros ou empreendimentos comerciais legalmente autorizados)
[ ] Parque zoológico

2.0 AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DO GRAU DE BEM-ESTAR ANIMAL (INSERIR FOTOS DO ANIMAL E DO AMBIENTE QUE VIVE)

1 - Identificação e marcação do animal (REGISTRAR COM FOTO)
[ ] Nome. Qual:_____
[ ] Anilha . Número:_____
[ ] Microchip. Nºdo microchip:_____
[ ] Número em gaiola. Nº da gaiola:
[ ] Não é marcado
[ ] Não possui identificação
[ ] Outros, Qual:_____

2 – Sexo:
[ ] Macho
[ ] fêmea
[ ] Indeterminado

3 – Espécie:

Doméstica	Silvestres passeriformes	Silvestres psitaciformes	Exótica
€ Amandine (*Amadina erythrocephala*) € Avestruz (*Struthio camelus*) € Bavete-masque (*Poephila personata*) € Calafate-timor (*Lonchura fuscata*) (*Nymphicus hollandicus*) € Calopsita (*Nymphicus hollandicus*) € Canário –belga/do-reino (*Serinus canarius*) € Cisne (*Cygnys atratus, Cygnus columbianus, Cygnus cygnus*) € Codorna (*Coturnix chinensis, C. japonica*) € Cordon-bleu (*Uraeginthus angolensis*) € Diamante-de-gould (*Erythrura gouldiae*) € Diamante-de-peito-bege (*Erythrura hyperythra*) € Diamante-mandarim (*Taenopygia guttata*)	€ abre-asa-de-cabeça-cinza (*Mionectes rufiventris*) € alegrinho (*Serpophaga subcristata*) € alegrinho-balança-rabo (*Stigmatura budytoides*) € anambé-branco-de-bochecha-parda (*Tityra inquisitor*) € anambé-branco-de-rabo-preto (*Tityra cayana*) € anambezinho (*Iodopleura pipra*) € andarilho (*Geositta poeciloptera*) € andorinha-azul (*Progne subis*) € andorinha-de-bando (*Hirundo rustica*) € andorinha-de-dorso-acanelado (*Petrochelidon pyrrhonota*) € andorinha-de-sobre-branco (*Tachycineta leucorrhoa*) € andorinha-do-barranco (*Riparia riparia*) € andorinha-do-campo (*Progne tapera*)	€ Anacã (*Deroptyus accipitrinus*) € Anacã (*Deroptyus accipitrinus*) € Apuim-de-asa-vermelha (*Touit huetii*) € Apuim-de-cauda-amarela (*Touit surdus*) € Apuim-de-costas-azuis (*Touit purpuratus*) € Apuim-de-costas-pretas (*Touit melanonotus*) € Arara-azul-de-lear(*Anodorhynchus leari*) € Arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*) € Arara-azul-pequena (*Anodorhynchus glaucus*) € Araracanga (*Ara macao*) € Arara-canindé (*Ara ararauna*) € Ararajuba (*Guaruba guarouba*) € Arara-vermelha (*Ara chloropterus*)	ð Agapornis cana (*A. canus*) ð Agapornis taranta (*A. taranta*) ð Alexandrino (*Psittacula eupatria*) ð Amarante-do-senegal (*Lagonosticta senagala*) ð Barnard (*Barnardius zonarius*) ð Agapornis cana (*A. canus*) ð Agapornis taranta (*A. taranta*) ð Alexandrino (*Psittacula eupatria*) ð Amarante-do-senegal (*Lagonosticta senagala*) ð Barnard (*Barnardius zonarius*) ð Barraband (*Polytelis swainsonii*) ð Bengali-Indiano (*Amandava amandava*) ð Burqui (*Neopsephotus bourkii*) ð Cabeça-de-ameixa (*Psittacula cyanocephala*)

Doméstica	Silvestres passeriformes	Silvestres psitaciformes	Exótica
€ Faisão-de-coleira (*Phasianus colchicus*) € Faisão-de-temminck (*Tragopan temminckii*) € Galinha (*Gallus gallus*) € Galinha-D'angola (*Numida meleagris*) € Ganso (*Anser albifrons, A. anser, A. brachyrhynchus , A. cygnoides, A. erythropus, A. fabalis, A. hutchinsii , A. hyperboreus, A. indicus, A. rossii, A. nyroca; Chen caerulescens, C. canagica, C. rossii*) € Ganso-canadense (*Branta canadensis*) € Ganso-do-Nilo (*Alopochen aegypticus*) € Granatina-púrpura (*Uraeginthus ianthinogaster*) € Granatina-violeta (*Uraeginthus granatinus*) € Manon (*Lonchura striata*)	€ andorinha-do-rio (*Tachycineta albiventer*) € andorinha-grande (*Progne chalybea*) € andorinha-morena (*Alopochelidon fucata*) € andorinha-pequena-de-casa (*Pygochelidon cyanoleuca*) € andorinha-serradora (*Stelgidopteryx ruficollis*) € anumará (*Anumara forbesi)* € arapaçu-beija-flor (*Campylorhamphus trochilirostris*) € arapaçu-bico-de-cunha (*Glyphorynchus spirurus*) € arapaçu-de-bico-branco (*Dendroplex picus*) € arapaçu-de-bico-torto (*Campylorhamphus falcularius*) € arapaçu-de-cerrado (*Lepidocolaptes angustirostris*) € arapaçu-de-garganta-amarela (*Xiphorhynchus guttatus*)	€ Ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) € Ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) € Aratinga-de-testa-azul (*Thectocercus acuticaudatus*) € cacaué (*Aratinga maculata*) € Caturrita (*Myiopsitta monachus*) € Chauá (*Amazona rhodocorytha*) € Cuiú-cuiú (*Pionopsitta pileata*) € Curica-caica (*Pyrilia caica*) € Curica-de-bochecha-laranja *(Pyrilia barrabandi)* € Curica-de-cabeça-azul (*Pionus menstruus*) € Curica-urubu (*Pyrilia vulturina*) € Curica-verde (*Graydidascalus brachyurus*) € Jandaia-amarela (*Aratinga solstitialis*) € Jandaia-coquinho (*Eupsittula aurea*)	ð Capuchinho, bico-de-prata e Damier (*Lonchura maja, L. malacca atricapilla, L.malacca, L. malabarica, L. punctulata*) ð Cloncurry (*Barnardius macgilivrayi*) ð Degolado (*Amadina fasciata*) ð Derbiano (*Psittacula derbyana*) ð Esplendido (*Neophema esplendida*) ð Laranjinha (*Amandava subflava*) ð Lorinho do Senegal (*Poicephalus senegalus*) ð Loris-amor-amor (*Lorius garrulus*) ð Loris-arco-íris (*Trichoglossus haematodus*) ð Loris-bailarino (*Lorius lory*) ð Loris-castanho (*Chalcopsitta*) ð Loris-montanha-azul (*Trichoglossus mollucanus*)

Doméstica	Silvestres passeriformes	Silvestres psitaciformes	Exótica
€ Marreco (*Anas americana, A. capensis, A. castanea, A. clypeata, A. crecca, A. eatoni, A. erythrorhuncha, A. falcata, A. fulvigula, A. gibberifrons, A. gracilis, A. hottentota , A. luzonica, A. melleri, A. penelope, A. platyrhynchos, A. poecilorhyncha, A. puna, A. querquedula, A. rhynchotis, A. rubripes, A. smithii, A. sparsa, A. streptera, A. superciliosa, A. undulata, A. wyvilliana*) € Pato- mandarim (*Aix galericulata*) € Pato-carolina (*Aix sponsa*) € Pavão (*Pavo cristatus*) € Peito-celeste (*Uraeginthus cyanocephalus*) € Perdiz-chucar (*Alectoris chukar, A. philbyi*) € Perdiz-cinza (*Perdix perdix*) € Periquito-australiano (*Melopsittacus undulatus*) € Peru (*Meleagris gallopavo*)	€ arapaçu-de-garganta-branca (*Xiphocolaptes albicollis*) € arapaçu-do-nordeste (*Xiphocolaptes falcirostris*) € arapaçu-escamoso (*Lepidocolaptes squamatus*) € arapaçu-grande (*Dendrocolaptes platyrostris*) € arapaçu-meio-barrado (*Dendrocolaptes picumnus*) € arapaçu-pardo (*Dendrocincla fuliginosa*) € arapaçu-rajado (*Xiphorhynchus fuscus*) € arapaçu-verde (*Sittasomus griseicapillus*) € araponga (*Procnias nudicollis*) € araponga-do-horto (*Oxyruncus cristatus*) € arredio-do-rio (*Cranioleuca vulpina*) € arredio-oliváceo *Cranioleuca obsoleta*)	€ jandaia-de-testa-vermelha (*Aratinga auricapillus*) € Jandaia-sol (*Aratinga solstitialis*) € Jandaia-verdadeira (*Aratinga jandaya*) € Maitaca-de-barriga-azul (*Pionus reichenowi*) € Maitaca-de-cabeça-azul *(Pionus menstruus)* € Maitaca-roxa (*Pionus fuscus*) € Maitaca-verde (*Pionus maximiliani*) € Maracanã-de-cabeça-azul (*Primolius couloni*) € Maracanã-de-colar (*Primolius auricollis*) € Maracanã-do-buriti (*Orthopsittaca manilatus*) € Maracanã-guaçu(*Ara severus*) € Maracanã-pequena (*Diopsittaca nobilis*)	ð Loris-ornatus (*Trichoglossus ornatus*) ð Moustache (*Psttacula alexandri*) ð Papagaio-ecletus (*Eclectus roratus*) ð Parapagio-do-congo (*Psittacus erithacus*) ð Periquito Cabeça Cinza (P*sittacula himalaiana*) ð Periquito Mulga (P*sephotus varius*) ð Periquito-blue-bonnet (*Psephotus (Northiella) haematogaster* ð Periquito-cauda-longa (*Psitaculla longicauda*) ð Periquito-elegante (*Neophem aelegans*) ð Periquito-king (*Alisterus scapularis*) ð Periquito-redWing (*Apromictus erythropterus*)

Doméstica	Silvestres passeriformes	Silvestres psitaciformes	Exótica
€ Phaeton (*Neochmia phaeton*) € Pomba-diamante (*Geopelia cuneta*) € Pombo-doméstico (*Columba livia*) € Sparrow (*Stagonopleura guttata*) € Tadorna (*Tadorna cana, T. cristata, T. ferruginea, T. radjah, T. todorna*) € Tentilhão-cabeça-de-ameixa (*Neochmia modesta*) € Tentilhão-escarlate	€ arredio-pálido (*Cranioleuca pallida*) € asa-de-telha (*Agelaioides badius*) € assanhadinho (*Myiobius barbatus*) € assanhadinho-de-cauda-preta (*Myiobius atricaudus*) € azulão (*Cyanoloxia brissonii*) € bagageiro (*Phaeomyias murina*) € baiano (*Sporophila nigricollis*) € balança-rabo-de-chapéu-preto (*Polioptila plumbea*) € balança-rabo-de-máscara (*Polioptila dumicola*) € balança-rabo-leitoso (*Polioptila lactea*) € bandoleta (*Cypsnagra hirundinacea*) € barbudinho (*Phylloscartes eximius*) € barranqueiro-de-olho-branco (*Automolus leucophthalmus*)	€ Maracanã-verdadeira (*Primolius maracana*) € Marianinha-de-cabeça-amarela (*Pionites leucogaster*) € Marianinha-de-cabeça-amarela (*Pionites leucogaster*) € Marianinha-de-cabeça-preta (*Pionites melanocephalus*) € Papagaio-campeiro (A*mazona ochrocephala*) € Papagaio-charão (*Amazona pretrei*) € Papagaio-da-várzea (*Amazona festiva*) € Papagaio-de-bochecha-azul (*Amazona dufresniana*) € Papagaio-de-cabeça-laranja (*Pyrilia aurantiocephala*) € Papagaio-de-cara-roxa *(Amazona brasiliensis)* € Papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*)	ð Pintassilgo (*Carduelis cardueis*) ð Príncipe de Gales (*Polytelis alexandrae*) ð Red pumped (*Psephotus haematonotus*) ð Regente (*Polytelis anthopeplus*) ð Ringneck (*Psittacula krameri*) ð Rosella eximius (*Platycercus eximius*) ð Rosella Icterotis (*Plathycercus icterotis*) ð Rosella Pennat (*Platycercus elegans*) ð Rosella-adscitus (*Plathycercus adscitus*) ð Turquasine (*Neophema pulchella*) Outra espécie. Qual:_____

Doméstica	Silvestres passeriformes	Silvestres psitaciformes	Exótica
___	€ barulhento (*Euscarthmus meloryphus*) € batuqueiro (*Saltatricula atricollis*) € bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*) € bem-te-vi-pequeno (*Conopias trivirgatus*) € bem-te-vi-pirata (*Legatus leucophaius*) € bem-te-vi-rajado (M*yiodynastes maculatus*) € bentevizinho-de-asa-ferrugínea (*Myiozetetes cayanensis*) € bentevizinho-de-penacho-vermelho (*Myiozetetes similis*) € bentevizinho-do-brejo (*Philohydor lictor*) € bichoita (*Schoeniophylax phryganophilus*) € bico-chato-amarelo (T*olmomyias flaviventris*) € bico-chato-de-orelha-preta (*Tolmomyias sulphurescens*)	€ Papagaio-diadema (*Amazona autumnalis*) € Papagaio-do-chaco (*Amazona a. xanthopteryx*) € Papagaio-do-mangue (*amazona amazonica*) € Papagaio-dos-garbes (*Amazona kawalli*) € Papagaio-galego (*Alipiopsitta xanthops*) € Papagaio-moleiro (*Amazona farinosa*) € Papagaio-verdadeiro (*Amazona aestiva*) € Periquitão-maracanã (P*sittacara leucophthalmus*) € Periquito-da-amazônia (*Nannopsittaca dachilleae*) € periquito-da-caatinga (*Eupsittula cactorum*) € Periquito-de-asa-azul (*Brotogeris cyanoptera*)	___

Doméstica	Silvestres passeriformes	Silvestres psitaciformes	Exótica
–––	€ bico-chato-grande (*Rhynchocyclus olivaceus*) € bico-de-lacre (*Estrilda astrild*) € bico-de-pimenta (*Saltator fuliginosus*) € bico-de-veludo (*Schistochlamys ruficapillus*) € bico-duro (*Saltator aurantiirostris*) € bico-grosso (*Saltator maxillosus*) € bico-virado-carijó (*Xenops rutilans*) € bico-virado-da-caatinga (*Megaxenops parnaguae*) € bico-virado-miúdo (*Xenops minutus*) € bicudo (*Sporophila maximiliani*) € bigodinho (*Sporophila lineola*) € borboletinha-do-mato (*Phylloscartes ventralis*) € borralhara (*Mackenziaena severa*) € borralhara-assobiadora (*Mackenziaena leachii*)	€ periquito-de-asa-branca (*Brotogeris versicolurus*) € periquito-de-asa-dourada (*Brotogeris chrysoptera*) € Periquito-de-bochecha-parda (*Eupsittula pertinax*) € Periquito-de-cabeça-preta (*Aratinga nenday*) € Periquito-de-cabeça-suja (*Aratinga weddellii*) € periquito-de-encontro-amarelo (*Brotogeris chiriri*) € periquito-dos-tepuis (*Nannopsittaca panychlora*) € periquito-rei (*Eupsittula aurea*) € periquito-rico (*Brotogeris tirica*) € Periquito-testinha (*Brotogeris sanctithomae*) € Sabiá-cica (*Triclaria malachitacea*) € tiriba-de-barriga-vermelha (*Pyrrhura perlata*)	–––

Doméstica	Silvestres passeriformes	Silvestres psitaciformes	Exótica
–––	€ cabeça-branca (*Dixiphia pipra*) € cabeça-encarnada (*Ceratopipra rubrocapilla*) € cabecinha-castanha (*Pyrrhocoma ruficeps*) € cabeçudo (*Leptopogon amaurocephalus*) € caboclinho (*Sporophila bouvreuil*) € caboclinho-de-barriga-preta (*Sporophila melanogaster*) € caboclinho-de-papo-branco (*Sporophila palustris* € caboclinho-de-papo-escuro (*Sporophila ruficollis*) € caboclinho-de-peito-castanho (*Sporophila castaneiventris*) € caboclinho-lindo (*Sporophila minuta*) € cais-cais (*Euphonia chalybea*) € calcinha-branca (*Atticora tibialis*) € cambacica (*Coereba flaveola*)	€ tiriba-de-cabeça-vermelha (*Pyrrhura roseifrons*) € Tiriba-de-cara-suja (*Pyrrhura molinae*) € Tiriba-de-cauda-roxa (*Pyrrhura egregia*) € Tiriba-de-deville (*Pyrrhura lucianii*) € tiriba-de-hellmayr (*Pyrrhura amazonum*) € tiriba-de-orelha-branca (*Pyrrhura leucotis*) € tiriba-de-peito-cinza (*Pyrrhura griseipectus Salvadori)* € tiriba-de-pfrimer (*Pyrrhura pfrimeri*) € tiriba-de-testa-azul (*Pyrrhura picta*) € Tiriba-de-testa-vermelha (*Pyrrhura frontalis*) € Tiriba-do-madeira (*Pyrrhura snethlageae*)	–––

Doméstica	Silvestres passeriformes	Silvestres psitaciformes	Exótica
___	€ caminheiro-de-barriga-acanelada (*Anthus hellmayri*) € caminheiro-de-espora (*Anthus correndera*) € caminheiro-grande (*Anthus nattereri*) € caminheiro-zumbidor (*Anthus lutescens*) € campainha-azul (*Porphyrospiza caerulescens*) € canário-da-terra (*Sicalis flaveola*) € canário-do-amazonas (*Sicalis columbiana*) € canário-do-campo (*Emberizoides herbicola*) € canário-do-mato (*Myiothlypis flaveola*) € canário-rasteiro (*Sicalis citrina*) € caneleirinho-de-chapéu-preto (*Piprites pileata*) € caneleiro (*Pachyramphus castaneus*)	€ Tiriba-do-xingu (*Pyrrhura anerythra*) € Tiriba-fogo (*Pyrrhura devillei*) € Tiriba-fura-mata (*Pyrrhura melanura*) € Tiriba-grande (P*yrrhura cruentata*) € tiriba-pérola (*Pyrrhura coerulescens*) € Tiriba-rupestre (*Pyrrhura rupicola*) € Tuim (*Forpus xanthopterygius*) € Tuim-de-bico-escuro (*Forpus sclateri*) € Tuim-de-bico-escuro-do-norte (*Forpus modestus*) € Tuim-santo (*Forpus passerinus*) € Outra espécie. Qual:_____	___

Silvestres passeriformes			
€ caneleiro-bordado (*Pachyramphus marginatus*)	€ carretão (*Agelasticus cyanopus*)	€ choca-de-asa-vermelha (*Thamnophilus torquatus*)	€ choquinha-de-peito-pintado (*Dysithamnus stictothorax*)
€ caneleiro-de-cara-amarela (*Pachyramphus xanthogenys*)	€ casaca-de-couro (*Pseudoseisura cristata*)	€ choca-de-chapéu-vermelho (*Thamnophilus ruficapillus*)	€ choquinha-de-rabo-cintado (*Myrmotherula urosticta*)
€ caneleiro-de-chapéu-preto (*Pachyramphus validus*)	€ casaca-de-couro-amarelo (*Furnarius leucopus*)	€ choca-do-nordeste (*Sakesphorus cristatus*)	€ choquinha-lisa (*Dysithamnus mentalis*)
€ caneleiro-enxofre (*Casiornis fuscus*)	€ casaca-de-couro-da-lama (*Furnarius figulus*)	€ choca-listrada (*Thamnophilus palliatus*)	€ choquinha-pequena (*Myrmotherula minor*)
€ caneleiro-preto (*Pachyramphus polychopterus*)	€ Catatau (*Campylorhynchus turdinus*)	€ chocão-carijó (*Hypoedaleus guttatus*)	€ chorão (*Sporophila leucoptera*)
€ caneleiro-verde (*Pachyramphus viridis*)	€ catirumbava (*Orthogonys chloricterus*)	€ chopim-do-brejo (*Pseudoleistes guirahuro*)	€ choró-boi (*Taraba major*)
€ capacetinho-do-oco-do-pau (*Microspingus cinereus*)	€ cavalaria (*Paroaria capitata*)	€ choquinha-carijó (*Drymophila malura*)	€ chororó-cinzento (*Cercomacra brasiliana*)
€ capitão-castanho (*Attila phoenicurus*)	€ chibante (*Laniisoma elegans*)	€ choquinha-chumbo (*Dysithamnus plumbeus*)	€ chorozinho-de-asa-vermelha (*Herpsilochmus rufimarginatus*)
€ capitão-de-saíra (*Attila rufus*)	€ chibum (*Elaenia chiriquensis*)	€ choquinha-da-serra (*Drymophila genei*)	€ chorozinho-de-bico-comprido (*Herpsilochmus longirostris*)
€ capitão-de-saíra-amarelo (*Attila spadiceus*)	€ chirito (*Ramphocaenus melanurus*)	€ choquinha-de-dorso-vermelho (*Drymophila ochropyga*)	€ chorozinho-de-boné (*Herpsilochmus pileatus*)
€ cara-dourada (*Phylloscartes roquettei*)	€ choca-barrada (*Thamnophilus doliatus*)	€ choquinha-de-flanco-branco (*Myrmotherula axillaris*)	€ chorozinho-de-chapéu-preto (*Herpsilochmus atricapillus*)
€ cardeal-do-nordeste (*Paroaria dominicana*)	€ choca-bate-cabo (*Thamnophilus punctatus*)	€ choquinha-de-garganta-pintada (*Rhopias gularis*)	€ chupa-dente (*Conopophaga lineata*)
	€ choca-da-mata (*Thamnophilus caerulescens*)		

Silvestres passeriformes			
€ chupim (*Molothrus bonariensis*)	€ corrupião (*Icterus jamacaii*)	€ fim-fim-grande (*Euphonia xanthogaster*)	€ Garibaldi (*Chrysomus ruficapillus*)
€ chupim-azeviche (*Molothrus rufoaxillaris*)	€ crejoá (*Cotinga maculata*)	€ flautim (*Schiffornis virescens*)	€ garrincha-chorona (*Asthenes moreirae*)
€ cigarra (*Sporophila falcirostris*)	€ curió (*Sporophila angolensis*)	€ flautim-marrom (*Schiffornis turdina*)	€ garrinchão-de-barriga-vermelha (*Cantorchilus leucotis*)
€ cigarra-bambu (*Haplospiza unicolor*)	€ curutié (*Certhiaxis cinnamomeus*)	€ formigueiro-assobiador (*Myrmoderus loricatus*)	€ garrinchão-de-bico-grande (*Cantorchilus longirostris*)
€ cigarra-do-campo (*Neothraupis fasciata*)	€ cuspidor-de-máscara-preta (*Conopophaga melanops*)	€ formigueiro-da-serra (*Formicivora serrana*)	€ garrinchão-pai-avô (*Pheugopedius genibarbis*)
€ cigarra-preta (*Tiaris fuliginosus*)	€ enferrujado (*Lathrotriccus euleri*)	€ formigueiro-de-barriga-preta (*Formicivora melanogaster*)	€ gaturamo (*Euphonia violacea*)
€ cisqueiro (*Clibanornis dendrocolaptoides*)	€ estalador (*Corythopis delalandi*)	€ formigueiro-de-cauda-ruiva (*Myrmoderus ruficauda*)	€ gaturamo-bandeira (*Chlorophonia cyanea*)
€ cisqueiro-do-rio (*Clibanornis rectirostris*)	€ estalinho (*Phylloscartes difficilis*)	€ formigueiro-do-nordeste (*Formicivora iheringi*)	€ gaturamo-rei (*Euphonia cyanocephala*)
€ cochicho (*Anumbius annumbi*)	€ estrelinha-preta (*Synallaxis scutata*)	€ freirinha (*Arundinicola leucocephala*)	€ gibão-de-couro (*Hirundinea ferruginea*)
€ coleirinho (*Sporophila caerulescens*)	€ ferreirinho-de-cara-parda (*Poecilotriccus latirostris*)	€ fruxu-baiano (*Neopelma aurifrons*)	€ golinho (*Sporophila albogularis*)
€ coleiro-do-brejo (*Sporophila collaris*)	€ ferreirinho-relógio (*Todirostrum cinereum*)	€ fruxu-do-cerradão (*Neopelma pallescens*)	€ gralha-cancã (*Cyanocorax cyanopogon*)
€ corocoxó (*Carpornis cucullata*)	€ ferro-velho (*Euphonia pectoralis*)	€ galinha-do-mato (*Formicarius colma*)	€ gralha-do-campo (*Cyanocorax cristatellus*)
€ corruíra (*Troglodytes musculus*)	€ figuinha-de-rabo-castanho (*Conirostrum speciosum*)	€ galito (*Alectrurus tricolor*)	€ gralha-picaça (*Cyanocorax chrysops*)
€ corruíra-do-campo (*Cistothorus platensis*)	€ filipe (*Myiophobus fasciatus*)		
	€ fim-fim (*Euphonia chlorotica*)		

Silvestres passeriformes			
€ graveteiro (*Phacellodomus ruber*)	€ iraúna-de-bico-branco (*Procacicus solitarius*)	€ joão-teneném-becuá (*Synallaxis gujanensis*)	€ maria-cavaleira (*Myiarchus ferox*)
€ garimpeiro (*Leptasthenura setaria*)	€ iraúna-grande (*Molothrus oryzivorus*)	€ joão-teneném-castanho (*Synallaxis rutilans*)	€ maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado (*Myiarchus tyrannulus*)
€ gritador (*Sirystes sibilator*)	€ irré (*Myiarchus swainsoni*)	€ juruviara (*Vireo chivi*)	€ maria-cavaleira-pequena (*Myiarchus tuberculifer*)
€ guaracava-cinzenta (*Myiopagis caniceps*)	€ japacanim (*Donacobius atricapilla*)	€ lavadeira-do-norte (*Fluvicola pica*)	€ maria-ferrugem (*Casiornis rufus*)
€ guaracava-de-barriga-amarela (*Elaenia flavogaster*)	€ japu (*Psarocolius decumanus*)	€ lavadeira-mascarada (*Fluvicola nengeta*)	€ maria-leque (*Onychorhynchus coronatus*)
€ guaracava-de-crista-alaranjada (*Myiopagis viridicata*)	€ japuíra (*Cacicus chrysopterus*)	€ lenheiro-da-serra-do-cipó (*Asthenes luizae*)	€ marianinha-amarela (*Capsiempis flaveola*)
€ guaracava-de-crista-branca (*Elaenia chilensis*)	€ joão-botina-da-mata (*Phacellodomus erythrophthalmus*)	€ limpa-folha-coroado (*Philydor atricapillus*)	€ maria-pequena (*Phylloscartes sylviolus*)
€ guaracava-de-topete-uniforme (*Elaenia cristata*)	€ joão-botina-do-brejo (*Phacellodomus ferrugineigula*)	€ limpa-folha-de-testa-baia (*Philydor rufum*)	€ maria-preta-bate-rabo (*Knipolegus aterrimus*)
€ guaracava-grande (*Elaenia spectabilis*)	€ joão-de-barro (*Furnarius rufus*)	€ limpa-folha-do-brejo (*Syndactyla dimidiata*)	€ maria-preta-de-bico-azulado (*Knipolegus cyanirostris*)
€ guaracava-modesta (*Sublegatus modestus*)	€ joão-de-cabeça-cinza (*Cranioleuca semicinerea*)	€ limpa-folha-miúdo (*Anabacerthia amaurotis*)	€ maria-preta-de-garganta-vermelha (*Knipolegus nigerrimus*)
€ guaracavuçu (*Cnemotriccus fuscatus*)	€ joão-de-pau (*Phacellodomus rufifrons*)	€ limpa-folha-ocráceo (*Anabacerthia lichtensteini*)	€ maria-preta-de-penacho (*Knipolegus lophotes*)
€ guaxe (*Cacicus haemorrhous*)	€ joão-pobre (*Serpophaga nigricans*)	€ macuquinho (*Eleoscytalopus indigoticus*)	€ mariquita (*Setophaga pitiayumi*)
€ inhapim (*Icterus cayanensis*)	€ joão-porca (*Lochmias nematura*)	€ maria-cabeçuda (*Ramphotrigon megacephalum*)	€ mariquita-de-perna-clara (*Setophaga striata*)
€ ipecuá (*Thamnomanes caesius*)	€ joão-teneném (*Synallaxis spixi*)		

Silvestres passeriformes			
€ matracão (*Batara cinerea*)	€ papa-moscas-estrela (*Hemitriccus furcatus*)	€ pintadinho (*Drymophila squamata*)	€ polícia-inglesa-do-sul (*Sturnella superciliaris*)
€ mineirinho (*Charitospiza eucosma*)	€ papa-taoca-do-sul (*Pyriglena leucoptera*)	€ pintassilgo (*Spinus magellanicus*)	€ pompeu (*Hylopezus ochroleucus*)
€ miudinho (*Myiornis auricularis*)	€ papinho-amarelo (*Piprites chloris*)	€ piolhinho (*Phyllomyias fasciatus*)	€ primavera (*Xolmis cinereus*)
€ negrinho-do-mato (*Amaurospiza moesta*)	€ papo-branco (*Biatas nigropectus*)	€ piolhinho-chiador (*Tyranniscus burmeisteri*)	€ príncipe (*Pyrocephalus rubinus*)
€ neinei (*Megarynchus pitangua*)	€ pardal (*Passer domesticus*)	€ piolhinho-do-grotão (*Phyllomyias reiseri*)	€ pula-pula (*Basileuterus culicivorus*)
€ noivinha (*Xolmis irupero*)	€ pássaro-preto (*Gnorimopsar chopi*)	€ piolhinho-serrano (P*hyllomyias griseocapilla*)	€ pula-pula-assobiador (*Myiothlypis leucoblephara*)
€ noivinha-branca (*Xolmis velatus*)	€ patativa (*Sporophila plumbea*)	€ piolhinho-verdoso (*Phyllomyias virescens*)	€ pula-pula-de-sobrancelha (*Myiothlypis leucophrys*)
€ noivinha-de-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*)	€ patinho (*Platyrinchus mystaceus*)	€ pipira-da-taoca (E*ucometis penicillata*)	€ pula-pula-ribeirinho (*Myiothlypis rivularis*)
€ olho-falso (*Hemitriccus diops*)	€ pavó (*Pyroderus scutatus*)	€ pipira-preta (T*achyphonus rufus*)	€ quete-do-sudeste (*Microspingus lateralis*)
€ papa-formiga-pardo (*Formicivora grisea*)	€ peitica (*Empidonomus varius*)	€ pipira-vermelha (*Ramphocelus carbo*)	€ rabo-amarelo (*Thripophaga macroura*)
€ papa-formiga-vermelho (*Formicivora rufa*)	€ peitica-de-chapéu-preto (*Griseotyrannus aurantioatrocristatus*)	€ pi-puí (*Synallaxis cinerascens*)	€ rabo-de-arame (*Pipra filicauda*)
€ papa-moscas-cinzento (*Contopus cinereus*)	€ peito-pinhão (*Poospiza thoracica*)	€ pitiguari (*Cyclarhis gujanensis*)	€ rabo-mole-da-serra (*Embernagra longicauda*)
€ papa-moscas-de-costas-cinzentas (*Polystictus superciliaris*)	€ Petrim (*Synallaxis frontalis*)	€ piuí-de-topete (*Contopus fumigatus*)	€ sabiá-branco (*Turdus leucomelas*)
€ papa-moscas-do-campo (*Culicivora caudacuta*)	€ pia-cobra (*Geothlypis aequinoctialis*)	€ pixoxó (*Sporophila frontalis*)	€ sabiá-coleira (*Turdus albicollis*)
	€ pichororé (*Synallaxis ruficapilla*)		

Silvestres passeriformes			
€ sabiá-da-mata (*Turdus fumigatus*)	€ saíra-apunhalada (*Nemosia rourei*)	€ sanhaço-cinzento (*Tangara sayaca*)	€ suiriri-cavaleiro (*Machetornis rixosa*)
€ sabiá-do-banhado (*Embernagra platensis*)	€ saíra-beija-flor (*Cyanerpes cyaneus*)	€ sanhaço-de-coleira (*Schistochlamys melanopis*)	€ suiriri-cinzento (*Suiriri suiriri*)
€ sabiá-do-campo (*Mimus saturninus*)	€ saíra-de-bando (*Tangara mexicana*)	€ sanhaço-de-encontro-amarelo (*Tangara ornata*)	€ suiriri-de-garganta-branca (*Tyrannus albogularis*)
€ sabiá-ferreiro (*Turdus subalaris*)	€ saíra-de-chapéu-preto (*Nemosia pileata*)	€ sanhaço-de-encontro-azul (*Tangara cyanoptera*)	€ suiriri-pequeno (*Satrapa icterophrys*)
€ sabiá-gongá (*Saltator coerulescens*)	€ saíra-de-papo-preto (*Hemithraupis guira*)	€ sanhaço-de-fogo (*Piranga flava*)	€ tachuri-campainha (*Hemitriccus nidipendulus*)
€ sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*)	€ saíra-douradinha (*Tangara cyanoventris*)	€ sanhaço-do-coqueiro (*Tangara palmarum*)	€ tangará (*Chiroxiphia caudata*)
€ sabiá-norte-americano (*Catharus fuscescens*)	€ saíra-ferrugem (*Hemithraupis ruficapilla*)	€ sanhaço-frade (*Stephanophorus diadematus*)	€ tangará-príncipe (*Chiroxiphia pareola*)
€ sabiá-poca (*Turdus amaurochalinus*)	€ saíra-galega (*Hemithraupis flavicollis*)	€ sanhaço-pardo (*Orchesticus abeillei*)	€ tangarazinho (*Ilicura militaris*)
€ sabiá-uma (*Turdus flavipes*)	€ saíra-lagarta (*Tangara desmaresti*)	€ saudade (*Lipaugus ater*)	€ tapaculo-de-brasília (*Scytalopus novacapitalis*)
€ saí-andorinha (*Tersina viridis*)	€ saíra-militar (*Tangara cyanocephala*)	€ sebinho-de-olho-de-ouro (*Hemitriccus margaritaceiventer*)	€ tapaculo-de-colarinho (*Melanopareia torquata*)
€ saí-azul (*Dacnis cayana*)	€ saíra-sete-cores (*Tangara seledon*)	€ sebinho-rajado-amarelo (*Hemitriccus striaticollis*)	€ tapaculo-pintado (*Psilorhamphus guttatus*)
€ saí-canário (*Thlypopsis sordida*)	€ saíra-viúva (*Pipraeidea melanonota*)	€ soldadinho (*Antilophia galeata*)	€ tapaculo-preto (*Scytalopus speluncae*)
€ saí-de-pernas-pretas (*Dacnis nigripes*)	€ saí-verde (*Chlorophanes spiza*)	€ suiriri (*Tyrannus melancholicus*)	€ tem-farinha-aí (*Myrmorchilus strigilatus*)
€ saíra-amarela (*Tangara cayana*)			

Silvestres passeriformes			
€ tempera-viola (*Saltator maximus*)	€ tico-tico-rei-cinza (*Coryphospingus pileatus*)	€ tovaca-cantadora (*Chamaeza meruloides*)	€ uí-pi (*Synallaxis albescens*)
€ teque-teque (*Todirostrum poliocephalum*)	€ tiê-caburé (*Compsothraupis loricata*)	€ tovaca-de-rabo-vermelho (*Chamaeza ruficauda*)	€ uirapuru-laranja (*Pipra fasciicauda*)
€ tesoura-cinzenta (*Muscipipra vetula*)	€ tiê-de-bando (*Habia rubica*)	€ tovacuçu (*Grallaria varia*)	€ uirapuru-vermelho (*Pipra aureola*)
€ tesoura-do-brejo (*Gubernetes yetapa*)	€ tiê-de-topete (*Trichothraupis melanops*)	€ trepador-coleira (*Anabazenops fuscus*)	€ verdinho-coroado (*Hylophilus poicilotis*)
€ tesourinha (*Tyrannus savana*)	€ tiê-galo (*Lanio cristatus*)	€ trepador-quiete (*Syndactyla rufosuperciliata*)	€ vira-folha (*Sclerurus scansor*)
€ tesourinha-da-mata (*Phibalura flavirostris*)	€ tiê-preto (*Tachyphonus coronatus*)	€ trepador-sobrancelha (*Cichlocolaptes leucophrus*)	€ vira-folha-de-peito-vermelho (*Sclerurus macconnelli*)
€ tico-tico (*Zonotrichia capensis*)	€ tiê-sangue (*Ramphocelus bresilius*)	€ trepadorzinho (*Heliobletus contaminatus*)	€ vira-folha-pardo (*Sclerurus caudacutus*)
€ tico-tico-de-bico-amarelo (*Arremon flavirostris*)	€ tietinga (*Cissopis leverianus*)	€ trinca-ferro (*Saltator similis*)	€ vissiá (*Rhytipterna simplex*)
€ tico-tico-de-bico-preto (*Arremon taciturnus*)	€ tio-tio (*Phacellodomus striaticollis*)	€ triste-pia (*Dolichonyx oryzivorus*)	€ vite-vite (*Hylophilus thoracicus*)
€ tico-tico-de-máscara-negra (*Coryphaspiza melanotis*)	€ tipio (*Sicalis luteola*)	€ tropeiro-da-serra (*Lipaugus lanioides*)	€ vite-vite-de-cabeça-cinza (*Hylophilus pectoralis*)
€ tico-tico-do-banhado (*Donacospiza albifrons*)	€ tiririzinho-do-mato (*Hemitriccus orbitatus*)	€ trovoada (*Drymophila ferruginea*)	€ vite-vite-de-olho-cinza (H*ylophilus amaurocephalus*)
€ tico-tico-do-campo (*Ammodramus humeralis*)	€ tiziu (*Volatinia jacarina*)	€ tucão (*Elaenia obscura*)	€ viuvinha (*Colonia colonus*)
€ tico-tico-rei (*Coryphospingus cucullatus*)	€ Tororó (*Poecilotriccus plumbeiceps*)	€ tuque (*Elaenia mesoleuca*)	€ xexéu (*Cacicus cela*)
	€ tovaca-campainha (*Chamaeza campanisona*)	€ tuque-pium (*Elaenia parvirostris*)	€ zidedê (*Terenura maculata*)
			€Outra espécie. Qual:_____

Outra espécie de ave não descrita acima:

4 – A ave é mantida sozinha ou com mais animais:

[ ] sozinho [ ] dupla / casal [ ] mais de dois animais.

Quantidade de aves na gaiola / viveiro:

5 – Faixa etária aparente:

[ ] Neonato (ausência de plumagem)
[ ] Ninhego (presença de plumagem, dependente de cuidados parentais)
[ ] Filhote (plumagem completa)
[ ] Jovem (plumagem em transição ou coloração da íris típica de filhotes)
[ ] Adulto
[ ] Idoso

2.1 INDICADORES COMPORTAMENTAIS

1) Há provisão de enriquecimento ambiental para o animal (variação da forma, tipo e oferta de alimento, diferentes níveis de acesso para promoção de exercícios físicos, dentre outros)? **(COMPROVAR)**

Sim – 0	Não – 4	NPO – 0

2)Se for uma espécie social, há presença de outras aves no mesmo ambiente?

Sim – 0	Não – 6	NPO – 0

3) A ave possui alguma restrição a possibilidade de deslocamento (presa por corrente/corda/tira de pano nos membros, ou em local que não permita o deslocamento e atividades de forma adequada, corte de pena inadequado, etc.)?

Sim –12	Não – 0	NPO – 0

4) Foi possível observar algum comportamento indicativo de disfunção?
Referência: comportamento sem função aparente e/ou fora do contexto / padrão da espécie, como, andar em círculo, bicando apenas um local repetitivamente, arrancamento das penas, andar para trás, alteração da posição de cabeça, etc.

Sim –12	Não – 0	NPO – 0

5) Foram observadas brigas entre animais mantidos juntos durante a vistoria?

Sim – 6	Não – 0	NPO – 0	Não se aplica (não vive com outros)

6) No caso de passeriformes, o animal está alojado próximo de outra ave que possa estimular comportamentos territorialistas constantemente?

[ ] Sim – 4	[ ] Não - 0	NPO - 0	Não se aplica

7) A ave consegue realizar pelo menos pequenos voos (considerar bater as asas e alçar voo objetivando alcançar estrutura distante) dentro da área destinada para manutenção?		
[ ] Sim – 0	[ ] Não - 8	
8) Foram observados comportamentos sugestivos de medo, ansiedade ou estresse na aproximação do responsável? **Referência:** Psittaciformes: evita contato com o responsável, aumento da frequência respiratória, bicagem de estruturas da gaiola, vocalização de alarme, dilatação da pupila, defecar durante o contato com o responsável, bater asas antes de iniciar voo, tenta atacar na aproximação, exposição da região ventral do corpo deitado ao chão, vocalização de alarme direcionada ao estímulo. Passeriformes: Se debate contra as grades, evita contato com o responsável, aumento da frequência respiratória, dilatação da pupila, defecar durante o contato com o responsável, crises epilépticas, colapso ou sincope.		
Sim – 8	Não – 0	NPO – 0
9) Foram observados comportamentos sugestivos de medo, ansiedade ou estresse no ambiente geral ou nas relações com outros animais? Referência: Psittaciformes: evita contato com o responsável, aumento da frequência respiratória, bicagem de estruturas da gaiola, vocalização de alarme, dilatação da pupila, defecar durante o contato com o responsável, bater asas antes de iniciar voo, tenta atacar na aproximação, exposição da região ventral do corpo deitado ao chão, vocalização de alarme direcionada ao estímulo Passeriformes: evita contato com o responsável, aumento da frequência respiratória, dilatação da pupila, defecar durante o contato com o responsável, crises epilépticas, colapso ou sincope.		
Sim – 6	Não – 0	NPO – 0
Outras observações quanto aos indicadores comportamentais?		
[ ] Sim	[ ] Não	

*NPO : Não foi possível observar

PONTUAÇÃO:

ADEQUADO [ ] **REGULAR** [ ] **INADEQUADO** [ ]

ADEQUADO [ ] 0 – 10 pts **REGULAR** [ ] 11 – 19 pts **INADEQUADO** [ ] A partir de 20

2.2 INDICADORES NUTRICIONAIS

10) Qual é a classificação da condição corporal do animal? (A avaliação pode mudar de acordo com a espécie de ave observada).

1 - Muito magro (Peito em facão, musculatura ao redor atrofiada) – 12	2 - Magro (peito com perda de massa muscular) – 8	3 - Ideal (musculatura cobrindo toda a quilha do peito, podendo apresentar pequena camada de gordura abdominal) – 0	4 - Acima do Peso (grande quantidade de gordura no abdômen) – 4	5 - Obeso (grande quantidade de gordura no abdômen e no peito) – 8	6 - NPO
1 – Muito magro	2 – Magro	3 – Ideal	4 – Acima do peso	5 – Obeso	

Fonte imagens: https://raptorsandpoultry.tumblr.com/image/181403633602

11) A ave tem acesso ao alimento? (considerar forma de manejo do local: se está em período de limpeza de comedouros ou se a alimentação é fracionada, por exemplo)

Sim – 0	Não – 21

12) O alimento é adequado para a espécie? (PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

Alimentação completa (ração extrusada, mistura de sementes, vegetais e frutas) – 0	Somente frutas e/ou verduras – 4 (tem passeriforme que é frugívoro)
Somente alpiste e/ou grãos e/ou milho/quirera – 4	Somente ração – 4
Lavagem e/ou restos de alimento – 8	Somente semente de girassol - 8
Outros (considerado adequado) - 0	NPO – 0

13) A ave tem acesso a água?

Sim – 0	Não – 21

14) Se sim, a água fica disponível a vontade?

Sim – 0	Não – 12

15) Condições do bebedouro:			
Limpo – 0	Sujo – 6	Não se aplica - 0	NPO – 0*
16) Condições do comedouro:			
Limpo – 0	Sujo – 6	Não tem comedouro - 4	NPO – 0*
17) O animal apresenta alguma dificuldade em alcançar o alimento (profundidade do comedouro, barreiras físicas)?			
Sim – 6	Não – 0	NPO – 0*	
18) O animal possui alguma dificuldade em alcançar a água (profundidade do bebedouro, barreiras físicas)?			
Sim – 6	Não – 0	NPO – 0*	

19) Se o animal está sendo mantido com outros, o número de comedouros é suficiente em quantidade e/ou volume para o número de animais no local (gaiola, recinto, etc)? **(Referência:** 1 comedouro para cada ave ou largo o suficiente para que todas forrageiem ao mesmo tempo**).**		
Sim – 0	Não – 6	NPO – 0*
20) Se o animal está sendo mantido com outros, o número de bebedouros é o suficiente em quantidade e/ou volume para o número de animais no local (gaiola, etc)? **(Referência: volume mínimo de 250ml de água para cada 1 Kg de aves mantidas juntas)**		
Sim – 0	Não – 6	NPO – 0*
21) O alimento está visivelmente contaminado? (fezes de animais; sujidades em excesso, de vários dias, produtos agrícolas, químicos, etc.)		
Sim – 14	Não – 0	NPO – 0*
22) A água está visivelmente contaminada? (fezes de animais; sujidades em excesso, de vários dias; produtos agrícolas, químicos, etc.)		
Sim – 14	Não – 0	NPO – 0*
Outras observações quanto aos indicadores comportamentais?		
[ ] Sim	[ ] Não	

*NPO : Não foi possível observar

PONTUAÇÃO:

ADEQUADO [ ] **REGULAR** [ ] **INADEQUADO** [ ]

ADEQUADO [ ] 0 – 10 pts **REGULAR** [ ] 11 – 19 pts **INADEQUADO** [ ] A partir de 20

2.3 INDICADORES DE CONFORTO

23. No caso de pequenos passeriformes e pequenos psittaciformes, a área (comprimento x largura) que a ave é mantida é suficiente para a execução de atividade física, movimentação e pequenos voos? (Referência: área ideal para pequenos passeriformes: entre 0.1 – 0.3 m² por ave**)**				
Menor que 0.1 m² = 12	Entre 0.1m² e 0.2m² - 6	Igual ou Maior que 0.2m² - 0	NPO - 0	NA – 0
23.1) VINCULADA A RESPOSTA 23 SE FOR "Igual ou maior que 0.2m²" Se você marcou que a área é Igual ou Maior que 0.2m², a área é adequada para o tamanho da ave mantida (ave é maior do que o espaço de 0.2m² pode suportar)				
Sim = 12			Não= 0	
23.2) No caso de médios e grandes passeriformes e psittaciformes, a área (comprimento x largura) que a ave é mantida é suficiente para a execução de atividade física, movimentação e pequenos voos? (Referência: a área tanto em comprimento como largura deve ser pelo menos 1.5 x a envergadura da ave –da ponta de uma asa a outra -, e permitir que as penas da cauda não alcancem as pontas das barras, quando empoleirada, sendo considerado esse padrão por ave**).**				
Menor que o referente para a ave = 12	Igual ou Maior que a referência para a ave = 0		NPO - 0	NA – 0
24) A altura do espaço permite que a ave consiga ficar em pé, empoleirar-se e balançar as asas, e acessar diferentes extratos de altura do ambiente (baixo, médio e alto), sem encostar no teto?				
Sim - 0	Não - 12		NPO	
25) O alojamento oferece proteção adequada contra chuva, sol e corrente de ar direta mesmo quando exposta à luz natural?				
Sim – 0	Não – 6			
26) A ave possui acesso à luz solar (natural) diariamente?				
Sim - 0	Não – 4			
27) O viveiro possui poleiros adequados para a espécie?				
Sim – 0	Não – 6			
28) Se mantida com outras aves, os poleiros estão em quantidade suficiente que permite que, ao menos todas as aves possam empoleirar ao mesmo tempo?				
Sim – 0	Não – 8	NPO	NA	
29) O local prove abrigo individualizado dentro da gaiola/recinto para a ave?				
Sim – 0	Não – 4	Não – 4	NA	
30) É fornecida oportunidade de banho de água ou substrato arenoso para a ave?				

Sim – 0	Não – 4	NPO
31) A ave apresenta sinal de estresse térmico (calor: ofegante e com asas abertas; frio: encorujada, em aglomeração)		
Sim – 10	Não – 0	NPO
32) O alojamento oferece algum tipo de risco para o animal? Marcar qual.		
Fendas (fuga) – 6	Objetos pontiagudos (Prego/parafuso, arame farpado) - 10	
Outros (grau leve – excesso de pedregulhos, etc.) – 4	Grades ou telas enferrujadas - 6	Não – 0
33) A gaiola ou alojamento possui substrato em boas condições (sem umidade excessiva, ausente de cheiro de amônia, ausente de emplastramento se com substrato)?		
Sim – 0	Não – 6	Não se aplica (ausente de substrato)- 2
34) O local possui acúmulo de sujidades (fezes, urato, penas) no substrato?		
Sim – 10	Não – 0	
35) Onde as aves passam os períodos frios e noturnos?		
[ ] Área externa do local (sem abrigo)- 6	[ ] Área interna do local - 0	[ ] Área externa com abrigo adequado - 0
Outras observações quanto aos indicadores de conforto?		
[ ] Sim	[ ] Não	

PONTUAÇÃO:

ADEQUADO [ ] **REGULAR** [ ] **INADEQUADO** [ ]

ADEQUADO [ ] 0 – 10 pts **REGULAR** [ ] 11 – 19 pts **INADEQUADO** [ ] A partir de 20

2.4 INDICADORES DE SAÚDE

36) A ave está mancando, possui alguma asa caída, ou apresenta alteração de postura quando empoleirada ou em estação?			
Sim – 6	Não – 0		
37) Se alojadas juntas, as aves apresentam sinais de canibalismo (penas "mastigadas", áreas sem pena e/ou pele, sangramento de canhão de pena)?			
Sim – 6	Não – 0	Não se aplica (ave mantida sozinha)	
38) A ave apresenta sinais de lesões, tumores ou doença aparente (cegueira, secreções, paralisia, apatia, peito, pé e /ou cabeça)?			
Sim – 8	Não – 0	Se sim, descrever sinais	
39) Condição de penas e plumagem: (considerar muda de penas natural, de acordo com a espécie e época do ano; coloração opaca e verde desbotado, quebradiças e com linhas de estresse indicativa de estado ruim das penas)			
Em estado ruim ou péssimo – 6	Em ótimo estado – 0		
40) Foi encontrado algum fator tal como bituca de cigarro, pessoas fumando, velas, fumaças, gases tóxicos ou outros que poderiam afetar a saúde da ave em longo prazo?			
( ) Sim – 6	( ) Não – 0		
41) No caso de psittacíformes, a gaiola/viveiro da ave é feita de ferro, zinco, madeira ou chumbo?			
( ) Sim - 4	( ) Não - 0	( ) NPO	
42) No caso de passeriformes, a gaiola/viveiro da ave é feita de ferro, zinco ou chumbo?			
( ) Sim – 4	( ) Não - 0	( ) NPO	
43) A ave está alojada com outras aves clinicamente doentes, mesmo estando saudável?			
Sim – 6	Não – 0	NPO – 0	NA - 0
44)A ave tem cicatrizes visíveis?			
Sim – 4	Não – 0	Se sim, descrever localização no corpo:	NPO - 0
45)Animal com alterações de saúde (mancando, lesões, sinais de doença aparente) está em tratamento? (Anexar comprovante – frasco do medicamento, receita, recibo da compra de medicamentos)			
Sim, está em tratamento pelo responsável – 8	Não está em tratamento, mesmo com lesão ou doente – 21		
Sim, está em tratamento pelo médico veterinário – 0	Não se aplica (A ave não possui problema aparente)- 0		

46) Foram presenciadas situações de crueldade animal (agressão física, abuso sexual, ferimento com perfurocortante, fraturas, queimaduras, envenenamento, etc) contra o animal? 1	
Sim – 21	Não – 0
46.1) O animal veio à óbito? VINCULADA AO SIM DA QUESTÃO 46	
Sim – 0	Não – 0
Outras observações quanto aos indicadores de conforto?	
[ ] Sim	[ ] Não

[1] A resposta SIM a essa questão configura maus-tratos ao animal, independente dos outros quesitos avaliados- Lei federal 9.605, art. 32.

PONTUAÇÃO:

ADEQUADO [ ] 0 – 10 pts **REGULAR** [ ] 11 – 19 pts **INADEQUADO** [ ] A partir de 20

3. AGRAVANTES		
40) Qual o destino dos dejetos (substrato, fezes) das aves?		
Esterqueira. composteira (correto)	Alimentação animal, descarte em curso d'água, lixo comum (incorreto)	Outros (detalhar; não deve ser descartado em lixo comum):
Esgoto doméstico		

REGISTRO FOTOGRÁFICO
Priorizar fotos 1) Ambiente em sua totalidade; 2) Alojamento do animal; 3) Animal; 4) Vasilhames; 5) Poleiros; 6) Materiais utilizados; e particularidades que julgue relevante ou que destoe com o geral.

4 - QUESTÃO COMPLEMENTAR
Existe alguma situação que não foi caracterizada neste check-list e que indica Bem-estar animal BAIXO ou MUITO BAIXO? DESCREVER
Sim – 21

5. AVALIAÇÃO DO RESPONSÁVEL
Descrever aqui a impressão geral/ comportamento do tutor e/ou pessoas domiciliadas no local

6. GRAU DE BEM- ESTAR ANIMAL (BEA)	
Todos os conjuntos de indicadores adequados	MUITO ALTO
Somente um conjunto de indicadores regular e os outros adequados	ALTO
Dois ou mais conjuntos de indicadores regulares e nenhum for considerado inadequado	REGULAR – Solicitar Perícia
Um ou dois conjuntos de indicadores inadequados	BAIXO - Solicitar Perícia
Três ou mais conjuntos de indicadores forem classificados como inadequados ou quando houver agressão física intencional	MUITO BAIXO - Maus-tratos imediato

GRAU DE BEM- ESTAR ANIMAL (BEA)	SITUAÇÃO
Muito Baixo e Baixo	Inaceitável- INADEQUADO
Baixo e Regular	Aceitável - REGULAR
Alto ou Muito Alto	Desejável - ADEQUADO
ORIENTAÇÕES	
ADEQUADO	Não configura maus-tratos.
REGULAR	Situação não sugestiva de maus-tratos, entretanto, é necessário fornecer recomendações para o tutor se adequar e solicitar perícia técnica.
INADEQUADO	Configura situação de maus-tratos.

Tabela adaptada do PPBEA – Aves silvestres (REIS, 2018), a fim de adequação de pontuação para este questionário.

	PARECERES		
	INADEQUADO (>20 PTS)	**REGULAR (11-19 PTS)**	**ADEQUADO (0-10 PTS)**
Indicadores nutricionais	* Animal muito magro ou magro. *Ausência de água fresca. *Sem acesso ao alimento *Sem acesso à água * Água contaminada * Alimento contaminado	* Animal com sobrepeso ou obeso. * Alimentação inadequada. * Bebedouros e comedouros sujos. *Dificuldade de acesso à água * Dificuldade de acesso ao alimento * Número de comedouros ou quantidade de alimento inadeqaudo para a quantidade de animais * Número de bebedouros ou volume de água inadequado para a quantidade de animais	* Escore corporal ideal. * Presença de água fresca. * Alimentação adequada. * Bebedouros e comedouros limpos.
Indicadores de conforto	*O espaço da ave não é suficiente para a execução de atividade física, esticar as asas e empoleirar. * Ausência de abrigo e poleiros. * Ambiente sujo. * Riscos de lesão imediata por perfuração ou material cortante	* Abrigo existente,mas inadequado. *Poleiros presentes, mas inadequados (material, tamanho, diâmetro e quantidade). * Ausência de ponto de fuga. *Poleiros muito altos para os animais * Baixa qualidade da cama	*Possibilidade de executar atividade física, esticar as asas e empoleirar. * Abrigo adequado. * Presença de ponto de fuga, poleiros e superfície de contato adequados * Conforto térmico * Ambiente limpo

	PARECERES		
	INADEQUADO (>20 PTS)	**REGULAR (11-19 PTS)**	**ADEQUADO (0-10 PTS)**
Indicadores de saúde	* Ave com dor, sem tratamento veterinário comprovado. * Ave doente, sem tratamento veterinário comprovado. * Ave ferida e lesão, sem tratamento veterinário comprovado. * Ave com canibalismo ou arrancamento de pena, sem tratamento veterinário comprovado. * Crueldade presenciada (agressão física, abuso sexual, ferimento com perfurocortante, envenenamento no momento da avaliação, etc.)	* Animais com alterações (dor, doença, ferida, lesão, canibalismo), mas com assistência veterinária *Penas levemente alteradas. * Ausência de medidas profiláticas. * Ausência de atendimento veterinário	* Ausência de sinais de dor. * Ausência de sinais indicativos de doença. * Ausência de ferimentos. * Penas bonitas e alinhadas.
Indicadores comportamentais	* Grave restrição à execução do comportamento natural. * Evidência de estereotipia ou outro comportamento anormal. * Ave apática, agitada ou agressiva. * Restrição severa ao movimento do animal * Presença de medicamentos anabolizantes, estimulantes e analgésicos.	*Recursos ambientais parcialmente satisfatórios. * Alguma restrição de espaço e de comportamentos. * Ausência de enriquecimento ambiental. *Evita interação com o tratador ou responsável *Isolamento social * Animal apático vocalizando em excesso; interações agressivas entre os animais.	* Ave com liberdade para expressar a maioria dos comportamentos naturais. *Há contato social com outros da mesma espécie. * Ausência de estereotipias e outros comportamentos anormais. * Presença de recursos ambientais adequados. * Presença de enriquecimento ambiental efetivo

REFERÊNCIAS

MILLER, L., ZAWISTOWSKI, S. Shelter medicine for veterinarians and staff. 2 ed., Iowa: Blackwell Publishing, 2004.

MENCH, J., PAUL-MURPHY, J., KLASING, K. et al. True Parrots (Psittacoidea). Ch. 16. IN: Yeates. J. (ed.) Companion animal care and welfare : the UFAW companion animal handbook. Universities Federation for Animal Welfare, 2019.

LAW, G., NAGER, R., Wilkinson, M. Zebra Finches (Taeniopygia guttata). Ch. 15. IN: Companion animal care and welfare : the UFAW companion animal handbook. Universities Federation for Animal Welfare, 2019.

CHITTY, J., YEATES. J. Birds (avia). Ch. 10. IN: Companion animal care and welfare : the UFAW companion animal handbook. Universities Federation for Animal Welfare, 2019.

REIS, S.T.J. Perícia de maus-tratos à aves silvestres. Tese (doutorado), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, 2018.

HAMMERSCHMIDT, J., MOLENTO, C.F.M. Protocol for expert report on animal welfare in case of companion animal cruelty suspicion. Braz. J. Vet. Res. Anim. Sci., São Paulo, v. 51, n. 4, p. 282-296, 2014

HAWKINS, P., MORTON, D.B., CAMERON, D. et al. Laboratory birds: refinements in husbandry and procedures. Fifth report of the BVAAWF/FRAME/RSPCA/UFAW Joint Working Group on Refinement. Laboratory Animals, v. 35, suppl. 1, 2001.

ANEXO VII

PROTOCOLO VACINAL PARA CÃES E GATOS EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO – PROTOCOLO PÓS-DESASTRES/CRMV-MG

Protocolo vacinal para abrigos pós-desastres:

CÃES:

Vacina	Filhote (a partir de 30 dias)	A partir de 4 meses	Revacinação
Puppy e Polivalente (V8 ou V10) Via de administração: Intramuscular	*Dia 0 = 1ª dose: Puppy ** 2ª dose – após 21 dias: Puppy ou Polivalente 3ª dose – após 21 dias: Polivalente 4ª dose – após 21 dias: Polivalente ***	*Dia 0 = entrada 1ª dose: Polivalente 2ª dose – após 21 dias: Polivalente 3ª dose: após 21 dias	Anual (vacinas com Leptospira) e Trianual(vacinas sem Leptospira)
Raiva	Dia 0 – a partir de 16 semanas de vida Dose única	Dia 0 – após 15 dias da polivalente Dose única	Anual
Bordetelose (Intranasal)****	Ideal > 6 semanas de idade Dose única	Dia 0 (entrada) Dose única	Anual para animais em risco
Leishmaniose visceral canina	Dia 0 – a partir de 16 semanas – intervalada em 15 dias das demais vacinas 1 – dose 1 – (120 dias) 2 – dose 2 após 21 dias (141 dias) 3 – dose 3 após 21 dias (162 dias)	Dia 0 – (entrada) intervalada em 15 dias das demais vacinas. 1 – dose 1 2 – dose 2 após 21 dias 3 – dose 3 após 21 dias	Reforço um ano após a primeira dose e anual

GATOS:

Vacina	Filhote	Adulto	Revacinação
Polivalente	*Dia 0 = a partir de quatro semanas de idade 1 – dose 1: Quíntupla¹ 2 – após 21 dias: Quíntupla¹ 3 – após 21 dias: Quadrupla	*Dia 0 = entrada 1 – dose 1: Quíntupla¹ 2 – dose 2: após 21 dias: Quíntupla¹ 3 - dose3: após 21 dias	Anual (Quíntupla)
Raiva	Dia 0 (entrada) se > 12 semanas de idade Dose única, após 15 dias da polivalente	Dia 0 – após 15 dias da polivalente Dose única	Anual

OBSERVAÇÕES

* Dia 0 é o momento em que se aplicará a primeira dose da vacina.
** Se no momento da 2ª dose o animal apresentar menos de 12 semanas de vida, aplicar a Puppy. Caso contrário, aplicar a Polivalente.
*** Administrar a última dose de polivalente na 16ª semana de vida.
**** Muito importante realizar o manejo do ambiente
¹ Somente administrar a quíntupla em animais negativos para FelV

Tratamento vermicida – desverminação
Praziquantel + Pamoato de pirantel + Febantel
Doses
Dia 0 – entrada: dose 1
Dose 2 – 1 dia depois
Dose 3 – 1 dia depois
Dose 4 – 15 dias depois (reforso semestral)

Tratamento vermicida – desverminação
Praziquantel + Pamoato de pirantel
Doses
Dia 0 – entrada: dose 1
Dose 2 – 1 dia depois
Dose 3 – 1 dia depois
Dose 4 – 15 dias depois(reforso semestral)

CRMV/MG · Escola de Veterinária UFMG · ANCLIVEPA MINAS · Brasileish

Referências bibliográficas: https://bit.ly/2lhOEoK

ceda Coordenadoria Estadual de Defesa dos Animais

MPMG Ministério Público do Estado de Minas Gerais